

Valter Pires Pereira
Miguel Marvilla
organização

Ditaduras não são eternas

Memórias da resistência
ao golpe de 64, no Espírito Santo

Ana Gabrecht
Valter Pires Pereira
Ueber José de Oliveira
Pesquisa e textos

ASSEMBLÉIA



A memória das coisas terríveis não deve ser jamais relegada a um canto do sótão ou do porão, onde se possa cobrir de poeira e esquecimento. Pelo contrário, deve ser deixada sempre à vista de todos, para que as coisas terríveis, lembradas, não tornem a acontecer. Este o grande mérito deste livro: não deixar que desapareça a memória de uma época de irracionalidade, quando o Estado brasileiro tornou-se uma ameaça kafkiana aos que dele ousavam discordar. Aqui estão reunidos excertos de depoimentos de ex-presos políticos da ditadura militar que se instaurou no Brasil com o golpe de 1964, prestados à Comissão Especial reunida na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em 1998. Do relatório final dessa Comissão, presidida pelo deputado Claudio Vereza, quatro pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo extraíram uma história de coações, torturas, dor, medo e morte, ocorrida entre 1961 e 1979. Essa história, se hoje nos envergonha, que nos sirva de exemplo do que não deve ser repetido.

Miguel Marvilla



Foto: acervo do Arquivo Nacional



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Ditaduras não são eternas

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964, NO ESPÍRITO SANTO

Contextualização e compilação dos depoimentos
prestados por presos políticos à Comissão Especial
da Assembléia Legislativa do Espírito Santo,
referentes ao período 1961-1979

PRESIDENTE DA COMISSÃO DEPUTADO CLAUDIO VEREZA

RELATOR DEPUTADO LELO COIMBRA

ORGANIZAÇÃO

VALTER PIRES PEREIRA

MIGUEL MARVILLA

TEXTOS

ANA GABRECHT

VALTER PIRES PEREIRA

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA



Ilha de Vitória, 2005

EQUIPE DE PRODUÇÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

presidente Claudio Vereza • *1º secretário* Paulo Foletto • *2º secretário* Robson Vaillant
coordenação do projeto Dilcéa Dias • Ana Cristina Givigi • Marina Filetti • João Barreto

MESTRADO EM HISTÓRIA / UFES

pesquisa e texto Ana Gabrecht • Valter Pires Pereira • Ueber José de Oliveira

FLOR&CULTURA EDITORES

editores Christoph Schneebeli • Miguel Marvilla

projeto gráfico e capa Miguel Marvilla

editoração eletrônica e fotolitos digitais Hans Matrizes Gráficas

catalogação Ana Maria Matos Mariani – CRB 12/ES 425

impressão Gráfica Sodré

D617

Ditaduras não são eternas : memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo / textos de Ana Gabrecht, Valter Pires Pereira, Ueber José de Oliveira; organização: Valter Pires Pereira, Miguel Marvilla. — Vitória : Flor&Cultura : Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.
224 p. ; 23 cm.

ISBN 85-88909-26-X

1. Perseguição política – Espírito Santo (Estado), 1964-1985 – Entrevistas. 2. Brasil – Ditadura militar – 1964-1985. 3. Golpe militar de 64. 4. Ideologia – Brasil – Política e governo, 1964-1985. 5. Anistia – Brasil. 6. Guerra fria – América latina – História. 7. Guerra fria – Visão política e social. I. Gabrecht, Ana. II. Pereira, Valter P. III. Oliveira, Ueber J. IV. Marvilla, Miguel. V. Título: Memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo.

CDU: 321.6/.7(815.2)

© 2005, Assembléia Legislativa do Espírito Santo

Este livro é uma homenagem da Assembléia Legislativa do Espírito Santo a todos os homens e mulheres que lutaram, sofreram e morreram para que tivéssemos hoje o direito de estar aqui contando a sua história — ou qualquer outra.

OS AUTORES

S U M Á R I O

<i>Prefácio</i> Nilmário Miranda	11
<i>Apresentação</i> Claudio Vereza	13
<i>Apresentação</i> Lelo Coimbra	15

PRIMEIRA PARTE

Considerações teóricas	17
Significados ideológicos e políticos da Guerra Fria	22
Os Estados Unidos despontam como potência hegemônica	22
A paranóia anticomunista	23
A divisão do mundo em zonas de influência	27
América Latina: a doutrina de segurança continental	30
Brasil: a paranóia interna e a segurança nacional	33
Segundo governo Vargas: o suicídio do golpe liberal (1951-1954)	37
Nacional-desenvolvimentismo e conciliação	41
O breve e controvertido governo Jânio	43
João Goulart: a crise, o agravamento e o golpe de 64	47
As reformas de base e a conspiração	50
A ditadura militar (1964-1985): os “anos de chumbo”	54
A linha-dura governa a sociedade	59
Ernesto Geisel e a lenta redemocratização	66
A sociedade vence o arbítrio	69

SEGUNDA PARTE

Péssima memória dos regimes de exceção: torturas para quê?	75
--	----

TERCEIRA PARTE

O significado da anistia	99
Tradição de anistia no Brasil	102
A resistência vitoriosa da sociedade	103
Processo de aprovação da Lei de Anistia	106
A questão dos benefícios	107
Complementações estaduais	109
O esforço de complementação no Espírito Santo	110

ANEXOS

Lei n. 6.683, de 28.08.1979 (Lei da Anistia)	113
Excertos dos depoimentos	119

REFERÊNCIAS	219
-------------------	-----

Prefácio **Contribuição histórica**

NILMÁRIO MIRANDA*

É muito feliz e oportuna a publicação do livro *Ditaduras não são eternas — memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*, pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Ao reunir depoimentos prestados por ex-presos políticos do período de 1961 a 1979, a obra resgata parte da memória e da história do povo brasileiro; ao elaborar um retrato daquele período da história do Brasil, o livro contribui para que ele seja conhecido e, principalmente, sempre lembrado, para que, assim, não volte a se repetir.

Imposta através da força, a ditadura militar rompeu com a democracia, com a legalidade, com a própria constituição brasileira, implantando um longo processo de repressão, violência, perseguição, tortura e mortes. O povo brasileiro, entretanto, lutou contra a ditadura militar sem tréguas, mostrando sua indignação e repúdio, e, por contrariar a ordem estabelecida, sofreu duras conseqüências. Muitas pessoas foram presas, torturadas, desaparecidas e mortas.

Essa história precisa ser escrita e conhecida. Não basta saber quem iniciou a ditadura militar, quem dela se beneficiou. É necessário conhecer a versão daqueles que tiveram a coragem e a dignidade de se opor aos desmandos dos poderosos da época. Os mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar deram sua coragem, sua juventude e sua vida para que tantos brasileiros hoje possam estar hoje construindo a democracia e a justiça social no Brasil.

Assim o resgate feito através do livro *Ditaduras não são eternas...* abrirá caminhos para novas iniciativas que pesquem e desvendem tantos segredos do passado. Não é justo que prevaleça a versão dos ditadores nem tampouco que o véu do esquecimento

* Ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

apague os anos de chumbo que vivemos no nosso país por mais de duas décadas. O compromisso com a verdade e com a construção da democracia pressupõe o direito de se conhecer o passado, até mesmo como condição para que se evite a repetição dos erros cometidos.

Hoje uma grande luta se trava entre aqueles que querem um Brasil passado a limpo, sem mentiras e omissões e aqueles que querem que o passado fique no esquecimento. O deputado Claudio Vereza sempre fez parte desta luta. Primeiro, propondo a lei estadual que responsabiliza o Estado capixaba pela morte ou desaparecimento de pessoas que estavam sob o poder de agentes públicos, e determina o pagamento de indenizações aos familiares das vítimas. Depois, assumindo a presidência da Comissão Especial que ouviu os presos e seus familiares, e agora cobra do Estado o pagamento das indenizações devidas.

Nenhum país ou civilização deve esquecer ou ocultar seu passado. Alemanha, Itália e Japão tiveram governos ditatoriais nazistas e fascistas que foram derrotados e hoje esses países conhecem suas histórias recentes e criaram condições para se reerguer e dialogar com dignidade com outras nações. Assim, o trabalho de reunir depoimentos dos que lutaram ou de seus familiares para elaboração deste livro constitui uma importante contribuição para história do Espírito Santo e do nosso país.

O passado sempre nos trará surpresas, por isso jamais deverá ser esquecido, para que nos mostre exemplos que possamos seguir ou evitar.

Apresentação Exemplo para o futuro

CLAUDIO VEREZA*

A Assembléia Legislativa publica através desta obra o relatório de um de seus mais importantes trabalhos para a história do Espírito Santo. Trata-se do resultado dos depoimentos de muitos ex-presos políticos tomados pela “Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos por Motivos Políticos no Período de 1961 a 1979”, contextualizados e compilados por uma equipe de pesquisadores do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Tive a honra de presidir a Comissão Especial, junto ao relator, o então deputado Lelo Coimbra, hoje vice-governador do Estado e Secretário de Educação. A proposta dessa comissão surgiu de uma demanda apresentada pelos próprios ex-presos políticos ao nosso Gabinete, na medida em que cada um deles vislumbrava o direito de ser reconhecido como partícipe, muitas vezes velado por um duro silêncio, da história de abalo do processo democrático em nosso país.

Assim, aquilo que poderia ter sido esquecido pelos capixabas foi valorizado por um rico, contudo muito triste, processo de relatos de cidadãos e cidadãs, alguns deles já não mais presentes entre nós, que sofreram e sofrem processos físicos e psicológicos graves em razão das sevícias e maus-tratos a que foram submetidos naquele período. Pudemos constatar quantas pessoas foram coagidas nas dependências de órgãos públicos estaduais e/ou agentes públicos estaduais, tendo seus direitos profissionais cerceados por motivos políticos.

Paralelamente, criamos a Lei 5751/98, cujo texto reconhece a responsabilidade do Estado do Espírito Santo em casos de coação e danos psicológicos causados a pessoas presas legal ou ilegalmente de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tendo estas direito a indenização.

* Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo

Os depoimentos feitos à Comissão constituem um registro histórico único acerca de perseguições políticas sofridas em nosso Estado, durante o período de grande crise política e violação ao estado de direito, a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros até a exoneração, pelo presidente Ernesto Geisel, do então ministro do Exército, General Sílvio Frota, fato histórico que demarca o início do processo de distensão e abertura política do regime militar.

Contudo, a retomada de princípios e práticas democráticas não pode ser considerada mérito das elites brasileiras (que foram as grandes aliadas do golpe militar de 64) nem tampouco da hierarquia militar. Essas, ao contrário, são responsáveis pelas saídas conservadoras e autoritárias dadas às crises políticas e econômicas no Brasil, gerando um Estado que coíbe, através da tutela, a manifestação dos movimentos populares e a inclusão, por meio de políticas públicas, de diversos públicos diferenciados no interior da população brasileira.

Ainda assim, ao longo da história do Brasil e, em nosso caso, especificamente do Espírito Santo, muitos homens e mulheres resistiram à forma de transição democrática impulsionada por aqueles que queriam dar o formato ao Estado brasileiro, garantindo-lhes os privilégios. Com isso, infelizmente, temos grandes dificuldades de implementar processos de inclusão que gerem políticas públicas mais consistentes e capazes de atender às demandas do povo brasileiro. A esses, que são os atores deste livro, temos tentado fazer o mínimo de justiça, pelo menos ouvindo-lhes e criando leis que lhes garanta alguma forma de indenização.

Tantos morreram, tantos outros ficaram para contar e cantar a história que emergiu como verdade nos fins da década de noventa: a terrível história da ditadura militar no Brasil. Ainda assim, não é possível apagar as muitas outras interpretações, ofuscadas em cantos e rincões, mas também nas capitais brasileiras.

Fazemo,s assim, um pequeno acerto de contas com nossos companheiros e companheiras, capixabas ou não, que foram humilhados em outros tempos para que a história surgisse hoje.

E que este livro, que faz parte das comemorações dos 170 anos da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, esteja nas prateleiras de todas as bibliotecas e seja lido pelo maior número possível de leitores, para que todos reconheçam a grandeza das pessoas que lutaram pela democracia e pela liberdade em nosso país e para que os fatos aqui relatados nunca mais voltem a ocorrer em nossa história.

Nossa honra a esses que não se calaram, nem antes nem hoje. A eles, esta obra é nossa homenagem!

Apresentação **Resgatando a história**

LELO COIMBRA*

Liberdade – essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda!

CECÍLIA MEIRELES
O Romanceiro da Inconfidência

Em maio de 1998, a Assembléia Legislativa instalou a Comissão de Atos Políticos, com o objetivo de investigar as ações praticadas em contrário à liberdade política e cultural dos cidadãos capixabas durante a ditadura militar. Integravam a CPI, os deputados Claudio Vereza, como seu presidente, e o então deputado Magno Malta, como vice-presidente. Tive a honra de ser escolhido relator da iniciativa, a primeira realizada no Espírito Santo, que se dedicou ao resgate da história das vítimas do arbítrio.

Ao longo de sete meses, desenvolvemos os trabalhos da Comissão em contato direto com os personagens de uma história do país que sabemos triste, pesada, mas de cujas lições não podemos prescindir.

Ainda que já tivesse sido o país varrido por uma onda democrática que desejamos irreversível, não foi nada fácil levantar, acompanhar e relatar os mais de oitenta depoimentos de ex-estudantes, líderes e militantes políticos, enfim, dos cidadãos capixabas que foram submetidos ao arbítrio do período ditatorial que se estendeu de 1964 até a redemocratização.

* Vice-governador do Espírito Santo e Secretário de Educação

O que constatamos foi, mais uma vez, a intensa participação do aparato estatal de então, dos órgãos e agentes públicos que deveriam promover o bem comum e zelar pelos direitos elementares, em atos de supressão da liberdade e atentatórios ao cidadão.

A CPI concluiu os seus trabalhos em 3 de novembro de 1998. Nosso relatório, parte do qual ora chega a público na forma deste livro, indicou a necessidade, inclusive, de indenização daqueles que, comprovadamente, haviam sido prejudicados pela ditadura militar.

O curioso é que o livro vem a público justamente quando o país se volta novamente para aquele período marcante da nossa história recente. A discussão sobre a reabertura dos arquivos da ditadura está na ordem do dia. Sua existência é sinal inequívoco da importância do resgate realizado neste trabalho. O tempo passou, mas a história nos cobra uma posição. Este livro é testemunho vivo de horrores a que foram submetidos os que destemidamente enfrentaram o arbítrio. É lição para lá de necessária em todos os tempos, pois o testemunho de homens e mulheres como esses é matéria-prima da democracia, do respeito aos direitos humanos e à liberdade.

PRIMEIRA PARTE

Considerações teóricas

O passado é um presente que se dá ao futuro.

José Rocha, *depoimento em 13.5.1998*

Considerações teóricas

Ao iniciarmos a organização deste documentário, tivemos o cuidado imediato de eleger um campo de referências identificadas com o cerne das discordâncias políticas que motivaram a iniciativa subversora da ordem constitucional e dos procedimentos democráticos vigentes.

Elegemos um referencial teórico compreensível, consistente e adequado à temática em apreço e que seja capaz de sustentar pedagogicamente o potencial de análise crítica das circunstâncias políticas que se entrecruzaram, tanto lá, em lugares distantes, como aqui, junto a todos nós – os familiares e demais pessoas participantes de um mesmo cotidiano. E tais circunstâncias não foram breves e passageiras: ocorreram por mais de duas décadas, já a partir de 1961.

O desrespeito ao Estado de Direito é uma dessas peculiaridades que se explicam e justificam também com base em paradigmas, em modelos sustentados por concepções que legitimam, por exemplo, os abusos de poder e de autoridade, característicos não só de regimes de exceção mas, sobretudo, de exacerbações de autoritarismo.

Como estamos tratando de uma crise política imediatamente levada ao acirramento em consequência de um golpe de estado, essencialmente motivada por discordâncias relacionadas com ideários políticos, selecionamos, dentre as inúmeras possibilidades, um referencial teórico simples e pertinente, consubstanciado na seguinte assertiva: *a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante*.

Esta premissa fundamenta igualmente a análise das relações no interior da sociedade e a análise das inter-relações entre os Estados. O denominado concerto das nações também é hierarquizado, pois se distinguem os Estados entre ricos e pobres, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, constituindo conjuntos compostos por Estados centrais e periféricos.

A mesma assertiva, aplicada ao denominado concerto das nações fica assim: *a ideologia dominante é a ideologia do Estado dominante*, premissa necessária como instrumento de análise da malha de interações políticas, que ultrapassam as fronteiras do próprio Estado nacional.

Na articulação dessas premissas similares, encontramos o núcleo básico das significações e atitudes que encobrem, dissimulam, disfarçam o verdadeiro caráter das coisas, especialmente quando praticadas por detentores das instâncias de poder, que tudo justificam com o recurso das razões de Estado.

O objeto deste documentário é o golpe de estado de 1964 e o regime militar dele decorrente: exemplo explícito de imposição de um corpo de idéias configuradas na *ideologia da segurança nacional*, isto é, um conjunto de princípios básicos característicos de um sistema filosófico e político que, por ato impositivo, passou a determinar o comportamento da sociedade civil, submetendo de forma draconiana as manifestações políticas e culturais, através da censura e de outras modalidades de castigo e de cerceamento da liberdade.

A doutrina da segurança nacional foi o instrumento ideológico que serviu para ocultar a essência dos fatores contraditórios inerentes às relações econômicas e sociais. A segurança nacional foi elevada como conjunto de valores aparentes mais imediatos que orientariam a caracterização do lado adverso de maneira crítica e negativa. Essa falsificação da realidade, trazida para o primeiro plano, foi o recurso estratégico para ocultar os verdadeiros e dominantes interesses de classe que inspiravam atitudes políticas concretas e proporcionavam orientações para a ação.

A simbologia *segurança nacional* serviu para travestir interesses de classe em vias de transformação, à luz dos apelos reformistas inerentes às reformas de base. Por meio desse artifício ideológico, os interesses mais conservadores e reacionários esconderam-se por trás de um apelo de significado patriótico, para defender as tradições, cujas raízes mais profundas permitiam identificar genealogias políticas regionais como expressão da hegemonia de classe.

A simbologia *segurança nacional* serviu também para configurar o adversário não só como inimigo da pátria – isto é, da pátria representativa dos interesses de classe –, mas também como inimigo das mais valiosas tradições cristãs ocidentais: caracterizar o inimigo como ateu foi o outro apelo dramático, capaz de tocar o âmago das individualidades. E esta razão prática foi publicamente externada por meio de diversas marchas da *Família com Deus...*, integrando a trilogia clássica, *Deus, Pátria, Família*, dístico reconhecidamente representativo do espírito fascista.

A construção do enfrentamento ideológico com base na doutrina da *segurança nacional* reproduzia, no Brasil, o mesmo tipo de enfrentamento que se dava na América Latina, materializando nesta região os embates típicos da Guerra Fria liderada pelos Estados Unidos da América, desde 1946/47, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Na América Latina realizava-se a Guerra Fria sob o espírito da *segurança continental*, expressão da hegemonia estadunidense na periferia regional, comprovando a premissa de que a ideologia dominante é a ideologia do Estado dominante.

Esses pressupostos teóricos orientam a organização deste documentário, o qual se inicia apresentando aspectos abrangentes relativos à Guerra Fria, que ajudam a compreender as circunstâncias marcantes da conjuntura internacional. Em seguida, passa

para a consideração das circunstâncias históricas brasileiras, culminando com a ruptura das relações políticas democráticas, em consequência da subversão da ordem constitucional realizada por meio de golpe militar seguido de implantação de um regime de exceção, entre 1964 e 1985. Trata-se de período caracterizado por uma seqüência de governos militares que, em nome de uma nova ordem auto-institucionalizada, “legitimou” a usurpação do poder, a centralização autoritária, inclusive com recurso a práticas terroristas em nome de razões de Estado, consignadas na Doutrina da Segurança Nacional. No bojo dessas considerações serão feitas referências às circunstâncias regionais, em que o autoritarismo se manifestou por meio de perseguições, prisões e práticas de torturas, até mesmo com o uso de pessoal e equipamento públicos estaduais. Trata-se, enfim, de circunstâncias comprovadas pelos depoimentos prestados à *Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos por Motivos Políticos, entre 1961-1979*, instituída pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo, por iniciativa de um grupo de ex-presos políticos e requerimento apresentado pelo deputado Claudio Vereza.

SIGNIFICADOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS DA GUERRA FRIA

Os Estados Unidos despontam como potência hegemônica

A ditadura militar que se estabeleceu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 está inserida em um contexto bem mais amplo no tempo e no espaço. Para compreendermos esse fenômeno, precisamos ultrapassar os limites de nosso país e analisar um processo registrado em várias partes do mundo simultaneamente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a humanidade entrou em uma nova e peculiar fase de tensões, conhecida como Guerra Fria. Esse período histórico caracterizou-se pela constante rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, dois países que saíram fortalecidos ao término da Segunda Guerra.

Os Estados Unidos, em especial, estabeleceram-se como líderes de um chamado “bloco capitalista”, constituído de países que adotaram esse sistema econômico. Em contrapartida, a União Soviética liderava um bloco de países ditos socialistas. Cada uma dessas potências considerava-se defensora desses sistemas econômicos, respectivamente. Assim, a rivalidade entre os dois países permaneceu muito mais no campo da batalha ideológica que do confronto direto, exceto em alguns países do chamado “Terceiro Mundo”, que sofreram com intervenções em seus territórios, como aconteceu na Coreia (1950-53) e no Vietnã (1965-75).

A história dos Estados Unidos como potência hegemônica do sistema internacional começa em 1945 (Wallerstein, 2002: 182). Naquele ano, o mundo acabara de sair de uma longa e terrível guerra, em que o campo de batalha foi todo o continente europeu e partes da Ásia. Nas regiões afetadas ocorreram grandes perdas humanas, civis e militares, e também materiais. Em muitos países a base da produção foi totalmente destruída, como na Alemanha. Algumas áreas foram mais afetadas que outras, mas nenhuma escapou incólume. Os Estados Unidos foram a única região de relevância industrial que conservou intactos seus equipamentos e sua infra-estrutura. Diferentemente da Europa e do Japão, não sofreram danos de guerra em seu território. A economia permaneceu intacta e próspera (Skidmore & Smith, 1997: 372). Além de não terem sofrido bombardeio, as fábricas norte-americanas conseguiram aumentar seu nível de eficiência, graças ao planejamento e à mobilização em tempo de guerra.

A destruição do maquinário produtivo dos demais países industrializados, em decorrência da guerra, provocou um enorme vácuo de capacidade produtiva no cenário mundial. Esse espaço foi preenchido pelas indústrias norte-americanas que tiveram a oportunidade de se desenvolver de forma efetiva (Wallerstein, 2002: 183). Para que suas empresas se desenvolvessem ainda mais, gerando lucros crescentes, era preciso uma massa expressiva de consumidores dos produtos fabricados nos Estados Unidos. A Europa Ocidental e o Japão reconstruídos forneceriam a base necessária. Para isso, os Estados Unidos propuseram o Plano Marshall, um projeto maciço de recuperação européia,

lançado em junho de 1947 (Hobsbawm, 1995: 237). O plano visava a reerguer as fábricas e a infra-estrutura destruídas, recriar eficazes sistemas de mercado com moedas estáveis e promover a criação de estruturas, dentro do país “beneficiado”, que evitassem o ressurgimento das barreiras protecionistas, tão características do período entre-guerras (Wallerstein, 2002: 185). Um investimento em países europeus como Inglaterra, França, Itália e Alemanha (Ocidental) poderia ter, e de fato teve, um rápido retorno (Skidmore & Smith, 1997: 375).

Emprestando dinheiro, fornecendo tecnologia, investindo capital, os Estados Unidos pretendiam fazer a economia européia voltar a crescer, assegurando oportunidades de emprego suficientes para apaziguar a crescente insatisfação das populações desses países. Melhorando o padrão de vida, menos gente insatisfeita daria ouvidos às idéias socialistas. Se os Estados Unidos olhavam com tanta preocupação para os problemas do pós-guerra, era porque, aos seus olhos, os países arrasados pela guerra pareciam um campo em ruínas habitado por miseráveis desesperados, propensos à radicalização, extremamente dispostos aos apelos de uma revolução social e de políticas econômicas que não fossem compatíveis com o sistema do livre comércio e investimento pelo qual os Estados Unidos e o mundo seriam salvos (Hobsbawm, 1995: 228).

Para os empresários e governantes norte-americanos, a expansão do socialismo – encarnado na União Soviética – representava uma ameaça que precisava ser combatida a todo custo. Para isso era necessário convocar aliados confiáveis, que aceitassem a orientação política dos Estados Unidos no cenário mundial: os países da Europa Ocidental e o Japão pareciam perfeitos para esse papel (Wallerstein, 2002: 185). A aliança foi formalizada em 1949 sob o nome de Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), ao passo que, com o Japão, foi assinado o Tratado de Defesa EUA-Japão.

A paranóia anticomunista

Assumindo a liderança desses dois grupos, os Estados Unidos estariam preparados para enfrentar a “ameaça vermelha” representada pela União Soviética. No entanto, é possível questionar o quanto de realidade havia nessa pretensa “ameaça soviética”.

A estratégia da ameaça externa aos Estados Unidos tornava-se conveniente para os governos norte-americanos, conscientes de que governavam uma potência mundial. Se a América não estava segura, essa falta de segurança também ameaçava os demais aliados, principalmente os europeus, fragilizados pelo cenário da própria guerra. Os EUA consideravam que não podiam abandonar a responsabilidade de liderar os países “democráticos” contra a “ameaça comunista”, considerada uma ameaça ao próprio capitalismo. Por outro lado, essa liderança lhes permitiria usufruir de todos os benefícios conseqüentes (Hobsbawm, 1995: 232).

Uma das peculiaridades da Guerra Fria foi justamente esta: não havia perigo verdadeiro de uma “conspiração comunista mundial”. Hoje é evidente – e provavelmente na época também o era aos governantes norte-americanos – que a União Soviética não era

expansionista, muito menos agressiva e nem estava interessada num avanço comunista maior do que estava estabelecido em conferências do pós-guerra (Hobsbawm, *id.*: 224).

No entanto, aquele foi um período de grande alarmismo, com toda uma retórica apocalíptica de ambos os lados, especialmente por parte dos Estados Unidos. O clima de terror servia somente para alimentar ainda mais a “espiral da Guerra Fria”. Concretamente, a histeria pública tornava fácil aos governantes norte-americanos conseguir dos cidadãos mais abastados – e também aterrorizados – os recursos necessários para implementar suas políticas.

O anticomunismo era muito popular nos Estados Unidos, um país construído sobre os princípios do individualismo, da propriedade e da iniciativa privadas, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos: o “americanismo” – uma idéia que poderia ser utilizada em clara oposição ao comunismo.

O americanismo acabou se tornando uma espécie de “ideologia nacional”, que já possuía traços de longa data, sendo reforçados no período posterior à Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 1950. Esses traços são o individualismo, a crença na iniciativa privada, a defesa das liberdades políticas (individuais), um patriotismo acrítico, a valorização da religião, e a confiança nas autoridades e nas instituições. Whitfield analisa o americanismo como um sistema de crenças que definia os norte-americanos em oposição aos comunistas:

O sistema de crenças que a maioria dos norte-americanos de classe média considerava sua herança – o tradicional compromisso com o individualismo competitivo na vida social, com o acento liberal nos direitos na vida política e com a iniciativa privada na vida econômica – foi adaptado às crises da Guerra Fria. Um patriotismo acrítico, muitas vezes, deu a forma às interpretações do passado (*apud* Rodeghero, 2002: 467).

Esse tipo de visão que os norte-americanos tinham a respeito de si e do seu país foi desafiado – e reforçado – nos anos da Guerra Fria, quando tiveram que se confrontar com o comunismo (Rodeghero, 2002: 467-8). Esse aspecto ideológico é caracterizado por alguns historiadores como uma das principais características da Guerra Fria:

[...] persuadiu milhões de norte-americanos a interpretar seu mundo em termos de insidiosos inimigos em casa e no exterior que os ameaçavam com a aniquilação nuclear e de outras formas. Ver o mundo através destas lentes escuras e distorcidas e estabelecer políticas globais e domésticas para conter estas ameaças ao mesmo tempo imaginárias e reais, foi e é, então, o maior impacto da Guerra Fria (Kuznick & Gilbert *apud* Rodeghero, 2002: 468).

A despeito disso, precisamos ter em mente que o anticomunismo nos Estados Unidos não foi um fenômeno exclusivo da Guerra Fria. Uma primeira grande onda de medo do comunismo atingiu o país no final da década de 1910. Nessa fase, o alvo preferencial eram os trabalhadores imigrantes que vinham da Europa trazendo doutrinas “perigosas”. Somou-se a isso o impacto que a Revolução Russa provocou no Ocidente (Rodeghero,

2002: 469-70). A presença de milhões de imigrantes no país instigava o medo dos norte-americanos. Esse medo foi transportado para o campo político, já que aos estrangeiros faltava o selo de “americanismo” e que uma minoria deles era portadora de doutrinas radicais (Kovel *apud* Rodeghero, 2002: 469). Durante o período entre guerras, a “ameaça vermelha” foi redefinida: agora o perigo era de uma conspiração dirigida por Moscou, que usava as estratégias da infiltração, manipulação e sedução ideológicas.

Mesmo durante a Segunda Guerra, quando a União Soviética era aliada dos Estados Unidos na ofensiva contra as tropas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), muitos norte-americanos – católicos patriotas, protestantes fundamentalistas, socialistas democráticos e muitos sindicalistas – permaneceram firmes em sua hostilidade tanto ao comunismo doméstico quanto ao internacional. Posteriormente, a Guerra Fria aproximou mais o governo federal desse tipo de demanda do eleitorado (Rodeghero, 2002: 470).

A paranóia anticomunista também afetou intensamente o jogo político partidário nos Estados Unidos. Os republicanos acusavam os democratas de tolerância em relação ao comunismo e isso acabou se tornando uma arma na eleição em que Eisenhower substituiu Truman (1952). Os republicanos criticavam a “política de contenção” adotada por Truman, que definia o sentido da ação dos Estados Unidos como o de conter os avanços do campo comunista (Rodeghero, 2002: 470).

A despeito de todos esses antecedentes do anticomunismo, é possível dizer que na década de 1950 a preocupação com a ameaça comunista interna se intensificou nos Estados Unidos. É notório o fenômeno conhecido como “macarthismo” encabeçado pelo senador norte-americano Joseph McCarthy, republicano de Wiconsin que se tornou famoso a partir de 1950, quando se lançou numa cruzada anticomunista sem precedentes em sua proporção, dentro dos Estados Unidos. McCarthy promoveu uma intensa campanha pela depuração dos “subversivos”, que, segundo ele, estavam em todas as instituições da sociedade norte-americana. Aquele foi um dos períodos mais sombrios da história do país, um sinistro e irracional frenesi de caça às bruxas (Hobsbawm, 1995: 232). Na verdade, o macarthismo foi um dos pontos altos de uma cultura política interna que já estava sendo construída, mas que ganhou reforço com o contexto da Guerra Fria e com as disputas partidárias do começo dos anos 50. O macarthismo, então, estava sendo encarado como o ponto alto – e, portanto, mais visível que os demais – de uma cultura na qual o anticomunismo tinha solo para crescer e prosperar (Rodeghero, 2002: 471).

Nessa tentativa frenética de deter o “avanço comunista”, o instrumento militar privilegiado foi a arma atômica. Desde o final dos anos 1940, assiste-se nos Estados Unidos a um forte aumento de atividades relacionadas à fabricação de bombas e aviões que pudessem transportá-las. A Aviação assumiu um papel predominante em relação ao Exército e à Marinha (Maiocchi, 1996: 40). O setor da indústria norte-americana responsável pela produção armamentista estava obtendo lucros exorbitantes, formando assim um poderosíssimo grupo de interesse que era favorável ao rearmamento, após a Segunda Guerra, e a uma política externa agressiva.

Aquele clima de terror citado anteriormente, provavelmente foi criado por esses grupos econômicos, que desejavam obter maiores parcelas das gigantescas verbas estatais destinadas à indústria bélica. A crescente pressão de políticos do Congresso norte-americano ligados a esses grupos por ações que fizessem retroceder a “ameaça comunista” acabou por comprometer Washington em uma estratégia cada vez mais voltada para as armas nucleares. Os Estados Unidos viram-se comprometidos com uma posição agressiva, de mínima flexibilidade tática (Hobsbawm, 1995: 232-3).

Esse alarmismo em torno da “ameaça soviética” era em grande parte injustificado, pois o poderio militar norte-americano nunca foi realmente ameaçado: enquanto a União Soviética testava sua primeira bomba atômica, os Estados Unidos já haviam produzido centenas delas (Maiocchi, 1996: 51).

No entanto, a União Soviética precisa manter um certo equilíbrio de forças diante dos maciços investimentos bélicos norte-americanos. Através da ação da espionagem, os soviéticos puderam ter em mãos os princípios necessários para a fabricação da bomba atômica. Construíram-na e detonaram-na em 1949. O fato de que a União Soviética conhecia os segredos da bomba atômica foi supervalorizado, alimentando ainda mais o alarmismo que impregnava a sociedade norte-americana. Iniciou-se assim uma verdadeira caça ao espião atômico, num clima extremamente tenso.

A guerra da Coreia, o medo da potência nuclear soviética, a convicção de que os russos só haviam conseguido sua bomba graças à espionagem, criaram nos Estados Unidos um sentimento de angústia coletiva, uma grande desconfiança e uma necessidade de punir a qualquer preço os que haviam posto a nação em perigo. Essa atmosfera de suspeita acabou atingindo até mesmo simples simpatizantes das idéias comunistas (Maiocchi, 1996: 46).

A bomba atômica soviética abalou muito a opinião pública norte-americana e serviu para acirrar ainda mais a corrida armamentista. Isso fez com que aumentassem as pesquisas em busca de armas mais destrutivas. O presidente norte-americano Harry Truman havia convocado os melhores cientistas para desenvolverem um instrumento ainda mais letal. Assim, em 1º de março de 1954, foi testada a bomba de hidrogênio, mil vezes mais potente que a de Hiroshima (Maiocchi, 1996: 50).

Em sua ofensiva, os Estados Unidos utilizaram a “estratégia da represália maciça”, que consistia em dissuadir o inimigo de iniciar a agressão, sob pena de um imediato e devastador ataque atômico. Politicamente, essa estratégia foi defendida por John Foster Dulles, secretário de defesa dos Estados Unidos entre 1952 e 1959, que nela fundamentou a política externa norte-americana. Ao aceitá-la, a Europa estaria submetida aos Estados Unidos, pois este era o único país da Otan a deter o controle das armas atômicas e o único que poderia decidir por uma intervenção (Maiocchi, 1996: 54-5). Percebe-se então que o pacto atlântico era baseado em um desequilíbrio de forças entre os aliados e que a sorte de todos dependia da vontade de um só deles.

A intensa corrida pela superioridade bélica faz com que se inicie também uma corrida ao espaço. Em 1957, a notícia de que os soviéticos haviam colocado em órbita o *Sputnik*

– primeiro satélite artificial – abalou ainda mais as relações estratégicas entre Estados Unidos e União Soviética. Esse lançamento tornou evidente aos olhos dos norte-americanos que os soviéticos poderiam utilizar essa tecnologia para construção de foguetes que transportassem bombas nucleares. Assim começava uma nova etapa da corrida armamentista, desta vez em direção aos mísseis (Maiocchi, 1996: 74).

Mas será que toda essa comoção era realmente justificável? A partir do momento em que a União Soviética passou a possuir armas nucleares, as duas superpotências abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. No entanto, a certeza de que nenhuma das duas iria querer apertar o “botão vermelho” tentava os dois lados a usar as ameaças nucleares como instrumento de pressão para fins de negociação. Vimos isso acontecer com a crise dos mísseis cubanos,¹ em 1962, que se revelou um exercício de força baseado na confiança de que nenhuma das duas partes queria a guerra. Os mísseis não foram disparados, mas por alguns dias o mundo ficou à beira de uma guerra desnecessária (Hobsbawm, 1995: 227).

Apesar desse incidente, não havia qualquer indício – nem probabilidade – de que a União Soviética queria uma guerra contra o Ocidente. Os roteiros febris de ataque nuclear foram em grande parte – senão na totalidade – criados pelos Estados Unidos. Se a destruição atômica não era uma ameaça real, o fato é que gerações inteiras se criaram sob o medo sombrio de uma batalha nuclear global que, acreditava-se firmemente, poderia estourar a qualquer momento, devastando totalmente a humanidade (Hobsbawm, 1995: 244).

O grande medo da guerra nuclear total foi um dos sinais mais marcantes da Guerra Fria, refletido no cinema, na literatura, na música, etc. O filme de Nicholas Meyer, *The day after*, produzido em 1983, expressa bem as preocupações que faziam parte do imaginário da maioria das pessoas nessa época. Nele, os horrores do pós-guerra nuclear são representados – um cenário apocalíptico que aguçava ainda mais as mentes já aterrorizadas.

Esse medo constante de uma catástrofe nuclear quebrava a tradição da idéia de progresso infinito da humanidade, que era uma das bases do Iluminismo e do Positivismo. O grande crescimento do saber científico estava conduzindo a população mundial não para um futuro luminoso e próspero como se pensava, mas para um futuro de incertezas e temores.

A divisão do mundo em zonas de influência

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética se reuniram em Yalta, onde ficou acertada a divisão do mundo em áreas de influência.

¹ A União Soviética decidiu colocar mísseis em Cuba em outubro de 1962, para contrabalançar os mísseis norte-americanos já instalados no lado soviético (Hobsbawm, 1995: 227). A crise foi superada com um acordo segundo o qual a URSS retirava seus foguetes de Cuba com a promessa norte-americana de que não invadiria a ilha (Sader, 1985: 21).

Cada parte do mundo ficaria sob o comando de uma das duas potências: uma não deveria interferir na zona de influência da outra. A União Soviética controlava uma parte do globo ou sobre ela exercia predominante influência – a parte correspondente à zona ocupada pelo Exército Vermelho após o término da Segunda Guerra e às regiões emancipadas pelos movimentos de libertação nacional. Os Estados Unidos exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita como de hegemonia soviética (Hobsbawm, 1995: 224).

Na Europa, as tropas soviéticas ocupavam a metade oriental e as norte-americanas ocupavam a metade ocidental. A fronteira era o rio Elba, na Alemanha, que o primeiro-ministro inglês Winston Churchill chamaria de “Cortina de Ferro”, em 1946. Aparentemente o acordo visava a preservar a paz na Europa, permitindo aos Estados Unidos e à União Soviética fazer os acertos políticos necessários em suas zonas de influência.

No entanto, o Acordo de Yalta possuía três cláusulas anexas que merecem ser analisadas. A primeira se referia ao funcionamento da economia internacional. A zona soviética não pediria nem receberia ajuda dos Estados Unidos para sua reconstrução. Isso obrigou esses países a se isolarem e permanecerem quase que auto-suficientes. Aos Estados Unidos não pareceu rentável investir na reconstrução dessas áreas, pois não havia garantias de que se tornariam um expressivo mercado consumidor de seus produtos (Wallerstein, 2002: 186-7).

A curto prazo isso representou grandes lucros para a indústria norte-americana, já que o lado soviético estava concentrando esforços na sua reconstrução. A segunda cláusula de Yalta situa-se no campo ideológico. Ambos os lados estavam autorizados à condenação mútua. John Foster Dulles pregava – com a concordância de Stálin – que a neutralidade era “imoral” (Wallerstein, 2002: 187).

O que se viu tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética foi uma intensa perseguição a todos os elementos que questionavam de alguma forma a ordem vigente, representando dessa maneira, aos olhos dos governantes, grande perigo. A terceira cláusula especificava que, fora da Europa – regiões conhecidas como “Terceiro Mundo”² –, não se permitiria fazer objeções aos pontos traçados na Conferência de Yalta.

Esse “acordo de cavalheiros” para manter a estabilidade mundial foi respeitado em várias ocasiões, como por exemplo, nas revoltas anticomunistas na Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968), em que a União Soviética interveio e os Estados Unidos apenas

² Tal conceito se baseou no fato de haver dois blocos dominantes. O Primeiro Mundo era formado pelos países do bloco capitalista desenvolvido: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. O Segundo Mundo, composto pelos países do bloco socialista desenvolvido: União Soviética e alguns países da Europa Oriental. O resto era o Terceiro Mundo: países subdesenvolvidos, seja do bloco capitalista seja do socialista. No entanto, essa expressão caiu em desuso na medida em que, a partir da década de 1970, tornou-se evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes (Hobsbawm, 1995: 353) e que cada qual possuía suas especificidades. Conscientes dessa problemática é que usaremos o termo daqui para frente.

protestaram; ou quando da intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965, em que a União Soviética não se envolveu.

No entanto, por vezes os acordos de Yalta não foram observados, como no episódio da Revolução Cubana (1959), em que a União Soviética passou a apoiar abertamente o novo governo instituído. Ou quando os Estados Unidos apoiaram os rebeldes anti-soviéticos no Afeganistão (1979).

A terceira cláusula foi a mais difícil de ser respeitada, pois os Estados Unidos não haviam previsto que o Terceiro Mundo iria se tornar tão turbulento (Wallerstein, 2002: 187). Os processos de descolonização no pós-guerra não estavam sendo encaminhados de forma pacífica, afinal, não seria sem resistência que as antigas potências coloniais européias cederiam a independência.

As revoltas no Terceiro Mundo estavam ficando fora de controle: a onerosa operação militar na Coreia, o prolongado combate no Vietnã, a ascensão de Nasser no Egito, a guerra de independência da Argélia e, na América Latina, inúmeras turbulências, que culminariam com a tomada do poder por Fidel Castro, em Cuba (Wallerstein, 2002: 191).

Considerando-se ameaçados em sua hegemonia, os Estados Unidos sentiram-se encorajados a intervir. E assim o fizeram, fosse militarmente ou por intermédio de sanções econômicas – esta segunda estratégia, a principal força norte-americana. Alguns pesquisadores argumentam que a União Soviética desempenhou um papel meramente secundário em todo esse processo, pois os movimentos contestatórios do Terceiro Mundo desafiavam a ordem internacional imposta pelos Estados Unidos, ordem da qual os soviéticos também faziam parte (Wallerstein, *ib.*).

O cenário pós-45 estava marcado por um forte clamor de nacionalismo e antiimperialismo nos países do Terceiro Mundo. Os governos norte-americanos, tão caracterizados pelo combate ao imperialismo europeu, haviam abandonado suas velhas tradições anticoloniais depois que o mundo se dividiu, e claramente começaram a buscar apoio entre os países mais conservadores do Terceiro Mundo – o Iraque, a Turquia, o Irã, o Paquistão, as Filipinas e a Tailândia (Hobsbawm, 1995: 350).

Apesar dessa adesão aos Estados Unidos, alguns países do Terceiro Mundo – os que tinham certa liberdade de ação – queriam evitar o alinhamento a um dos dois lados da polarização, ou seja, desejavam manter-se fora de uma possível Terceira Guerra Mundial (Hobsbawm, *op. cit.*: 350). Esses “não-alinhados” – alguns países da África e da Ásia – reuniram-se em abril de 1955 na Conferência de Bandung (Indonésia) com o propósito de unir os países do “Terceiro Mundo”. A conferência proclamou-se representante dos países não alinhados nem ao bloco soviético nem ao bloco capitalista, mas favoráveis à criação de sociedades igualitárias. A principal preocupação era a de manterem-se neutros no embate entre as duas potências:

[...] os Estados não-comunistas de Bandung não tinham qualquer intenção de envolver-se num confronto global de superpotências, pois, como provaram as guerras da Coreia e do Vietnã, e a crise dos mísseis de Cuba, eles eram a perpétua linha de frente em tal conflito. Quanto mais a

fronteira (européia) entre os dois campos se estabilizasse, mais provável seria, quando os canhões disparassem, que isso se desse em alguma montanha asiática ou matagal africano (Hobsbawm, *ib.*).

Outros temas discutidos foram a luta contra o neocolonialismo e o racismo, a defesa da união dos países e a cooperação internacional visando ao desenvolvimento em conjunto das nações “atrasadas”. Apesar de serem idéias muito interessantes, eram extremamente difíceis de serem aplicadas na prática. A maioria desses países – ou todos – eram fracos demais para se manterem numa posição independente e acabaram tendo de assumir um dos dois lados em conflito.

América Latina: a doutrina de segurança continental

Na América Latina, a adesão ao lado capitalista era quase que a única saída. Devido à proximidade com o “Grande Irmão do Norte”, essa parte do Terceiro Mundo ficou meio que à mercê da influência dos Estados Unidos, dentro do que havia sido estabelecido na Conferência de Yalta. Mas isso não quer dizer que todos os países latino-americanos assim procederam. Apesar de as forças repressivas norte-americanas trabalharem abertamente contra qualquer governo hostil aos seus interesses, nem por isso as forças sociais, políticas e econômicas dos países latino-americanos deixaram de buscar novas soluções para escapar à dominação imperialista. O governo nacionalista peruano de Velasco Alvarado (1968-1975) ou o governo chileno de Salvador Allende (1970-1973) mostram que essas forças buscam outros meios para desenvolver-se (Ianni, 1988: 34).

O caso cubano é digno de nota, por Cuba ter sido um país que ousou emancipar-se de Washington.³ Assim como os demais países da América Latina, Cuba tem um histórico de dependência colonial e exploração, primeiro do imperialismo europeu e depois do imperialismo norte-americano. Durante a primeira metade do século XX, a influência dos Estados Unidos na pequena ilha foi extremamente notada. De acordo com Sader (1985: 8) foi quase uma anexação política, seja direta, por intermédio de três ocupações militares norte-americanas na ilha, seja indireta, por meio de ditaduras ou governos fantoches, submissos à embaixada dos Estados Unidos em Havana.

Com uma economia centrada basicamente na agroexportação – assim como os demais da América Latina –, Cuba passou a ter quase que toda a sua produção exportada para os Estados Unidos, que passaram a controlar os principais engenhos. Em pouco tempo, a economia cubana estava quase totalmente nas mãos dos grandes empresários norte-americanos, os quais detinham o controle de 90% das minas, 50% das terras, 67% das

³ Quando nos referimos aqui à emancipação de Cuba em relação aos Estados Unidos não queremos dizer que a ilha seria uma colônia norte-americana nos mesmos moldes das que as antigas potências européias possuíam na América Latina. Referimo-nos à dependência de Cuba em relação aos Estados Unidos em decorrência da Emenda Platt, um texto anexado à constituição cubana, em que era reconhecido o direito norte-americano de controlar a política externa do país, bem como o direito a intervir “para proteger a vida, a liberdade e os bens de seus cidadãos”. Além disso, dava o direito de estabelecer em território cubano, a base militar norte-americana de Guantánamo (Sader, 1985: 7-8).

exportações e 75% das importações (Sader, *ib.*). Além disso, a máfia norte-americana também controlava o jogo, a prostituição e o tráfico de drogas. Até mesmo as praias do mar do Caribe já estavam se tornando propriedade exclusiva dos norte-americanos.

Um desses governos fantoches foi o do ditador Fulgêncio Batista, que, assim como os governos anteriores, foi marcado pela subordinação aos Estados Unidos. O movimento insurrecional encabeçado por Fidel Castro acabou depondo o ditador e tomando o poder, em 1959. Num momento inicial, a luta dos revolucionários cubanos teve um caráter democrático e popular, pois o intuito era acabar com a ditadura e estabelecer um governo em conformidade com os interesses do povo. Mas logo que o novo governo começou a colocar em prática suas reformas de cunho social e essas passaram a se chocar frontalmente com os interesses dos Estados Unidos, o movimento ganhou caráter nacionalista (Sader, 1985: 15).

A reação norte-americana foi logo sentida pelo novo governo, pois as profundas reformas sociais implementadas em Cuba – em especial, a reforma agrária – feriam mortalmente os interesses dos Estados Unidos na ilha. Já no início de 1960, o governo Eisenhower começava a articular a derrubada de Fidel Castro do poder, por intermédio de medidas repressivas, como o treinamento de forças revolucionárias anticastristas (formadas essencialmente por exilados cubanos) e represálias econômicas, como a gradual redução – até a completa supressão – da importação do açúcar cubano (Moura, 1991: 49). Diante das agressões norte-americanas, o governo cubano voltou-se para a União Soviética, inicialmente formando uma parceria econômica (exportação de açúcar e importação de petróleo). Mas, à medida que as necessidades de defesa aumentavam, a União Soviética se encarregavam de abastecer Cuba do armamento para montar sua defesa militar (Sader, 1985: 18). É importante entendermos que a Revolução Cubana não foi uma revolução socialista, pois, de acordo com Sader (1985: 19), “Cuba só assumiu consciente e explicitamente uma opção socialista depois de os enfrentamentos violentos com os Estados Unidos terem chegado a um choque frontal”. Num contexto de Guerra Fria, com o mundo dividido em zonas de influência, a aliança de Cuba com o bloco soviético foi quase a única solução, um “caminho natural de sobrevivência da revolução, bloqueada e agredida pelo sistema capitalista no seu conjunto” (Sader, 1985: 18).

Cuba era perigosa para os Estados Unidos nem tanto por sua opção socialista (que só ocorreu em 1961), e sim porque representava um exemplo para os demais países da América Latina, um exemplo de política externa e interna independente do imperialismo norte-americano (Moura, 1991: 49).

Quando isso ocorre, Washington trabalha abertamente para derrubar o governo hostil aos seus interesses, reeditando a chamada teoria do dominó, ou seja, a suposição de que a instalação de um regime esquerdista em um determinado país contagiaria rapidamente toda a vizinhança e levaria à ascensão de uma série de governos antiamericanos naquela área geográfica (Rossi, 1987: 64). Aos olhos dos Estados Unidos, a mais ligeira insinuação de que algum governo local poderia cair nas mãos dos comunistas praticamente garantia todo seu apoio a golpes de Estado (Hobsbawm, 1995: 342). Isso não ocorria

somente na América Latina, mas em toda a zona de influência norte-americana no Terceiro Mundo.

Nesse contexto, os Estados Unidos adotaram a doutrina da *contra-insurreição*: em aliança com a maioria dos governantes dos países da América Latina, iniciaram e desenvolveram um programa sistemático de militarização do poder político, sob o pretexto de atendimento dos legítimos desejos de modernização das forças de segurança (Ianni, 1988: 31 e 36), ou seja, com a “desculpa” de estarem promovendo melhorias na segurança interna dos países, os Estados Unidos, forneciam armamento, recursos financeiros e conhecimento técnico às forças anti-revolucionárias.

Os norte-americanos nunca esconderam sua tendência à intervenção direta nos pequenos países da América Latina que ousassem sair dos “eixos”⁴. No entanto, eram suficientemente realistas para não mandarem canhoneiras e fuzileiros aos Estados Maiores (Hobsbawm, 1995: 352). Onde não pudessem adotar a política da intervenção direta, os norte-americanos trabalhavam em conjunto com as forças mais reacionárias do país em questão. O Chile é um exemplo disso: em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente pela coligação Unidade Popular, formada pelos partidos Socialista, Comunista e Radical (social-democrata) e mais três grupos de esquerda (Rossi, 1987: 43). Isso era inadmissível aos olhos dos Estados Unidos, que acabaram por financiar uma conspiração contra o governo de Allende,⁵ culminando em seu assassinato, durante o golpe militar encabeçado pelo general Pinochet (1973). No Brasil, esse tipo de política norte-americana também foi aplicado – como veremos mais adiante.

O fluxo de recursos que os Estados Unidos destinaram para combater a subversão na América Latina era bastante considerável, seja a ajuda econômica aos regimes militares submissos a Washington ou o fornecimento do conhecimento necessário para luta contra-insurrecional. Parte desses conhecimentos já tinham sido desenvolvidos nas matas do Vietnã e foram transferidos para as forças de repressão na América Latina. Os métodos modernos de interrogatório policial foram deslizando para prática de tortura de presos políticos, ao mesmo tempo que se produziam justificativas dessa prática (Moura, 1991: 58).

Durante as ditaduras militares latino-americanas, instalou-se no poder uma máquina oficial de matar, prender, torturar, fazer desaparecer dissidentes de qualquer origem política – muitos até sem filiação política. Os dados são aterradores: o Uruguai chegou a ter seis mil presos políticos para uma população de apenas três milhões de habitantes, aproximadamente (o pior índice da América Latina).

Na Argentina, estimam-se 8.964 casos de pessoas desaparecidas (pessoas que foram seqüestradas pelas forças de segurança e nunca mais apareceram), mas grupos de direitos

⁴ Como fizeram na Guatemala com a derrubada do governo de Jacobo Arbenz Guzmán (1951-54), eleito com uma plataforma reformista e com o intuito de adotar uma política externa independente. Suas reformas atingiram em cheio os interesses das empresas norte-americanas instaladas no país. A reação de Washington foi a intervenção militar direta (Moura, 1991: 45).

⁵ Rossi (1987: 58) nos informa a quantia de oito milhões de dólares canalizados diretamente para os grupos que se opunham à Unidade Popular.

humanos calculam um número muito maior. O fato é que, por medo, inúmeras famílias deixaram de apresentar queixa antes ou depois do encerramento do ciclo militar (Rossi, 1987: 24-5).

Brasil: a paranóia interna e a segurança nacional

No ensaio “Balanço e perspectivas” (1906), Leon Trotsky fez a análise do chamado “Ensaio Geral”, na Rússia czarista, e destacou a importância dos fatores externos como deflagradores de determinados processos políticos e sociais num dado país. No caso russo, como se sabe, fora a guerra do Japão a responsável pela primeira grande tentativa revolucionária contra a autocracia dos Romanov.

Influências semelhantes também ocorreram em diversos episódios marcantes da história do Brasil, desde a organização do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, passando pelo golpe de estado que instituiu o Estado Novo, em 1937, e prosseguindo na aplicação da doutrina Truman, cujas exigências de alinhamento implicavam passar para a ilegalidade o Partido Comunista e, em consequência, criminalizar seus adeptos como inimigos, no contexto da Guerra Fria. Estas foram as mesmas circunstâncias que tornaram mais agudas a falta de tolerância ideológica e política, que culminaram com o golpe militar de 1964.

Para compreendermos o processo de instauração do regime militar no Brasil, em 1964, e suas complexidades, é fundamental recuarmos no tempo e indagarmos sobre as circunstâncias que o precederam, isto é, os aspectos das conjunturas nacional e internacional favoráveis ao golpe de estado, e que fornecem os pressupostos elementares que servirão como instrumentos justificadores do movimento político responsável pela instalação do regime militar, que se caracterizará como uma das fases mais dramáticas da nossa história.

O Brasil é uma parte dessa complexidade global, marcada pela Guerra Fria, e nela se insere como país latino-americano e também como país do Terceiro Mundo. É com esta dupla caracterização que devemos considerar nossa inserção no complexo de disputas do pós-Guerra, que Eric Hobsbawm classifica como uma Terceira Guerra Mundial,⁶ mesmo que peculiar, na qual EUA e URSS, irão disputar áreas de influência baseando-se nas suas respectivas capacidades bélico-nucleares.

Em decorrência dessas disputas geopolíticas e, conseqüentemente, do iminente perigo de guerra, este conflito foi marcado por um clima de constante tensão, evidenciada nos ataques mútuos entre as duas potências, nos quais os norte-americanos difundiram a idéia de que supostamente estariam à frente de uma “cruzada contra o Império do Mal”, referindo-se, claro, aos comunistas.

⁶ “[...] pois ela foi marcada pelo fato de não existir perigo iminente de guerra mundial [...] Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida (Hobsbawm, 2004: 224)”.

Entretanto, o anticomunismo não surgiu na situação posterior à Segunda Guerra Mundial. Ele existiu desde que o socialismo se apresentou como fundamento teórico de organizações políticas ligadas à classe operária e aos trabalhadores em geral. Aprofundou-se com a revolução de outubro na Rússia e com o estabelecimento ali do regime soviético (Sodré, 1984: 19). Por esta razão ganhou uma dimensão extraordinária durante a Guerra Fria.

No caso do Brasil, essa hostilidade ideológica já se manifesta na década de 1930, quando o capitão Olimpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da AIB (Ação Integralista Brasileira), simulou um plano de ação comunista, que ficou conhecido como “Plano Cohen”⁷. Com base nessa farsa, o general Eurico Dutra e o ministro da Justiça Francisco Campos, explícito defensor da ditadura como regime político apropriado para a sociedade de massas, consideraram a “ameaça comunista” como justificativa para a instauração da ditadura do Estado Novo. Interessante é que esses três personagens estarão juntos novamente, no golpe militar de 1964...

Apesar dessas tramas ideológicas e políticas, foi no governo de Getúlio Vargas que começou a assumir contornos definidos, no Brasil, o fenômeno do populismo⁸, marcando um momento de transição quanto ao “declínio das oligarquias, no qual cessou a existência de um elemento intermediário entre povo e governo, passando este a tratar diretamente com aquele” (Lopes, 1980: 65-66). Nesse período, o governo se aproximara das massas, fazendo-lhe concessões, como leis trabalhistas e “defendendo” os interesses nacionais, com o objetivo de usá-las como base de sustentação.

Outro fator externo foi fundamental para o declínio do chamado Estado Novo. A Segunda Guerra Mundial encerrou-se em 1945, com a rendição incondicional do Japão, após os norte-americanos lançarem as bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki. A participação do Brasil no conflito criou uma situação insólita na sua política interna: o mundo uniu-se contra o “mal maior”, o nazifascismo, enquanto o Brasil mantinha uma ditadura inspirada nesses regimes. O desgaste era inevitável, pois a conjuntura era contrária a regimes autoritários.

Foi nessas circunstâncias que, em 1943, circulou clandestinamente o “Manifesto dos Mineiros”, documento redigido por intelectuais que reclamavam contra a falta de liberdade no país e pedia o fim da ditadura estadonovista e a redemocratização.

Pressionado por todos os lados, Getúlio Vargas tomou algumas medidas para acalmar seus opositores: em abril de 1945, decretou anistia aos presos políticos e, em maio, convocou para o final do ano eleições para presidente e para representantes da Assembléia Constituinte. Nesse mesmo decreto, autorizava-se a formação de agremiações partidárias.

⁷ Segundo o Plano Cohen (que nunca existiu), forjado pelo então capitão Olimpio de Mourão Filho, os comunistas preparavam um banho de sangue, matariam personalidades políticas e incendiariam igrejas. Com base nesta farsa ocorreram prisões, torturas e mortes a pretexto de se combater o comunismo ateu.

⁸ O conceito de populismo aqui utilizado é o mesmo de Jacob Gorender, no livro *Combate nas trevas*, que não o reduz a demagogia e manipulação, aspectos secundários no contexto: “O populismo se define pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse comum entre burgueses e operários” (Gorender, 1987: 16).

Esse abrandamento do regime estadonovista foi fundamental para a permanência do *getulismo* no período vindouro, pois ocorreram várias mudanças de estratégia operada nos últimos anos do Estado Novo. Percebendo o novo quadro nacional e internacional, ocasionado pela vitória dos aliados na guerra, Getúlio iniciou um processo de reorientação política, que passava por alterações práticas de governo e de imagem (Motta, 1999: 82).

O foco desse “novo” Vargas foi o esforço sistemático de organizar uma legislação, que culminou com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943). Tais iniciativas resultaram na cristalização da imagem de Getúlio como “pai dos pobres”. Essa nova estratégia possibilitou também o lançamento do “queremismo”, campanha voltada para a permanência de Getúlio no cargo, que teve adesão, inclusive, de supostos inimigos políticos, como Luiz Carlos Prestes, que ficou preso por cerca de dez anos, durante o regime estadonovista, e que teve a sua mulher, Olga Benário, enviada aos campos de concentração, na Alemanha hitlerista, onde foi exterminada.

Apesar desse movimento, um golpe militar⁹ derrubou-o em outubro de 1945, dois meses antes das eleições que haviam sido convocadas (Motta, 1999: 86).

Vargas também desempenhou papel de destaque no período seguinte. Deixou sua marca sobre os dois principais partidos políticos que se configuraram em 1945, o PSD e o PTB, formados, respectivamente, por ex-interventores nos Estados e sindicalistas fiéis a Getúlio, que dominaram o cenário político até 1964.

O outro importante partido do período, a UDN, tinha como principal bandeira o antigetulismo. Portanto, mesmo caindo no ostracismo após 45, Getúlio permaneceu como figura central, servindo como elemento polarizador das disputas políticas do período democrático [1945 e 1964] (Motta, 1999: 87).

Simultaneamente, o anticomunismo multiplicou e aprofundou seus postulados. Referenciando-se na Guerra Fria, assumiu o centro da gravidade das ações políticas, a partir do momento em que a União Soviética não só sobreviveu à guerra contra ela empreendida pelo nazifascismo, mas emergiu, ao fim, como pólo de um novo sistema de forças.

Para a área capitalista do mundo, comandada pelos Estados Unidos, que haviam mantido o seu território imune aos efeitos do conflito armado e desenvolvido extraordinariamente a sua economia, à base dos fornecimentos aos seus aliados, tratava-se de impedir a todo custo que o socialismo se alastrasse, estimulado pelo que a vitória soviética representava. Com o advento da Guerra Fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia de Segurança Nacional.¹⁰

⁹ É importante observar que a presença dos militares no âmbito da política interna, a partir da Guerra do Paraguai e, principalmente, no período estudado, passou a ser uma constante.

¹⁰ Margaret Crahan, citada por Maria Helena Moreira Alves, identificou as origens de segurança nacional na América Latina já no século XIX, no Brasil, e no início do século XX, na Argentina e no Chile. Elas vinculam-se então a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e às tendências conservadoras do pensamento social católico, expressas por organizações como a *Opus Dei*, e a *Action Française*.

O anticomunismo forneceu os pressupostos elementares a essa doutrina: o mundo estava dividido em duas partes, em dois hemisférios inconciliáveis. O ocidental, “democrático”, “cristão”, “livre”, e o oriental, socialista, a que se atribuíam variados malefícios: o comunismo representava o materialismo mais grosseiro, a “violência”, a “violação dos princípios humanos”, a “agressão”, a “catástrofe”, uma espécie de “inferno bíblico”.¹¹ Como os dois hemisférios haviam atingido altíssimo nível de antagonismo, não havia possibilidade de conciliação. Conseqüentemente, a guerra era inevitável e, nela, não havia lugar para neutros ou para posições não alinhadas, os países situados no ocidente estavam obrigados a acompanhar a liderança norte-americana. Qualquer dúvida significava uma traição à pátria, à religião e à família.¹² (Sodré, 1984: 28).

A Guerra Fria gerou uma nova fase da doutrina militar brasileira. Essa nova doutrina estabelece que o perigo não está no exterior; ele é permanente e está no interior. Não são estrangeiros, mas nacionais, brasileiros, os que são tratados como inimigos nessa doutrina.

A ameaça interna e comunista referida anteriormente será uma retórica constante a partir de então. E se mostrará forte também no governo Dutra (1946-1950). Eleito pela coligação PSD/PTB, com o importante apoio de Getúlio, sua administração se caracterizou pelo liberalismo, se analisada do ponto de vista econômico, e pelo conservadorismo, no plano da política interna. A força apresentada pelo partido comunista¹³ nas eleições de 1945 incomodava as elites. Dutra, representando-as, tratou logo de implementar algumas medidas no sentido de barrar esse avanço, como nos mostra Motta (1999: 92-93):

Um decreto-lei editado em maio de 1946, pelo presidente Dutra e o próprio texto da nova Carta Magna forneceram a base legal para o cancelamento do registro do PCB. Determinava a lei a supressão de partidos cujos programas contrariassem os princípios democráticos, bem como daqueles que recebessem do exterior recursos financeiros, orientação ideológica ou qualquer outra forma de auxílio. O artigo 141 da constituição igualmente proibia o funcionamento de partidos que contrariassem os fundamentos do regime democrático. Apesar de não se terem reunido provas suficientes de que o Partido Comunista incorria nas transgressões mencionadas, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a cassação de seu registro, em maio de 1947 [...].

Meses depois, cassaram os mandatos dos parlamentares democraticamente eleitos pelo Partido Comunista. Essa onda repressora se deu também nos movimentos sindicais: cerca de 150 sindicatos sofreram intervenção do governo.

Foi instaurado um clima de “terror”, no qual era preciso combater com “unhas e dentes” a ameaça “comunizante”, que rondava a América. Essa medida se deu dentro do contexto do alinhamento do país ao Bloco anti-soviético através da assinatura do Tratado

¹¹ A Guerra Fria se caracterizou também como um conflito ideológico.

¹² Nesse contexto e sentido não fica difícil entender o que representaram as medidas de não-alinhamento de Jânio, que veremos adiante.

¹³ Importante ressaltar que o PCB foi posto na legalidade após o Estado Novo e a partir da entrada em vigor da constituição de 1945.

Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), seguindo uma conjuntura em que as nações tinham que se alinhar em um dos lados do mundo bipolar. Nesse sentido, qualquer movimento, por mais inofensivo que fosse, ou até uma simples aproximação em relação às massas (como é o caso dos governos populistas), era interpretado como uma tentativa de contestação à ordem e por uma questão de “segurança nacional”, que deveria ser, portanto, duramente combatido.

Segundo governo Vargas: o suicídio do golpe liberal (1951-1954)

O segundo período de governo de Getúlio Vargas é, segundo Francisco Iglesias, o mais curioso de sua carreira: “[...] Se adota a causa populista, cautelosamente mantém a burguesia, que tão bem representa e sempre defendeu, em jogo habilidoso [...]” (Iglesias, 1993: 263).

Getúlio articulou um ministério com diversas tendências políticas, fato irrelevante no caso, como sugere o próprio Iglesias (1993), pois sua personalidade se sobrepunha a tudo. Seu governo será marcado por muitas dificuldades, pois enfrentará uma forte e incansável oposição da imprensa, especialmente do destemido jornalista Carlos Lacerda¹⁴, bem como da oposição política, ainda que minoritária.

Vargas será constantemente acusado de estimular atividades populares perigosas em virtude de sua aproximação com os sindicatos.¹⁵ Nessa frente de oposição, o Partido Comunista (na ilegalidade) também se fez presente, porém com certa discrição, pois não pode apoiar nem adotar posição de hostilidade, já que está consciente da existência de grande apoio das massas a Getúlio. A mais considerável oposição era, sem sombra de dúvida, dos udenistas, contando com o apoio do empresariado cosmopolita ligado ao capital estrangeiro.

No aspecto econômico, Vargas adotou uma linha nacionalista. Criou, em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que teria funções de orientar o governo quanto às questões econômicas, no sentido de sugerir, projetar, corrigir os desvios e apontar os desequilíbrios. Porém a mais polêmica e importante realização foi a criação da Petrobrás, votada pelo Congresso Nacional em 1953, com o monopólio estatal do petróleo. Curiosamente este foi resultado de uma emenda proposta pela UDN, que, segundo Iglesias, pode ser visto como uma maneira de atingir o governo:

[...] Alguém poderia ver na proposta mais uma demonstração de antivarguismo pois o partido era opositor com intransigência: como o projeto governamental não estabelecia o monopólio, pedido pela campanha popular em que se destacavam militares, estudantes e sindicatos, a proposta do monopólio atingia mais uma vez as intenções oficiais. Sinceramente ou pelo simples desejo de criar dificuldade, o partido assumia posição nacionalista quase radical, contrária à sua linha de liberalismo avesso à ação decidida do Estado [...] (Iglesias, 1993: 265).

¹⁴ Registre-se que Carlos Lacerda terá participação direta no golpe de 64.

¹⁵ Observe-se a presença do discurso que servirá como justificativa para o golpe de 64, a idéia de “inimigo interno”. Acusação parecida se dará contra o presidente João Goulart.

Essas medidas implementadas por Getúlio desagradavam às elites conservadoras comprometidas com o grande capital. Criar-se-á, nesse ínterim, um clima de tensão, estimulado ainda mais por Carlos Lacerda, que, por intermédio de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, dirigiu uma campanha de ferozes ataques pessoais contra o presidente, segundo a qual Vargas era caracterizado como “o patriarca do roubo e o gerente geral da corrupção no Brasil”. Segundo Iglesias,

[...] Desde os primeiros dias [*de governo*] era acusado de pretender continuar a instaurar um regime de exceção. Articular-se-á, nesse sentido, sua derrubada, ou seja um golpe antes que ele desse outro golpe. Essa atitude de desconfiança gerou uma luta constante contra o governo. Posições extremadas impossibilitam o diálogo. Há denúncias de escândalos, favorecimento de empresas jornalísticas, acusações de corrupção e subversão [...] (Iglesias, 1993:266).

Esse empenho de Vargas com a causa nacionalista e com a implantação de grandes empresas públicas contribuirá para que sua segunda gestão transcorra em permanente crise.

Dificuldades de toda ordem, advindas de diferentes focos de resistência ao governo – dos militares, de uma direita cada vez mais vinculada à opinião pública, dos interesses estrangeiros exacerbados pela Guerra Fria – tornavam inviáveis as possibilidades de implementação de tais medidas (Camargo, 2004: 152).

A crise chega ao auge quando ocorre o famigerado “atentado da Rua Toneleros” contra o jornalista Carlos Lacerda, que recebeu um tiro no pé, e que também resultou na morte do seu segurança pessoal, o major da Aeronáutica Rubens Vaz. As investigações da polícia levaram ao assassino: era Climério de Almeida, diretamente ligado a Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas. A partir disso, tudo levava a crer que o crime havia sido tramado no Catete.

Esse fato criou uma situação política insustentável para Vargas. Os parlamentares pediam sua renúncia, civis e militares realizaram manifestações pedindo sua saída e seus aliados guardavam o completo silêncio.

Isolado, Getúlio Vargas reúne seu ministério no dia 23 de agosto de 1954, para buscar uma possível solução. Fica decidido que a melhor saída para a crise seria uma licença do presidente. Seu ministério, porém, é surpreendido na madrugada do dia seguinte, com o suicídio de Vargas. Ao lado de seu corpo estava a que ficou conhecida como “carta-testamento”, dirigida ao povo brasileiro, que causará uma grande reviravolta no quadro político. Na carta, Getúlio fez terrível denúncia do imperialismo e de suas alianças internas, em tom patético.

Muito divulgada na época, causou grande comoção e indignação na população brasileira. Segundo explicita Iglesias (1993):

[...] Vargas agia de modo programado. Não podia imaginar nada de mais impacto. Morto, tornava-se mais presente que vivo. Toda a política da segunda metade da década e da seguinte estaria em parte em função da carta-testamento. Até hoje ainda repercute. Temeu-se uma convulsão social, mas que não se verificou [...] (Iglesias, 1993: 267).

O suicídio de Vargas, sem dúvida o maior golpe de sua brilhante carreira política, pois imobilizou os adversários e eternizou o seu mito,¹⁶ foi seguido por uma grave crise política e social, uma vez que a sociedade responsabilizou a UDN, a oposição e os norte-americanos pelo suicídio.

Os jornais da oposição e a Embaixada dos Estados Unidos foram atacados por populares e o jornalista Carlos Lacerda teve que ficar sob proteção da Aeronáutica até rumar para a Europa. Nos dezesseis meses seguintes, até a posse de Juscelino Kubitschek, três presidentes passariam pelo governo: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

É importante notar o relevante papel desempenhado pela UDN, nesta e em outras tentativas de golpe que analisaremos mais adiante. O seu discurso é visto como conservador, reacionário ou de direita, embora empregasse sistematicamente a estrutura do discurso liberal (Maranhão, 2004: 278).

Os udenistas combatiam de forma extremamente violenta as articulações políticas muito praticadas na época, principalmente a quase invencível aliança PSD/PTB. Isso se deve ao fato de ser um grupo tradicionalmente perdedor e visto com muita hostilidade pela opinião pública daquele momento.

Suas práticas sempre apontavam no sentido de um *golpismo*, que substituísse o sistema eleitoral vigente por uma espécie de ditadura “regeneradora”¹⁷, que seria seguida pela implantação de uma verdadeira democracia, desprovida dos vícios, clientelismos ou empreguismos existentes naquela conjuntura. Esse era o discurso do mais popular dos udenistas, Carlos Lacerda.

A idéia de *golpismo*, associada a um constante combate a uma fantasiosa “infiltração comunista” e ao lado da imaginosa ameaça da implantação de uma “república sindicalista” por parte dos trabalhistas, foi uma retórica comum da UDN durante todo o período analisado e ganhou contornos mais claros pouco antes da queda de Vargas, quando o partido se aproximou dos quartéis.

Inicia-se a formação de uma oficialidade fortemente antigetulista e anticomunista, filha da Guerra Fria e da crescente influência direitista. E esse discurso será, como veremos, o mesmo utilizado pelos golpistas, em sua maioria membros da UDN, em 1964 (Maranhão, 2004: 278).

À morte de Vargas segue-se um período de crises políticas sucessivas, denunciando a fragilidade do vice-presidente Café Filho, que se bandeou para o lado da UDN, por ocasião do golpe de 1954.

A política econômica do presidente Café Filho enfatizou a tentativa de reduzir a taxa inflacionária, não sem descontentamentos entre industriais e em latifundiários, apesar do apoio da UDN. A participação udenista imprimiu ao modelo econômico o

¹⁶ O golpe que estava sendo articulado foi “adiado”, pelo suicídio.

¹⁷ Essa tendência favorável à ditaduras era muito difundida na sociedade brasileira, sobretudo nos meios mais conservadores, como alternativa necessária para as transformações fundamentais, conforme o pensamento dos intelectuais autoritários: Francisco Campos, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Miguel Reale, Plínio Salgado, dentre outros.

caráter liberal clássico propício à dependência estrangeira: Café Filho decretou a Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc), que criou uma série de facilidades e isenções para o capital estrangeiro em nosso país. Por intermédio dela, as empresas estrangeiras ficaram livres para realizar investimentos diretos na economia brasileira, sem cobertura cambial (Lopez, 1980: 111).

Quanto ao processo sucessório, os eleitores derrotaram mais uma vez as candidaturas da UDN (Juarez Távora), do PSP (Ademar de Barros) e do PRP (Plínio Salgado)¹⁸ e consagraram a tradicional aliança PSD/PTB, elegendo Juscelino Kubitschek para presidente e, para o cargo de vice-presidente da República, o trabalhista João Goulart, homem com fortes ligações com Getúlio Vargas e com o sindicalismo,¹⁹ e que conseguiu mais votos que Juscelino. Esta era uma expressão da aproximação política entre João Goulart e os meios sindicais, o que desagradava grandemente à elite conservadora e era visto como uma ameaça à ordem.

Lamentavelmente, e para desgaste das relações democráticas, os liberais da UDN davam mostras de suas tendências autoritárias: Carlos Lacerda não aceita o resultado das eleições e defenderá abertamente um golpe militar para que o país não fosse entregue, como ele dizia, a “comunistas” e “corruptos”. Seu jornal, *Tribuna de Imprensa*, publica um falso documento, a “Carta Brandi”,²⁰ a qual comprometia João Goulart, com esquemas de contrabando de armas, que segundo Lacerda, seriam utilizadas para equipar milícias radicais de esquerda que visavam tomar o poder.

A crise sucessória foi debelada pelo general Henrique Teixeira Lott, que se antecipa aos golpistas e deu o chamado “Golpe Preventivo”. Com as tropas nas ruas assume o poder, afasta Carlos Luz da presidência e impede o retorno de Café Filho. Em seguida, o governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal Nereu Ramos, que finalmente empossou, em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O episódio tem uma importância fundamental, na medida em que tornou evidente, na década de 1950, um componente estrutural decisivo da política brasileira, o poder militar.

Segundo Maranhão (2004), desde a Guerra do Paraguai, principalmente quanto aos escalões da oficialidade, mas sem qualquer prerrogativa de direito, o Exército brasileiro assumiu-se como centro de ação e decisão política interna.

O Exército brasileiro, contraditoriamente, distinguia-se do modelo liberal clássico, que caracterizava o espírito principalmente de seus aliados da UDN, porque não se

¹⁸ O candidato do PRP, Plínio Salgado, é fundador da antiga AIB (Ação Integralista Brasileira), agremiação política do primeiro período getulista, com nítidas tendências fascistas.

¹⁹ O PSD buscou essa aliança pois Jango oferecia a possibilidade de atrair votos do eleitorado urbano pela sua ligação com o sindicato. Ele havia sido ministro do Trabalho de Vargas, estando à frente da proposta de aumentar em 100% o salário dos trabalhadores, que será um dos pivôs da crise que ocasionará o suicídio de Getúlio.

²⁰ Tal como no falso documento conhecido como “Plano Cohen”, elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, o falso documento desta vez foi de autoria de Carlos Lacerda. Ambos os falsários estarão participando do golpe militar de 1964.

assumia “como corpo profissional que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltando porém principalmente para a afirmação da soberania perante o exterior” (Maranhao, 2004: 268).

Sempre alheias à Constituição, as Forças Armadas comportavam-se como se estivessem acima desta e, como uma organização da sociedade civil, circulavam livremente exercendo interferência nas esferas de poder,²¹ como se fosse detentora de atribuições típicas e excepcionais de uma espécie de Supremo Judiciário Político, acima dos clássicos poderes constitucionais.

Essa aberração encontrava apoiadores entre udenistas, pessedistas e remanescentes integralistas e fascistas e foi fundamental para o êxito do golpe implementado em 1964 contra o governo Goulart.

Nacional-desenvolvimentismo e conciliação

A estratégia da conciliação foi o fio condutor do governo Juscelino Kubitschek (Camargo, 2004: 166). Se comparado a outras épocas, podemos defini-lo como um período que associou tranqüilidade política e prosperidade econômica. O planejamento econômico seria a inovação aplicada na viabilização do Plano de Metas, que era claramente favorável à modernização e visava a aprofundar o processo de industrialização nacional, por meio de um programa de substituição de importações, que buscava incentivar a substituição dos investimentos públicos por investimentos privados de capital nacional e estrangeiro. As metas foram realizadas sobretudo por intermédio da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), baixada durante o governo Café Filho.

O déficit público, a inflação, a entrada maciça de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, e a maior presença do Estado nas atividades econômicas também caracterizaram o governo de Juscelino, quando se intensificou o processo de urbanização, o deslocamento de população no sentido rural-urbano, em busca de oportunidades, mas propiciando a emergência de novas demandas sociais.

O nacional-desenvolvimentismo, com a sua ideologia veiculada, tentava ocultar, com relativo sucesso, a subordinação do capital nacional ao estrangeiro, e também os conflitos e tensões existentes no âmago da sociedade brasileira. Sua política econômica concedeu privilégios a vários setores, em particular à indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, dentre outros) e de bens intermediários. Segundo salienta Maranhão (2004):

²¹ Geralmente, os militares são formados e treinados com um objetivo básico, às vezes único: o de guerrear. Como os exércitos latino-americanos não tinham perspectivas de guerrear, toda uma formação pessoal e profissional ficava frustrada. Essa é uma das razões por que as forças armadas são facilmente seduzidas pela política nos países subdesenvolvidos – nada têm a fazer. Conotação diferente possuem as forças armadas nos países desenvolvidos, que ainda conservam a sua função tradicional e externa (Chiavenato, 1998: 50).

[...] Mantendo uma autonomia relativa diante das forças sociais em conflito, o Estado redireciona a economia sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos preexistentes, sem alterar a correlação de forças entre as classes dominantes, sem tocar no delicado equilíbrio de alianças e compromissos entre setores produtivos. Promovendo um intenso crescimento industrial, não procura solucionar as agudas contradições do desenvolvimento [...] (Maranhão, 2004: 264).

O extraordinário poder simbólico e ideológico da política mudancista nascia da aceitação quase unânime de que o conceito de nação era impróprio para qualificar a realidade brasileira, caracterizada pela desarticulação física, econômica, social e cultural. A existência de um forte apelo emocional e patriótico na idéia de integração nacional criou uma ampla base de sustentação política e social ao governo JK. (Moreira, 1998: 247)

A construção de Brasília foi utilizada como símbolo para desviar a atenção da opinião pública, de muitos outros problemas difíceis no setor social e econômico, tais como a reforma agrária. Os otimistas do regime de Kubitschek diziam que a mera construção da nova capital teria efeitos colaterais, levando vários outros problemas em questão à solução (Skidmore, 1969: 208).

Não obstante, os limites sociais da medida eram claros. A conquista do Oeste estimulada pelo Estado não previa uma política agrária capaz de regulamentar o processo de posse e aproveitamento econômico das regiões cortadas pelo cruzeiro rodoviário. Ou seja, não existia uma proposta de reforma agrária. O governo JK, baseado num plano industrialista, desenvolvimentista e modernizador encontrou na construção de Brasília um canal de diálogo e um meio de atender às demandas do setor rural (Moreira, 1998: 248).

Os ruralistas não se mostraram resistentes à construção de Brasília, pois ela sinalizava para o equilíbrio de interesses entre o capital industrial e o agropecuário, substituíva a reforma agrária e isolava os poderes públicos no silêncio do Planalto Central. “Existe uma considerável dose de exatidão histórica na constatação de que Brasília foi o maior símbolo do governo JK, ajudando a cooptar corações e mentes de seus contemporâneos” (Moreira, 1998: 250).

Em suma, o governo de Juscelino Kubitschek foi capaz de articular uma conciliação por intermédio da implementação de medidas como a construção de Brasília, que não desagradava à elite conservadora e, conseqüentemente, foi capaz de manter o equilíbrio no poder. Isso adiou, por alguns anos o golpe militar e reacionário que viria alguns anos após o fim de sua gestão. Não obstante, o governo Juscelino, ao tempo em que propiciou condições econômico-financeiras para o desenvolvimentismo, deixou acumular-se os problemas sociais, que já eram, desde Getúlio Vargas, problemas típicos de políticas públicas, que necessitavam de planejamentos e fundos próprios, em simultaneidade com as providências desenvolvimentistas relacionadas com o sistema viário, o suprimento de energia, as indústrias de base, de bens duráveis e de consumo em geral.

O breve e controvertido governo Jânio

“Falei de forças terríveis porque ocultas elas nunca foram...”

— JÂNIO QUADROS

O curto e polêmico governo de Jânio Quadros foi marcado por profundas ambigüidades e surpresas. No primeiro aspecto, refiro-me à contradição básica e fatal de sua política interna conservadora contraposta a uma política externa progressista e de não-alinhamento.

Jânio Quadros foi um político de carreira meteórica. Eleito vereador na cidade de São Paulo, em 1947, foi deputado estadual, em 1950, e prefeito em 1953. Em 1954, foi eleito governador, derrotando o quase imbatível Ademar de Barros, além de ter sido eleito também deputado federal em 1958, pelo PTB, para mostrar sua independência frente aos partidos.

Ocupou esses vários postos (poucas vezes concluiu o mandato) e não se comprometia com nenhum partido político. Em 1960, nas eleições, chega como o franco favorito a ocupar a presidência da República. Eleito, foi empossado em 31 de janeiro do ano seguinte.

Candidato naquela eleição pelo PDC (Partido Democrata Cristão), apoiado pela UDN (União Democrática Nacional), Jânio Quadros ganhou com certa tranqüilidade o pleito, totalizando 48,3% dos votos.

Em campanha, apresentou-se como homem simples, que lutaria contra os poderosos, para moralizar a política e assim trazer melhorias para a vida dos menos favorecidos. Assumiu o arquétipo de “porta-voz da vontade do povo”, conforme dizia nos discursos. Seu vice, João Goulart, chegou ao poder pela chapa comandada pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que indicava o general Henrique Teixeira Lott à presidência. Lott possuía fraco apelo popular. Sua derrota era previsível.

Embora indiscutível nas urnas, Quadros também se encontrava em situação desconfortável: havia feito aliança para concorrer ao pleito com uma corrente política impopular e tradicionalmente perdedora, liderada pela UDN.

Mas, para vencer, teria que conquistar votos “nacionalistas” e “populistas” de seu adversário. A solução foi a inevitável “dobradinha” com João Goulart. Este, por sua vez, ante a iminência de perder as eleições, se continuasse fiel à candidatura Lott, passou a estimular a “dobradinha Jan- Jan”. Isso era possível graças à legislação da época, que permitia aos eleitores votarem em candidatos a presidente e a vice de chapas diferentes. Os resultados apontaram como vencedores Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente (Chiavenato, 1998: 9).

Jânio Quadros herdou uma dívida externa de 2 bilhões de dólares (Iglesias, 1993: 279) e uma inflação altíssima, devido, segundo ele, à irresponsabilidade do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Ante o quadro catastrófico, Jânio prega a necessidade de contenção de despesas públicas, aperto geral, arrocho. A classe média se delicia com a fala moralizadora e

austera de combate à corrupção, promessa que não é cumprida, como acontece com todos os discursos do gênero (Iglesias, *ib.*).

Jânio adota severa política de contenção. Tais medidas consolidam seus laços com as classes produtoras, com medo da possibilidade de uma incontrolável escalada inflacionária, além de tranquilizar as fontes financiadoras internacionais e os Estados Unidos (Camargo, 2004: 168).

Porém não demorou muito a desagradar aquelas forças que o haviam conduzido ao poder, em especial a UDN. Apesar de constituir um ministério comprometido com os grupos multinacionais, Jânio ensaiou algumas medidas que incomodaram certos setores. Começou sua gestão de modo ousado. “Realizará um governo do tipo bonapartista, de acordo com a expressão evocada da política francesa”, que vem a ser a ação do Estado, por um executivo forte, praticamente ignorando a presença do legislativo e de partidos. (Iglesias, 1993: 278).

Uma revisão histórica dos curtos sete meses do governo Quadros, indica a profundidade de algumas modificações que pretendia introduzir no plano social e que o conduziram, seja por inconformismo seja por pressão, ao impasse de sua renúncia (Camargo, 2004: 168).

As expectativas populares perante o governo de Jânio Quadros diziam respeito às demandas sociais, a exemplo da reforma agrária. Ocorre que tais demandas não pertenciam à pauta das bases partidárias janistas, especialmente as udenistas. Paralelamente, o governo mostrava independência, representada por tomada de decisões que suscitavam interesses contrariados. “O jogo populista atinge, efetivamente, com Quadros, um poder ofensivo que o distingue dos demais populismos, conferindo ao seu instável e meteórico desempenho um grau máximo de autonomia” (Camargo, 2004: 169).

O governo Jânio foi inovador em termos de política externa, mas encontrou resistências interna e externamente à ousadia soberana e emancipadora que caracterizava a política externa independente, pelo caráter precursor de defesa da autodeterminação dos povos, bem como pela demonstração de soberania ao estabelecer e manter relações diplomáticas em função dos próprios interesses nacionais. Rompia-se com a tradicional subserviência aos Estados Unidos, causando impacto e perplexidade nos círculos diplomáticos de Washington, pois a posição de Jânio fere frontalmente a tradição já consolidada.

Essa iniciativa de Jânio Quadros corresponde a uma estratégia governamental já delineada, quando ainda em período de campanha anuncia profeticamente, no Cairo, então sede política do Terceiro Mundo neutralista, que o Brasil pretende, em duas décadas, compartilhar dos círculos políticos das grandes potências, dividindo com os EUA a supremacia continental (Camargo, 2004: 169).

Buscando esse caminho da neutralidade, toma uma série de iniciativas que incomodam enormemente os conservadores, os anticomunistas e as Forças Armadas. Iniciou conversações para restabelecer relações diplomáticas com a URSS; enviou o vice-presidente João Goulart em missão oficial à China comunista de Mao Tse Tung e defendeu a

entrada deste país na ONU (Organização das Nações Unidas); condenou a política agressiva norte-americana em relação à Cuba de Fidel Castro, além de ter recebido e condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional, o argentino e líder da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara.²²

Nesse sentido, o desequilíbrio entre a política externa e interna se reduz a este último episódio, que suscita muitas reações e precipita sua renúncia. O impacto negativo desse novo alinhamento de Jânio deve-se à nova conjuntura internacional, que não o favorecia. A ousadia libertária de Fidel Castro, em 1959, à frente do Movimento 26 de Julho, repercutia duramente em abril de 1961, quando fracassou a aventura dos Estados Unidos na invasão da Baía dos Porcos.

Perante esse duplo fracasso, os EUA cobravam das nações latino-americanas o pronto alinhamento e a imediata ruptura de relações com o governo de Fidel Castro. Mas a nova doutrina diplomática brasileira tinha clara posição em favor da autodeterminação, o que orientava a política exterior tanto em relação às libertações africanas quanto asiáticas.

Com essa personalidade controversa e ignorando acintosamente a influência dos partidos, Jânio logo perdeu o apoio que deveria sustentá-lo no governo. A reação da ala conservadora da política brasileira foi violenta e fulminante. Além das fortes críticas que passou a receber de todos os lados, o governador da Guanabara e arauto da direita, Carlos Lacerda, objetivando vingar-se da condecoração de Guevara, homenageia Tony Verona, o líder (ou que se apresentava como tal) da contra-revolução cubana (Chiavenato, 1998: 11).

O lado do estadista com tendências progressistas ficou marcado pela introdução da política externa independente e neutralista, que terá efeitos irreversíveis a longo prazo, junto com outras medidas que também suscitaram polêmica, a exemplo das providências disciplinadoras da remessa de lucro:

[...] A lei de remessa de lucros é encomendada à assessoria direta do presidente, que a ele envia duas propostas, uma mais moderada, elaborada por Otávio de Gouveia de Bulhões, da Sumoc, e encaminhada através do ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e outra, de iniciativa de João Agripino, ministro das Minas e Energia e de conteúdo mais nacionalista [...]. Após exame atento, a presidência remete à Câmara projeto de lei que será defendido, junto com outras medidas, como a lei antitruste, e a reforma agrária, por deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, em tumultuada sessão na Câmara nas horas que antecedem à renúncia de 25 de agosto [...] (Camargo, 2004: 179).

Essas iniciativas abalaram os acordos políticos conservadores firmados em época de campanha. A mais polêmica iniciativa política encaminhada ao Congresso foi, sem sombra de dúvida, relativa à reforma agrária, predisposição já demonstrada ainda em época de

²² É importante registrar que a Revolução Cubana e a conseqüente condecoração de Che Guevara, se deu no auge da Guerra Fria, discutida no capítulo anterior.

campanha. O anseio de implementar transformações no campo, incluindo ampla reforma na estrutura fundiária do país, será alvo de muitas críticas e ataques que culminarão com insatisfações por parte das forças que o haviam conduzido ao poder, especialmente a UDN.

A reforma agrária foi questão pautada pelo presidente Jânio desde o início do governo, introduzida por lideranças civis e políticas, a exemplo do deputado federal Fernando Ferrari, que, por ocasião da reunião nacional do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), do qual era presidente, “reafirma ser a reforma agrária ampla e profunda o problema prioritário do Brasil. Devendo ter por corolário a resolução dos demais problemas nacionais”. Como primeira etapa da mesma, Ferrari sugere a adoção do “Estatuto do Trabalhador Rural”, de sua autoria e já em debate desde governos anteriores, a ser aprovado em caráter de urgência (Camargo, 2004: 170).

Jânio insere a questão agrária como compromisso de reorganização jurídica, objetivando as exigências superiores de progresso, bem-estar e segurança. Assim, o governo se dispõe a aplicar ao mundo rural variados tipos de medidas: da penalização tributária ao confisco, redistribuindo as riquezas em função da produtividade e dos investimentos de capital e de trabalho, de tal forma que seja punido o absenteísta, o especulador ou o inepto, em favor daquele que realmente trabalha a terra (Camargo, 2004: 171).

Nesse contexto surgem diversas sugestões de reforma agrária, como a recomendada num simpósio realizado pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), em que a transformação da estrutura fundiária no campo era vista, acima de tudo, como uma política que permitiria a consolidação do regime democrático, sem tocar, no entanto, na questão de uma possível reforma constitucional.

Em 3 de agosto, Jânio reforça publicamente a proposta de José Joffily, proclamando a caducidade da estrutura agrária brasileira e o combate frontal ao latifúndio. E declara apoio incondicional de seu governo a uma reforma agrária que corresponda às necessidades sociais e econômicas do país.

As reações não se fizeram esperar. Foram fulminantes e violentas. Os proprietários rurais falam através de seu líder mais expressivo, Íris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira, que conclama os líderes da categoria a ficarem atentos às modificações que se avizinham. Inúmeras outras dificuldades aparecem para barrar a aprovação da reforma agrária. No parlamento, as dificuldades políticas se avolumam. Um grupo conservador defende a tese da intocabilidade da propriedade privada, sugerindo que qualquer reforma que viesse a ocorrer deveria se limitar às terras devolutas.

No dia 23 de agosto de 1961, a proposta de reforma agrária de José Joffily foi rejeitada pelo Congresso. Mas, em 25 de agosto, Jânio renuncia deixando esta importante questão em situação de orfandade.

As forças conservadoras contrárias à reforma agrária não estavam ocultas. As forças conservadoras secularmente aliadas do capital estrangeiro também não estavam ocultas. As outras forças tradicionais igualmente acomodadas com a subserviência ou dependência em matéria de política externa também não estavam ocultas. Entretanto, o que é por

demais extraordinário é que, comparando-se com a plenitude dos anseios sociais, o enfrentamento conservador e reacionário foi realizado por uma minoria da sociedade nacional: as elites apresentaram reações produzidas pelo receio de mudanças que afetassem suas hegemonias na ordem estabelecida.

O que é mais importante é ter clareza de que, já no governo Jânio Quadros, as necessárias reformas eram rejeitadas com hostilidade e perda de base política de sustentação no Congresso. E assim o será no governo de João Goulart, quando as mudanças necessárias forem sistematizadas com um conjunto de reformas de base.

João Goulart: a crise, o agravamento e o golpe de 64

É como se o tempo pudesse parar... Ah! Se o tempo pudesse parar... Quantos votos conservadores elegeram Jânio e Jango?...

Esta pergunta deve logo ser antecipada, antes de construirmos o roteiro, antes de notarmos os posicionamentos dos diversos autores. A resposta deve logo ser delineada, informando que diversos parlamentares do PTB de João Goulart foram se filiar à Arena, talvez por razões fisiológicas, porque eles já eram mesmo assim no próprio PTB. Quase todos os parlamentares da base udenista de sustentação de Jânio Quadros também foram se filiar à Arena, tal como a maioria dos parlamentares do PSD.

O que se pode imaginar acerca do general Teixeira Lott, na presidência da República? O certo, na ocasião, era que PSD e PTB não tinham clareza e firmeza de posição quanto às reformas de base, especialmente em relação àquelas relativas aos anseios populares, ou de caráter populista, como proferem outros estudiosos que empregam de forma duvidosa o termo populista.

O que se pode admitir antecipadamente é que as eleições de Jânio e de Jango não podem ser tratadas como erro de pessoa. Imputar às pessoas esta ou aquela caracterização é desviar-se da essencialidade do problema. Em três décadas, continuamente, a sociedade brasileira participou, direta ou indiretamente, das transformações urbano-industriais que trouxeram para o primeiro plano atores e coadjuvantes até então secundarizados.

Os recursos necessários para investimentos nos empreendimentos urbano-industriais eram sempre numerosos, assim como os requisitos tecnológicos. Por conseguinte, as demandas requeridas pelos setores secundário e terciário eram mais complexas, inclusive quanto aos recursos humanos. Este é o cerne do problema. Perder a condição hegemônica que sempre teve o setor primário exportador. Passar esses atores para o segundo plano ou situá-los em plano de igualdade com as novas demandas econômicas, sociais e políticas.

Ao longo de três décadas, digamos 1934-1964, o Estado também realizou investimentos como empreendedor, em importantes empresas de economia mista, reforçando sua parceria com setores do capital privado aplicado em empreendimentos urbano-industriais: foram investimentos e parcerias em setores essenciais como transportes, energia, siderurgia, mineração. Essa parceria não ocorreu em empreendimentos agro-exportadores.

Aliás, projetando nova candidatura à presidência da República, Juscelino Kubitschek ensaiava um diálogo pertinente com esse setor primário, sugerindo que também poderia fazer “cinquenta anos em cinco” no âmbito das atividades agrárias: seria, assim, um esforço modernizante.

Antecipadas estas considerações, podemos retomar o processo histórico, afirmando que a renúncia de Jânio agravou ainda mais a crise política, já que os conservadores e reacionários construíram com os militares a aliança do atraso ou, se estivéssemos no Período Regencial, a aliança *regressista*, a qual adjetivou os progressistas de então como anarquistas e desordeiros que ameaçavam a ordem e a integridade da nação.

E os militares fizeram o pacto com o atraso! Certamente pensaram que a UDN representasse a *modernosidade*... Em 1960, as lideranças militares brasileiras já estavam envelhecidas, não necessariamente na idade biológica, porque ainda havia lideranças *tenentistas*. As lideranças militares estavam envelhecidas no tempo, quanto às idéias, quanto às utopias. Ah! Já não havia lideranças militares como antigamente, identificadas com o progresso. E assim, carregados de ressentimentos cultivados desde 1922, acudiram os conservadores e reacionário como se fossem capitães-do-mato; acudiram os conservadores e reacionários como tropa de ocupação, a serviço dos centros hegemônicos articuladores da Guerra Fria.

Foi assim que militares e políticos conservadores e reacionários aliançaram-se na aventura da ilegalidade, na tentativa de impedir a posse constitucionalmente legítima do presidente João Goulart.

No dia seguinte à renúncia, os ministros militares vetaram a posse de João Goulart,²³ que estava em missão especial na China Popular, em iniciativa pioneira e soberana para reatar relações diplomáticas e abrir mercado para as exportações brasileiras. O presidente norte-americano Richard Nixon faria o mesmo que João Goulart: reataria relações diplomáticas com Mão Tse Tung. E nem por isso foi chamado de comunista.

Então, Ranieri Mazzilli, como presidente em exercício, enviou ao Congresso uma mensagem endossada pelos ministros militares, na qual desaconselhava o retorno de Jango ao Brasil “por motivos de segurança nacional”.²⁴

As Forças Armadas não poderiam admitir que tomasse posse como presidente da República o mesmo homem que, em 1953, impediram de exercer o cargo de ministro do trabalho de Getúlio Vargas, o mesmo que defendera aquele polêmico aumento de 100% do salário mínimo. Era inaceitável ocupar o poder um defensor da misteriosa

²³ Os ministros militares eram Gabriel Grüm Moss, da Aeronáutica; o general Odílio Denys, da Guerra; e o almirante Silvio Heck, da Marinha.

²⁴ Observe-se que, entre 1945 e 1965, menos de vinte anos, os militares, no Brasil, depuseram quatro presidentes, todos acusados de tendências esquerdistas. E todas as vezes a propaganda do golpe militar alicerçou-se no anticomunismo. Não importa aqui analisar a veracidade de tais acusações, mas a constância de seu uso. E, em todas as ocasiões de golpe, a ideologia da segurança nacional esteve presente.

“República Sindicalista”, para cuja implantação conspirava com argentinos, como diziam os udenistas na falsa “Carta Brandi” revelada por Carlos Lacerda.²⁵

A maioria dos congressistas se posicionou contra o veto à posse de Jango, e a mobilização popular em favor da legalidade se ampliou no país, em verdadeira frente ampla. A sociedade, em sua plenitude, ficou contra as lideranças conservadoras que manipularam as instituições Forças Armadas em favor da ilegalidade, contra o cumprimento da Constituição.

Ainda renitentes, os ministros militares ameaçaram usar as instituições Forças Armadas para fechar o Congresso, caso não encontrassem uma saída “legal” para o impasse, um arranjo político que impedisse a posse de Goulart.

Mas as divisões evidenciaram-se no interior das Forças Armadas, já que muitos membros importantes da oficialidade posicionaram-se ao lado da sociedade majoritariamente democrática, e defenderam o cumprimento da Constituição. Dentre estes, destacou-se o general Henrique Teixeira Lott, que logo se posicionou. No Rio Grande do Sul, o III Exército liderado pelo general Machado Lopes liderou a campanha em defesa da Constituição, da legalidade e da posse de Jango.

Nesse episódio o governador Leonel Brizola abriu as portas do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, em favor da “Campanha da Legalidade”, como ficou conhecido o movimento. Montou-se uma rede radiofônica, que transmitia notícias para todo o Brasil, a partir de Porto Alegre, e cerca de 500 mil pessoas voluntárias gaúchas atenderam ao apelo e apresentaram-se para defender a posse de João Goulart. A Polícia Militar se transformou praticamente em milícia revolucionária.

Vetar a posse tornou-se difícil, pois não seria apenas um golpe contra a Constituição, mas contra a vontade popular politicamente mobilizada e contra parte das Forças Armadas. Poderia ter sido uma guerra civil.

Mesmo assim, em clima de agitação, o Congresso votou, no dia 2 de setembro de 1961, a favor de uma emenda constitucional que instituía o parlamentarismo no Brasil, cuja continuidade deveria ser submetida a um plebiscito em 1965, exatamente ao final do governo. Apesar de tudo, Jango aceitou a proposta conciliatória, evitando o conflito com os setores conservadores da sociedade brasileira.

Durante a vigência do parlamentarismo foram três, os primeiros-ministros que estiveram à frente do poder executivo no Brasil: Tancredo Neves, Francisco Brochado da Rocha e Hermes Lima. Entretanto, diante do fracasso do sistema e após intensa campanha popular, o plebiscito foi antecipado em dois anos, e, por ele, decidiu-se pelo retorno ao presidencialismo.

²⁵ A Carta Brandi, conforme já vimos, foi um documento falso, publicado em 1955, pelo jornal *Tribuna de Imprensa*, pertencente ao udenista Carlos Lacerda, que relacionava João Goulart, vice de Juscelino Kubitschek, eleito para o mandato 56/60, ao contrabando de armas. Segundo a carta, essas armas seriam utilizadas para armar milícias populares para subverter a ordem. A publicação deste documento tinha como objetivo incriminar o vice-presidente, para impedir a posse de JK. É o contexto em que o general Henrique Teixeira Lott instaurou o chamado “Golpe Preventivo” visando a garantir a posse do presidente recém-eleito.

As Reformas de Base e a conspiração

Já no regime presidencialista restabelecido, João Goulart, ao lado de figuras como Santiago Dantas (ministro da Fazenda) e Celso Furtado (Reforma Administrativa), lançaram, em 1963, o Plano Trienal, numa tentativa de combater a inflação e lançar os pressupostos para a retomada do crescimento econômico. O plano seria acompanhado de reformas estruturais, que foram chamadas de Reformas de Base, em quatro áreas, principalmente: tributária, financeira, administrativa e, principalmente, reforma agrária, todas objetivando a distribuição mais equitativa das riquezas no Brasil.

Com Jango, o compromisso com as Reformas constitui, desde os primeiros dias, a pedra angular da gestão que se inicia, aquela que aglutina as lideranças e os partidos de esquerda, e que pretende atrair a classe política e as forças de centro a fim de tornar viável a consecução de um programa que promova a autonomia externa, consolide o apoio sindical (e popular urbano) e estenda o controle do Estado sobre as clientelas rurais, através de medidas de transformação social do campo (Maranhão, 2004: 189).

O Brasil, de então, perdeu o tempo da história. Era um país com estruturas políticas anacrônicas, economia estrangulada, com privilégios aparentemente eternos das elites e que há poucos mais de setenta anos, tinha ainda como base de sua mão-de-obra a esvavidão. A maioria da população brasileira (mais de 80%) não exercia o direito ao voto (Chiavenato, 1998). Na ótica das elites excludentes, qualquer tipo de concessão seria uma ousadia a ser combatida. Eis porque a reforma que mais sensibilizou e irritou as elites foi, sem dúvida, a reforma agrária, questão já iniciada na gestão de Jânio Quadros.

Na reforma agrária idealizada por Goulart, as fazendas produtivas não seriam tocadas; seriam utilizados títulos públicos de valor reajustável, para indenizar as terras desapropriadas; portanto, não objetivava simplesmente confiscar terras dos grandes latifundiários. O projeto de Goulart tinha caráter burguês e o próprio sistema lucraria com ela, graças à possível ampliação do mercado interno.

Hoje essas observações parecem tranquilas, mas à época causavam muita polêmica e irritação às elites. Isso porque, no Brasil, raras foram as vezes em que a terra foi explorada para a produção da simples subsistência. Na tradição nacional ainda está arraigada a concepção de terra como valor fiduciário e representativo de prestígio e influência.

A reforma agrária não acontecia, portanto, porque o capitalismo e a burguesia se sentissem ameaçados como sistema econômico e social, mas, principalmente, porque ela liquidaria uma base de poder. A burguesia industrial e financeira, por sua vez, aderiu a essa posição retrógrada por recear alterações no modelo dependente da economia brasileira, pois as reformas incluíam também a nacionalização de diversos setores, o que provocaria uma guinada nacionalista na política externa e no relacionamento com o capital norte-americano, e esse grupo estava ligada aos interesses externos e satisfeitos com seus privilégios. Essa burguesia industrial uniu-se ao coro que denunciou Goulart

como um irresponsável agente do “comunismo mundial” ou fomentador da já comentada “república sindicalista” (Chiavenato, 1998: 18).

No campo, as massas rurais, recrutadas em torno das Ligas Camponesas, mobilizavam-se por intermédio de ocupações de terras, sob a liderança de Francisco Julião, que admitia defender uma reforma agrária pacífica, mas advertia que faria uso da violência se fossem obrigados pelos latifundiários e pelas forças reacionárias do país (Camargo, 2004: 193), além de fazer árduas críticas às medidas paliativas tomadas até então pelos governos, sobre a questão agrária.

Segundo salienta Skidmore, em meados de 1963, a mobilização de camponeses e trabalhadores rurais ainda estava em uma etapa primitiva, porém o seu ulterior avanço só poderia alarmar o centro e a ala conservadora e, ao mesmo tempo, fazer com que Jango pensasse que o poder das “forças populares” justificava um empenho ainda maior com a reforma agrária.

Diante dessa movimentação, a elite agrária aumentou sua oposição ao governo Goulart, e outros agentes de mobilização contra ele também deram início a suas atividades. Os conspiradores militares redobram seus esforços, tentando convencer oficiais legalistas de que a oposição a Jango devia ser mais ativa. Conspiradores também havia na área civil. Políticos da UDN, com seu membro mais eminente, Carlos Lacerda, pregavam abertamente um golpe militar.

Sinais havia também de que o grande grupo de opinião centrista, favorável a uma solução constitucional para a crise resultante da renúncia de Jânio, começava a sentir “medo” ante a inflação galopante e apreensiva pela mobilização política das massas urbanas e rurais. A experiência de Jango com a esquerda servira para exacerbar esse processo de mobilização e polarização. Personalidade fraca, o presidente agira com indecisão, expondo-se, dessa forma, aos ataques tanto da direita como da esquerda (Skidmore, 1969: 353).

O consenso público no Brasil entrava em desintegração. Elementos das extremas proclamavam com frequência cada vez maior a perda de fé na política democrática.²⁶ Os exageros da improvisação, óbvios ao apagar das luzes no governo JK, do interlúdio presidencial do governo Jânio Quadros e os quinze meses de regime parlamentar, nada tinham resolvido.

Em clima de aguda crise, o governo organizou uma série de comícios nas principais cidades, a fim de mobilizar apoio em favor das “Reformas de Base”. O primeiro dessa série de comícios-monstros foi realizado em 13 de março de 1964, em frente à Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro, reduto político de Carlos Lacerda, que liderava a oposição a Jango. Naquela sexta-feira à tarde, cerca de 150 mil pessoas compareceram à praça, exigindo a reforma agrária e a legalização do Partido Comunista. Jango não

²⁶ Mais uma vez volta à tona a tendência de se defender uma ditadura como alternativa para resolver os problemas fundamentais do país, seguindo as idéias da intelectualidade autoritária. É interessante notar que, nesse momento, já está presente o discurso de se instaurar uma ditadura para afastar das esferas de poder as “viciosas” forças populistas.

decepcionou a multidão: assinou dois decretos, cuja promulgação vinha sendo anunciada havia meses. O primeiro encampava as refinarias de petróleo particulares. O segundo decreto era o da Supra (Superintendência de Reforma Agrária), órgão criado na fase parlamentarista, que tinha como competência planejar, elaborar e executar medidas de reforma agrária. Pelo decreto, Goulart declarava sujeitas a desapropriação todas as propriedades que ultrapassassem cem hectares, localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias federais, e as terras de mais de trinta hectares quando situadas nas zonas que constituem bacias de irrigação dos açudes públicos federais.

O significado do comício da Central do Brasil era muito claro aos olhos da elite conservadora. Jango voltava-se definitivamente para a esquerda radical. Começara por atacar o “santo” princípio da propriedade privada, tanto no setor industrial, quanto na zona rural.

O comício provocou reações imediatas, a mais direta partiu de Magalhães Pinto, que, ostensivamente, preparava a milícia estadual mineira para resistir a um suposto e eventual golpe de Goulart. No dia 20 de março, ele leu um manifesto na televisão, avisando que, se houvesse uma revolução “comandada por cima”, Minas reagiria prontamente. O governador mineiro não ficou apenas no manifesto. Para exemplificar a desenvoltura com que se preparava a queda de Goulart, basta lembrar que, no dia 21, Magalhães Pinto assinou um “tratado” com o governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, obtendo o direito de usar o Porto de Vitória e as ferrovias capixabas para transportar armas e mantimentos a Minas Gerais, se o estado declarasse realmente guerra ao Governo Federal.

Magalhães Pinto conspirava abertamente. O governador de São Paulo, Ademar de Barros, trilhou o mesmo caminho. Pela televisão, falou durante três horas contra o comunismo e contra os ataques à Virgem Maria, atribuídos aos “comunistas de Goulart”.

A imprensa também vai ao ataque. Dois dias depois do comício, um dos principais órgãos da imprensa brasileira, *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou em editorial que o Exército não devia obediência ao Governo. O texto dizia que ninguém é obrigado a acatar ou obedecer a uma ordem abusiva, muito menos a dar proteção àqueles que desafiam e infringem a lei e que fazem agitações numa praça pública em favor de uma “revolução comunista” (Chiavenato, 1998: 19).

É importante observar o grau de conservadorismo e preconceito contra o povo, arraigado na sociedade brasileira. O simples fato de o presidente se apresentar numa praça pública com propostas socializantes, em favor dos menos favorecidos, sem quebrar, no entanto, a legalidade burguesa, foi criticado como crime político: a participação popular, portanto, era intolerável, na visão da elite brasileira.

Depois do dia 13, esperava-se que o governo, no mínimo, se preparasse contra o previsível golpe. No entanto, Goulart manteve inalterada sua equipe, majoritariamente comprometida com a velha política oligárquica. Entretanto, nada foi feito. Goulart continuou inerte. Apesar de um grande apoio popular, seu governo demonstrava-se cada vez mais fraco.

Outros fatores, além do comício da Central do Brasil, contribuíram para o enfraquecimento do Governo de João Goulart. Dentre os principais, é a patente crise

econômica que o país atravessava, com altíssimos índices inflacionários. Jango não soube encontrar uma saída para a crise. Ao contrário de todas as expectativas criadas em torno de um país de caráter nacionalista, acatou as normas do FMI (Fundo Monetário Internacional). Utilizando uma retórica progressista, incorporou ao seu Plano Trienal, as exigências do FMI para conter a inflação. O resultado foi mais recessão, desemprego e nenhuma recuperação dos índices inflacionários.

Enquanto isso, várias rebeliões estouravam por todo o Brasil, varias delas nos órgãos militares, principalmente na Marinha. A principal delas foi protagonizada pelos fuzileiros navais, que reclamavam da falta de liberdade, da truculência dos oficiais e da péssima comida. Em 26 de março de 1964 (cinco dias antes do golpe), esse grupo da Marinha se reuniu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, com o objetivo de comemorar o aniversário da agremiação com um ato político. Compareceram líderes sindicais, estudantes, políticos. Nessa manifestação, sobressaiu-se a figura do cabo Anselmo, que discursou exaltadamente em defesa das reformas e acusou o comando militar de golpista. Soube-se depois que ele estava a serviço da CIA, o serviço secreto norte-americano.

O ministro da Marinha mandou reprimir o movimento, pois este era visto como uma provocação. Mas o encarregado de acabar com a movimentação foi o almirante Aragão, fiel a Goulart, que se negou a reprimir o movimento. O alto comando da Marinha pediu reforço do Exército, que cercou o local no dia seguinte. O impasse continuava sem solução, pois o presidente Goulart estava em uma de suas fazendas em São Borja, descansando. Isso contribuía para a exacerbação das críticas e o aumento do desgaste do governo. Com a chegada de Goulart do Sul, é que o problema foi, finalmente resolvido. O presidente nomeou para substituir o ministro da Marinha, que havia sido demitido dias antes, o almirante Paulo Mario, que, agindo sobre as ordens de Goulart, acatou as reivindicações dos marinheiros e acabou com a crise. Mas esse resultado não agradou à alta cúpula militar e contribuiu para o enfraquecimento do presidente.

Naquele momento, tudo parecia se virar contra o governo. O clero conservador também iniciou uma implacável campanha contra Goulart, pois, segundo ele, as reformas levariam o Brasil ao “comunismo”. A campanha contra o governo foi desencadeada principalmente pelo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Na sua cruzada anticomunista, o cardeal trouxe das Filipinas o padre Patrik Peyton, que, sabe-se, hoje, era agente da CIA, um especialista em “levantar” as massas católicas contra o comunismo ateu, em nome da Virgem Maria. Patrik Peyton chegou ao Brasil no fim de 1963, em torno de uma grande publicidade. Falava na televisão, em estádios, praças, seus sermões e rezas. O lema da campanha de que estava à frente era “família unida permanece unida” que

Pregava, aparentemente, os benefícios da oração para a união familiar. Por trás da mensagem vinha o recado anticomunista que, subliminarmente (ou nem tanto, embora não se deva subestimar a burrice alheia), associava os males do mundo (e do Brasil em particular) aos políticos ateus que queriam mudar a ordem natural das coisas (Chiavenato, 1998).

Antes de ser desmascarado, o padre já havia cumprido a sua tarefa: lançado a estrutura da célebre “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, manifestação organizada para fazer frente ao comício da Central do Brasil, em que se reuniram perto de duzentas mil pessoas com faixas provocadoras, como “Tá chegando a hora de Jango ir embora”, e que precipitou o golpe que ocorreu dias depois.

Diante da crise institucional instaurada, o governo não resistiria.

Os conspiradores haviam combinado antes, que a revolta devia começar em Minas, não em São Paulo. “Nós a começamos em 1932, agora é a vez de vocês”, disseram os paulistas.²⁷ Em consequência disso, o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, expediria um manifesto no dia 30 de março, convocando os mineiros para a “restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora”. Em seguida, teve início o golpe, com o deslocamento das tropas de Juiz de Fora,²⁸ comandadas pelo general Olímpio de Mourão Filho, o mesmo que articulou, ao lado do general Eurico Dutra, o Plano Cohen, em que se baseou o golpe do Estado Novo.²⁹ Ao alvorecer, disse aos seus comandados que marchariam sobre o Rio, alegando que o presidente Goulart havia abusado do poder e deveria ser afastado.

O governo federal pouco fez em relação aos conspiradores. Cometeu diversos equívocos na tática defensiva e foi incapaz de reagir. O golpe desabou rapidamente sobre a nação. O dispositivo militar do governo, do general Assis Brasil, mostrou-se inoperante. A pouca resistência terminou quando o general Kruel, do II Exército em São Paulo, aderiu abertamente ao golpe.

Goulart deixou perplexos e isolados seus partidários, em face da rápida mobilização dos golpistas, que não encontraram resistências.

O golpe de 1964 teve o objetivo de conter o avanço de uma conjuntura marcada pela aproximação política com os menos favorecidos, que ameaçava, na ótica da elite conservadora da sociedade brasileira, quebrar os privilégios tradicionais do capital estrangeiro em nosso país, em favor do nacionalismo econômico.

A ditadura militar (1964-1985): os “anos de chumbo”

A partir do primeiro momento após o golpe, já começaram a ocorrer as prisões. O governador Carlos Lacerda mandou deter a liderança da CGT e outros sindicalistas, processo que se repetiu nas demais capitais brasileiras. Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de cinco mil associados tiveram suas diretorias

²⁷ Deve-se lembrar que a Revolução Constitucionalista de 1932 foi um levante da aristocracia cafeeira paulista, verificada após a Revolução de 30. O levante representava a tentativa da elite paulista, destituída pela revolução, de retornar ao poder. Pretendia destituir o governo provisório, sob o pretexto de que se manifestavam a favor de uma constituição. É possível perceber claramente o caráter conservador e reacionário dos dois processos históricos.

²⁸ As tropas de Juiz de Fora, comandadas por Mourão Filho, representavam parte do Primeiro Exército, com sede em Minas Gerais.

²⁹ É interessante observar que os personagens envolvidos em conspirações, nesse período, mudam muito pouco. Daí a importância recorrer a Vargas para se ter uma compreensão do golpe articulado contra Goulart.

depostas. Nas semanas seguintes à deposição de Goulart, prenderam-se mais de cinco mil pessoas. Pela primeira vez, desde a ditadura de Getúlio Vargas, levas de brasileiros deixaram o país como exilados (Gaspari, 2002a: 130).

Para legitimar-se, a ditadura criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais. Pode-se dizer que a ditadura começou com o AI-1 e coroou-se com o AI-5.

O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, dizia que a “revolução legítima a si própria” e afastou qualquer possibilidade de o povo influir no destino político do Brasil. Esse primeiro Ato Institucional suspendeu por seis meses as garantias constitucionais, medida que permitiu as famosas “investigações sumárias” e a instauração de diversos IPMs (Inquéritos Policiais Militares). Seu artigo sétimo possibilitou o afastamento de cientistas e professores das faculdades, promovendo o início da conhecida “evasão de cérebros”.

Por meio da suspensão das garantias constitucionais, o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos dos cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Entre 1964 e 1966, cerca de dois mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos.

Nas Forças Armadas, não foi diferente: cerca de 421 oficiais, considerados suspeitos ou que eram simpáticos a Goulart, foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos-vivos, com pagamentos de pensões aos familiares. Enfim, a repressão foi uma tônica a partir desse momento (Gaspari, *ib.*).

Ocorreram várias mortes (a maioria delas por “suicídio”, que o Exército chamou de “conseqüências naturais”), torturas e desaparecimentos, ao longo de 1964. Um dos casos de tortura mais conhecidos ocorreu no dia dois de abril, em Recife. O dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública. Machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro da Casa Forte, Gregório foi filmado e fotografado e essas imagens foram amplamente difundidas. Episódios semelhantes repetiram-se por diversas regiões do Brasil.

Tempos depois, Golbery do Couto e Silva, um dos articuladores do golpe e dos principais mentores intelectuais do regime, relatou que, nos meses seguintes à derrubada de Goulart, houve, de fato, excessos. Justificou dizendo que ele achava que não passava de acontecimentos produzidos no calor da hora, como o caso de Gregório Bezerra. “Casos como esses, as levas de exilados e os problemas individuais provocados pela reação emocional, me pareciam toleráveis, porque haveriam de ser controlados no futuro”,³⁰ dizia. Golbery ainda afirmou que ninguém acreditava que o regime do

³⁰ Depoimento de Golbery do Couto e Silva, citado por Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002, pág. 133.

presidente Goulart, com seu apoio sindical e seu louvado “dispositivo militar”, caísse tão rápida e facilmente.

O fato é que a repressão política emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Passados os meses, não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e subversão”, o governo atribuía-se a tarefa de acabar com ambas. Os instrumentos desse combate eram os já referidos IPMs, abertos em todos os Estados e submetidos, inicialmente, ao controle geral de investigações (CGI), chefiado por um marechal. Estima-se que foram abertos, entre 1964 e 1966, cerca de cem a duzentos, resultando em processos judiciais para cerca de duas mil pessoas. Apuravam desde a subversão nas universidades até a corrupção no governo federal (Gaspari, 2002a: 154).

Para controlar a sociedade, a ditadura apoiou-se em um espetacular sistema de repressão. Em 13 de junho de 1964, foi criado pelo general Golbery do Couto e Silva o SNI (Serviço Nacional de Informações), que funcionaria, segundo a perspectiva do próprio general, como uma espécie de “CIA voltada para dentro”, ou seja, para as questões internas. O SNI só prestava contas ao CSN (Conselho de Segurança Nacional) e ao presidente da República. Na prática, era mais poderoso que o Ministério da Justiça, que, teoricamente, chefiava o DPF (Departamento de Polícia federal).

Entre os vários departamentos submissos, controlados e orientados pelo SNI, estavam os serviços de Informações do Exército (Ciex) e o E-2 (Serviço Secreto do Exército); o mesmo ocorria com Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e o M-2 (Serviço Secreto da Marinha); além do Cisa (Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica) e o A-2 (Serviço Secreto da Aeronáutica).

Nas esferas estaduais também existiam órgãos submissos ao SNI: as Deops (Delegacia Estadual de Ordem Política e Social) e o Dops (Departamento de Ordem Política e Social). Enfim, estabeleceu-se uma rede que, partindo do presidente de República, abarcava toda a sociedade brasileira. Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica do sistema e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos, numa situação em que se verificava impossível isolar o “inimigo interno”: todos eram suspeitos (Alves, 1985: 72).

Segundo Elio Gaspari (2002), durante os vinte e um anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia, de “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967, o presidente Castelo Branco tentou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968, o general Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e, de 1968 a 1974, o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas, o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado (Gaspari, 2002a: 129).

O objetivo inicial de Castelo Branco, como salienta Gaspari (2002), era criar um ato institucional que durasse apenas três meses. Porém, acabou assinando três. Queria que as cassações atingissem uma ou duas dezenas de dirigentes ligados ao regime deposto. Cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu duas mil. Castelo era de formação liberal, mas faltou-lhe, em diversas ocasiões, a vocação para o risco (Gaspari, 2002a: 137).

Talvez a maior dificuldade do presidente Castelo Branco tenha sido a incômoda presença da chamada linha-dura. Esta parcela do Exército se opunha ao desejo do presidente de tentar limitar os poderes excepcionais de que dispunha para normalizar a vida política do país (Gaspari, 2002a: 141). Mas o fato é que o presidente, estando a favor ou contra, o AI-1, instaurado em sua gestão, constituiu a base para todas aquelas torturas e cassações ocorridas nos primeiros dias após a deposição de Goulart e nos anos que se seguiram. Além de ser o ponto inicial para a instauração dos outros atos institucionais.

A violência política percorreu todo o regime militar. Para institucionalização da tortura no Brasil, um elemento fundamental foi a desordem entre os próprios membros das Forças Armadas.³¹ Nos primeiros meses do governo Castelo Branco, por suas ambigüidades, por sua noção de ditadura temporária e pela entrada dos militares como agentes do poder coercitivo, instalaram-se os elementos de desordem que envenenaram a vida política brasileira nos vinte anos que se seguiram. A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade, intervindo em sindicatos, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. “Essa contradição iminente liquidou a teoria castelista de ditadura temporária e as promessas inconsistentes de abertura política feitas pelo desastroso governo de Costa e Silva”.

Se tudo desse certo, o Ato Institucional de abril de 1964 seria o único. Não foi. Se tudo desse certo, o marechal Costa e Silva governaria com a Constituição de 1967. Não governou. Se pelo menos algumas coisas dessem certo, o AI-5 duraria menos de um ano. Durou dez. Se as coisas não dessem tão errado, as Forças Armadas, depois de se envolverem com as tarefas de repressão política, regressariam às suas tarefas profissionais. Não regressaram (Gaspari, 2002a: 141).

Outro elemento favorável à violência política foi a cumplicidade dos governos militares em relação às torturas. O governo Castelo Branco foi colocado diante dessa questão bem depois do “calor da hora”, como dizia Golbery. Em julho de 1964, ou seja, três meses depois do golpe, os cárceres começaram a gritar. Surgiram diversas denúncias de torturas em várias partes do Brasil. Uma das primeiras denúncias acusava a presença de

³¹ A partir de 31 de março de 1964, quando o regime militar foi instalado, o Brasil entrou numa fase em que conviveram esquizofrenicamente uma obsessão pela ordem pública e a desordem nos quartéis (Gaspari, 2002: 140).

torturadores no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro (Gaspari, 2002a: 141).

O governo, a todo o momento, desmentia tais informações. Porém, as denúncias resultaram numa ação visível. O presidente Castelo Branco enviou Ernesto Geisel, membro de sua equipe, numa viagem por diversas regiões do Brasil, para avaliar pessoalmente a procedência das denúncias.

A chamada “missão Geisel” pôs os torturadores na defensiva. O general e ministro Costa e Silva³² não ficou satisfeito com a providência tomada por Castelo. Segundo ele, “o presidente deveria ter confiança nos seus generais e não dar guarita a denúncias tendenciosas” (Gaspari, 2002a: 146).

Mesmo assim, Geisel percorreu quartéis e prisões, colheu depoimentos. Depois disso, concluiu que as torturas haviam ocorrido realmente somente nos dias próximos ao golpe (Gaspari, 2002a: 147). As denúncias de torturas, entretanto, não paravam. Setores da imprensa, como o jornal “Correio da Manhã” cotidianamente publicavam críticas ao governo com o objetivo de pressioná-lo para que ele rompesse com a silenciosa cumplicidade que oferecia ao crime.

Amparada por sucessivos pronunciamentos no Congresso, a “campanha” do *Correio* feriu o governo, pois o Estado havia confundido seu poder com o direito sobre a vida, desenvolvendo a violência e a tortura. É na pouca importância dada pelos governos militares aos fatos que aconteciam nas delegacias dos Dops³³ ou dos quartéis foi a gênese do fenômeno que arruinaria as instituições políticas e militares do Brasil. Em resposta às denúncias, o governo passou a mobilizar as suas energias políticas contra a “campanha” e não contra as torturas em si. O regime comprometeu-se com a mistificação e, por vinte anos, comportou-se como se o combate à tortura não fizesse parte da luta em defesa dos direitos do homem. Negar a tortura significava defender o regime. Denunciá-la ou confirmá-la era atacá-lo (Gaspari, 2002a: 149).

O governo procurava a essência do problema nas denúncias da imprensa e não no que se denunciava.

Castelo Branco instauraria ainda dois atos institucionais. O de nº 2 foi provocado pela vitória dos candidatos da oposição aos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Prevendo futuras derrotas eleitorais e temendo o surgimento de novos líderes, editou o AI-2, que extinguiu os partidos políticos e deu poder ao Executivo para fechar o Congresso sempre que julgasse necessário, em outubro de 1965. Além disso, o governo criou um sistema bipartidário. Por esse novo sistema político foi permitido o funcionamento da

³² Costa e Silva, um dos mais eminentes arautos da chamada linha-dura, desde o golpe, cobiçara ocupar o cargo de presidente. Representou, por diversas vezes, um problema para o general Castelo Branco.

³³ Os Dops (Departamentos de Ordem Política e Social) eram órgãos do poder estadual, faziam parte da estrutura das Secretarias Estaduais de Segurança. Por isso os governos estaduais também têm responsabilidade sobre as vítimas que sofreram torturas durante o regime militar.

Arena (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Um, partido da situação; o outro, uma espécie de oposição consentida.

Em fevereiro de 1966, foi editado o Ato Institucional nº 3, foi responsável pela ampliação do controle político, restringindo ainda mais o direito ao voto popular, com a imposição também de eleições indiretas para governador. Enquanto se editavam todos esses atos, nos bastidores do cenário político, tratava-se da sucessão do presidente Castelo Branco. O confronto foi vencido pela chamada “linha-dura”, que levou o general Costa e Silva à presidência, em 15 de março de 1967.³⁴

A linha-dura governa a sociedade

O governo de Costa e Silva, como era de se esperar, endureceu ainda mais a situação política do país. Nele, decretou-se uma nova constituição e promulgou-se a Lei de Segurança Nacional, que praticamente tornou todos os cidadãos suspeitos, ativa ou passivamente. Surgiu também a nova Lei de Imprensa, com restrições brutais à liberdade de informação. Por ela toda denúncia contra o presidente, fundamentada ou não, era ilegal (Chiavenato, 1998: 77).

No entanto, a violência repressiva desses Atos não anulou a capacidade de resistência da sociedade brasileira. Pelo contrário, despertou a luta clandestina, as greves, as manifestações estudantis e de trabalhadores. No ano de 1968, em especial, o país foi varrido por uma enxurrada de protestos contra a ditadura.

O movimento estudantil ganhou impulso na resistência às demissões de professores e às restrições impostas à autonomia universitária e sua própria organização. Estas eram particularmente simbolizadas na extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes). Em 1967/1968, os estudantes universitários protestavam contra a ampla reforma universitária promovida segundo acordo entre o Ministério da Educação e a Usaid (United States Agency International Development). Os estudantes objetivavam organizar estruturas representativas em nível nacional, estadual e local, apesar da extinção da UNE.

Paralelamente, os estudantes se organizavam em diversas manifestações. A mais conhecida e uma das mais graves, ocorreu no Rio de Janeiro: reivindicava melhorias na qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante Calabouço, que funcionava próximo ao aeroporto Santos Dumont. O governo retirara subsídios do restaurante, que passou a ser gerido como empresa privada. Com o aumento do preço e a deterioração da qualidade, os alunos começaram a protestar. No dia 28 de março,

³⁴ Dias depois da entrega do governo a Costa e Silva, Castelo Branco recebeu em casa o senador Daniel Krieger, que desenvolvera papel de destaque no parlamento em favor do governo do marechal. O objetivo da conversa era impedir o rompimento da legalidade planejada pelo governo. O general, que havia chegado ao poder pelo golpe militar, poderia vir a se tornar o principal obstáculo a qualquer surto ditatorial. Dezesesseis dias depois da conversa com Krieger, o bimotor em que Castelo Branco viajava rumo ao interior do Ceará caiu misteriosamente, levando à morte o ex-presidente (Gaspari, 2002: 261).

durante um enfrentamento, numa outra demonstração de força, um batalhão da Polícia Militar chegou ao local e disparou tiros de metralhadora contra os estudantes, disso resultando a morte de Edson Luiz Lima Souto, secundarista pobre de 16 anos.

O funeral de Lima Souto foi rodeado de comoção e protestos. Colegas enfurecidos carregaram o corpo do estudante até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. No dia seguinte, no enterro, milhares de pessoas levaram seu corpo ao túmulo, num cortejo que só encontra precedente no do presidente Getúlio Vargas (Alves, 1985: 117).

Além desse fato, multiplicaram-se as mobilizações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras. A violência da polícia e do exército contra tais manifestações só fez engrossar as fileiras daqueles que protestavam contra o regime. O ponto mais alto desses protestos foi “passeata dos cem mil”, no Rio de Janeiro, em junho de 1968.

No mesmo ano realizar-se-ia clandestinamente, em Ibiúna, no Estado de São Paulo, o congresso da UNE, que foi descoberto antes. A consequência foi a prisão de cerca de 1.240 líderes estudantis, enfraquecendo o movimento. No ano de 1968, ocorreram diversas greves, como as dos metalúrgicos em Contagem (MG) e Osasco (SP).

Diante desse clima de tensão, o governo Costa e Silva editou, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O pretexto para esse procedimento foi o discurso do deputado Marcio Moreira Alves, no qual ele condenou uma invasão policial que acontecera dias antes na Universidade de Brasília. Em um momento de sua fala, o deputado perguntou, pateticamente: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?” (Gaspari, 2002a: 316).

No discurso, o deputado também instou a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro, que era importante componente psicológico e intimidador, levando a população a temer eventuais consequências da passagem à ação (Alves, 1985: 129).

As palavras de Marcio Moreira Alves tocaram, portanto, num ponto sensível na estratégia geral no controle social do Estado. Além disso os oficiais de linha-dura, que já planejavam um segundo golpe de Estado, agora contra Costa e Silva, que objetivava governar com uma certa legitimidade, dentro da constituição promulgada em 1967, que lhes daria mais liberdade na defesa da segurança interna, acharam-no particularmente útil a seus propósitos.

Os oficiais agiram movidos por grande indignação contra o que consideravam ofensa à honra e dignidade da nação. Diante disso (os ministros militares à frente) não tardaram a requerer ao Supremo Tribunal Federal o julgamento do deputado Marcio Moreira Alves por ter ofendido a honra e a dignidade das Forças Armadas.

Depois de seguir os trâmites legais, o caso foi submetido a uma sessão conjunta das duas casas legislativas federais, que poderia culminar com a suspensão da imunidade parlamentar para todos os congressistas. Em agitada reunião, o resultado surpreendeu o Executivo: 216 contra a suspensão da imunidade parlamentar, e apenas 141 a favor. Esses números sugerem que muitos membros da Arena (partido do governo) se juntaram ao MDB, desrespeitando a regimento da fidelidade partidária, para defender um interesse comum. O episódio foi seguido de grande comoção, pois aparentemente era uma vitória,

de glória cívica. Mas os fatos evidenciaram outra verdade: foi um momento de derrota, pois disponibilizou os elementos para os membros do aparato repressivo aplicarem o seu plano (Alves, 1985: 130).

O AI-5 fechou o Congresso por tempo indefinido pela primeira vez, desde 1937; suspendeu todas as garantias constitucionais e individuais; restabeleceu as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Suspendeu também as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Em todo o país, o Exército procedeu manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todos os matizes eram presos e exilados. Estava consumada a ditadura militar no Brasil. No rastro repressivo, mais 69 deputados foram cassados. No bojo das cassações não escapou nem o ex-governador Carlos Lacerda,³⁵ um dos articuladores do golpe, que, quatro anos antes agradecera a Deus a chegada dos tanques, e que, aliás, já conspirava contra o regime. Mas, segundo Gaspari (2002a: 340),

A pior das marcas constitucionais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no artigo 10: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”. Estava atendida a reivindicação da máquina repressiva. O *habeas corpus* é um princípio do direito, pelo qual desde o alvorecer do segundo milênio se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado.

O Ato Institucional nº 5 marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de segurança nacional. Segundo Alves (1985), o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo ocorrera em 1964, concentrara-se no expurgo de pessoas ligadas a anteriores governos populistas, especialmente o de Goulart. A repressão física direta limitara-se a trabalhadores e camponeses, numa estratégia de eliminar a resistência daqueles setores da população.

O segundo ciclo (1965/1966), após a promulgação do AI-2, objetivava concluir os expurgos na burocracia de Estado e nos cargos eleitorais. O terceiro ciclo caracterizou-se por amplas perseguições em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes.

Estava armado o cenário para os crimes da ditadura. Com o Congresso fechado, a imprensa amordaçada e a classe média imobilizada, o regime intensificou a sua ação política. A partir do AI-5, o governo Costa e Silva expulso das universidades 66

³⁵ O ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda e o ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que tiveram participação direta no golpe de 64, começaram aos poucos a se distanciar dos militares. Em 1965, já criticavam abertamente o regime. Juntos, buscaram aliados como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart (este exilado no Uruguai) para a formação da Frente Ampla, para discutir metas comuns de oposição. A Frente pedia a redemocratização do país e a revogação de toda a legislação de controle (Alves, 1987: 126).

professores, entre eles Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo Florestan Fernandes, a historiadora Maria Yeda Linhares. As prisões atingiram também o meio artístico: a atriz Marília Pêra, que fazia, naquele momento, a peça *Roda-viva*, foi trancada num mictório de quartel. Caetano Veloso e Gilberto Gil, capturados por patrulha do Exército em São Paulo, vagaram por unidades militares do Rio, tiveram a cabeça raspada, foram confinados em Salvador e exilados em Londres (Gaspari, 2002b: 342).

Com essas ações, os militares objetivavam, por um lado, a construção da ordem ditatorial, e, por outro, destruir a esquerda. Esta, por sua vez, avaliou o Ato dentro da “melhor tradição do quanto-pior-melhor, associada à idéia do quanto-mais-fortemais-fraco. A extrema esquerda não via o AI-5 como expressão de força, mas ao contrário, como debilidade da ditadura, pois: “Ele aprofunda as contradições internas e amplia consideravelmente a área de oposição à ditadura, acrescentava o PCBR” (Gaspari, 2002b: 345).

Nessa perspectiva, a fase das lutas das massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade não havia resposta possível que não a do combate pelas armas (Gorender, 1987: 153). Em face de tão ampla e intensa onda repressiva, os setores da oposição não viram outra saída a não ser resistir, partindo para a luta armada. A dialética de violência entre organizações armadas e as forças de repressão do Estado continuou a progredir, entre 1969 e 1973. As organizações revolucionárias concentravam-se em ações espetaculares, que exigiam pouca coordenação entre os grupos ideologicamente fragmentados e incapazes de se unir, para iniciativas coerentes. A luta de guerrilha começou a se caracterizar, sobretudo, pelo seqüestro de diplomatas estrangeiros, com a finalidade de trocá-los por presos políticos pertencentes às organizações clandestinas. Eram ações defensivas e não ofensivas (Alves, 1985:160).

A estratégia de rebelião militar contra o Estado de Segurança Nacional vinha sendo discutida pelo menos desde 1967. Mas só ganhou forte apoio entre os setores de oposição após os abusos cometidos pelo governo com a edição do AI-5. Foi efetivamente em 1969 que tomou corpo a violência urbana e rural, que nos cinco anos seguintes dilaceraria o país.

No final de agosto de 1969, com o Congresso ainda fechado, o Brasil ficou também sem o seu mandatário no poder executivo. O general Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral. Pela constituição de 1967, seu sucessor deveria ser o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil com fama de “liberal” (Chiavenato, 1998: 77).

Mas Pedro Aleixo foi impedido, pois se opusera abertamente ao AI-5, não servindo, portanto, ao propósito da linha-dura. Instaurou-se um novo golpe que levou ao poder novamente uma junta, constituída pelos três ministros militares: Lira Tavares, da Guerra; Augusto Rademaker, da Marinha; e Marcio de Souza e Mello, da Aeronáutica, que apertou ainda mais o cerco.

Nesse novo clima golpista armado com o afastamento do vice-presidente, a Junta Militar foi pega de surpresa no dia 4 de setembro, em plena semana da pátria: um comando revolucionário seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke

Elbrick.³⁶ No mesmo dia, os seqüestradores se comunicaram com o governo, exigindo a libertação de quinze prisioneiros políticos, com transferência segura para o exterior e difusão de um manifesto em cadeias de rádio e televisão para todo o país, como resgate do embaixador.

No dia seguinte ao seqüestro, os serviços de inteligência já sabiam onde se localizava o cativo de Elbrick: era um casarão de número 1.026 da rua Barão de Petrópolis, no Rio Cumprido. Os serviços de informação da Marinha e do Exército receberam a pista de uma vizinha, que estranhara o movimento na casa (Gaspari, 2002b: 91).

Chegou-se a esboçar um plano para estourar o cativo, mas, diante das pressões do governo norte-americano, no sentido de manter a integridade física do embaixador, os militares cederam e atenderam às exigências dos seqüestradores.³⁷ Os prisioneiros políticos viajaram a 6 de setembro e, no dia seguinte, domingo, o embaixador recuperou a liberdade.

O seqüestro de Elbrick foi a mais espetacular das ações praticadas pela luta armada brasileira. Seu efeito político foi desmoralizante para o regime, tanto pela publicidade que a audácia do lance atraiu como pela humilhação imposta aos chefes militares. A vitória dos seqüestradores é um divisor de águas na história do surto terrorista brasileiro. De um lado, marca o seu ápice. De outro, revela na sua própria finalidade os ingredientes do desgaste que o corroía (Gaspari, 2002b: 97).

Pois para combater essa onda de terror generalizado no país, àquela altura, o governo criou uma legislação que proporcionava as penas de morte e o banimento. A constituição ganhou um “remendo”, segundo o qual o presidente poderia aplicar a Lei de Segurança Nacional (Chiavenato, 1998: 77).

Enquanto isso chegavam péssimas notícias acerca do estado de saúde do presidente. O chefe do Estado Maior do Exército, Antonio Carlos Muricy, defendia a escolha de um novo vice-presidente e propunha a reabertura do Congresso para sacramentá-lo. Depois de diversos arranjos e negociações, definiu-se o nome. O escolhido foi Emílio Garrastazu Médici, que inaugurou o período mais crítico da repressão, o que mais usufruiu o AI-5. Foi o presidente do “milagre econômico”. Seu governo marcou o auge do regime e também o início do seu declínio.

Nessa fase, também se enfraqueceram as organizações guerrilheiras, em virtude, sobretudo, da eliminação de praticamente todos os líderes das organizações de esquerda, com destaque para Marighella, que caiu ainda em 1969, numa emboscada armada pelo temido delegado Sergio Paranhos Fleury em São Paulo (Gorender, 1987: 175).

³⁶ O comando revolucionário era composto pela Dissidência Universitária da Guanabara, a quem coube o comando da ação, em parceria com a ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, que entraria com o apoio logístico.

³⁷ O grupo tático que ficou incumbido de interceptar e raptar o embaixador era composto por Virgílio Gomes da Silva, Cláudio Torres da Silva, Franklin de Sousa Martins, Manoel Cyrillo de Oliveira, Cid Queirós Benjamin, João Lopes Salgado, Vera Sílvia Magalhães, Paulo de Tarso Vasconcelos, Sergio Rubens de Araújo Torres e José Sebastião Rios de Moura (Gorender, 1987: 168).

A forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo generalizado uso da tortura para obter informações que pudessem levar à prisão de outros e ao desmantelamento das redes dos grupos de guerrilha. Assim ocorreu com os seqüestradores do embaixador norte-americano. Praticamente todos os componentes do grupo foram presos e muitos morreram. O último desses seqüestros foi do embaixador da Suíça, em dezembro de 1970. Este encontrou, dessa vez, grande resistência do Estado de Segurança Nacional, não mais disposto a fazer concessões. Depois de três meses de difíceis negociações, porém, o embaixador foi trocado por setenta presos políticos, que embarcaram para o Chile. Foi a última tentativa de seqüestro de um diplomata no Brasil. (Alves, 1985: 160).

Segundo Alves (1985), o contingente que compunha o apoio das organizações de guerrilha não passava de seis mil pessoas, para um universo populacional de cerca de cem milhões de habitantes do Brasil, na época. Mesmo assim, a justificativa do Estado de Segurança Nacional para a utilização de tamanha violência contra esses movimentos era de que o Brasil estava em meio a uma verdadeira “guerra civil”, apesar de as organizações de guerrilha compreenderem um pequeno número de pessoas, se comparado à população brasileira (Alves, 1985: 160).

A campanha de repressão que atingiu sua fase áurea no governo Médici consistia não só na institucionalização da tortura como na técnica de interrogatório e controle político, no desenvolvimento de programas de pacificação e *blitzen* e na implantação de uma vasta rede policial para levar a cabo os programas do aparelho repressivo. As operações de busca e detenção em larga escala tornaram-se uma rotina, principalmente, entre os anos de 1969 e 1974. Tais operações eram freqüentes, resultando em detenções em massa, espancamentos e intimidação. Montavam-se essas operações e as pessoas sem documentação adequada eram consideradas suspeitas e freqüentemente eram detidas.

Campanhas de terror também eram realizadas no campo. A operação que tinha como objetivo capturar Carlos Lamarca e seu grupo de nove guerrilheiros na região da Vale da Ribeira, em São Paulo, contou com um efetivo militar de cerca de dez mil soldados, que sitiaram a área. Camponeses considerados suspeitos de simpatizarem com o movimento eram detidos sumariamente.

Episódio igualmente sério, porém de maior magnitude, foi o que ocorreu na região do Araguaia, sul do Pará, entre 1972 e 1975. O PC do B, em 1970, começou a montar um foco guerrilheiro rural na região. A organização clandestina instalou naquela região famílias e casais que começaram a cultivar e a fornecer assistência técnica aos camponeses locais. O efetivo militar da guerrilha nunca chegou a reunir mais de 69 pessoas. Objetivando conquistar a confiança dos camponeses, prestavam-lhes uma série de auxílios, ajudaram-nos a construir uma escola, davam-lhes assistência médica e aulas de agronomia (Alves, 1985: 163).

O Serviço Nacional de Informações descobriu o foco em 1972. Imediatamente o Exército iniciou grande operação com o intuito de desintegrar a guerrilha. Entre 1972

e 1975, foram realizadas três campanhas, que envolveram cerca de vinte mil homens.³⁸ Para começar, toda a região foi declarada zona prioritária para a Segurança Nacional. Os militares instalaram quartéis-generais nas principais cidades da região, construindo um aeroporto e um heliporto ao lado de cada uma delas. Abriam estradas para facilitar a movimentação das tropas. Cartões de identificação foram distribuídos para a população e quem não os detivesse era preso e enviado aos quartéis, que também funcionavam como campos de prisioneiros (Alves, 1985: 164). Cercados, colocados na defensiva, sem qualquer possibilidade de reposição de baixas (ao contrário do inimigo), os guerrilheiros foram sendo dizimados (Gorender, 1987: 210).

A censura prévia impedia que a imprensa publicasse relatos sobre as manobras militares. O episódio ficou praticamente desconhecido até 1979, quando alguns jornalistas puderam publicar documentos e entrevistas reunidos nos anos anteriores. Informações sobre a guerrilha do Araguaia ainda são consideradas segredos de Estado. As Forças Armadas recusam-se a fornecer informações ou uma explicação oficial para o episódio. E o paradeiro dos cerca de 69 guerrilheiros ainda continua desconhecido (Alves, 1985: 165).

Um dos maiores responsáveis pela ocultação dessas atrocidades era o “mito” do “milagre econômico”. Havia censura nos jornais e na televisão, políticos calados e cassados, uma explosão consumista oferecida à classe alta e uma intensa propaganda realizada pelo governo, que se aproveitou, inclusive da conquista, em 1970, do tricampeonato de futebol, no México. Nesse contexto, Emilio Garrastazu Médici, apresentou ao povo e ao mundo a futura grande potência que estava emergindo, que caminhava a passos largos para o desenvolvimento.

Em menos de cinco anos o “milagre” mostrava sua verdadeira face em vista das sérias dificuldades que começava a enfrentar. Embora permanecessem altos índices de crescimento econômico, estagnara em modestos 3,5% de crescimento, o setor agrícola. O problema criado pela crescente dívida externa, que em 1973, já chegava a doze bilhões de dólares,³⁹ número altíssimo para a época, indicava um ponto de estrangulamento do modelo de desenvolvimento econômico. O problema se agravou ainda mais com a primeira crise internacional do petróleo, que culminou com o aumento significativo dos índices de inflação. Os custos sociais desse modelo econômico dependente atingiram índices alarmantes.

Estudo realizado pelo IBGE mostra que 43,3% da população ganhavam menos que o equivalente a um salário mínimo, e 29% ganhavam entre um e dois salários mínimos (Alves, 1985: 177).

Segundo o pediatra Yvon Rodrigues, citado por Chiavenato (1998: 92), “Em 1974 um órgão do governo gastou 20 milhões de dólares para investigar o que comiam os

³⁸ Tropa semelhante à utilizada pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), na luta contra o fascismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial (general Vianna Moog, um dos comandantes. Citado por Alves, 1985: 164).

³⁹ Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1987, pág. 177.

brasileiros. Foram entrevistadas 55 mil famílias, e o resultado foi tão aterrador que se proibiu a divulgação dos resultados. Havia famílias que comiam ratos, crianças que disputavam fezes (...)” (Chiavenato, 1998: 92).

Esse era o quadro que estava por trás do “milagre brasileiro”. Paralelamente aos altíssimos índices de crescimento (em 1973, o PIB aumentou 11,4%), treze milhões de crianças e 28 milhões de adultos passavam fome; 40% das residências não tinham sequer vaso sanitário; 38,5% da população encontravam-se abaixo da linha da pobreza; 69% dos óbitos infantis eram decorrência da desnutrição (Chiavenato, 1998: 93).

O “milagre econômico”, portanto, ocultava o real. Por um lado, ocasionou altos índices de crescimento da economia nacional, beneficiou multinacionais, por intermédio da liberdade de remessa de lucros, além da permissão para a compra de terras com o dinheiro que não conseguiam enviar para as suas matrizes. Por outro, concentrou renda nas mãos de poucos como nunca, contribuiu significativamente para o aumento das disparidades sociais, dos índices de pobreza e analfabetismo, da fome, da miséria, da redução dos salários.

Nessa altura, os protestos da classe trabalhadora poderiam ser abafados com certa facilidade. Entretanto, a partir de 1973, os setores médios começavam a inquietar-se com os primeiros indícios de sérios problemas econômicos. A opção pela ênfase da função legitimadora do crescimento econômico trazia o perigo da perda de apoio em períodos de dificuldades na economia (Alves, 1985: 187).

O modelo econômico e os seus custos sociais passaram a ser criticados mais abertamente por setores que até muito pouco tempo guardavam um total silêncio, pois ainda não haviam sido atingidos. Isso contribuiu para aumentar as pressões por reformas nos diversos setores da sociedade.

Ernesto Geisel e a lenta redemocratização.

Em março de 1974, inicia-se o governo do general Ernesto Geisel, cuja ascensão marcou o retorno do grupo castelista ao poder, apesar de o ex-presidente Castelo Branco já ter falecido em 1967, num misterioso acidente aéreo. O principal objetivo do novo governo era promover o processo de redemocratização do país, uma abertura lenta, gradual e segura, sem grandes fissuras. Nessa tarefa, seria auxiliado pelo general Golbery do Couto e Silva. Portanto, dois dos mais importantes e destacados construtores do regime militar, agora estavam encarregados de desmontá-lo, sem grandes rupturas.

Do ponto de vista dos planejadores do governo, o período de 1973 a 1974 representou uma clara mudança de direção. Nos anos do “milagre econômico”, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Era necessário encontrar uma nova base de legitimação, estreitamente vinculada a instituições corporativas, flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico.

A teoria da “distensão” pretendia assegurar o afrouxamento da tenção sociopolítica. Objetivava-se permitir uma participação política um pouco maior, sem, no entanto, perder o controle da situação, com o objetivo de cooptar setores da oposição. Nessa perspectiva, a ação do Estado, principalmente nos primeiros anos do governo Geisel, destinava-se a dismantelar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção “legal” que passaram a existir, principalmente após o AI-5.

Além disso, uma especial atenção seria dada ao sistema eleitoral, a fim de se obter mais flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e, ainda assim, garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo (Alves, 1987; 185).

O grupo governante esperava poder contar com uma continuidade no poder mesmo após o fim do regime autoritário, através do fortalecimento do partido da “revolução”, a Arena (Motta, 1999: 123).

Entretanto, a partir de 1974, a maré virou. À medida que o povo identificou no MDB um canal contra a ditadura, passou a votar nos seus candidatos, de tal sorte que o pleito de 1974 foi o grande divisor de águas na história do bipartidarismo brasileiro. Assim, a eleição de 1974 trouxe resultados surpreendentes até para a própria oposição.

O MDB quase duplicou sua bancada na Câmara dos Deputados, a qual passou a ter pela primeira vez uma distribuição de poder próxima a um autêntico sistema bipartidário. Nas eleições para o Senado Federal, o MDB elegeu praticamente o triplo do número de senadores eleitos pela Arena. O processo eleitoral adquiriu um caráter plebiscitário, que marcaria os anos restantes do bipartidarismo. Os votos em oposição ao regime passaram a se dirigir ao partido originalmente destinado a uma função meramente figurativa⁴⁰ (Schmitt, 2000: 45).

O mais significativo é que os resultados de 1974 não foram mero acidente; provocaram uma tendência de crescimento contínuo do apoio popular ao MDB, refletido nas disputas eleitorais dos anos seguintes (Motta, 1999: 122).

Esse crescimento da oposição trouxe implicações importantes para a dinâmica política do país, contribuindo sobremaneira para o processo de redemocratização, circunstanciada à abertura política iniciada pelo governo Geisel, e realizada como processo lento e gradual.

O ciclo político que vai do golpe de 1964 à posse de José Sarney na presidência da República, em 1985, foi um período de sucessivas operações de engenharia política visando à legitimação e a permanência no poder do regime autoritário e de seus partidários. E isso ocorreu principalmente na gestão Geisel. Em nenhum outro momento da história assistiram-se a tantas alterações casuísticas nas regras eleitorais e partidárias (Schmitt, 2000: 31).

O primeiro desses casuísmos foi a famosa Lei Falcão (Lei nº 60339, de 1.7.76), uma referência ao então ministro da justiça Armando Falcão, que a subscreveu. Enquanto o

⁴⁰ Desde a cassação dos partidos políticos, ainda no governo Castelo Branco, interessava ao poder a existência de um partido opositor, para ajudar a manter uma aparência opositora. Dizer que o MDB possuía uma posição meramente figurativa deve-se a essa sua iminente artificialidade.

MDB tratava de assumir seu novo papel de partido de oposição “real”, a comunidade de informações do governo analisava os resultados das eleições. A agência central do SNI produziu detalhado estudo com mapas eleitorais, informações de estado por estado, número de votos a cada membro do MDB e da Arena, esquema de comportamento dos eleitores e pesquisas de opinião pública. Reuniram-se dossiês sobre todos os candidatos do MDB e sobre as eleições. Essas pesquisas destinavam-se a orientar os candidatos da Arena a desenvolver novos mecanismos de controle político.

Os estudos demonstravam que o acesso ao rádio e à televisão contribuiu consideravelmente para as vitórias do MDB, em 1974. E concluíam que se não fossem promovidas mudanças, a oposição conquistaria muitas cadeiras nas eleições vindouras. Isso colocaria em perigo todo o sistema de eleições indiretas para os cargos executivos (Alves, 1985: 190).

A primeira providência tomada foi a criação de uma legislação que impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, o que ficou consignado na Lei Falcão. Ela determinava que, durante as campanhas para eleições municipais, os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, o nome do candidato, o número e o currículo, com a fotografia, no caso do vídeo, impedindo, dessa forma, que as críticas da oposição às políticas governamentais exercessem influência no eleitorado. Proibiu-se também aos candidatos afixar outros tipos de material de propaganda em lugares públicos. Desse modo, as eleições de 1976 reduziram-se a virtual silêncio, negando-se à oposição o emprego de seu principal recurso: o debate e a argumentação.

Pesquisas realizadas pelo SNI após as eleições de 1976 demonstraram que o MDB era particularmente forte nas áreas urbanas concentradas basicamente no centro e no centro-sul do país. A partir dessa percepção, instituiu-se o segundo casuísmo, que veio através do “Pacote de Abril” (Emenda Constitucional nº 8, de 14/4/1977), que instituiu a bizarra figura do senador biônico, para as eleições de 1978.

Além disso, o Pacote de Abril aumentou a proporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados dos estados do Norte e Nordeste, onde a Arena tinha um melhor desempenho (Schmitt, 2000: 46).

O governo Geisel caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizar e maior possibilidade de êxito.

Por outro lado, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a linha-dura e com Doutrina de Segurança Nacional. Conseqüentemente o período foi de profunda incerteza, permitindo-se atividades hoje para desencadear amanhã o aparato repressivo em operações maciças em busca de detenção (Alves, 1987: 204).

Nesse contexto, ocorreu um dos casos que mais marcaram negativamente os “anos de chumbo”.

Em setembro de 1975, as forças de segurança de São Paulo, comandadas pelo coronel Erasmo Dias, desencadearam uma operação militar denominada “Operação Jacarta”. Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi uma das vítimas dessas manobras militares de repressão. No dia 24 de outubro, Herzog foi intimado a depor na sede do DOI-Codi, onde morreu na tarde do mesmo dia. Segundo a versão oficial, cometera suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Seu corpo foi enviado à viúva em caixão lacrado, sem maiores explicações. Ela foi ameaçada e advertida a não abrir o caixão. O sepultamento foi feito sob guarda militar.

Comovida e indignada, a viúva, assistida pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, contestou a versão de suicídio e entrou com uma ação contra o governo federal, responsabilizando-o pela morte do marido. O caso ganhou o apoio de jornalistas de todo o país.

A imprensa e movimentos defensores dos direitos humanos, desenvolveram várias investigações paralelas, demonstrando que, na realidade, Wladimir fora assassinado, após ser cruelmente torturado na sede do DOI-Codi do Segundo Exército.

Assim como o caso de Wladimir Herzog, outros casos de torturas e mortes merecem destaque, pela crueldade do regime militar. Dentre eles, podemos destacar os casos do operário Manoel Fiel Filho, também de São Paulo, e do tenente José Ferreira de Almeida, ambos tidos, pela versão oficial, como suicidas. Nos três casos, provou-se posteriormente a farsa – nenhum cometeu suicídio, todos foram mortos sob tortura (Chiavenato, 1998: 127).⁴¹

Caso igualmente trágico, foi o do Frei Tito, que fazia parte da AP (Ação Popular), facção da Igreja Católica que enfrentou a ditadura. Tito foi torturado cruelmente pelo delegado Fleury e equipe. Depois de resistir à destruição do corpo, Frei Tito foi submetido também à tortura psicológica. Uma pequena frase do seu depoimento, em *Memórias do exílio*, revela o seu desespero: “Só havia uma solução: matar-me”. Livre das perseguições, convalescendo na França, Frei Tito não suportou a lembrança das torturas e suicidou-se, em 1974, aos 29 anos (Chiavenato, 1998: 129).

A sociedade vence o arbítrio

O general João Batista Figueiredo deu continuidade à política de “distensão” iniciada em 1974 por Ernesto Geisel. Durante o seu governo, o presidente Figueiredo ampliou a liberalização. Entretanto, permaneceu obediente aos parâmetros da “democracia forte” e ao caminho traçado por Geisel: uma abertura lenta e gradual.

O processo de “distensão” e “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do governo, destacando-se o general Golbery do Couto e Silva e o então ministro da Justiça Petrônio

⁴¹ No projeto *Brasil: nunca mais* constam alguns depoimentos de pessoas que estavam presas no momento do interrogatório de Wladimir Herzog. Elas afirmam que o mesmo foi torturado e morto pelas forças policiais paulistas.

Portela. Seria aberto um espaço político para alguns setores da oposição, na esperança de obter para o Estado de Segurança Nacional maior apoio e estabilidade. Por outro lado, os parâmetros da “democracia forte” eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determinasse qual oposição é aceitável e qual, intolerável.

Grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses, fossem seculares ou vinculados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática. Outros setores, que não eram considerados suficientemente organizados para configurar ameaça à ordem, poderiam reorganizar-se e participar das decisões governamentais. Era esta a política de “mão estendida” do general Figueiredo.

Nesse sentido, setores organizados de oposição, como a CNBB, a OAB e outros, desempenharam papel fundamental em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Esses setores organizados ampliaram o espaço político, enfrentando o regime a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. No nível da política formal, estavam entre suas exigências o desmantelamento do aparato repressivo, a elaboração de uma nova constituição e a mudança de modelo econômico.

Esse período é marcado também pela ampliação dos movimentos populares, configurado na aliança entre as comunidades eclesiais de base, ligadas à Igreja, os grupos associativos e o novo movimento sindical, tanto no meio rural como nas áreas urbanas.

A política de liberalização prosseguiu, com a tomada de importantes deliberações pelo Congresso Nacional, que aprovou a revogação do AI-5, em agosto, e a Emenda Constitucional nº 11, em outubro, ambas em 1978. Essas decisões, depois de sancionadas pelo presidente Geisel, entraram em vigor, respectivamente, em 31 de dezembro de 1978 e 1º de janeiro de 1979, compondo, portanto, decisões articuladas que suprimiam dos generais o arbítrio. Entre outras decisões, a Emenda Constitucional vedava ao presidente da República o direito de cassar mandatos, extinguiu a pena de morte, restabelecia o *habeas corpus* e abria caminho para o pluripartidarismo. Os passos seguintes, ainda em 1979, foram a Lei de Anistia, sancionada em agosto, e a reforma partidária, aprovada pelo Congresso em novembro daquele ano. Essa reforma partidária fazia parte da estratégia palaciana de fragmentar a oposição centrada no MDB e manter unificados os governistas da Arena numa nova legenda partidária que lhe sucederia.

Ainda sob o comando do grupo palaciano o longo processo de abertura lenta e gradual viabilizou a realização, em novembro de 1982, das primeiras eleições gerais, exceto para prefeitos de capitais e outros municípios ainda considerados zonas de segurança nacional, onde as eleições permaneceriam indiretas. Essas eleições, entretanto, foram monitoradas, no sentido de assegurar ao regime militar o controle do Senado, para o que se recorreu ao Pacote de Abril, sendo nomeados os senadores biônicos, assegurando-se-lhes a maioria dos votos parlamentares, bem como vislumbrando a maioria no colégio eleitoral, na perspectiva do pleito sucessório para a presidência da República, que se daria em 1984.

A reformulação do sistema partidário levou quase um semestre para ser completada. Entre janeiro e maio de 1980, seis novos partidos políticos foram organizados no Congresso e posteriormente registrados no TSE. Cinco deles estão em pleno funcionamento até os dias atuais, o sexto teve vida curta e não chegou nem a disputar eleição.

Nesse contexto surgiu o PDS (Partido Democrático Social), que foi o sucessor da extinta Arena, composto pela maioria dos governistas. Surgiu também a o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que sucedeu o extinto MDB pela simples justaposição da palavra *partido* à antiga sigla, seguindo a nova legislação eleitoral que determinava que todos os novos partidos fossem assim denominados. Pretendiam manter a oposição com uma certa unidade, pois acreditavam que essa era a melhor maneira de fazer frente ao governo militar. Essas duas legendas constituíram o núcleo do novo multipartidarismo brasileiro, até 1985 (Motta, 1999: 128).

Organizou-se também o PP (Partido Popular), uma agremiação que reunia dissidentes da Arena e moderados do MDB, e teve como líderes Tancredo Neves e Magalhães Pinto. Esta organização partidária não prosperou e sequer chegou a disputar uma eleição.

Outra agremiação surgida foi o PT (Partido dos Trabalhadores), única legenda cujas lideranças mais expressivas não se encontravam na classe política tradicional. Foi uma das raras agremiações surgidas de baixo para cima, isto é, fora das instituições parlamentares (Schmitt, 2000: 49).

A memória do antigo trabalhismo varguista foi reivindicada por dois grupos, que se envolveram numa disputa no TSE pelo uso da tradicional legenda PTB. A legenda coube ao grupo moderado do velho partido, liderado por Ivete Vargas. O grupo reformista, capitaneado por Leonel Brizola, acabou fundando o PDT (Partido Democrático Trabalhista). O resultado dessa disputa, é óbvio, agradou enormemente aos militares.

O processo de abertura lenta e gradual não teve seu percurso marcado pela tranquilidade. A linha-dura insistia em não perder nem os anéis e nem os dedos, inclusive porque pretendia eleger mais um general para suceder ao presidente Figueiredo.

Setores militares de linha-dura e seus agentes, contrários à liberalização, são responsabilizados por promoverem uma série de atividades como atentados terroristas, já registrados desde meados da década de 70. Em 1976, dez atentados a bomba chocaram o país. Uma organização clandestina de direita, representativa da linha-dura, a Aliança Anticomunista do Brasil (AAB), assumiu a autoria de todos eles.

Mas o principal dos atentados foi o de 30 de abril de 1981, no Centro de Convenções do Riocentro, quando duas bombas foram detonadas: a primeira, aparentemente por acidente, explodiu no colo de um sargento, no interior de um carro, ocupado também por um capitão, ambos do Exército; a segunda bomba explodiu pouco depois na casa de força do Centro de Convenções, para cortar a energia do auditório do Riocentro, onde cerca de vinte mil pessoas assistiam a um show de música promovido por defensores da liberdade e da redemocratização. Apurou-se depois que o sargento e o capitão lá estavam por ordem direta do comando do Primeiro Exército, a serviço do DOI-Codi do Rio de Janeiro.

Esses atentados desnudaram o envolvimento do aparato repressivo institucional em atentados terroristas, razão por que se denomina de terrorismo de Estado. A linha-dura demonstrava que havia divisão entre os membros das Forças Armadas. Distinguiam-se aqueles diretamente ligados à repressão, contrários ao processo de redemocratização, temerosos por possíveis aberturas de processos e julgamentos por atos cometidos em outros momentos, e os que se preocupavam com a má imagem para a memória das Forças Armadas enquanto instituição.

Essa divergência refletiu-se nas investigações do caso, que tiveram sua conclusão contestada pela imprensa e pela opinião pública. Isso culminou com uma profunda crise no governo e levou à renúncia do general Golbery do Couto e Silva, que, em uma declaração pública, dizia não poder permanecer em um governo incapaz de controlar as forças paralelas do aparato repressivo.

Mas a sociedade civil não se intimidava. Prosseguia pressionando o regime militar, já subtraído de poderes exóticos. Assim, em janeiro de 1984, os partidos de oposição, juntamente com as entidades representativas da sociedade civil, passaram a se movimentar em prol das eleições diretas para presidente da República, rompendo com a passividade de outros períodos eleitorais, quando vigoraram as regras do jogo impostas pelo regime militar.

O país foi varrido por passeatas e comícios, com enorme apoio popular, em que se pediam eleições diretas para presidente da República, almejando encerrar definitivamente a ditadura militar. O movimento colocou em xeque o processo sucessório do presidente Figueiredo, mas, apesar da extraordinária mobilização em prol das eleições diretas, a emenda constitucional para esse fim não foi aprovada pelo Congresso, gerando frustração em todo país.

A próxima luta para as oposições foi participar com candidato próprio no colégio eleitoral que escolheria o novo presidente, em eleições ainda indiretas. Esse episódio se encerra com a eleição de Tancredo Neves, uma certa ironia da história, pois foi Tancredo Neves um dos defensores do parlamentarismo, em 1961, recurso que serviu para dar sobrevida à crise política de então, tanto subtraindo prerrogativas de poderes do presidente da República quanto esvaziando a vitória dos defensores da Constituição e da legalidade.

O colégio eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, elegeu Tancredo Neves e José Sarney, dois civis que interromperiam o longo ciclo de sucessão de generais do Exército na República brasileira, um longo ciclo de ditadura militar que institucionalizou a corrupção apoiada pelo arbítrio e intocabilidade de autoridades militares, que institucionalizou, de fato, a tortura, não só como recurso investigatório mas, principalmente, como instrumento político de intimidação e cerceamento da liberdade de expressão.

A ditadura envileceu a nação e feriu o caráter brasileiro. Alienou as novas gerações, tornando-as incapazes de entender a sociedade em que vivem (Chiavenato, 1998: 5).

Defender a ditadura militar é ignorar as atrocidades cometidas pelo Estado com milhares de pessoas que, na maioria dos casos, tinham apenas o objetivo de reivindicar melhorias para a coletividade.

Milhares de pessoas foram mortas, presas, desaparecidas ou passaram por diversos tipos de humilhações, extremamente degradantes, por defenderem uma causa. Guardar essas memórias torna-se, portanto, fundamental, para que as gerações presentes e futuras, que não viveram os “anos de chumbo”, conheçam a história do período, para que busquemos novas formas de sociabilidade. Não sabemos para onde estamos indo, só sabemos que a história que nos trouxe até este ponto. Contudo, uma coisa é clara: se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o futuro nessa base, iremos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança na sociedade, diz Hobsbawm (2004: 562), é a escuridão.

SEGUNDA PARTE

**Péssima memória dos regimes de exceção:
torturas para quê?**

Péssima memória dos regimes de exceção: torturas para quê?

“**A** tortura cessou de existir”, declarou Vitor Hugo, em 1874. Mais de um século depois, percebemos que o escritor francês havia se equivocado. Durante o regime militar, a prática da tortura tornou-se instrumento privilegiado do aparato repressivo montado para manter a ordem. Inicialmente utilizada de forma arbitrária, passou a método científico, criteriosamente planejado (Magalhães, 1997: 204) e incluído nos currículos de formação de militares (*Brasil: nunca mais*, 1998: 32).

Mas o que é tortura? A definição do termo é um tema extremamente complexo e motivo de amplo debate. O dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define tortura como “suplício, tormento, infligido a alguém”, mas também nos fornece seu significado figurativo: “grande mágoa” ou “lance difícil”. Foi a partir do século XVII que o termo ganhou conotações figurativas, passando a se referir a emoções e sofrimentos generalizados extremados, de qualquer espécie. Em sua origem, concebido como um termo jurídico, atualmente passou a significar qualquer coisa que se deseje que signifique, ou seja tornou-se um termo moral-sentimental que designa o ato de causar sofrimento de qualquer tipo em qualquer pessoa, para qualquer propósito – ou mesmo sem propósito (Peters, 1989: 9).

O termo “tortura” é usado hoje em dia de forma generalizada e figurativa, geralmente dito quando se quer falar de alguma crueldade. Tudo pode ser tortura: a fome, a pobreza, uma descarga elétrica, até mesmo ficar longe da pessoa amada. Os significados do termo no senso comum são visíveis na fala de um sindicalista argentino na véspera do retorno de Juan Perón do exílio: “E havia torturas e torturas. Depende de quem seja torturado. Se é um malfeitor, está certo. Mas um homem que está tentando salvar seu país, aí é diferente. Sabe, a tortura não é apenas descarga elétrica; a pobreza é tortura, a frustração é tortura” (Peters, 1989: 177-8).

A polissemia do termo tornou-se de certa forma uma barreira a uma definição precisa e universalmente aceita de tortura, dificultando, assim, a elaboração de tentativas eficazes de ação contra ela. Podemos ficar com a definição da Associação Médica Mundial, reunida em assembléia em Tóquio, em 1975 (*Brasil: nunca mais*, 1998: 281):

Tortura é a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer.

Ao longo do século XX, essa prática espalhou-se deliberadamente, sendo quase impossível construir uma geografia e uma cronologia da tortura (Peters, 1989: 180-1). Durante a ditadura militar instaurada no Brasil, ela foi parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado, sendo um dos elementos privilegiados da estratégia de manutenção do poder. Acabou se tornando método exclusivo para obtenção de informações e apuração de fatos nas investigações policiais e militares (*Brasil: nunca mais*, 1998: 290). A tortura não servia apenas a isso, funcionava também como instrumento para desmobilizar as oposições por meio da intimidação, atingindo não apenas aqueles que eram a ela submetidos, mas também, e talvez principalmente, os grupos e movimentos de que faziam parte tais indivíduos, uma vez que a experiência com os interrogatórios era transmitida aos demais (Magalhães, 1997: 209).

Instrumento para obtenção de informações, apuração de fatos e intimidação. A tortura se tornou extremamente eficaz aos propósitos dos militares no poder. Inseriu-se tão fortemente na prática judicial, porque era útil como reveladora da verdade e agente de poder. Sofrimento, confronto e verdade estão ligados uns aos outros na prática da tortura. Utilizada para fazer alguém confessar, toma ares de duelo. A confissão se torna, então, a vitória de uma batalha entre dois adversários (Foucault, 2003: 37). Não é a informação, mas a própria vítima, que a tortura precisa derrotar (Peters, 1989: 190).

Duelo entre o torturado e o torturador, mas também entre mente e corpo da vítima. Segundo o psicanalista Hélio Pellegrino (*apud* Brasil: nunca mais, 1998: 281-2), durante a tortura, o corpo torna-se inimigo e persegue o seviciado. O corpo volta-se contra a vítima, transforma-se em seu inimigo de morte, obrigando-a a falar. O discurso produzido nessas circunstâncias “é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto”.

Nesse confronto, várias foram as técnicas utilizadas para quebrar a defesas do torturado. Optamos por dividi-las em três grandes grupos: torturas físicas, farmacológicas e psicológicas, lembrando que muitas vezes elas estão intercaladas. Todas as torturas físicas deixam seqüelas psicológicas e há aspectos físicos ligados às torturas psicológicas, como a privação dos sentidos e o confinamento solitário. As torturas farmacológicas podem agir sobre as condições físicas e é preciso lembrar também que, se costumava usar uma combinação dessas torturas em cada indivíduo (Peters, 1989: 198).

Torturas físicas

• *Pau-de-arara*

Foi o instrumento de tortura mais utilizado no Brasil. Consiste em dois cavaletes de madeira com cerca de um metro e meio de altura e um suporte na parte superior onde se encaixa uma barra de ferro. Essa barra de ferro é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho da vítima, geralmente nua. Assim levanta-se o prisioneiro para pendurá-lo entre os dois cavaletes. Além de sentir grandes dores devido à tração e à paralisação da circulação dos membros, a vítima fica totalmente a mercê dos interrogadores para ser submetida a outros tipos de tortura, como choques elétricos, espancamentos e afogamentos.

Perly Cipriano, em sessão da Comissão Especial dos Atos Políticos 1961-1979, realizada no dia 3 de junho de 1998, relata a experiência a que foi submetido:

E eu quero dizer que, com a experiência de vida que eu tive, a maioria das delegacia do Brasil utilizou o pau-de-arara. É um método de tortura mais simples mas, extremamente violento. Botam uma cadeira de lá e outra de cá, um pau atravessado no meio, amarram o braço, a mão e a perna, botam a pessoa no meio e ela fica ali curvada, sentindo uma dor extremamente violenta. No meu caso eles combinavam com uma palmatória grande de madeira, batendo no calcanhar, e tínhamos a impressão de que o cérebro ia sair. A dor já era terrível, e eles ainda batiam no calcanhar. Eles utilizavam uma toalha molhada e a enfiavam ela na cara da pessoa. Então, a pessoa levava o choque, a porrada, estava no pau--de-arara e com a água escorrendo no rosto sem ter como você respirar. Então, eles tinham muitos métodos e formas de tortura, praticamente, com todas as pessoas que estiveram nesse período.

Na sessão realizada em 5 de agosto de 1998, Laura Maria Campos da Silva relata que foi vítima dessa prática:

No segundo dia da Operação Bandeirantes, pegaram-me à noite, colocaram-me jornal na boca para inibir o grito. Comecei a receber palmatória, colocaram-me em um pau-de-arara, onde só agüentei 5 minutos.

• *Choque elétrico*

O eletrochoque geralmente era dado por um telefone de campanha do exército. Era constituído basicamente de um dínamo e acionado por uma manivela que conforme a velocidade imprimida fornecia maior ou menor intensidade de descarga elétrica. A máquina geralmente era ligada a dois longos fios que tocavam o corpo da vítima, mais freqüentemente nas partes sexuais, ouvidos, dentes e língua. Geralmente era o complemento do pau-de-arara. Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Aristides da Silva Souza relata sua experiência:

[...] fui levado para o 3º BC [*Batalhão de Caçadores*] Quartel do Exército em Vila Velha, indo logo para a seção de choque elétrico, amarrado a uma cadeira afixada no chão. Falei para os policiais torturadores: se a direção nacional da organização estava toda na cadeia, eles não tinham nada mais a colher dos elementos das direções regionais. Foi suspensa a tortura, eu e cinco companheiros seguimos algemados, de avião, para São Paulo, para a Oban, onde, nas acareações com companheiros de outros estados, passei por sessões de choques elétricos e “porrada” por todo o corpo.

Na sessão do dia 8 de junho de 1998, João Amorim Coutinho conta que também foi torturado dessa maneira:

Após várias tentativas de convencimento tanto pelos militares como pelos próprios companheiros, que diziam que o melhor seria dizer tudo, pois não suportaria as torturas, me mantive dizendo que não tinha o que contar, que não sabia de nada que interessasse a eles. Imediatamente foi iniciado um processo de tortura com choques elétricos nos ouvidos, língua, testículos; processo que durou cerca de quatro dias aqui no Quartel do 38º BI.

- *Cadeira do dragão*

Este foi um instrumento de tortura tipicamente brasileiro, criado pelos técnicos da Operação Bandeirantes (Oban). Consiste em uma poltrona simples, geralmente de madeira, com o assento, o encosto e os apoios do braço revestidos de placas de metal (zinco ou alumínio). Nela havia um proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de eletrochoque. A vítima era amarrada na cadeira por tiras de couro nos pés e nas mãos e recebia descargas elétricas em várias partes do corpo.

Na sessão do dia 20 de maio de 1998, Francisco Feitosa Norberto relata como era praticada tal tortura:

Vou falar como era a tortura: era uma cadeira tipo esta, com uma alça, o meu braço aqui, o outro aqui, uma braçadeira que travava, travava aqui e travava as pernas, nu, arrancaram a minha roupa, colocaram-me nu naquela cadeira de ferro, jogaram um balde de água em cima, ligaram um fio no pé da cadeira, giravam uma máquina e a rotação daquela máquina aumentava a voltagem, aumentava o choque. Era terrível! Tinha momentos em que eu perdia a visão.

Laura Maria Campos da Silva relata na sessão do dia 5 de agosto de 1998, como encontrou João Amorim Coutinho – seu esposo, na época – em uma das salas da Oban:

À meia-noite do dia em que cheguei lá, fui chamada na cela. Lá fui para a sala de tortura, onde encontrei o companheiro Amorim sem roupa, já numa cadeira galvanizada que era chamada “cadeira do dragão”, sendo torturado.

- *Espancamentos*

Os espancamentos eram realizados das mais variadas maneiras: chutes, socos, “telefone” (o torturador golpeia o ouvido da vítima com a mão aberta imitando um telefone e ocasionando a ruptura do tímpano) e com os mais variados instrumentos: palmatória, chicote, pedaços de madeira, cordas molhadas, cassetetes, etc. Vários dos depoentes à Comissão relataram casos de espancamentos ocorridos em dependências de órgãos de Estado. Aristides da Silva Souza relata, na sessão do dia 27 de maio de 1998:

Fui interrogado na Polícia Federal pelo delegado, dois capitães do Exército e o procurador geral da República do Estado do Espírito Santo. Isto se deu das 23 horas às 5 horas da manhã, com socos por trás da cabeça, telefones, tapas com as palmas das duas mãos, que comprimem o ar, atingindo os tímpanos causando dor e atordoamento. Após oito dias no Departamento de Polícia Federal, jogaram-me no meio dos presos comuns em Bento Ferreira, onde permaneci por quarenta dias. Dali fui levado para o 3º BC, em Vila Velha. Após trinta dias no cubículo daquele quartel, incomunicável, dormindo no piso acimentado sem nenhuma cobertura, chegam de súbito três oficiais, sentam-me num caixote, raspam meu cabelo com máquina zero, me vedam os olhos com um pedaço de pano. Reclamando que o pano que me vendava os olhos estava muito apertado, levei um tapa no rosto que me deslocou o maxilar. Saí do cubículo com esses militares num carro e fui levado para a Barrinha, lugarejo dentro do quartel, à beira-mar, onde fui interrogado e torturado com os olhos vedados. Queriam saber o nome de um general vinculado à Ala Vermelha. Após dias, tendo melhorado dos hematomas pelo corpo causados pela tortura, mandaram-me para o Instituto de Readaptação Social (penitenciária). Saía de duas a três vezes por semana para ser acareado com estudantes que eram presos. Ali fiquei cinco meses, quando fui solto.

Na sessão do dia 5 de agosto de 1998, Gildo Loyola relata os maus-tratos que sofreu enquanto esteve nas mãos de agentes policiais:

Durante o interrogatório na Polícia Federal, eles queriam saber de tudo, guerrilhas, coquetel molotov, armas, nomes de companheiros, etc., através de métodos bárbaros, como agulhadas na unha, choque elétrico, batidas com coronhas nas pontas dos dedos. Era difícil identificar os policiais, estavam sempre de óculos escuros e bem disfarçados para não serem reconhecidos. Depois de muita dor física, fomos encaminhados à Central de Polícia Civil, que funcionava em Bento Ferreira, para ser identificado criminalmente e, depois, para a penitenciária da Glória, incomunicável. Da prisão fomos levados para o 38º BI, para interrogatórios, humilhações, porrada de todos os tipos, para informar coisas que não sabíamos. Na penitenciária da Glória, ficamos sem tomar banho por alguns dias, na sela 66 do 2º pavimento, junto aos companheiros, Aristides, José Carlos Rizk, etc.

Aristides da Silva Souza, na sessão de 13 de maio de 1998, traz o relato dos maus-tratos recebidos em sua primeira prisão, em 1969 e na segunda, em 1971:

Na primeira, fui preso em casa às dezenove horas pela Polícia Federal, sendo interrogado até as cinco horas pelo procurador da República, por um capitão do Exército e por três policiais federais, até às cinco horas da manhã, sem tomar água, sendo torturado nos tímpanos, a tortura chamada de “telefone”; ripa na canela; murro nas costas; na cabeça. Fui jogado no meio dos presos comuns, naquela época, em Bento Ferreira, dali transportado para a penitenciária, e dali para o 3º BC. [...]

Oban era só tortura! Inclusive todos os policiais de lá, para mim, tinham problemas psicopatológicos, eram tenazes na torturação, sentiam-se bem. Veio a minha segunda prisão em 1971 pelo DOI-Codi, entre oito companheiros. Fomos torturados na Oban, de lá para o Dops, novas torturas e de lá para a prisão Tiradentes, São Paulo, onde tinham cubículos só para presos políticos, até por organização. Mais dez meses preso, está aí no meu dossiê [...]

Dines Brozegrhini Braga nos informa, na sessão do dia 13 de agosto de 1998, o que sofreu durante sua permanência no 3º Batalhão de Caçadores (hoje 38º Batalhão de Infantaria), em Vila Velha:

Eles me disseram que eu estava convidado a ir ao 3º BC – naquele tempo ainda era o 3º BC, estava em transição, não era o 38º. Então eu disse já que ele estava me convidando eu iria lá na segunda-feira. Responderam-me que eu teria que ir com eles. Então eu disse que desta forma eu não estava sendo convidado, mas sim obrigado. Mandaram-me interpretar da maneira que eu quisesse.

[...] Resolvi ir. Levou o Odílio também, um rapaz que não tinha nada, estava iniciando, e quando cheguei lá fui recebido a bofetão.

Falei: “Gente, vocês me convidam para vir aqui e me recebem a bofetão? Que convite é esse?” Metralhadora, revólver, cassetete. [...]

Não tinha água, eram mais ou menos dez horas da manhã, e quando eram duas horas da tarde eu não tinha comido nem bebido nada, uma vontade de urinar tremenda, pois sempre tive uma saúde de ferro, e tenho até hoje. De vez em quando chegava um sujeito truculento e ameaça a pessoa. E saía o truculento e chegava o com voz mansa, para intimidar a pessoa com aquela maciez de sua voz.

Pedi para ir urinar. Naquele local não tinha mictório. Apareceu um camarada que me levou para um outro prédio, no 3º BC. Está tudo lá. Quando saí, já saí debaixo de bofetão. E me mijei todo. T tamanha era a raiva, que corri atrás do sujeito que me deu o bofetão. Pensei: vou morrer mesmo, o que adianta bancar o bonzinho? Já estou nas mãos deles!

[...] Quando voltei já voltei debaixo de tapa. Batiam por trás e corriam. Era a Polícia Civil aqui do Espírito Santo. Falava que quando os pegasse na estrada, daria um castigo neles. Mas felizmente nunca os encontrei.

Me levaram para um auditório grande, onde senti vergonha, ao ver a traição por parte de um dirigente nosso, o Sr. Fued dos Santos. Fui levado, cheguei lá andando. Perguntaram-me se conhecia aquele cidadão. Olhei bem para ele para poder encorajá-lo e disse: “Não o conheço”. Depois perguntaram a ele se me conhecia. Foi quando ele colocou todos os pingos nos “is” do meu nome e disse: “Dines Brozegrhini Braga”. O camarada que estava me conduzindo me deu um bofetão e café. Não vou dizer que estava cheio de coragem porque nenhum prisioneiro tem coragem. Todos os prisioneiros podem ter hombridade, mas não coragem. Têm de estar sempre com o “rabo no meio das pernas”. Café, mas levantei. Quando levantei, veio a mesma pessoa que era capitão do Exército e me bateu novamente. Aí foi quando usei das minhas artimanhas de

judoca. Ele caiu no chão e não levantou mais. Só saiu em uma maca. Quebrei uma cadeira e me encostei em uma parede, xingando todo mundo, porque a essas alturas já estava acovardado, mas cheio de hombridade. Foi quando entrou um pelotão do Exército com metralhadoras, apontando para o meu lado. Disseram: “Renda-se ou vamos fuzilá-lo”.

[...] Colocaram-me em uma solitária, onde permaneci durante vinte dias. Só saía de noite para apanhar de toalha molhada, “telefone”, choque elétrico. Procurei memorizar bastante as instruções que recebi em caso de prisão. Então a minha posição era calado.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Lúcio da Costa Fonseca relata:

E começaram a nos bater e quebraram-nos de pancada e começou o pau.

Depois de uns vinte dias, mais ou menos, que estávamos em poder deles (todo o mundo apanhou), disseram: “Esses caras tem que ir para uma delegacia política, eles não podem ficar aqui; vocês não podem nem pensar em matar esses caras agora. E levaram-nos para o Dops do Rio de Janeiro, na Lapa, e iniciaram um trabalho político: pancada, tortura e querendo saber da situação da nossa organização.

Mas nessas alturas, os nossos companheiros tinham saído da possibilidade de serem presos caso não agüentássemos com o sistema de tortura, que, por sinal, é violentíssimo. Ninguém dirá que agüenta porque não agüenta. O homem tem uma certa capacidade de agüentar pancada e chega um certo ponto que ele não agüenta mais. A não ser nos filmes como *Coração valente*, em que o camarada apanhou, rasgaram sua barriga e depois não disse uma palavra. Talvez isso possa acontecer.

• *Torturas em gestantes*

Até mesmo o fato de estar grávida transformava-se em um instrumento de chantagem nas mãos dos torturadores. Muitas mulheres perderam seus filhos, ainda no ventre, nos porões da ditadura militar. Laura Maria Campos da Silva, na sessão do dia 5 de agosto de 1998, relata como perdeu o filho que estava esperando devido às torturas sofridas na Oban:

Ao chegarmos em São Paulo (Oban), foi pedido que fizéssemos um depoimento do próprio punho, de como tínhamos ingressado na Esquerda. Fizemos o depoimento e nele registrei que estava grávida. Às 19h30m, fomos levada a um hospital militar, onde foi feito um exame de urina. O resultado me foi dado pelo policial, que disse o seguinte: “Pode ficar tranqüila porque não vai acontecer nada com você, pois está grávida”. Não confiei muito naquilo, mas guardei o exame que comprovava a minha gravidez. De lá fui levada para a cela. [...]

Naquela noite eles não me torturaram. Ameaçaram torturar-me para que o Amorim delatasse os companheiros. Por diversas vezes, ameaçaram que iriam me torturar para que ele entregasse os companheiros. Ele não aceitou essa negociação, como não aceitou a barganha aqui no 3º BC, onde lhe foi prometido, caso entregasse o Netinho, que nos liberariam no referido local. [...]

Sentia muitas dores no abdômen e na vagina porque tomamos choque na vagina também. Na cela não tinha banheiro, era um quarto improvisado. Os policiais abriam um quarto para que fôssemos ao banheiro. Ao urinar senti uma dor muito grande e senti que estava descendo alguma coisa. Ao colocar a mão vi que era o meu neném, era o feto que tinha se desprendido.

Estava comigo na cela a Sra. Guiomar (nome de guerra da Joana Sagrillo, professora universitária de Belo Horizonte, da Ala Vermelha do PC do B). Ela me sugeriu pegar o feto e jogar na cara dos torturadores. Eu falei: “Não, Joana; nem depois de morto eu quero que meu filho caia nas mãos desses torturadores”. Coloquei o feto no vaso e tentei dar descarga, mas, como o volume era grande, ficou preso no vaso. Até hoje isso cria em mim inibições: não fico no banheiro com as portas fechadas e sempre chamo uma filha para ficar comigo porque tenho bloqueios. Durante muito tempo, falar sobre esse assunto foi um tabu para mim.

Em sessão anterior, realizada no dia 20 de maio de 1998, Francisco Feitosa Norberto cita o caso de Laura Maria Campos da Silva:

Ao falar da companheira Laura, deixo registrado que essa companheira foi presa conosco, abortando um filho na prisão, sob tortura. Ela, depois que voltou, se formou em odontologia, era esposa de João Amorim Coutinho, que foi presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e, na prisão, em São Paulo, eu também estava lá. Os capixabas foram de avião.

Lá na prisão Laura abortou sob tortura e então circulou pelas celas o seguinte comentário: “O herdeiro já era!”

• *Afogamento*

Essa técnica consiste, originalmente, em imergir a cabeça da vítima na água, tanto no mar, num rio, como até mesmo em um barril. Associada ao pau-de-arara, os torturadores costumavam imobilizar a cabeça da vítima e, através de tubos plásticos ligados a um funil, despejavam água em suas narinas enquanto a boca era amordaçada. Para aumentar o sofrimento, por vezes eram adicionados outros elementos à água.

Torturas farmacológicas

Produtos químicos também foram usados para torturar presos durante a ditadura militar. Um dos produtos utilizados foi o pentotal sódico – conhecido como “soro da verdade” –, que age como um anestésico, fazendo com que a vítima caia em estado de letargia, reduzindo sua resistência consciente. Assim, ela é submetida a interrogatório. Os efeitos colaterais são náuseas, vômitos, mal-estar e sintomas pós-anestésicos. Outros produtos utilizados – até com mais frequência – foram o amoníaco e o éter.

Laura Maria Campos da Silva relata na sessão do dia 5 de agosto de 1998, o que presenciou enquanto esteve presa em São Paulo, na Oban:

Cleusa morava com o Sr. Paulo de Tasso e foi presa quando ia pagar uma conta de luz que ficou esquecida dentro da sua bolsa. Ela foi torturada durante oito horas, inclusive com aplicação de injeção de éter no pé, que acabou apodrecendo e teve que fazer um enxerto, para que ela desse o endereço da sua casa, pois eles queriam o Paulinho.

Torturas psicológicas

- *Uso de animais*

Até mesmo animais foram usados pelos torturadores para promoverem terror em suas vítimas. Na sessão realizada no dia 13 de agosto de 1998, Dines Brozeghini Braga descreve:

Certo dia colocaram-me em uma sala onde havia apenas uma pequena abertura em uma porta e colocaram um papel grande, até papel almaço pautado. Aí ele disse: “Você não fala nada, então escreve aí o que você sabe”. E puseram dois cachorros na porta, aquele cachorro pastor alemão que vive sempre com a língua de fora. Pensei: o que eu vou escrever nesse papel? Aí me lembrei da *Folha Capixaba*, um jornal legal que se encontrava nas bancas, então eu podia falar à vontade ali. Aí, eu fazia as letras grandes para que eles não pudessem depois, acrescentar nada. Escrevi uma página. E os cachorros estavam ali. Se aqueles cachorros avançassem em mim, um eu dominava, porque eu metia a mão na língua dele e não soltava, mas dois era mais difícil. Qualquer gesto que eu fazia o cachorro ficava em posição de alerta.

Ângela Milanez Caetano relata, na sessão do dia 27 de maio de 1998, os maus-tratos recebidos, sendo ameaçada inclusive com uma cobra:

Fui presa no dia 28 de novembro de 1972, na minha residência, à rua Fernando de Sá, nº 40, Paul, Vila Velha, e levada para os órgãos de repressão do 3º BC em Vila Velha, por agentes policiais estaduais, federais e pelas Forças Armadas do Estado, que me raptaram, dizendo que iria prestar alguns esclarecimentos.

Chegando ao 3º BC, consegui entender tudo que estava acontecendo, pois encontrei com vários companheiros de luta e daí para a frente começaram as torturas. [...] Posso detalhar alguns tipos dessas torturas. Por exemplo: pediram para eu ficar nua. Não obedecendo, rasgaram minha roupa; só conversavam comigo sem roupa e na calada da noite; me colocaram um capuz e ficaram rodando dentro do 3º BC como se estivesse viajando, para dizer que estavam me levando para São Paulo para prestar depoimento na Oban e levaram a gente para uma sala que não sabia onde era; colocaram sobre mim uma cobra jibóia, para ver se me abatia; me davam socos nos ouvidos e me ameaçavam de morte com o revólver; só podia fazer minhas necessidades fisiológicas com os guardas à minha frente, assistindo tudo; ameaçavam soltar os cachorros em cima de mim; fiquei incomunicável por trinta dias sem notícias da família; fiquei por dez dias com a mesma roupa rasgada e sem poder tomar banho; fiquei numa solitária por uma semana, onde a tortura era ser enrolada com um cobertor daqueles que são usados como manta por cavaleiros [...]

- *Tiros e ameaças*

Jorge Wilson Pereira relata, na sessão do dia 23 de junho de 1998, a pressão por que passou:

Quando viemos presos – nós porque vieram mais pessoas no mesmo carro – para o 38º BI, um policial federal chamado Antônio Gordo resolveu fazer tiro ao alvo na minha cabeça. Ali na ponte – antes de chegar a Cavalinhos há um barranco grande, à esquerda –, em cima da minha cabeça e de Armando Aguiar, davam tiros de metralhadora.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Lúcio da Costa Fonseca descreve:

Fomos para a Ilha do Governador, e lá nos disseram: “Vocês não querem falar, vocês vão morrer. São bandidos, traficantes... Alguma coisa são. Vamos matar vocês; aqui é para matar”. Colocaram-nos num camburão e nos levaram para a beira da estrada. Começaram a atirar em nós, mas com bala de festim.

José César Leite relata na sessão do dia 3 de junho de 1998:

Tinha um procurador geral da República que chegava a nos intimidar em seus interrogatórios com armas, não apontando, dizendo que iria atirar. Tirava as balas do revólver, rodava e ficava apontando a arma para o nosso lado. Essa é uma forma intimidatória e tudo isso acontecia durante a madrugada.

- *Tortura e pressão em familiares*

Os agentes torturadores muitas vezes se utilizaram também de familiares, para conseguirem arrancar de suas vítimas as informações que desejavam.

Em sessão realizada no dia 13 de agosto de 1998, Dines Brozeghini Braga relata:

Quando falava era a respeito da minha família e ameaçaram buscar a minha esposa. Continuaram perguntando, mas dizia que não sabia de nada.

Luiz Carlos Fernandes Rangel fala sobre a experiência de seu pai Aristóteles Rodrigues Rangel, na sessão realizada no dia 8 de junho de 1998:

Tudo o que venho depor hoje é dizer que, em 67, naquele pequeno golpe, naquela pequena tramóia, que vários militantes foram presos e mortos, aconteceu uma história fundamental naquele momento: o meu pai foi preso pela Polícia Federal e pressionada, minha mãe, para denunciar, escrevendo uma carta para a Polícia Federal, e ele foi preso aqui na Polícia Federal de Vitória.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Lúcio da Costa Fonseca descreve:

Quando falo que fui preso no Rio de Janeiro nessa situação as pessoas pensam: isso não foi nada! Pegaram minha mãe e meu pai que são velhos, levaram para o Terceiro BC e lá permaneceram por três dias. Pegaram o velho e o quebraram no pau.

Na sessão do dia 8 de junho de 1998, Isaías Pinheiro conta como foi torturado e perseguido por ser filho do militante Enéas Pinheiro:

Quando os policiais chegaram, descobriram que eu era filho do Enéas Pinheiro e ficaram furiosos. Um deles me pegou pelo colarinho da camisa e pelo cós da calça e me jogou dentro do jipe, ficando com uma arma apontada na direção da minha cabeça, enquanto outros reviraram a casa. Dois policiais ficaram amoitados perto da minha casa, durante a noite, a mando de fazendeiros. No caminho, eles queriam que eu desse conta do meu pai, e me esbofetearam, querendo a lista do Grupo dos Onze. Eu falava que não sabia.

Chegando à delegacia, onde hoje é o Corpo de Bombeiros, prenderam-me junto com um homem do mesmo partido, Sr. José Lopes. Fiquei três dias sem comida. Soltaram-me no terceiro dia, à tarde, para que eu pedisse a ele que se entregasse. [...]

Durante uns dez anos eu tive que dar satisfação na delegacia de polícia se eu saísse da cidade de Colatina, e, dentro da cidade, eu só podia ficar até às 9h da noite.

Laura Maria Campos da Silva fala, na sessão realizada no dia 5 de agosto de 1998, sobre a pressão de ver o seu marido, na época (João Amorim Coutinho), sendo torturado:

Sentíamos a tortura de ver um companheiro ser retirado da cela a qualquer hora do dia e chegar todo machucado de tortura. O companheiro João Amorim foi torturado durante quatro dias no 3º BC.

• *Perseguições*

Muitas pessoas tiveram as vidas desestruturadas por causa de perseguições promovidas pelos agentes da ditadura militar. Muitos tiveram de trocar de nome, abandonar os estudos, o emprego, os amigos e os familiares, para conseguir escapar da repressão.

Na sessão realizada no dia 13 de maio de 1998, Dines Brozeghini Braga fala da perseguição que sofreu:

[...] começaram a nos perseguir. Caí na clandestinidade. Fui cabeludo, barbudo, careca, naquela época não era careca, mas cortava o cabelo baixo e usava boné, chapéu, e um monte de disfarces. E nunca fui preso, até 1972. Saí de Belo Horizonte com a minha família, eu era pai de cinco filhos, e vim para Paul, aqui no Estado. Quando eu queria viajar para Belo Horizonte, muitas vezes ia a pé até Flexal, até Alfredo Maia, hoje capitania, para pegar o trem, e julgava que estivesse... eu tinha comigo algumas coisas que não podia falar.

Júlio Moreira relata, na sessão realizada no dia 23 de junho de 1998:

Ficamos quase doidos por causa da onda [*golpe*], pois inventaram muitas mentiras e perseguições. Sofremos muitas provocações por parte do povo.

Na sessão realizada em 27 de maio de 1998, Carlito Osório relata a perseguição que sofreu e explica por que teve de fugir:

Fui intimado para ir ao 3º BC, no qual passaria pelo mesmo constrangimento que passaram Dines Brozeghini Braga, Aristides da Silva Souza, Arlindo Sperandio e muitos outros companheiros que tiveram uma passagem muito dolorosa pelos porões dos Quartéis do 3º BC, mas tive que abandonar o meu emprego no antigo IAPC, hoje INSS, e fugi para não ter que delatar, através de torturas ou talvez até a morte, porque eu era um dos visados principais. A determinação da repressão militar daquela época, era pegar os cabeças das organizações e, através deles, infiltrar-se nos aparelhos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como foi feito com o outro que me substituiu, o Sr. Foedes Santos, que ficou na Secretaria Geral, quando fomos para Bahia. Foi preso dentro do ônibus da Viação Itapemirim, quando ia daqui para o Rio de Janeiro. Foi conduzido para o Rio de Janeiro e lá levou a repressão e os repressores até a direção comunista do Brasil, onde foi morto. Nessa época, foram mortos o nosso secretário geral, Carlos Daniele, e mais três ou quatro companheiros, inclusive um rapaz de Goiabeiras, que já foi incluído como desaparecido político e sua família já recebeu indenização.

Se eu tivesse atendido à intimação do 3º BC, com certeza teria passado pelo mesmo processo de tortura para delatar os companheiros e levá-los até a direção nacional para serem mortos, como foram mortos, através da delação do Foedes. Não queria ser um elemento dessa natureza.

Em sessão realizada em 27 de maio de 1998, Iran Caetano fala da perseguição que sofreu:

O ano de 1968, no meu caso, em particular, foi marcado por centenas de atos por parte do regime desde a simples intimidação até prisões, humilhações e principalmente por fugas da minha parte. A minha habilidade em fugir se tornou tão especializada que muitas vezes eu fugia sem fugir, ou seja, me escondia dentro da própria faculdade, vivia lá, almoçava, dormia e conseguia espalhar o boato que tinha fugido para outro estado, para que eles me deixassem em paz. Cheguei a viver na Escola de Medicina por quarenta e cinco dias sem sair de lá. Parece que eles aprenderam e passaram a me buscar na sala de aula. Aí a coisa foi ficando mais difícil.

- *Ameaças*

Não só a tortura, mas também a ameaça de tortura era um meio eficaz de desestabilizar psicologicamente o prisioneiro. Mesmo aqueles que não sofreram maus-tratos físicos, ficaram com profundas seqüelas por terem sido ameaçados disso. Assim como relata Carlito Osório, em sessão realizada no dia 27 de maio de 1998:

Não fui torturado nem preso momentaneamente na chefatura de Polícia, mas o que passei na Bahia e em São Paulo para me ver livre da repressão foi uma coisa que me torturou muito psicologicamente e me deixou seqüelas muito sérias, que me atormentam até hoje.

Na sessão do dia 15 de junho de 1998, Antônio Flores fala das ameaças de que foi vítima enquanto esteve preso no quartel da Marinha, em Vila Velha:

No período que fiquei preso na Marinha, os policiais disseram que eu tinha que comer, porque não iria agüentar o interrogatório, pois não tinha hora de terminar. Um sargento mal-encarado dizia: “Se você não comer, não vai agüentar o interrogatório. Você tem que comer se não vou fazê-lo comer à força. Vou botar comida na sua boca. Você está muito magro”. Quase me deixaram louco na Marinha [...]. Eles só abriam as duas portas quando traziam a comida, pela manhã, à tarde e à noite.

João Amorim Coutinho fala, na sessão do dia 8 de junho de 1998, sobre a pressão que sofreu diante das ameaças do que poderiam enfrentar na Oban:

Confesso que, como estávamos vivendo momentos de terror, estava quase torcendo para que o avião caísse, porque tínhamos uma chance de sobrevivência. Em São Paulo, por tudo que conheci dos relatos de tortura, de assassinatos de outros companheiros, temia que a chegada pudesse representar um não retorno.

Na sessão de 3 de junho de 1998, José César Leite fala do temor diante da ameaça de ser jogado do avião em pleno vôo, prática que era freqüente durante os regimes militares na América Latina:

Um fato interessante: os policiais federais foram nos buscar, voltando à Polícia Federal. No caminho, os agentes de um lado e de outro, no camburão, disseram que íamos para o aeroporto, alegando que eu não queria falar... Estava em evidência a informação de que colocavam os companheiros nos aviões e os jogavam no mar.

Foi mais uma forma intimidatória para tentar fazer com que passássemos informações para eles.

Atílio Juffo fala, na sessão de 8 de junho de 1998, da grande ansiedade provocada pelos boatos e ameaças:

As pressões foram muito grandes, não preciso contar aqui porque meus companheiros já o fizeram. O método era muito parecido, quase todo mundo tem narrado o que acontecia. Os métodos de pressão eram muito parecidos, como aquele de retirar de repente uma pessoa da Polícia Federal e levar para a polícia do Estado ou para o 3º BC. Não se sabia para onde ia. Isso já é uma tortura tremenda. [...] Mas o grande medo era ser retirado de uma prisão para outra e não se saber o que poderia acontecer. E surgiam boatos, tipo Geraldo Vandré estava morto, que não sei quem estava na Ilha Grande, etc. Aquela pressão era muito grande. Mantivemo-nos com a altivez necessária, a que foi possível ter numa situação daquela.

• *Prisão incomunicável*

Impedir o preso de ter contato com a família ou advogados constituía uma das muitas violações aos direitos humanos que a ditadura militar utilizou. Em sessão realizada no dia 3 de junho de 1998, Arlindo Sperandio conta que foi vítima desse tipo de constrangimento:

No quartel do Exército fiquei numa cela solitária, incomunicável, durante alguns dias, até ser levado para outro quartel militar da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Lá permaneci vários dias numa cela localizada em cima de um compartimento de torturas. Foram dias terríveis... permanecendo sem poder me alimentar e dormir. Devido ao precário estado de saúde em que me encontrava, passei alguns dias no Hospital Central do Exército antes do embarque para o presídio da Ilha Grande, onde cumpri a pena imposta pelo julgamento na Primeira Auditoria da Marinha. No presídio, fiquei alojado na galeria separada e destinada só para presos políticos. Havia presos de vários estados do Brasil, com líderes de várias facções políticas de esquerda. Na minha convivência no presídio fiquei conhecendo todos os presos da galeria, já que as celas permaneciam abertas durante todo o dia. Tínhamos a nossa sala de estudos e trabalhos manuais e uma cozinha onde preparávamos nossos alimentos. Isso foi conseguido através de muita luta e argumentação junto ao diretor do presídio.

Antônio Flores Rodrigues relembra, na sessão do dia 15 de junho de 1998:

A partir de 9 setembro de 1970, passei por todos esses vexames – junto com vários companheiros. Fiquei incomunicável, numa cela, sozinho, jogado, sem direito a nada. Só abriam a porta da cela para darem o almoço e o jantar. Dessa maneira, fiquei num estado de nervos tremendo. Havia um sargento que fazia provocação. Eu não queria comer. Naquele estado em que me encontrava, não podia me comunicar com ninguém. Os meus companheiros estavam em outras celas.

• *Prisioneiro nu*

Fazer o interrogatório com o prisioneiro nu era uma das armas dos agentes torturadores para quebrar as defesas psicológicas de suas vítimas. De acordo com Adyr Fiúza de Castro (*apud* Magalhães, 1997: 208), os ingleses recomendavam que se interrogasse o prisioneiro despido porque uma das defesas do ser humano é a roupa, e sem ela produz-se na vítima um estado de depressão e agonia muito grande.

Na sessão realizada no dia 15 de junho de 1998, Antônio Flores Rodrigues relata que passou por esta situação enquanto esteve preso em Vila Velha:

Depois me levaram para o 3º BC. Quando cheguei no quartel, me mandaram tirar a roupa. Fiquei pelado. Depois mandaram vestir a calça e não me deram o cinto, nem os documentos, que me pertenciam.

Participação médica

A tortura não foi usada apenas ocasionalmente pela ditadura militar, mas obedeceu a critérios específicos, recebeu verbas para sua execução e exigiu a organização de toda uma infra-estrutura para que fosse aplicada de maneira eficaz (*Brasil: nunca mais*, 1998:

230). Para que os seus objetivos fossem atingidos, os torturadores costumavam recrutar pessoal técnico e médico adequado. De fato, houve, durante a ditadura militar brasileira, participação direta de médicos e enfermeiros nos processos de tortura. A função deles era aumentar a dor e ao mesmo tempo, manter as condições mínimas para que a vítima possa suportar mais dor ainda nas mãos dos torturadores. Também se prestavam ao papel de conselheiros sobre os métodos mais adequados a deixarem o mínimo de marcas possíveis, impedindo, assim, as provas médicas de que a tortura tenha de fato ocorrido (Peters, 1989: 199).

Em sessão realizada no dia 13 de agosto de 1998, Dines Brozeghini Braga relata que presenciou a participação médica no seu processo de tortura:

Quando acordei, vi um sujeito com uma cruz, vestido de branco, querendo aplicar uma injeção. Disse: “Não quero. Só aceito medicamento indicado pelo médico que eu indicar”. Comecei a ficar irritado, mas fui me acovardando. Colocaram-me em uma solitária, onde permaneci durante vinte dias.

Francisco Feitosa relata a assistência médica à tortura que sofreu, na sessão realizada no dia 20 de maio de 1998:

O pessoal que me torturou tinha uma âncora. Eu fui torturado pela Equipe B de Fleury. Fleury depois morreu, como a imprensa sabe. Foi a Equipe B de Fleury que me torturou. Eles criaram a Equipe A, B e C. Deve ser Marinha, Exército e Aeronáutica. Depois que fui preso tive essas informações.

Então, depois que eu saía dali eu não agüentava andar, caía. E vinha um médico japonês para dar massagem no coração. Muitas vezes, eu pedia a ele para morrer, porque era cruel, era terrível. Eu dizia: “Não, deixa eu morrer”. Mas ele dava a massagem, porém eu achava que não voltaria a viver mais. Mas passou.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Aristides da Silva Souza conta como a negligência médica ocasionou a amputação de seu pé, em decorrência da erisipela que contraiu durante sua estada no 3º BC:

Há anos atrás eu lia o jornal *O Globo*. Nunca mais o li. Isso há vinte e cinco anos. Havia um reportagem diária com o título “O que devemos saber sobre medicina”. Todos os dias eu lia. Quando não tinha dinheiro para comprar o jornal, ia a uma barbearia e lia o jornal. Não me achava totalmente leigo em medicina. Quando cheguei à Santa Casa de Misericórdia, comecei a falar sobre o meu pé, querendo entender de medicina. O médico disse que eu nunca havia estudado medicina e disse: “Deixa de ser petulante, quem vai resolver o problema do seu pé são os médicos, que estudaram, vou cortar a sua perna toda, para você não ser tão petulante”. Eu estava com uma tensão nervosa, por ter saído da cadeia. [...] Eu com a erisipela no pé já bem avançada. O médico amputou. Depois da amputação, infeccionou. Tudo que é cortado direitinho, no outro dia já está sarando e no meu caso, não foi assim, porque era para cortar no meio do tibia.

Na mesma sessão, José Rocha ratifica o depoimento de Aristides da Silva Souza:

Só para reforçar, eu e a companheira Laura, ex-esposa do João Amorim Coutinho, fomos buscar o Aristides, realmente ele não podia nem andar. Ele veio apoiado nos meus braços, isso quando ele saiu da cadeia. Fica correto, que o Aristides perdeu o pé dentro da cadeia.

Seqüelas

São muitas as seqüelas deixadas pela tortura, não só de ordem física, mas também psicológicas e sociais. As pesquisas médicas têm revelado que poucas vítimas deixam de apresentar seqüelas psicológicas, poucas sofrem de apenas um tipo e que os métodos convencionais de terapia nem sempre são indicados no tratamento de vítimas de tortura. Uma das grandes dificuldades dessas pessoas é a de terem de se reabilitar num mundo que não compreende a provação por que passaram e que não oferece meios adequados de tratamento de seus problemas (Peters, 1989: 202-3).

Deve-se lembrar que as seqüelas da ditadura militar não se mostram somente no corpo ou na mente de suas vítimas, há também as conseqüências sociais como o fato de ser estigmatizado como preso político; a perseguição, mesmo após a comprovação da inocência; as dificuldades de se relacionar com a sociedade; problemas no emprego, etc., inúmeras perdas que os depoentes à Comissão dos Atos Políticos relatam a seguir.

Dorcas de Souza Coutinho, filha do militante político Enéas Pinheiro, relata em sessão realizada no dia 8 de junho de 1998, como ficou estigmatizada pelo fato de ser filha de comunista:

[...] vim para Vitória e fiquei conhecida como filha de comunista. E dessa época para cá nunca falei o meu nome certo, nunca tive a carteira de trabalho assinada. Quando descobriram que eu era filha de comunista, fugi da casa do Sr. Vespasiano Meireles e fui trabalhar em outro lugar. Depois disso, toda vez que eu passava, eles logo diziam: “Olha, a filha do comunista Enéas!” Agora que a igreja São Pedro assinou a minha carteira de trabalho.

A polícia não me prejudicou, porque não fui reconhecida. Quando um soldado em Colatina mandou que eu me retirasse em vinte e quatro horas, eu me retirei em meia hora.

Na mesma sessão, Atílio Juffo relata seu drama pessoal:

A perseguição foi muito grande e as pressões também. Elas foram aumentando. Quando fui preso, perdi o meu emprego. Era representante comercial e, quando fui preso, saiu a notícia em todos os jornais daqui, o Espírito Santo todo soube na época. Não tinha mais condições de trabalhar. Quando entrava numa farmácia, o cara já tinha até medo de falar comigo. Então, perdi aquele emprego. Vereador não ganhava nada na época, em Vila Velha, que era uma cidade com menos de cem mil habitantes e o vereador não recebia subsídios. Fiquei sem emprego e numa situação difícil.

Antônio Flores Rodrigues conta, na sessão do dia 15 de junho de 1998, como a perseguição o afetou psicologicamente:

Não me espancaram talvez por eu estar muito magro; tiveram pena. Mas psicologicamente me arrasaram. Por vários meses tomei remédios, fui a médicos, etc.

José César Leite, na sessão do dia 3 de junho de 1998, relata como a ditadura o prejudicou em seu emprego:

Mas, quando retornamos ao banco, quando voltamos para assumir porque ainda não havia formado culpa, a administração da agência em que eu trabalhava – eu tinha férias vencidas – obrigou-me a assinar um recibo. Obrigou não, disseram-me para assinar ou eu poderia ir para casa porque seria demitido. Naquela circunstância de constrangimento, fui obrigado a assinar um recibo de férias. Passei essas férias em Pedra D'Água, na penitenciária. Era essa a situação.

Na sessão realizada no dia 27 de maio de 1998, Ângela Milanez Caetano descreve, além dos sofrimentos a que foi submetida, as conseqüências disso em sua vida:

Na clandestinidade fui expulsa pelo Ato 477 e nunca mais tive oportunidade de concluir meus estudos, pois estava no último ano do seriado e, com a reforma universitária, o curso passou a ter sistema de crédito, e os créditos que me faltavam seria melhor fazer um novo vestibular.

Sendo assim, termino meu depoimento e me orgulho de não ter delatado companheiros, e de pertencer a um partido justo que é o PCdoB. Se tivesse que fazer tudo de novo, faria, não me arrependo de nada.

Quanto a minha saúde, me tornei uma pessoa angustiada, nervosa e com medo de tudo, mas não perdi a alegria de viver.

O meu maior medo é o da ditadura, espero que meus filhos e meus netos não tenham que passar por humilhações, vexames e sofrimentos pelos quais passamos. Espero justiça dos órgãos do governo, pois minha vida profissional e estudantil nunca mais foi concluída.

Dalva Pinheiro dos Santos, outra filha de Enéas Pinheiro, conta, em sessão realizada no dia 20 de maio de 1998, como toda sua família sofreu com a perseguição a seu pai:

[...] Não tive oportunidade de estudar, pois era perseguida. Estudei em um colégio e a professora, Isalmir Zouain, reprovou-me um ano por ser filha de comunista. No primeiro dia de aula, a professora me apresentou para as colegas dizendo que eu era a Dalva, filha do Enéas, comunista, e durante o tempo que estudasse naquela escola eu não teria recreio. Eu não tive recreio. No final do ano, passei para o segundo ano e a professora retirou a minha nota, dando-a para outra menina que era filha de uma lavadeira e precisava ser aprovada.

Depois disso achei um colégio melhor, que era o Creb (Centro Regional de Educação e Base), que hoje é a faculdade de Colatina. Estudei nesse colégio por quatro anos, mas, quando os pais dos alunos descobriram que eu estudava ali, não quiseram que seus filhos conversassem comigo. Eu ficava revoltada com a situação e, na saída da escola, batia nas crianças.

Minha irmã casou e eu vim para Vitória com ela. Já havia largado os estudos e não tinha mais como voltar. Só consegui fazer até a quarta série.

Todos nós fomos muito massacrados. Eles faziam plantão na nossa casa e uma vez a invadiram, levando máquina de escrever, roupa, documento, tudo que pertencia ao meu pai. Como éramos pequenos, não íamos atrás. Minha mãe tinha muito medo, não entendia a história do comunismo e morreu sem entender, pois para ela comunismo era como assaltante, uma coisa muito ruim. Isso tudo prejudicou muito a nossa família.

Lúcio da Costa Fonseca descreve, na sessão do dia 27 de maio, como sua vida profissional foi prejudicada pela perseguição:

Então fomos para São Paulo e continuamos a trabalhar. Em São Paulo eu não podia trabalhar, porque não tinha condições, então tirei uma documentação falsa para trabalhar. Essa ditadura me tosou o direito até de trabalhar. Então o que fiz? Tirei essa carteira que até hoje tenho comigo, consta o nome das empresas onde trabalhei, com outro nome. Ia trazê-la, mas achei que não seria conveniente. Tenho os documentos da Aeronáutica falando da minha condenação à cadeia. [...] Aqui em Vitória nunca consegui trabalhar.

Em sessão realizada no dia 13 de maio de 1998, Aristides da Silva Souza conta que também foi prejudicado profissionalmente:

Preso a minha ideologia concretizada nunca mais arranjei emprego, há trinta e cinco anos e nunca também quis me humilhar e nem solicitar emprego nenhum. Sobrevivi até hoje com a ajuda de amigos, nunca fiquei devendo a ninguém. Continuo querendo as transformações sociais. [...]

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, o mesmo Aristides Souza Silva acrescenta:

Algumas observações: no meu caso, por não ter cedido até hoje às classes dominantes, do ponto de vista ideológico, me foi negado qualquer tipo de emprego para sobreviver e já se vão trinta e cinco anos, pois meu último emprego perdi por razões políticas, em 1963.

Francisco Feitosa relata na sessão do dia 20 de maio de 1998, como foi prejudicado profissionalmente por causa de seu passado político:

E a minha vinda para Vitória trouxe o famigerado “código de desemprego”, que eu não sabia. Você vai numa firma faz os testes, passa em tudo, e eles não dão o trabalho, por causa do passado político. Mas consegui falsificar, hoje não se consegue mais isso pelo avanço tecnológico, o computador mostra tudo, mas consegui esquentar uma carteira, como se chamava, consegui esquentar uma carteira profissional. Fui em São Paulo peguei uma declaração com meu ex-patrão, que viu que eu era trabalhador e gostava de mim e deu-me uma declaração.

[...] Quase fiquei maluco, com minha família para sustentar, não achava outra forma de ganhar a vida. Foi na época em que fui para Nova Venécia, caiu o AI-5. A queda desse Ato, o pessoal de esquerda daqui do Espírito Santo, Fernando Destefani, que esteve preso conosco em

São Paulo, não sei se vocês conhecem, o caçula, junto com Ronald Mansur, que é até uma pessoa que trabalha no jornal *A Gazeta*, Roberto Valadão, junto esse pessoal com Berredo, que na época era prefeito, me colocaram na Prefeitura de Vitória. Meu emprego na Prefeitura de Vitória é político. Se o AI-5 estivesse vigente, eu não estaria empregado. É bom colocar isso para que seja esclarecido.

Em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1998, Rubens José Vervloet Gomes relata parte dos prejuízos que lhe foram infligidos pela ditadura militar:

Agora, prejuízos materiais eu tive. Depois que saí do Exército, me liberaram para casa, mas eu não podia sair de casa, e a minha família não podia ficar lá. Fiquei um mês afastado dos meus filhos, o que eu mais amei e amo na vida, até hoje. E, graças a Deus, estou chegando ao fim dela, com setenta e sete anos, e recebo deles, inclusive da minha filha do segundo matrimônio, são sete, o carinho que me conforta, que me faz viver. Apesar de tudo que passei, eu vivi. Lutei pelo Brasil, lutei pelo Espírito Santo, defendi todos os movimentos pela democracia, pela liberdade. De modo que, tortura física eu não sofri, mas vocês podem imaginar o que é um pai que viveu para os seus filhos, que dedicou sua vida a eles, ficar quinze dias sem poder vê-los, [...], preso? [...] Imaginem as aflições que ficaram os meus, sem saber para onde eu tinha ido, e não tiveram notícia enquanto eu não falei, por telefone, com eles.

Na mesma sessão, seu filho Rubens Câmara Gomes Filho acrescenta informações sobre seu pai e sobre si mesmo, na época militante do movimento estudantil:

Creio que, situando historicamente, as perseguições que ocorreram, sobretudo, nesses dez anos iniciais da ditadura, de 64 a 74, foram realmente as mais marcantes. A partir da Anistia, que ocorreu em 79, o meu pai retornou à sua atividade política, quando se filiou ao PDT do ex-governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola. Foi, inclusive, candidato a governador pelo PDT em 1986. [...] Essas perseguições tiveram influências na minha vida profissional e pessoal de uma forma marcante.

João Amorim Coutinho declara em sessão realizada no dia 8 de junho de 1998:

É claro que tudo isso deixa seqüelas, dificuldade profissional. Era professor na época e dava aulas em algumas escolas. Tive que me afastar das escolas. Também havia trabalhado em jornal e tive dificuldade para conseguir voltar para os jornais. Enfim, durante algum tempo tive dificuldades para conseguir, do ponto de vista profissional, me realocar. E até mesmo quando fiz concurso público, alguns anos depois, para ingresso no Bades, tive que providenciar uma série de certidões nas auditorias militares para conseguir ter acesso a uma coisa que tinha conquistado por direito, que era o concurso público.

Na mesma sessão, Isafas Pinheiro, outro filho de Enéas Pinheiro, relata:

Nunca consegui arrumar um emprego. Trabalho em obra, construção. Sempre quis ter um serviço melhor, mas quando se fala que é filho de comunista, dizem que vamos colocar o patrão contra vocês. Temos muitas dificuldades para sobreviver, mas Deus nos dando saúde, chegaremos lá.

Ainda naquela mesma sessão, outro filho de Enéas Pinheiro, Paulo Pinheiro de Souza, relata como sua infância foi marcada pelo estigma de ser filho de comunista:

Outra coisa que doía muito, era a solidão em que vivia no meio das crianças, pois das mesmas recebiam ordens dos seus pais e professores para não brincarem conosco, pelo fato de sermos filhos de comunistas. A nossa infância foi massacrada pelos maus-tratos, desprezo, ódio, humilhação e coisa semelhante. Precisei sair da escola no 5º ano do 1º grau, para trabalhar numa construção civil com o meu irmão, este que acabou de falar. Isto é, quando ele estava em liberdade, porque ele ficava mais preso do que solto.

Antônio Balliana conta, na sessão do dia 15 de junho de 1998, as dificuldades por que passou devido a perseguições no trabalho:

Os meus problemas ocorreram em Linhares, pois aos vinte e dois anos fiz um concurso para trabalhar no IBGE de lá. No município de Linhares passei dez anos. Como era jovem, fui incluído na turma do futebol e como tinha muita convivência com a juventude, fui secretário do Ginásio da Campanha do Educandário Gratuito. [...] Nós nos reuníamos com um grupo de pessoas que tinham idéias avançadas. Eu era o mais jovem, mas me passavam o livro e trocávamos idéia. [...] Isso foi o que mais me complicou lá. Ocorrido o golpe de 1964, o general Amauri Kruel tinha uma fazenda de cacau chamada fazenda Piraquê, às margens do Rio Doce. [...]

Segundo informações – não posso citar nomes porque não sei; dizem que foi o filho do Elias, que era prefeito, mas realmente não sei –, um amigo do Kruel fez uma lista dos chamados subversivos de Linhares e levou à fazenda, entregando-a a ele. De lá foi para Brasília, pois era uma pessoa importante no esquema dos generais. [...] Imediatamente, o meu chefe, o delegado de Estatística (naquele tempo, era inspetor regional de Estatística) transferiu-me, de ofício, para Afonso Cláudio. Eu era chefe de família, tinha filhos e a dificuldade começou por aí. [...] Passei por sérias dificuldades dentro do serviço. Os chefes às vezes não concordavam com isso, mas tinham medo de mim, tinham medo até de me dar oportunidade. Fui o que se pode chamar de perseguido dentro da repartição. Suportei o mais que pude porque sabia que a situação era difícil, ma tinha minha família, cinco filhas, por isso fui segurando a situação.

Em 1977, o IBGE se transformou em Fundação e oferecia oportunidade a todos os funcionários de deixarem de ser estatutários e passarem a ser celetistas. Mas eu não consegui passar. Me mandaram para os Correios, mas lá também não precisavam de funcionário até que o chefe me imprensou e então tive que aceitar uma aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, porque eu tinha estabilidade. Entrei para o serviço público através de concurso e meu grande prejuízo foi essa aposentadoria forçada.

Na sessão do dia 15 de junho de 1998, Antônio Ribeiro Granja relata os prejuízos que a perseguição lhe causou:

Eu perdi a família, o sítio, duas empresas, tanto a de transporte como a agrícola, quatro carros, dois caminhões, uma kombi e um carro de passeio. O meu problema não é apenas do período militar, que foi mais uma sobrecarga jogada no processo que eu vinha levando. [...] Desde a minha dispensa da Vale do Rio Doce que estou sendo sempre prejudicado, devido à repressão, e neste Estado, não é de fora, não. O período militar foi mais um acúmulo, uma concentração, porque o sofrimento eu já vinha sofrendo.

Laura Maria Campos da Silva revela, em sessão realizada no dia 5 de agosto de 1998, como ela e seus familiares foram prejudicadas pela perseguição política:

Toda a nossa vida profissional foi prejudicada. Fiz um concurso no Sesc, passei, mas não consegui assumir, porque o diretor da casa, Carlos Alberto Conde Santos, meu colega de profissão, filho do então presidente desta Casa de Leis, o ex-deputado Alcino Santos, disse que, enquanto ele fosse chefe daquela divisão de odontologia, comunista não entraria.

Minha filha Iluska Coutinho estudou em escolas e eu constantemente me colocava em defesa de algumas atitudes dela. Ela era cobrada constantemente: “É doida igual à mãe”. O carma de ser filho de um ex-presos político é muito pesado, assim como ser marido. Até hoje vemos constantemente os filhos e o meu companheiro, o Trevisan, ser vitimado pelos simples fato de estar partilhando dessa ideologia, em defesa da dignidade, da decência e da democracia.

Na mesma sessão, Gildo Rodrigues Loyola testemunha os sofrimentos pelos quais alguns companheiros passaram durante a perseguição promovida pela ditadura militar:

No desenrolar desses episódios vimos e presenciamos a tristeza do companheiro Paulo Bigode, em passar na prova de acesso à CVRD e, por questão de segurança da empresa, não assumir a função. Vimos o companheiro Aristides sofrer humilhações dos órgãos policiais; Laurinha Coutinho abortar na cadeia; a Jussara Martins ficar com o ouvido danificado; o companheiro Netinho Feitosa não conseguir colocação nas empresas e ser ajudado pelos amigos a sustentar sua família; a José Carlos Rizk ser ameaçado na Polícia Federal pelo procurador da República, um tal de Geraldinho, que iria prejudicar o companheiro, fato que aconteceu na Ufes, quando o companheiro Rizk não conseguiu a colocação desejada.

Em sessão realizada no dia 19 de outubro de 1998, José Carlos Risck relata como sua vida foi prejudicada em alguns aspectos devido à sua militância política:

Entretanto, junto com outros colegas, respondi a processo perante a auditoria militar sediada no Rio de Janeiro. Lá pude testemunhar cenas que realmente não engrandeceriam a Justiça da época. No processo fui absolvido, como também os demais outros colegas.

Entretanto, continuavam as ameaças pairando sobre nós. Em primeiro lugar, éramos obrigados a nos apresentar todos os dias à Polícia Federal, fato esse que vigiei durante alguns meses. Depois, qualquer fato, qualquer acidente de percurso que pudesse haver no Brasil, de imediato passavam a tomar conta da gente, quando não nos chamavam ou prendiam ou, como acontecia, às vezes, apenas nos detinham por algumas horas. [...] Logo após ter-me formado em Direito, ministrei durante anos, informalmente, aulas no curso de Direito, em substituição a um determinado

professor. Ante a possibilidade de ser contratado, o então chefe do Serviço de Informação ou Segurança da Ufes, não só proibiu como também não deixou que eu continuasse a ministrar aulas oficiosamente no referido curso.

Profissionalmente algumas oportunidades também perdi. Deixei de ser nomeado para alguns cargos exatamente pela atividade política que tinha desenvolvido.

Em várias oportunidades também fui convocado a comparecer à 2ª Seção do Exército, em Vila Velha, para dizer qual era a atividade profissional e funcional que estava desenvolvendo à época.

Em sessão realizada no dia 26 de outubro de 1998, Naumyr Motta Calatroni fala em nome de seu esposo, João Calatroni, incapacitado de falar devido às seqüelas deixadas por sua prisão:

Estou aqui para relatar aquilo que o meu esposo não tem condições de falar. Desde que aconteceu tudo aquilo com ele, quando foi preso, ele teve um trauma muito grande e se encontra sempre em depressão. Não consegue falar tudo aquilo que deveria.

As seqüelas ficaram não só no corpo e na mente dos supliciados, mas na sociedade como um todo. Apesar de muitos já terem esquecido – ou fingirem ter esquecido – esse negro período da história brasileira, os relatos estão aí para quem quiser ver e comprovar. E, mais do que isso, estes relatos servem para que essa época jamais seja esquecida e que toda essas transgressões aos básicos direitos do ser humano jamais voltem a acontecer em nosso país.

TERCEIRA PARTE

O significado da Anistia

O significado da Anistia

A*mnistia*, conceito de origem grega, foi instituída na democracia ateniense por Sólon (c 594 a.C.), concedendo ato de clemência e perdão e reintegrando os direitos aos cidadãos perseguidos pelos regimes tirânicos anteriores, exceto aos condenados por traição ou homicídio. Em Roma, ainda segundo Rui Barbosa, a idéia de anistia aparece com outro nome, mas com o mesmo significado: o de *generalis abolitio*, com o significado de perdão e esquecimento.

Trata-se de ato de natureza política, aplicado em situações de anormalidade decorrentes de lutas contra os governos, com o objetivo de perdoar e restabelecer a paz e a concórdia entre os cidadãos.

A característica antiga da anistia, considerada ato de graça do governante, será modificada pela Revolução Francesa, quando, na Constituição de 1791, distinguiu o ato de graça, com características de indulto, como atribuição privativa do presidente da República, diferenciando-o da anistia, doravante atribuição do Poder Legislativo, representando, assim, prerrogativa da própria sociedade.

Este tem sido o significado contemporâneo do instituto da anistia, sendo assim incorporado às constituições democráticas ocidentais.

Apesar de não ser um dicionário próprio de termos jurídicos, o conceito etimológico apresentado pelo *Aurélio* tem o seguinte significado: “Ato pelo qual o poder público declara impuníveis, por motivo de utilidade social, todos quanto, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral, políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornando nulas e de nenhum efeito as condenações”.

Podem parecer ao senso comum que se trata de ato de autoridade, pelo qual se concede perdão a indivíduos implicados em crimes de natureza política, mas, essencialmente, trata-se de ato conciliatório, do desejo da sociedade, para reparação dos abusos cometidos contra os opositores do governo ou do regime.

Entretanto, não se pode considerar a anistia como ato destinado ao esquecimento, porque o processo político permanecerá vivo na memória histórica. Aliás, historicamente, as anistias conquistadas, no Brasil, o foram em consequência de pressão popular ou de pressão de setores expressivos da sociedade, perante o poder estabelecido. Conseqüentemente, essa conquista assume caráter coletivo, e não pode ser deturpada como “perdão”, o que pressupõe o cometimento de crime, que poderia ser apagado por ato de generosidade do poder.

A anistia é um ato reparatório aplicado a situações de confronto político, decorrentes de quebra da normalidade instituída no Estado de Direito.

Tradição de anistia no Brasil

O instituto da anistia tem longa tradição no Brasil. Foi aplicado, inicialmente no século XVII, por ocasião da expulsão dos holandeses (1654), em Pernambuco, bem como em relação às pessoas envolvidas na Revolta de Beckman (1684), no Maranhão. Foi aplicada novamente por ocasião da guerra dos Emboabas (1709), em Minas Gerais, e por ocasião da guerra dos Mascates (1714), em Pernambuco, e da revolta de Vila Rica (1720), em Minas Gerais. Em todas essas circunstâncias políticas o ato de anistia foi iniciativa do rei de Portugal, e apresentava caráter conciliatório.

Com o processo da emancipação política do Brasil, o instituto da anistia foi incluído na Constituição de 1824, como prerrogativa exclusiva do imperador, que logo a concedeu juntamente com o ato de extensão da nacionalidade brasileira aos estrangeiros aqui radicados.

Durante o século XIX, ocorreram diversas rebeliões, tanto no Primeiro Reinado (1822-1831), quanto no Período Regencial (1831-1840). Registraram-se inúmeras prisões, inclusive execuções de manifestantes políticos, e inúmeras pessoas foram condenadas. Mas, restabelecida a ordem nas diversas regiões em que se registraram conflitos, foram concedidas anistias, tanto pelo imperador Pedro I, quanto pelos regentes, como em 1835, quando foi concedida anistia a “todas as pessoas envolvidas em crimes políticos até 1834 nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro”, ou ainda como em 1836, quando foi concedida anistia a “todos os insurretos que tivessem se submetido à ordem legal e cooperado com sua manutenção”.

O imperador Pedro II também decretou anistia geral, mas condicional: beneficiava apenas os envolvidos nas rebeliões provinciais indicadas (Cabanagem, a revolução Farroupilha, a Sabinada e a Balaiada). Havia condições para serem alcançados os benefícios da anistia: os interessados deveriam se apresentar às autoridades, no prazo de sessenta dias, sendo fixados os de residência. Concedeu, ainda, anistia para os envolvidos na revolução Liberal de 1842, que ocorreu em São Paulo e Minas Gerais. Entretanto, apesar da promessa, os envolvidos na revolução Praieira (1848), em Pernambuco, não foram beneficiados por ato de anistia. Finalmente, os bispos e padres de Pernambuco e do Pará, incursos em crimes comuns de desobediência ao monarca, episódio conhecido como “Questão Religiosa”, também foram anistiados.

Durante o período republicano, foram concedidas várias anistias, sendo a primeira, por iniciativa do presidente Prudente de Moraes, em 1895, basicamente em favor de oficiais militares da Marinha e do Exército, envolvidos nos primeiros embates, em decorrência da proclamação da República.

Ainda na Primeira República, houve atos de anistia em 1906, beneficiando os que participaram da revolta da Vacina, em 1910, e os que havia participado da revolta da Chibata.

Quanto à anistia de 1916, merece destaque por ter sido decretada pelo Congresso, em favor dos revoltosos de 1889 a 1915, beneficiando, assim, diversos militares punidos por insubordinações de diversas motivações.

A última anistia concedida durante a chamada Primeira República foi a de 1918, que beneficiou os participantes dos conflitos relativos ao movimento messiânico do Contestado e os participantes da greve geral de 1917, em São Paulo.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, em outubro de 1930, logo concedeu anistia a “todos os civis e militares que direta ou indiretamente se envolveram nos movimentos revolucionários do país”.

A próxima anistia foi iniciativa do Congresso constituinte, quando foi promulgada a segunda Constituição Republicana, em julho de 1934, e foi concedida aos que participaram da revolução Constitucionalista de 1932.

A próxima anistia, beneficiando aqueles que cometeram crimes políticos ou “conexos”, julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, ocorreu em abril de 1945, por iniciativa de Getúlio Vargas, propiciando a imediata libertação de 565 presos políticos, entre eles Luiz Carlos Prestes, líder da insurreição comunista de novembro de 1935. Entretanto, os militares que foram indiciados por participarem dessa insurreição, muitos julgados e absolvidos pelo Tribunal de Segurança Nacional, não foram reintegrados às Forças Armadas.

Durante a vigência da Constituição de 1946, a primeira anistia teve caráter amplo e irrestrito e foi editada em 1956, beneficiando civis e militares que “havia se envolvido nos movimentos de rebelião ocorridos a partir de 10 de novembro de 1955 e 1º de março de 1956”.

Outra anistia ocorreu em 1961, disciplinada pelo Decreto Legislativo n.18, beneficiando todos os que “participaram, direta ou indiretamente dos fatos ocorridos no território nacional, desde 16 de julho de 1934 [...] e que constituem crimes políticos definidos em lei”. São alcançados por este decreto os que haviam participado da campanha “O petróleo é nosso”, bem como os insurretos de Jacareacanga e Aragarças.

A resistência vitoriosa da sociedade

O golpe militar de 1964, que marca o início de um longo período de vinte e um anos de ditadura militar, dava seqüência a uma longa tradição de intervenções militares na política brasileira, a exemplo da Revolução de 1930, do golpe de 1937, que instaurou

a ditadura do Estado Novo, de nova intervenção militar em outubro de 1945, da tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, em novembro de 1954, e da intervenção militar de 1961, para impedir a posse de João Goulart, mas rechaçada pela campanha da legalidade, embora com alguma vitória por parte dos militares, que conseguiram instituir o parlamentarismo, subtraindo competências de governo do presidente da República.

Nos primeiros dias de abril de 1964, o Congresso Nacional foi fechado, uma junta militar, autodenominada Comando Supremo da Revolução, assumiu o poder e, em 9 de abril, editou o Ato Institucional nº 1, com vigência até 11 de junho de 1964. A partir daí foram suspensas as garantias constitucionais, bem como a vitaliciedade da magistratura e a estabilidade dos servidores públicos; iniciaram-se as cassações de direitos políticos, sendo atingidas 378 pessoas, dentre elas João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek; também foram cassados seis governadores de Estado, dois senadores, 63 deputados federais e mais de trezentos deputados estaduais e vereadores; a punição atingiu também centenas de militares e milhares de funcionários públicos.

O AI-2, editado em 27 de outubro de 1965, foi outra agressão contra a sociedade, que derrotou os candidatos da ditadura, por ocasião das eleições para governador na Guanabara e em Minas Gerais, vencidas pela oposição.

O AI-2 instituiu eleições indiretas para presidente da República, concedeu ao chefe do Executivo o poder de fechar o Congresso Nacional e declarou encerrada a existência dos partidos políticos, instituindo, doravante, um sistema bipartidário que pudesse ser controlado.

Ao longo do regime militar foram editados dezessete Atos Institucionais e mais de uma centena de Atos Complementares. Mas, de todos os Atos Institucionais, o mais repressivo foi o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968. Seus 12 artigos completavam a institucionalização da ditadura militar, atribuindo aos generais presidentes superpoderes, como os de decretar o recesso do Congresso (o que foi feito), das Assembléias Legislativas (o que ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe) e Câmaras Municipais; de suspender os direitos políticos por dez anos, cassar mandatos eletivos e suspender o instituto do *habeas corpus*. Tentou-se impor uma Constituição, em 1967, mas essa Carta ficou viciada pela seqüência de Atos Institucionais, que, inclusive, instituíram a pena de morte e o banimento (AI-13) aos acusados de subversão. Os Atos Institucionais não só mantiveram as cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, mas também serviram para instituir um controle rígido da imprensa, por meio da censura, que atingiu também as manifestações culturais de uma maneira geral.

A sociedade não ficou indiferente. Em consequência da intensificação das práticas de repressão foi que trabalhadores, estudantes e intelectuais, dentre outros setores da sociedade, participaram de diversas organizações de esquerda e decidiram pelo enfrentamento da ditadura, inclusive com as tentativas de focos de resistência armada.

A repressão atingiu seu clímax entre 1968 e 1974, quando foi institucionalizada a tortura e ações terroristas por parte de agentes do Estado. Houve milhares de novas prisões, centenas de pessoas mortas ou dadas como desaparecidas e centenas de outros

cidadãos que conseguiram exilar-se em outros países. Quanto mais a linha-dura avançava na militarização do regime, mais se isolava e, ainda que imperceptivelmente, perdia bases de apoio entre liberais que se aliaram ao golpe e logo tiveram suas lideranças castigadas pela ditadura. Esses segmentos incorporaram-se, progressivamente, às resistências da sociedade civil, que também ampliou suas bases de apoio no exterior, influenciando o governo do general Ernesto Geisel. Ao assumir o governo, em março de 1974, Geisel prometeu iniciar um longo processo de “lenta, segura e gradual” distensão, apesar de continuar aplicando os instrumentos jurídicos do arbítrio na cassação de parlamentares, na condenação de cidadãos com base na Lei de Segurança Nacional, ou publicando leis casuísticas, como o famigerado “pacote de abril”, em 1977 que criou o exótico cargo de senador biônico, único recurso capaz de fugir do julgamento da sociedade civil, através dos processos eleitorais e, desta forma excusa, assegurar a vergonhosa e artificial maioria dos subservientes governistas no Senado da República dos generais.

No governo do general Geisel ocorreram, nos porões da ditadura, duas mortes, em 1976, em consequência de torturas, e que tiveram enorme repercussão: a do jornalista Vladimir Herzog e a do operário Manoel Fiel Filho.

Em dezembro de 1976 (dia 16), ocorre “o último ataque de vulto da repressão contra as organizações de esquerda”: o assassinato de dirigentes do Partido Comunista do Brasil, no episódio que ficou conhecido como “chacina da Lapa”.

A partir das eleições de 1974, torna-se visível que o regime militar inicia uma trajetória de rejeição por parte da sociedade civil. As insatisfações populares proporcionam o crescimento do partido da oposição no Congresso.

Por outro lado, surgem novas organizações populares, como associações de moradores, comunidades eclesiais de base, movimentos sociais que se dedicam a questões de etnia e de gênero, como os movimentos negros, o movimento feminista pela anistia, entre outras formas de organização social. Ao lado dessas novas formas de associacionismo, ao lado do movimento sindical e do movimento estudantil, outras organizações historicamente relevantes, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em uníssono, denunciam o prolongado e exorbitante arbítrio da ditadura, que extrapolou os limites dos poderes até para o âmbito da vida humana. Foi no contexto da corajosa resistência da sociedade civil que surgiram os Comitês Brasileiros de Anistia.

Estes Comitês logo iniciaram investigações sobre os efeitos das punições discricionárias praticadas pela ditadura militar e constataram que havia, no Brasil, cerca de 200 presos políticos, 128 banidos, 4.877 punidos por Atos de Exceção, 263 estudantes atingidos pela o artigo 477 e cerca de dez mil exilados.

O governo também realizou seus estudos e constatou que, entre 1969 e maio de 1979, foram condenadas no Supremo Tribunal Militar (STM) 98 pessoas por atos terroristas, 466 por assaltos a banco (incluídos os assaltantes comuns, pois a lei não fazia distinção). Constatou-se que existiam ainda 217 pessoas condenadas por organizarem partidos políticos considerados ilegais, e 280 por filiação a partidos ilegais ou grupos

considerados subversivos. Os estudos permitiram ainda estimar que 90% dos cinco mil punidos por atos revolucionários não tiveram processos instaurados nem culpa formada.

Estimativas mais abrangentes estimaram em cerca de doze mil pessoas, as que foram punidas e perseguidas pelo regime militar, entre os anos 1964 e 1979.

Apesar da edição de nova Lei de Segurança Nacional (17/12/1978), os Comitês Brasileiros de Anistia organizaram diversas manifestações públicas, debates, divulgaram panfletos, publicaram cartazes, promoveram abaixo-assinados, lançamentos de livros e fizeram visitas aos presos políticos, mesmo sob forte ameaça do aparato policial e dos próceres da linha-dura. No final de 1978, foi realizado em São Paulo o 1º Congresso Nacional da Anistia, que foi um marco político para o movimento. Foi neste evento que se lançou a palavra de ordem “Anistia ampla, geral e irrestrita”.

Ampla, porque deveria alcançar todos os punidos com base nos Atos Institucionais, geral e irrestrita porque não deveriam impor qualquer condição aos seus beneficiários e nem o exame de mérito dos atos praticados.

Processo de aprovação da lei de anistia

A campanha pela anistia foi um amplo movimento agregador de diferentes concepções doutrinárias que pudessem sustentar os requisitos essenciais: anistia ampla, geral e irrestrita.

O movimento ganhou as ruas e repercutiu no Congresso Nacional. O regime militar recuava e acenava com indulto para os presos políticos. Mas a oferta não foi sequer apreciada. A mobilização repercutiu, inclusive, entre parlamentares das bases do governo. O regime militar recua novamente e encaminha ao Congresso Nacional um projeto de anistia parcial, contendo exclusões e restrições, o que também não foi aceito. A mobilização pela anistia ganha apoio também de presos políticos no Rio de Janeiro, que iniciaram uma greve de fome, em 22 de julho de 1979, em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Esta forma de manifestação foi realizada também pelos presos de Itamaracá (PE). A greve durou 32 dias.

Houve necessidade de intensa negociação entre a sociedade civil, com apoiadores, de modo a manter a firmeza de posição face ao regime militar, tendo como contraponto as resistências dos setores da linha-dura. O processo de negociação para adequar o texto a todos os setores foi o que causou a demora em sua apresentação.

O projeto de anistia que chegou ao Congresso Nacional recebeu 305 emendas. Foram nove horas de debates e votações, no plenário, sendo finalmente aprovado, por 206 votos a favor, contra 201. A anistia ficou consubstanciada na Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979. Compunha-se de quinze artigos, o primeiro dos quais firmava:

“É concedida anistia a todos quanto, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores

dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e representantes sindicais punidos com fundamento em atos institucionais e complementares e outros diplomas legais”.

Mas as restrições ficaram embutidas no segundo parágrafo:

“Executam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”.

A conquista da anistia e o conseqüente retorno dos exilados logo aliviaram as tensões e possibilitaram a retomada dos esforços e empreendimentos em prol da redemocratização e reconstrução da cidadania, mesmo contando com dificuldades e armadilhas casuísticas, tal como ocorreu nos processos eleitorais gerais e também em relação ao movimento das diretas já.

A questão dos benefícios

A Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, consubstanciou a Anistia possível, mais limitada do que eram os anseios representados pelos Comitês espalhados pelo Brasil e também em dezenove países.

O texto final não tratou civis e militares com equidade. Os agentes do regime militar em serviço nos aparatos policial e repressivo, bem como nos órgãos de informações e que, em nome do mesmo regime, praticaram torturas, sevícias, culminando com mortes e desaparecimento das vítimas que se encontravam sob a guarda do Estado, estas pessoas homizaram-se na Lei de Anistia e ficaram totalmente protegidas pelos princípios de amplitude e irrestritibilidade. A lei considerou os abusos de autoridade e de poder como “exacerbações políticas”.

Essas “exacerbações políticas” sobreviveram como parte do lixo autoritário que dificulta a busca de informações acerca de pessoas dadas como desaparecidas. As Forças Armadas insistem em não prestar contas à sociedade, que é sua real mantenedora e em manter secretos os arquivos. Talvez até envergonhadas, por saberem que foram escritas tantas sandices que revelariam a situação de desqualificação dos coletores de informações. Certamente os arquivos que se pretendem manter secretos revelam muita truculência e carência de mínimos conhecimentos de ciência política, que é o campo do embate.

A anistia não foi ampla, geral e irrestrita em relação aos cidadãos que resistiram em defesa da democracia e da liberdade de expressão.

É certo que possibilitou o imediato retorno de líderes políticos, estudantis, sindicalistas, intelectuais entre outros exilados, reintegrando milhares de brasileiros ao exercício da cidadania em sua própria pátria. Muitos presos políticos foram soltos imediatamente. Entretanto, outros cidadão civis brasileiros não foram beneficiados pela anistia, por terem sido condenados pela prática qualificada de “crimes de terrorismo”. Esses prisioneiros conquistaram a liberdade, mesmo condicional, por outros expedientes jurídicos, como os indultos posteriores à Lei de Anistia.

Por outro lado, as qualidades da Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979 não incluíam outros benefícios além da anistia. Trata-se das reparações necessárias e imediatas aos que

ficaram de fora da abrangência da lei, não só os guerrilheiros tratados como “terroristas”, mas também em relação aos militares cassados, como cabos, soldados e marinheiros. Ainda quanto ao requisito da reparação, as pessoas não puderam contar o tempo de prisão e exílio para efeito de suas aposentadorias.

Logo após a posse de José Sarney, com o restabelecimento do governo civil, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 26, concedendo anistia a “todos os servidores públicos da Administração Direta e Indireta e Militares, punidos por Atos de exceção, Institucionais ou Complementares”, conforme seu art. 4º, cujo parágrafo primeiro ampliava o alcance do benefício: “É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.”

A sociedade civil, finalmente, ampliou as reparações necessárias, que ainda não tinham sido contempladas durante o processo constituinte. A vontade da sociedade ficou consignada na Constituição de 1988, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, em cujo artigo 8º ficou determinado que:

É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18 de 15/12/1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864 de 12/09/1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividades previstas nas leis, regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

A anistia concedida em 1979 foi ainda complementada, possibilitando ações indenizatórias, tendo em conta a relação que se estabeleceu entre o clima de perseguições políticas, as demissões e impedimentos de fato que possibilitassem o emprego fixo, haja vista a malha de informações que continuava a perseguir aqueles fichados pelo regime militar.

Como permaneceram excluídos do amparo da lei, só em 1996 é que foi aprovada a lei 9.140/96, concedendo indenizações às famílias dos desaparecidos políticos, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Finalmente, providenciando a necessária regulamentação do artigo 8º das Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, foi encaminhada ao Congresso a Medida Provisória nº 2.151 de 31 de maio de 2001, ampliando período de abrangência para efeitos da anistia, fixando os parâmetros entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, distribuindo os 22 artigos em cinco capítulos: Do regime do anistiado político; da declaração da condição de anistiado político; da reparação econômica de caráter indenizatório; das competências administrativas; e das disposições gerais e finais.

Esta regulamentação definiu o regime jurídico do anistiado político e incluiu a reparação econômica de caráter indenizatório. Estabeleceu que o ministro da Justiça constituísse uma comissão especial, para analisar os pedidos dessa natureza, providenciar a contagem de tempo de afastamento das atividades profissionais e funcionais, para todos os efeitos, bem como possibilitar, ainda, a conclusão do curso aos estudantes punidos por atos discricionários, a exemplo do Decreto 477.

Complementações estaduais

A lei da Anistia não se esgotou em 1979, porque não era ampla, geral e irrestrita. As lacunas deixadas pelo regime militar foram progressivamente complementadas.

Considerando ainda, que o aparato policial e militar das unidades da federação foram também assumidos pelo regime militar, considerando-os forças auxiliares, essas forças estaduais também exorbitaram em suas competências repressivas, causando danos materiais, físicos e psicológicos aos cidadãos, no âmbito dos estados, sem que se configurasse a responsabilidade do governo federal.

Existem aí lacunas jurídicas que obrigam, moralmente, as unidades da federação a se comprometerem com as reparações complementares, até porque os governadores dos estados, salvo raríssimas exceções, foram todos governadores da Arena e, assim, de plena convivência política, inclusive por terem sido eleitos indiretamente, e ao agrado do regime militar. Os governadores arenistas cumpriram à risca as exigências da ditadura e contribuíram para que a repressão fluísse plenamente.

Essas considerações, entre outras, propiciaram encaminhamentos de projetos de indenizações, no âmbito das responsabilidades estaduais, em diversas unidades da federação, através de projetos de lei, visando a reparar, por intermédio de indenizações, prejuízos materiais ou morais àqueles que sofreram qualquer tipo de constrangimento, tortura ou perseguição por órgãos ou agentes públicos dos governos estaduais.

Essas iniciativas e providências ocorreram nos estados de Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, por meio de aprovação de leis estaduais que garantem indenização para as pessoas perseguidas, mesmo que elas já tenham recebido algum tipo de reparação em nível federal.

Em 1998, o governador paranaense Jaime Lerner convidou o deputado estadual do Espírito Santo, Claudio Vereza, para participar da solenidade que marcou o início do pagamento das indenizações aos ex-presos políticos. A solenidade ocorreu no dia 31 de agosto de 1998, e os pagamentos de indenizações às vítimas começaram a ser providenciados, com base em instrumento legal aprovado pela Assembléia Legislativa daquele estado, através de crédito suplementar previsto no orçamento estadual. No caso, 243 pessoas apresentaram o pedido de ressarcimento, em valores entre R\$ 5.000,00 e R\$ 30.000,00.

Em Santa Catarina, o secretário-adjunto da Justiça e Cidadania, Léo Rosa de Andrade, solicitou à Casa Civil a inclusão de crédito suplementar ao orçamento do ano do ano

2000, no valor de R\$ 5,6 milhões, com a finalidade de fazer jus às indenizações de expostos políticos daquele estado (*A Gazeta*, 22.08.99, pág.2]

Essas iniciativas também ocorreram em Pernambuco, Rio Grande do Sul e em São Paulo, neste caso por iniciativa do governador Mário Covas.

O esforço de complementação no Espírito Santo

Indenizar as vítimas da repressão patrocinada pelo regime militar, mas que foram atingidas em seus legítimos direitos individuais por agentes estaduais, inclusive em estabelecimentos policiais militares de propriedade do poder público estadual, é um procedimento político-jurídico e ético, decorrente da extensão da ação repressiva às autoridades estaduais.

Pode-se proceder ao debate político acerca do federalismo característico da República brasileira. Neste caso, as unidades da federação sequer esboçaram reações, por meio de suas autoridades competentes. Em outras palavras, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais atuaram como colaboradores do processo repressivo, mesmo porque essas autoridades constituídas tinham identidades de classe coincidentes, e assumiram como inimigos regionais aqueles caracterizados pelo regime militar no plano federal.

Os polícias militares e civis do Espírito Santo foram mobilizados, às vezes, para fazer as primeiras incursões e reprimir manifestações estudantis e sindicais que pudessem ser articuladas, bem como perseguir os cidadãos que, em solo espírito-santense, professavam suas identidades políticas e ideológicas.

A premissa do pleito indenizatório é que, em diversas circunstâncias, agentes públicos estaduais também cometeram arbitrariedades contra vítimas da repressão, no interior de estabelecimentos públicos estaduais, a exemplo do Departamento de Ordem Pública e Social, bem como da Polícia Civil e da Polícia Militar, considerada tropa auxiliar do Exército, bem como em unidades prisionais estaduais. Nestes casos, estão incluídas prisões ilegais, que começaram a ser feitas já no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, entre 1963 e 1966.

A repressão da ditadura militar intensificou-se durante os mandatos dos governadores da Arena, ambos indicados e ungidos por eleições indiretas, que foram Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971) e Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), em mandatos que transcorreram no período de intensa repressão policial-militar e de intensa prática do terrorismo de Estado.

O advogado e jornalista de *O Diário*, de Vitória, Ewerton Montenegro Guimarães, defensor dos direitos humanos e da democracia face ao regime militar, em 1969, ano da edição do Ato Institucional nº 5, denunciou a existência da organização do grupo de extermínio “Esquadrão da Morte”, no Espírito Santo e, em seu livro *A chancela do crime – a história do Esquadrão da Morte do Espírito Santo*, além dos detalhes sobre a ação dessa organização paramilitar, afirma que o comando do grupo de extermínio, do qual participavam policiais civis e militares, tinha seu braço forte dentro do Palácio Anchieta,

mais precisamente na Secretaria de Segurança Pública, então dirigida por José Dias Lopes, irmão do governador Christiano Dias Lopes (*Revista de Informação Jurídica, Infojur*).

O “Esquadrão de Morte” é a péssima herança do regime militar. A ele foram atribuídos assassinatos de pessoas consideradas criminosas ou suspeitas, enterradas em cova rasa, na Barra do Jucu, em Vila Velha. A organização teve seu início no Rio de Janeiro e, na década de 1980, tornou-se sucessora da Escuderia Le Coq, cuja estrutura original foi transferida do Rio de Janeiro para o Espírito Santo, sobrevivendo como braço armado do crime organizado.

Os direitos humanos, no Espírito Santo, estiveram à mercê dessas relações promíscuas consolidadas durante o regime militar, inclusive em outras unidades da federação. Este era também o ambiente que interagia com os algozes da ditadura militar, em nome da qual eram praticados atos de violência e torturas que deixaram seqüelas psicológicas além de danos físicos, morais e profissionais, e à qual imputam-se também as demissões de servidores públicos, até mesmo por não serem confiáveis ou coniventes com a corrupção.

O deputado estadual Claudio Vereza seguiu a tendência verificada em outros estados e, então, acolheu reivindicações feitas por alguns ex-militantes do Partido Comunista, como Carlito Osório e Dines Brozeghini Braga, dentre outros. Em seguida, apresentou à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo um projeto de lei que reconheceria os direitos daquelas pessoas que sofreram danos em consequência das agressões dos algozes da ditadura.

O projeto de lei fixou os parâmetros das indenizações entre R\$ 5.000,00 e R\$ 30.000,00, às vítimas, em conformidade com os danos físicos, morais ou psicológicos, bem como em decorrência de detenção indevida ou imotivada, haja vista que a maioria das pessoas nem sequer foi condenada, quando ocorreram julgamentos. O projeto de lei também incluiu a hipótese de pagamento de pensões especiais àquelas pessoas que perderam o emprego e não conseguiram recuperá-lo (*A Gazeta*, agosto, 1999).

Enquanto tramitava o projeto, foi instalada uma Comissão Especial, composta por representantes da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, da Secretaria de Estadual da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Medicina, do Ministério Público, da Comissão dos Direitos Humanos, além de representantes dos ex-presos políticos e outras entidades, com a finalidade de avaliar os requerimentos, tipificar os casos apresentados e decidir sobre as indenizações e pensões a serem pagas.

Foi também constituída pelo Poder Legislativo Estadual uma Comissão Especial composta pelos deputados estaduais Claudio Vereza (PT), seu presidente; Magno Malta (PTB), vice-presidente; e Lelo Coimbra (PPS), que atuou como relator.

Essa Comissão Especial atuou entre 13/05/98 e 03/11/98, quando oitenta pessoas prestaram depoimentos, relatando sobre perseguições ou torturas sofridas por elas no Estado do Espírito Santo. Dentre os depoentes incluem-se José Rodrigues Rocha, Antônio Caldas Britto, Perly Cipriano, Atilio Juffo, Carlito Osório, Dines Brozeghini Braga, Dalva Pinheiro dos Santos, Gildo Loyola, Francisco Feitosa Norberto, Iran Caetano,

Clementino Dalmácio Santiago, João César Leite, Antônio Granja, Juçara Albernaz, entre outras pessoas com identidades política e ideológica definidas, razão por que foram criminalizadas como inimigas da ditadura militar.

Foram depoimentos considerados importantes para resgatar e complementar o conhecimento e a interpretação da história política do Espírito Santo durante o regime militar.

Apesar da legitimidade e do caráter de justiça das reparações, apesar das repercussões em torno da iniciativa, cuja tramitação foi amplamente veiculada pelos principais jornais do Espírito Santo, apesar da riqueza de informações contidas nos depoimentos das vítimas de torturas, surpreendeu a sociedade a decisão do governador do Estado, Vitor Buaiz. Surpreendeu extraordinariamente o veto do governador à Lei aprovada pela Assembléia Legislativa, porque impediu o cumprimento deste ato de justiça e reparação de dívida social do Estado perante a sociedade.

Surpreendeu a decisão do veto, não pelo valor intrínseco das indenizações, mas pelo simbolismo de que se investia; não porque o governador também fora vítima de perseguições, mas porque a decisão caracterizava falsidade ideológica ou negação de princípios, em relação à sua própria militância política.

Finalmente, o veto foi derrubado e a lei, promulgada pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo e publicada no Diário Oficial, em 5 de novembro de 1998.

ANEXO 1

Lei n. 6.683, de 28.08.1979
(Lei da Anistia)

LEI N. 6.683 - DE 28 DE AGOSTO DE 1979

Concede anistia, e dá outras providências

O presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativos e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§º 1 Consideram-se conexos, para efeito desse artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetua-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão nos 120 (cento e vinte) dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos presidentes;

se servidor do Poder Judiciário, ao presidente do respectivo Tribunal;

se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba apreciá-los

§ 2º O despacho decisório será proferido nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o decreto a que se refere o artigo 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o Juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência, gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, na época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do artigo 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no artigo 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O poder executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO – presidente da República.

Petrônio Portella; Maximiano Fonseca; Walter Pires; R. S. Guerreiro; Karlos Rischbieter; Eliseu Resende; Ângelo Amaury Stábile; Eduardo Portella; Murillo Macedo; Délio Jardim de Mattos; Mário Augusto de Castro Lima; João Camilo Penna; Cesar Cals Filho; Mário David Andrezza; H. C. Mattos; Jair Soares; Danilo Venturini; Golbery do Couto e Silva; Octávio Aguiar de Medeiros; Samuel Augusto Alves Corrêa; Antônio Delfim Neto; Said Farhat; Hélio Beltrão.

ANEXO 2

Excertos dos depoimentos

NOTA DOS EDITORES

Estes excertos são apenas uma pequena amostra do drama vivido pelos depoentes, durante a ditadura militar. Os depoimentos completos compõem um grande volume, impossível de ser reproduzido em sua totalidade dentro dos limites deste livro. Parte dos arquivos da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, estão lá, à espera de outros pesquisadores que deles se utilizem a fim de não deixar morrer a memória de tempos tão terríveis — porque se espera que as memórias terríveis sirvam de exemplo contra si próprias e não se reproduzam nunca mais.

Algumas correções e informações extras foram gentilmente acrescentadas, em outubro de 2004, por Rubens Manoel Câmara Gomes Filho, tanto ao depoimento de seu pai (Rubens Gomes), quanto ao seu próprio. Essas informações não constam destes excertos, mas estão preservadas na íntegra, em arquivo eletrônico, para utilização futura.

Sessão de 13/05/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos, por Motivos Políticos no Período de 1961 a 1979. Esta é a segunda reunião porque na primeira foi feita a escolha das funções de cada um dos três Deputados. Nós ficamos com a presidência da Comissão, o Sr. deputado Lelo Coimbra é o relator e o Sr. deputado Magno Malta, vice-presidente. [...]

A Comissão foi instalada nesta Casa com base no Projeto de Lei nº 352/97, em dezembro do ano passado, que foi desarquivado. O pedido foi feito por alguns companheiros pelo fato de matéria semelhante ter sido apresentada nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

O projeto de lei reconhece a responsabilidade do Estado do Espírito Santo por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. [...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

Sr. presidente e Srs. deputados, na última reunião propusemos ao deputado Claudio Vereza que inserisse os depoimentos nos Anais da Casa, para que a memória política, da qual somos protagonistas vivos, não se perdesse no tempo. Esses depoimentos são muito importantes, são pessoais e ficarão registrados nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Eles servirão como subsídio não somente para a História, como também para a concretização desse projeto de reparação de danos morais, danos financeiros e danos físicos. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

A nossa intenção é realmente fazer uma publicação, através da Assembléia Legislativa, com a memória de todos os depoimentos [...]

Num segundo momento, podemos também recorrer, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, aos órgãos federais, quanto aos documentos necessários para os subsídios dos nossos trabalhos nesta Comissão. Assim obteríamos a documentação necessária para anexar a essa publicação que pretendemos fazer. [...]

O SR. ARISTIDES DA SILVA SOUZA:

[...] Consolidei a minha ideologia e aceitava a luta através dos homens para as transformações sociais. Em 1969, veio a minha primeira prisão e, em 1971, a segunda. Na primeira, fui preso em casa às dezenove horas pela Polícia Federal, sendo interrogado até as cinco horas pelo procurador da República, por um capitão do Exército e por três policiais federais, até às cinco horas da manhã, sem tomar água, sendo torturado nos tímpanos, a tortura chamada de “telefone”; ripa na canela; murro nas costas; na cabeça. Fui jogado no meio dos presos comuns, naquela época, em Bento Ferreira, dali transportado para a penitenciária, e dali para o 3º BC.

Na época dava palestras sobre marxismo... fiquei preso e todos ficaram soltos, porque, como professor, passei a assumir, ficando dez meses preso, incomunicável, saindo porque nada me acusava de gravidade. Continuei a me integrar na luta política, sendo preso em 1971 pelo DOI-Codi, São Paulo, Oban, polícia formada por Garrastazu Médici, na época, só para torturar. Dali é que vínhamos para o Dops, que já era ali um refresco...

Oban era só tortura! Inclusive todos os policiais de lá, para mim, tinham problemas psicopatológicos, eram tenazes na torturação, sentiam-se bem. Veio a minha segunda prisão em 1971 pelo DOI-Codi, entre oito companheiros. Fomos torturados na Oban, de lá para o Dops, novas torturas e de lá para a prisão Tiradentes, São Paulo, onde tinham cubículos só para presos políticos, até por organização. Mais dez meses preso, está aí no meu dossiê, e, devido a minha ideologia, que se cristalizou com os meus estudos...

Sou comunista, não venderia a minha ideologia nem por um bilhão de reais, porque sei que o aspecto secundário superará o aspecto principal na contradição, na luta de classe, que é a espinha dorsal do processo histórico transformador que se dá pela luta, como todos estão vendo, ou seja, assaltos a

bancos, a ônibus, etc. Não tem outra perspectiva a não ser a mudança, porque o capitalismo se torna incompatível para solucionar os problemas sociais.

Preso a minha ideologia concretizada, nunca mais arranjei emprego [...] e nunca também quis me humilhar e nem solicitar emprego nenhum. Sobrevivi até hoje com a ajuda de amigos, nunca fiquei devendo a ninguém. Continuo querendo as transformações sociais. [...]

O SR. CLEMENTINO DALMÁCIO SANTIAGO:

[...] Eu, por exemplo, fui preso muitas vezes. Como jornalista, gerente da Folha Capixaba, não apanhei e fui bem tratado. Fui preso e cassado como jornalista, o que me ajudou um pouco a ser preso na penitenciária, no 3º BC, no Dops, com processo e tudo. Mas me saí bem. O próprio diretor da Polícia Federal era jornalista e me tratava com respeito, com consideração, mas sempre querendo arrancar de mim informações. Não sabia de nada para explicar. Mas sempre ficava por lá, ia para o 3º BC, etc. [...]

O SR. DINES BROZEGHINE BRAGA:

[...] Camaradas, sou do município de Fundão e tenho setenta e um anos. Ingressei no Partido Comunista do Brasil em 1945, logo no final da Segunda Guerra Mundial. Participei das primeiras eleições após a ditadura de Getúlio Vargas e tive a honra de ser conduzido ao partido pelo meu amigo Vespasiano Meirelles. Naquela época, a sede do Partido Comunista do Brasil era na escadaria Maria Ortiz, e lá tive a oportunidade de conhecer o amigo Clementino e tantos outros. [...]

Veio o Golpe de 64. Participávamos de vários comitês de agitação em apoio ao presidente da República, que era João Goulart. Apoiávamos Leonel Brizola, as Ligas Camponesas, o Partido... Fizemos alguns atos que merecem um destaque de minha parte. [...] Conseguimos arranjar um mimeógrafo a álcool para fazer os panfletos contra aquela situação que estava sendo imposta ao país. Assisti ao descarregamento de algumas armas velhas embaixo de poltronas e no forro da

Casa do Estudante, em Belo Horizonte, na avenida Afonso Pena, e depois chamavam o povo da cidade para ver os estudantes armados contra a democracia no País. Eu assisti a isso. [...]

[...] Não tinha água, eram mais ou menos dez horas da manhã, e quando eram duas horas da tarde eu não tinha comido nem bebido nada, uma vontade de urinar tremenda, pois sempre tive uma saúde de ferro, e tenho até hoje. De vez em quando chegava um sujeito truculento e ameaçava a pessoa. E saía o truculento e chegava o com voz mansa, para intimidar a pessoa com aquela maciez de sua voz.[...]

Me levaram para um auditório grande, onde senti vergonha, ao ver a traição por parte de um dirigente nosso, o Sr. Fued dos Santos. Fui levado, Cheguei lá andando. Perguntaram-me se conhecia aquele cidadão. Olhei bem para ele para poder encorajá-lo e disse: não o conheço. Depois perguntaram a ele se me conhecia. Foi quando ele colocou todos os pingos nos “is” do meu nome e disse: “Dines Brozoghine Braga”. O camarada que estava me conduzindo me deu um bofetão e caí. Não vou dizer que estava cheio de coragem porque nenhum prisioneiro tem coragem. Todos os prisioneiros podem ter hombridade, mas não coragem. Tem de estar sempre com o “rabo no meio das pernas”. Caí, mas levantei. Quando levantei, veio a mesma pessoa que era capitão do Exército e me bateu novamente. Aí foi quando usei das minhas artimanhas de judoca. Ele caiu no chão e não levantou mais. Só saiu em uma maca. Quebrei uma cadeira e me encostei em uma parede, xingando todo mundo porque a essas alturas já estava acovardado, mas cheio de hombridade. Foi quando entrou um pelotão do Exército com metralhadoras, apontando para o meu lado. Disseram: “Renda-se ou vamos fuzilá-lo”.

Comecei a pensar em minha mulher, a quem amava tanto, mas tempos depois morreu de tanto sofrimento em consequência de tudo isso. Com seis filhos, tive de pensar. Continuei jogando a cadeira, quando machuquei um outro sujeito e foi quando me bateram com pau e não vi mais nada. [...] Colocaram-me em uma solitária onde permaneci durante vinte dias. Só saía de noite para apanhar de toalha molhada, “telefone”, choque elétrico. Procurei memorizar bastante as instruções que recebi em caso de prisão. Então a minha posição era calado. Quando falava era a respeito da minha família e ameaçaram buscar a minha esposa. Continuaram perguntando, mas dizia que não sabia de nada.

Um belo dia, como não falava nada, quando já estava com o corpo todo dolorido e fraquejado, pensei: puxa vida! se tivesse alguma coisa ali eu me matava.

Mas não tinha nada para cometer o suicídio. Se tivesse daria termo a minha vida. Certo dia colocaram-me em uma sala onde havia apenas uma pequena abertura e em uma porta colocaram um papel grande, até papel almaço pautado. Aí ele disse: “Você não fala nada, então escreve aí o que você sabe”. E puseram dois cachorros na porta, aquele cachorro pastor alemão que vive sempre com a língua de fora. Pensei: o que eu vou escrever nesse papel? Aí me lembrei da *Folha Capixaba*, um jornal legal que se encontrava nas bancas, então eu podia falar a vontade ali. Aí, eu fazia as letras grandes para que eles não pudessem depois, acrescentar nada. Escrevi uma página. E os cachorros estavam ali. Se aqueles cachorros avançassem em mim, um eu dominava, porque eu metia a mão na língua dele e não soltava, mas dois era mais difícil. Qualquer gesto que eu fazia o cachorro ficava em posição de alerta. Aí, quando eu acabei de escrever, e era só bater na mesa que chegava uma pessoa, não cheguei a olhar se embaixo da mesa tinha microfone, mas quando eu bati chegou gente. E estava lá escrito que eu era assinante da *Folha Capixaba*, que ajudei a consertar as máquinas tipográficas, que imprimia as folhas, uma máquina velha que só um operário consciente tinha condições de consertar aquilo, fiz muitas pecinhas para aquelas máquinas. Aí, quando o camarada leu, ele disse: “Aí, você está negando”. Eu negava que eu era comunista, porque era uma defesa que eu tinha. Ele falou: “Você não sabia que era órgão do Partido Comunista”? Eu disse: “Sabia”. Ele falou: “Pois bem, agora você vai ter que falar mais”. Aí eu perguntei: “É proibido ler a *Folha Capixaba*?” Ele respondeu: “É claro que é, é um órgão comunista”. Eu falei: “Olha, então tem muita gente grossa envolvida”. Ele falou: “Então fala logo, fala logo”. Então eu tomei logo uma cacetada e uma porção de pontapés também. E falei: “A Mesbla, Antenor Guimarães, Tintas Ypiranga, esses exportadores de café, etc”. Tudo tinha anúncio na *Folha Capixaba*. Olha, foi uma ducha de água no fogo. Eu estava sem me alimentar, o dia inteirinho sem almoçar, sem beber água, sem jantar, eram altas horas da noite. Aí me deram uma folga e eu sentei nos degraus do batalhão, sob a vigilância de cães e armas.[...]

Então, meus familiares que aguardavam a minha saída, procuraram o juiz, que felizmente encontraram, e este foi lá e me soltou e me mandei para o Estado do Espírito Santo. Depois sentei na cadeira dos réus, fui julgado e absolvido. [...]

Sessão de 20/05/98

A SRA. JUSSARA MARTINS ALBERNAZ:

Meu nome é Jussara Martins Albernaz e meu nome de solteira, Jussara Lins Martins, sendo atualmente professora da Ufes. [...] Começo por esclarecer que, de outubro de 1968 até dezembro de 1972, fui presa inúmeras vezes por autoridades policiais estaduais e federais e das Forças Armadas brasileiras, de quatro estados brasileiros, Espírito Santo [...], São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, acusada de desenvolver atividades subversivas à ordem social vigente, sobretudo no meio estudantil.

Tal perseguição se iniciou em outubro de 1968, em São Paulo, quando estive representando os estudantes capixabas no Congresso de UNE, na qualidade de vice-presidente da UEE do Espírito Santo. Estudava na época na Faculdade de Engenharia. Após ser recambiada, junto com outros colegas, para o Dops do Espírito Santo, fomos severamente ameaçados, começaram as perseguições políticas e prisões, que muito me atrapalharam nos estudos e na vida profissional e social.[...]

Morava no Rio de Janeiro desde março e estudava normalmente, quando, no dia 11 de abril de 1969, fui presa no Restaurante Universitário na Ilha do Fundão, junto com outros estudantes que ali se alimentavam e protestavam pacificamente contra arbitrariedades policiais que haviam sido praticadas horas antes [...]. Enquanto os outros estudantes detidos foram libertados logo em seguida, por pressões diversas, fiquei até o dia 26 de abril presa em uma prisão para mulheres (presas comuns) localizada no Centro do Rio de Janeiro [...]

Abriram, então, um processo contra mim na UFRJ, enquadrando-me no artigo 477, que previa a suspensão do estudante da universidade por três anos. Meu enquadramento só foi julgado improcedente muito tempo depois, devido à ação de advogados que foram contatados por meu pai, Ademar Martins, que era também advogado e diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Fui recambiada para Vitória no dia 26 de abril, com outro colega da Engenharia, que também havia pedido transferência para a UFRJ, Marcelo Santos Neves, que também respondia a processos por atividades estudantis julgadas ilegais. Depois de ouvir ameaças no 3º BC, fui levada para a penitenciária

Estadual (Instituto de Readaptação Social), onde me acomodaram novamente junto a presas comuns. Meus pais puderam acompanhar de perto o camburão que veio do Rio até Vitória, mas fui mantida incomunicável até a fase final de um dos inquéritos, cujo encarregado era o capitão Danilo Bastos Scotello. [...]

Em decorrência de minha prisão na penitenciária do Estado até junho ou julho perdi o ano escolar. [...] Com meu enquadramento no 477, devido aos processos que corriam no Espírito Santo e pressões do SNI, conforme alegaram, afastei-me da universidade temporariamente, optando por uma militância política mais organizada junto à Ação Popular (organização política formada originalmente por estudantes da Juventude Estudantil Católica e de outros grupos ecumênicos) e sendo obrigada a me afastar dos empregos regulares. [...]

Fui colocada em liberdade condicional em julho de 1972, e foi decidido que deveria me apresentar todos os dias nas dependências da Polícia Federal de Vitória. Isso foi feito até minha absolvição, obtida graças a um intenso trabalho de meu pai e advogados do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Atestados de diferentes jurisdições militares estão sendo anexados para comprovar alguns dos processos e o resultado de todos eles: *absolvição*. Ou seja, fui levada inúmeras vezes para a prisão, fui torturada, perdi anos de vida escolar e profissional, trabalhei sem poder comprovar meu tempo de serviço, gastamos dinheiro em intermináveis viagens e despesas médicas, para, afinal, ser absolvida, sem que o Estado Brasileiro tivesse me indenizado dos danos ilegalmente provocados.

Convém destacar que, em decorrência das prisões e tortura, tive problemas de saúde sérios, com uma conseqüente operação de reconstituição de um tímpano (timpanoplastia), embora ambos os tímpanos tivessem sido arrebentados. Perdi alguns dentes e tornei-me bastante angustiada. As perseguições continuaram em Vitória.

Matriculei-me de novo na Ufes, onde me formei em Matemática, no final de 1973 [...]. Por onde passei agentes policiais tentaram me tirar o emprego. Por pressão dos mesmos deixei a Rede Tribuna no final de 1972. Em dezembro de 1972, tornei a ser presa pela Polícia Federal do Espírito Santo e fui levada para o 3º BC, onde passei alguns dias, torturada mentalmente e agredida fisicamente por um antigo torturador do Rio de Janeiro, que me torturara um ano antes e prometera que voltaria a fazê-lo, pois não havia “colaborado” com o mesmo, isto é, não havia feito delações. A alegação para a prisão, dessa vez, fora a de que me ausentara das apresentações diárias na Polícia Federal do Espírito Santo, quando na verdade já havia uma decisão judicial que me desobrigava

disso, o que eles diziam desconhecer. Pude ver da janela de onde estava sendo interrogada no quartel do 3º BC o atual governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, que conhecia muito bem.

Em 1974, logo depois de formada, casei-me, e as perseguições continuaram, envolvendo também meu marido, que se tornou jornalista do *Jornal Opinião*, do Rio de Janeiro e, depois, do *Jornal Movimento*, que se opunham ao governo militar. [...]

As perseguições de que fui vítima me abalaram física e emocionalmente por muitos anos e atrapalharam minha vida profissional. Perdi empregos e possibilidades de emprego graças à ação do Dops e da Polícia Federal; tive de trabalhar clandestinamente, sem carteira assinada, tive perda auditiva, meus pais se desgastaram muito na tentativa de me proteger.

É justo, portanto, que o Estado me indenize pelas prisões injustas, decorrentes de processos movidos contra mim, de cujas acusações fui inocentada e pela perseguição política de que fui vítima por muitos anos, junto a muitos outros estudantes e trabalhadores, alguns dos quais estão tendo seus depoimentos recolhidos por esta Casa. [...]

Espero ter deixado claro que os agentes policiais capixabas, se não tiveram a responsabilidade maior pelos meus danos físicos mais profundos, contribuíram decisivamente para minha instabilidade psicológica, dificultando ainda minha vida profissional, de 1968 a 1975. Sem meu afastamento do país por alguns anos, primeiramente com bolsa do governo francês e ajuda dos familiares, meus e do meu marido, e depois com ajuda de custo da Capes e da Ufes, além de trabalho em tempo parcial meu e de meu marido, enquanto estudávamos, dificilmente teria conseguido reorganizar minha vida profissional e emocional. [...]

A SRA. DALVA PINHEIRO DOS SANTOS:

[...] Sou filha de Enéas Pinheiro de Souza, dirigente do Partido Comunista. Em 1964, chegando de Cuba, ficamos sabendo de sua história. Chegou em casa avisando para a minha mãe que, se a polícia chegasse procurando por ele, dissesse que ele não estava. [...]

Não tive oportunidade de estudar, pois era perseguida. Estudei em um colégio e a professora, Isalmir Zouain, reprovou-me um ano por ser filha de comunista.

No primeiro dia de aula, a professora me apresentou para as colegas dizendo que eu era a Dalva, filha do Enéas, comunista, e durante o tempo que estudasse naquela escola eu não teria recreio. Eu não tive recreio. No final do ano, passei para o segundo ano e a professora retirou a minha nota, dando-a para outra menina que era filha de uma lavadeira e precisava ser aprovada.

Depois disso, achei um colégio melhor, que era o Creb (Centro Regional de Educação e Base), que hoje é a faculdade de Colatina. Estudei nesse colégio por quatro anos, mas, quando os pais dos alunos descobriram que eu estudava ali, não quiseram que seus filhos conversassem comigo. Eu ficava revoltada com a situação e, na saída da escola, batia nas crianças. [...]

Eles faziam plantão na nossa casa e uma vez a invadiram, levando máquina de escrever, roupa, documento, tudo que pertencia ao meu pai. Como éramos pequenos, não íamos atrás. Minha mãe tinha muito medo, não entendia a história do comunismo e morreu sem entender, pois, para ela, comunismo era como assaltante, uma coisa muito ruim. Isso tudo prejudicou muito a nossa família. [...]

Meu pai andou meio mundo e morreu em Uberlândia, com documentação falsa. Não tenho nada que prove sobre ele. Sei que existe um livro, *Massacre em Ecoporanga*, que fala algumas coisas sobre a vida de Enéias. Eu procuro esse livro para ver se arranjo algumas provas. Ele morreu com documentação falsa, e eu não tenho nenhum documento original. [...]

Ele [*Enéias*] tirou documentação falsa, com o nome de Manoel, pois vivia clandestinamente e precisava ter documentos falsos, como muitos dos seus amigos. Em 1976, ele foi reconhecido em Belo Horizonte, foi preso e morreu em 1977, com essa documentação falsa. [...]

O óbito [*certidão de óbito*] que tenho dele, de Manoel, diz que foi de ataque cardíaco. Mas só sabemos o que a pessoa falou para nós. Disse que depois que ele foi preso ficou muito sentido, aborrecido, não quis saber de mais nada, até que morreu. [...]

O SR. FRANCISCO FEITOSA NORBERTO

[...] Tudo começou em Nova Venécia, uma cidade de fazendeiros cruéis, bárbaros, uns “lobos vestidos de ovelhas” – como dizem as Escrituras de Israel –

e com cara de bonzinhos. Mas os fazendeiros é que controlavam o lado do informe para a Polícia.

Existia uma organização do Partido Comunista do Brasil [*em Nova Venécia*] e quem a liderava era José Fraqueza. Ele andava por dia setenta quilômetros a pé para fazer trabalho no campo. Transmitia para nós que ia ter uma luta no Brasil, uma luta de duas categorias – eram as aulas que nós recebíamos –, pois existem duas categorias que sustentam o mundo: os camponeses, com as mãos santas que plantam o alimento, e os operários, proletários. Para saber o que era proletário tivemos de consultar dicionário. A esquerda tinha um palavreado que desconhecíamos. Até hoje sou analfabeto. Fiz até o quinto ano primário na escola Claudina Barbosa, em Nova Venécia. A falta de cultura, de escolaridade, traz dificuldades para a gente expor o que deseja. [...]

Fui preso [*em 1969, em Vitória*] na casa do companheiro Aristides [*Aristides Silva Sousa, da Ala Vermelha*], que na época era chamada de “aparelho subversivo”. Era uma residência [*no morro do Quadro*]. Ele tinha um bar e, no fundo, havia um local onde nos reuníamos. Vim do campo para Vitória porque haveria bases revolucionárias [*no campo*], mas dependia de quadros, precisava de pessoas para dirigi-las. Eu vim para a cidade para ser preparado para voltar para o campo e desenvolver um trabalho de conscientização camponesa.

Em Vitória, fiquei na casa do companheiro Aristides, com quem mantive contato através do Zé Fraqueza. Saiu a prisão. [...]

Depois que fomos presos, o Aristides foi torturado por um tenente que não tinha uma mão. Não sei o nome do tenente. Separaram uma galeria na penitenciária Pedra D’água, para onde foram os onze presos políticos. Dali eram levados para serem torturados no 3º BC. Eu não ia. Nunca fui. Eles me tinham como aliciado. As pessoas que aliciavam é que eram torturadas. Os presos eram: o Aristides, o Jair [*Jair Stork*], Gildo Loyola, Paulo Bigode, eu, Francisco Feitosa, César Leite ... [...]

Fui solto, eles ficaram e continuei trabalhando [*num novo emprego*] em empresa de ônibus [*em Vitória*]. Minha profissão é motorista; toda a minha vida eu dirigi. [...]

Vou contar primeiro a minha [*segunda*] prisão: estava trabalhando em uma firma na Via Anhangüera e o pessoal de Vitória [*que*] estava preso [*foi transportado para São Paulo*]. A organização que estava dirigindo [*o movimento revolucionário*] chamavam de Direção Nacional. A Direção era em São Paulo. E aqui [*em Vitória*] era uma célula da organização.

Quando cheguei em São Paulo morei em um chamado aparelho. Era muita arma, muito dinheiro. Eles não chamavam de assalto, porque era um nome errado para a esquerda. O nome era requisição, que significava pegar o dinheiro do capitalismo para combater o próprio capitalismo. Mas a imprensa burguesa fez as anotações do jeito que o sistema permitia. Mas a forma que a esquerda pregava era assim. [...]

Eu fui preso pela Oban, depois era o DOI-Codi, mas aí eu já tinha sido posto em liberdade. Foi terrível a minha prisão. [...]

Vou falar como era a tortura: era uma cadeira tipo esta, com uma alça, o meu braço aqui, o outro aqui, uma braçadeira que travava, travava aqui e travava as pernas, nu, arrancaram a minha roupa, colocaram-me nu naquela cadeira de ferro, jogaram um balde de água em cima, ligaram um fio no pé da cadeira, giravam uma máquina, e a rotação daquela máquina aumentava a voltagem, aumentava o choque. Era terrível! Tinha momentos em que eu perdia a visão. E, quando acabava a sessão de tortura [*com choques*], uma borracha vermelha grossa batia aqui, ela batia e subia, e ele já descia. [...]

Então, depois que eu saía dali, eu não agüentava andar, caía. E vinha um médico japonês para dar massagem no coração. Muitas vezes eu pedia a ele para morrer, porque era cruel, era terrível. Eu dizia: não, deixa eu morrer. Mas ele dava a massagem, porém eu achava que não voltaria a viver mais. Mas passou.

Depois do DOI-Codi, eles viram que eu não tinha ligações com a Organização Internacional, eu estava sendo aliciado, preparado, aí eles me puseram em liberdade, me colocaram numa ambulância do Exército e me soltaram próximo a um albergue, em São Paulo. Daí para frente fui procurar trabalho, levei a minha vida normal e desliguei-me de todo o movimento revolucionário. [...]

Aí, trabalhei, casei, vim para o Espírito Santo, voltei, tornei a colocar os papéis de casamento, que era uma das provas, casei com uma camponesa, pois foi uma orientação da Esquerda, que me disse o seguinte: “Olha, casa com uma camponesa que é mais uma companheira, estamos precisando de quadros, prepara a companheira”. E a companheira não aceitou a Esquerda. [...]

E a minha vinda para Vitória trouxe o famigerado Código de Desemprego, que eu não sabia. Você vai numa firma, faz os testes, passa em tudo, e eles não dão o trabalho, por causa do passado político. [...]

Meu nome é Francisco Feitosa e as três últimas empresas em que trabalhei, pronto, a Itapemirim me desempregava, onde eu estivesse. Quase fiquei maluco,

com minha família para sustentar, não achava outra forma de ganhar a vida. Foi na época em que fui para Nova Venécia, [*quando*] caiu o AI-5.

Meu emprego na Prefeitura de Vitória é político. Se o AI-5 estivesse vigente, eu não estaria empregado. É bom colocar isso para que seja esclarecido. [...]

Sessão de 27/05/98

O SR. CARLOS ALBERTO OSÓRIO DE AGUIAR:

Popularmente sou conhecido como Carlito Osório. [...] A minha história pessoal se confunde muito com a história política do Estado do Espírito Santo, desde os idos de 1943 em Colatina, quando eu era estudante secundário do Colégio Conde de Linhares. [...] Ajudei em muitas campanhas em Colatina, como estudante, a organizar passeatas [...] e a minha luta estudantil se transformou em uma luta política também.

Essa foi a minha entrada na política ideológica no município de Colatina, em 1943, como estudante, depois vim para Vitória onde me integrei ao Partido Comunista do Brasil. [...] Tinha uma responsabilidade muito grande nisso tudo, por ser o secretário geral do Partido Comunista do Brasil e por estar ligado a todos os companheiros do Estado do Espírito Santo, mesmo os de outras tendências, mas que participavam também da luta clandestina.

Não poderia me expor de maneira nenhuma a uma acareação ou a uma tortura nos moldes das que já estavam praticando nas dependências do DOI-Codi no Espírito Santo.

Preferi, então, abandonar o meu emprego e ir para o sul da Bahia, onde tínhamos uma base de guerrilha quase montada. [...] Continuei a minha vida clandestina como secretário geral do Partido Comunista do Brasil, desenvolvendo as mesmas atividades que desenvolvia anteriormente, já em pleno regime militar.

Trabalhei no IAPC/ES [*Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes do Espírito Santo*], de 1964 a 1969, coordenando as lutas populares como podia, dando guarita aos companheiros que vinham de outros estados, mandando-os para o exterior. Também municiaava os remanescentes dos posseiros, em Cotaxé, e os que estavam dispostos a ir ao Mato Grosso. Escondia-os em Vitória e levava-os ao estado de Mato Grosso.

No ano de 1969, quando dos primeiros assaltos a banco no Rio de Janeiro e em São Paulo, a situação ficou insustentável para mim em Vitória, e fui obrigado a ir para Governador Valadares. De lá, fiz contato com a direção nacional do PC do B. Deram-me duas opções: ir para a guerrilha do Araguaia ou para Itabuna, Bahia, onde estava sendo montado um outro campo de guerrilha. O terceiro campo era no estado do Maranhão, para dar sustentação ao Araguaia.

Com a ida de Carlos Lamarca para Bahia, onde as forças de repressão nacional se concentravam, ficou muito difícil o desenvolvimento desse novo campo de luta naquele estado. Fiquei na Bahia de 1970 a 1976, e de lá fui para São Paulo.

No estado de São Paulo, participei da primeira grande greve na região do ABC. Ajudava a formar piquetes nas fábricas, com documentos de nome fictício. Felizmente não fui reconhecido. A partir da anistia de 1979, retornei para Vitória e continuei a minha militância, reunindo os antigos companheiros do PC do B. Continuei a luta após a anistia, mas o SNI continuou no meu encaixo, conforme se desprende da certidão que me forneceram.

Lutei pelo restabelecimento das franquias democráticas, por intermédio das “Diretas Já” e, depois, no MDB, fundei o Partido da Mobilização Nacional, do qual sou presidente desde 1989. Eram essas as minhas declarações. Se fosse falar sobre todas as minhas atividades políticas, precisaria de, no mínimo, três a quatro horas. Tenho um diário, que já soma sessenta e três páginas, mas essas minúcias ficarão para uma outra oportunidade. Quem sabe, talvez seja motivo de um livro que pretendo escrever para deixar o meu depoimento, não para me colocar como uma expressão decisiva ou maior no movimento revolucionário do Estado do Espírito Santo, mas para contribuir e elucidar muitos fatos de que só eu tenho conhecimento, devido a minha posição como secretário geral do PC do B numa época muito difícil, conturbada e envolvente, quando me dedicava diariamente à tarefa de conduzir o partido e as lutas políticas neste Estado. [...]

Não fui torturado nem preso momentaneamente na chefatura de Polícia, mas o que passei na Bahia e em São Paulo para me ver livre da repressão foi uma coisa que me torturou muito psicologicamente e me deixou seqüelas muito sérias, que me atormentam até hoje.

A SRA. ÂNGELA MILANEZ CAETANO

[...] Fui presa no dia 28 de novembro de 1972, na minha residência [...] e levada para os órgãos de repressão do 3º BC, em Vila Velha, por agentes policiais estaduais, federais e pelas Forças Armadas do Estado, que me raptaram, dizendo que iria prestar alguns esclarecimentos.

[...]

Passsei trinta dias na fase de interrogatório para formação do processo sob torturas físicas e psicológicas. Posso detalhar alguns tipos dessas torturas. Por exemplo: pediram para eu ficar nua. Não obedecendo, rasgaram minha roupa; só conversavam comigo sem roupa e na calada da noite; me colocaram um capuz e ficaram rodando dentro do 3º BC, como se estivesse viajando para dizer que estavam me levando para São Paulo, para prestar depoimento na Oban e levavam a gente para uma sala que não sabia onde era; colocaram sobre mim uma cobra jibóia para ver se me abatia; me davam socos nos ouvidos e me ameaçavam de morte com o revólver; só podia fazer minhas necessidades fisiológicas com os guardas à minha frente, assistindo tudo; ameaçavam soltar os cachorros em cima de mim; fiquei incomunicável por trinta dias, sem notícias da família; fiquei por dez dias com a mesma roupa rasgada e sem poder tomar banho; fiquei numa solitária, por uma semana, onde a tortura era ser enrolada com um cobertor daqueles que são usados como manta por cavaleiros, para eu me sentir como se estivesse numa sauna, pois era verão e aquilo era uma coisa terrível; rondavam a casa de meus familiares dia e noite à procura de meu marido, chegando a prender por um dia minha mãe, Lucinda, para ela dizer o paradeiro do Iran [...]

Ao sair do exército [*presídio*], tive que abandonar meu emprego, minha faculdade, pois a perseguição continuava. Eles queriam encontrar meu marido, que, na época, conseguiu fugir do cerco policial. Ele era o principal dirigente do PC do B no Estado.

Na clandestinidade, comecei a fugir de Vitória. Fui parar em Belo Horizonte. De Belo Horizonte, fui para o Rio de Janeiro. Do Rio de Janeiro, fui para o Pará, no meio da floresta Amazônica, pescando e caçando para poder sobreviver, durante um período de seis meses. [...]

Na clandestinidade, no Pará, minha atitude foi ir à procura de um emprego, que consegui na Companhia Elétrica do Pará (Celpa), onde fui descoberta. Então começa de novo a peregrinação para fugir do cerco policial que foi montado em torno de nós. Pinte o cabelo de preto para poder sair do Pará. Chegando a Belo Horizonte, parentes conseguiram emprego para mim e meu marido. Moramos numa casinha pequena de fundos, no quintal de parentes e começamos de novo a viver escondidos. Aí tive meu primeiro filho, Marcelo, na clandestinidade.

Em Belo Horizonte, tivemos novos problemas. Fomos descobertos e tivemos que sair fugidos com a roupa do corpo. Fomos parar no interior de Minas

Gerais, Virgínia, onde pudemos, com a ajuda de novos amigos, viver por um certo período, sem sermos descobertos.

Com o passar do tempo a ditadura nos diminuiu a perseguição. Então, meu marido, Iran, se propôs a cumprir sua pena de dez meses de reclusão, julgado à revelia – eu já tendo sido excluída do processo por falta de provas. Ele foi para o Rio de Janeiro cumprir seus dez meses no Esmeraldino Bandeira. Convivi dez meses com meu marido atrás das grades, grávida, na época, do segundo filho. O pai só teve contato com a criança aos oito meses de vida. Iran, preso, fazia cadeiras, quadros para eu vender e poder sustentar meus dois filhos. Hoje a nossa família é composta por quatro filhos.

Na clandestinidade, fui expulsa pelo Ato 477 e nunca mais tive oportunidade de concluir meus estudos, pois estava no último ano do seriado e, com a reforma universitária, o curso passou a ter sistema de crédito, e os créditos que me faltavam seria melhor fazer um novo vestibular.

Sendo assim, termino meu depoimento e me orgulho de não ter delatado companheiros, e de pertencer a um partido justo que é o Pc do B. Se tivesse que fazer tudo de novo, faria, não me arrependo de nada.

Quanto a minha saúde, me tornei uma pessoa angustiada, nervosa e com medo de tudo, mas não perdi a alegria de viver.

O meu maior medo é o da ditadura. Espero que meus filhos e meus netos não tenham que passar por humilhações, vexames e sofrimentos como passamos. Espero justiça dos órgãos do governo, pois minha vida profissional e estudantil nunca mais foi concluída. Obrigada.

O SR. LÚCIO DA COSTA FONSECA:

[...] Na minha juventude estudei na Escola Técnica desta cidade, lugar onde o pobre estudava. Em 1962 fui trabalhar na Usiminas, onde fui perseguido em função das minhas idéias operárias. [...]

Antes do golpe militar, em 1964, já existia perseguição. O banqueiro Magalhães Pinto e o governador de Minas já moviam perseguição, junto com sua polícia, aos operários da Usiminas. É testemunha desse fato o Sr. José Rocha. Fui preso por levantar esse fato contra o governador. Fui levado para uma cidade próxima a Ipatinga, que na época era pequena e sem recursos, sequer havia presídios. Fui

para lá e o José ajudou-me a sair daquela situação. Fiquei constrangido e falei que iria embora. Mas antes avisei ao José que tomasse cuidado com a cidade de Ipatinga, com Minas, com aquela polícia e com aquele governador fascista.

Retornei a Vitória, fui trabalhar na Ferro e Aço, continuei com as minhas idéias, dando apoio aos sindicatos, denunciando o fascismo, o imperialismo norte-americano, que, na época solapava toda a economia do Brasil. Fazia denúncias sérias contra o imperialismo e defendia os trabalhadores. Estava sempre junto com eles. [...]

Os meus patrões não estavam satisfeitos comigo. [...] Havia debates e eu não aceitava o golpe militar. Entendia que ele viria para massacrar o trabalhador, para tirar-lhe o direito. Não gostava do golpe e denunciava. Então eles me mandaram embora. Só que verbalmente. Por isso voltei lá e disse que eles teriam de me mandar embora por escrito.

Uma certa vez me tiraram lá de dentro, me colocaram dentro de um fusca, colocaram um revólver na minha cabeça e me “jogaram” em Jardim América. “Você está fora. Isso aqui não serve para você e você vai embora”. Eu ainda tinha ilusão com a Justiça Trabalhista e procurei a Junta de Conciliação do Espírito Santo, que tinha sede no edifício Glória, e fiz uma queixa contra a Ferro e Aço, que havia me demitido. Logo apareceu o meu chefe, depondo contra mim. Levaram-me para um canto e me falaram o seguinte: “Você fica quieto, vai embora. Se for preciso você sai do Espírito Santo. Deixa isso para lá; você é um rapaz novo, vai embora, vai trabalhar em outro lugar, porque aqui não está dando para você mais”. Eu tinha 24 anos.

Como já disse anteriormente, aqui conhecia muitas pessoas que tinham os mesmos ideais que eu, e passamos a nos comunicar. Essas pessoas já estavam se organizando, e eu também me juntei a eles. Logo fui para o Rio de Janeiro. Lá conheci outras pessoas que já estavam organizadas, que se pronunciavam contra a ditadura, que não a aceitavam. [...]

Então, no Rio de Janeiro, eu, minha esposa e meu filho, uma criança de seis meses, estávamos numa casa, a que dávamos o nome de aparelho. Nessa casa tínhamos tipografia, máquina para imprimir, muitos papéis, livros de literatura da China, que sofreu o escravagismo dos ingleses, livros sobre a guerra do Vietnã, que já estava em ascensão, aquela miséria que os americanos levaram para o povo vietnamita. Tudo isso denunciávamos. E éramos vigiados por todos os lados. Nós que éramos contra, que combatíamos, que não aceitávamos, éramos chamados de subversivos, de terroristas. [...]

Em 1968, esse pessoal me achou dentro de uma casa [...]. Levaram-me para a cadeia, para a delegacia de Senador Camará, no Rio de Janeiro. De lá, da 27ª delegacia, fui levado para uma outra, na Ilha do Governador, onde os presos eram entregues ao Esquadrão da Morte, aos grupos de extermínio para serem eliminados na beira das estradas ou das praias.

Quando chegamos encontramos um pessoal que ia ser eliminado, mas eram presos comuns, pessoas que roubavam e cometiam outros delitos. Quando nos encontraram não estávamos no aparelho; encontraram-nos dentro de um carro. Como não sabiam que a nossa origem era política, pela quantidade de munição que um companheiro levou – não era nem para ter levado essas munições nesse encontro – pensaram que era uma tarefa ilegal e fomos presos.

Em certo momento não sabiam, e também “ficamos na nossa”, porque não íamos denunciar um aparelho onde estava toda uma riqueza em conhecimento, onde estavam nossas máquinas. Fazíamos panfletos para as fábricas, para as escolas, e não queríamos que aquilo caísse. Fomos para a Ilha do Governador, e lá nos disseram: “Vocês não querem falar, vocês vão morrer. São bandidos, traficantes... Alguma coisa são. Vamos matar vocês; aqui é para matar”. Colocaram-nos num camburão e nos levaram para a beira da estrada. Começaram a atirar em nós, mas com bala de festim. Depois trouxeram-nos novamente. [...]

Depois de uns vinte dias, mais ou menos, que estávamos em poder deles [...] disseram: “Esses caras tem que ir para uma delegacia política, eles não podem ficar aqui; vocês não podem nem pensar em matar esses caras agora. E levaram-nos para o Dops do Rio de Janeiro, na Lapa, e iniciaram um trabalho político: pancada, tortura e querendo saber da situação da nossa organização. [...]

Depois desse tempo para cá o nosso advogado conseguiu uma liberdade para nós. Eles disseram: “Depois de trinta dias, vocês voltam aqui que queremos falar com vocês”. Então saímos do Dops meio doído de tanta pancada que tomamos, de tanta tortura. Reunimo-nos novamente e falamos: vamos voltar para ver o que eles querem conosco. Então chegamos a conclusão que não, que teríamos que viver na clandestinidade, não podíamos mais voltar ao Dops: nem eu, nem o Humberto e nem Mauro, senão nos pegariam como fizeram. E realmente, mais adiante, em 1975, soubemos que tínhamos sido condenados, eu, Humberto e Mauro, pela 4ª Auditoria da Aeronáutica.

Então fomos para São Paulo e continuamos a trabalhar. Em São Paulo eu não podia trabalhar, porque não tinha condições, então tirei uma documentação

falsa para trabalhar. Essa ditadura me tosou o direito até de trabalhar. [...] Aqui em Vitória nunca consegui trabalhar, pois quando descobrem minhas idéias, acham que tenho pensamento antiamericano ou antiimperialismo. [...]

Quando falo que fui preso no Rio de Janeiro nessa situação, [...] isso não foi nada! Pegaram minha mãe e meu pai, que são velhos, levaram para o 3º BC e lá permaneceram por três dias. Pegaram o velho e o quebraram no pau. Eles fazem tudo isso em detrimento [*sic*] de quê? De toda essa grana que vemos aí para encher a barriga deles, que hoje pagamos juros violentíssimos aos bancos americanos. Estamos numa situação difícil, quem está empregado está bem, quem está desempregado sabe o sufoco que está passando, miséria, fome. [...] Hoje estou aqui. Continuo com meus ideais. Vivo a vida junto com os companheiros. Estou vivo.

O SR. ARISTIDES SILVA DE SOUZA:

Desde jovem me apeguei a discussões e debates políticos sociais em rodas de colegas e amigos em praças públicas. Sendo um dos motivos por que fui aliciado para o PC do B, onde [...] conheci os escritos filosóficos de Karl Marx, Lênin, etc. Isso se deu em 1963, quando tinha a idade de 35 anos. O golpe militar de 1964 aguçou a luta político-partidária no Brasil, tendo de um lado os estudantes universitários e secundários e os operários sindicalizados.

Com a morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro, por policiais militares, no ano de 1968, a contradição entre estudantes e sindicalistas tomou um caráter antagônico. O aguçamento da luta levou o general Costa e Silva, mesmo contra a sua vontade, a assinar o Ato Institucional nº 5, que tira o direito individual de todo brasileiro.

Devido a os dois partidos comunistas brasileiros, PC do B e PCB, não se definirem pela luta armada imediata contra a ditadura militar, como queriam os estudantes, ocorreram dezenas de cisões nos dois partidos, que deram origem a muitas organizações e grupos que optaram pela luta armada. Na luta pelo poder político, morre o general Castelo Branco e o general Costa e Silva, ambos em mortes suspeitas. Assume a presidência da República o general Garrastazu Médici, este, sem dúvida, era o general que atendia à direita fascista interna e externa. Começa daí a caça aos subversivos. Nas muitas cisões ocorridas,

organizei-me na dissidência do PC do B, Ala Vermelha, tendo a sua direção em São Paulo.

A minha primeira prisão se deu na minha residência na Vila Rubim, Morro do Quadro, às 19h30m, em dezembro de 1969, pela Polícia Federal, que chegou perguntando quem era Aristides. Identifiquei-me, sendo algemado e transportado para a av. Vitória, juntamente com mais um estudante e dois operários. [...] No curso dos interrogatórios no Departamento de Polícia Federal, ficou caracterizado que eu era o arregimentador. Todos foram soltos e eu, preso.

Fui interrogado na Polícia Federal pelo delegado, dois capitães do Exército e o procurador geral da República do Estado do Espírito Santo. Isso se deu das 23 horas às 5 horas da manhã, com socos por trás da cabeça, telefones, tapas com as palmas das duas mãos, que comprimem o ar, atingindo os tímpanos, causando dor e atordoamento. Após oito dias no Departamento da Polícia Federal, jogaram-me no meio dos presos comuns em Bento Ferreira, onde permaneci por quarenta dias. Dali fui levado para o 3º BC, em Vila Velha. Após trinta dias no cubículo daquele quartel, incomunicável, dormindo no piso acimentado, sem nenhuma cobertura, chegam de súbito três oficiais, sentam-me num caixote, raspam meu cabelo com máquina zero, vedam-me os olhos com um pedaço de pano. Reclamando que o pano que me vedava os olhos estava muito apertado, levei um tapa no rosto, que me deslocou o maxilar. Saí do cubículo com esses militares num carro e fui levado para a Barrinha, lugarejo dentro do quartel, à beira-mar, onde fui interrogado e torturado com os olhos vendados. Queriam saber o nome de um general vinculado à Ala Vermelha. Após dias, tendo melhorado dos hematomas pelo corpo causados pela tortura, mandaram-me para o Instituto de Readaptação Social. Saía de duas a três vezes por semana para ser acareado com estudantes que eram presos. Ali fiquei cinco meses [...].

Voltando a contactar a organização em São Paulo, voltei a me organizar novamente na clandestinidade, isso em 1970. Em meados desse mesmo ano, cai presa quase toda direção regional em São Paulo e as investigações do DOI-Codi do Segundo Exército levam à prisão toda a direção nacional da Ala Vermelha e, na continuação caem também presos a direção regional do Espírito Santo, sediada em Vitória. Minha prisão se deu onde trabalhava, na Casa do Compensado, em Jardim América, Cariacica [...]. Algemaram-me e fiquei dentro do carro das 9 horas às 15 horas, devido à revista que esses policiais fizeram nas residências de Jair Storch e José Fernando Destefani, já presos, companheiros que pertenciam à organização [...].

Sendo o órgão que me prendeu de São Paulo (Oban), formado por militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, fui levado para o 3º BC Quartel do Exército em Vila Velha, indo logo para a seção de choque elétrico, amarrado a uma cadeira afixada no chão. Falei para os policiais torturadores que, se a direção nacional da organização estava toda na cadeia, eles não tinham nada mais a colher dos elementos das direções regionais. Foi suspensa a tortura, eu e cinco companheiros seguimos algemados, de avião, para São Paulo, para a Oban, onde, nas acareações com companheiros de outros estados, passei por sessões de choques elétricos e “porrada” por todo o corpo.

Algumas observações; no meu caso, por não ter cedido até hoje às classes dominantes, do ponto de vista ideológico, me foi negado qualquer tipo de emprego para sobreviver e já se vão trinta e cinco anos, pois meu último emprego perdi por razões políticas, em 1963. [...]

Tenho uma outra observação que não ficou nada provado. No ano de 1988, um sobrinho vindo do Rio de Janeiro assaltou a Prefeitura de Vitória, cuja prisão foi de caráter político. No outro dia eu estava lá, o Guerra interrogando um sobrinho meu [...]. Ao chegar à porta, o Claudio Guerra me perguntou se havia sido preso no ano de 1971 e 1979, por motivos políticos. Balancei a cabeça. Daí então a “coisa” mudou. Moveu um processo contra mim, o médico cortou o meu pé, disse que ia cortar a minha perna toda, dizendo que eu era muito petulante. Disse que ia cortar primeiro a tíbia e depois o fêmur. [...]

Anos atrás, eu lia o jornal *O Globo*. Nunca mais o li. Isso há vinte e cinco anos. Havia um reportagem diária com o título “O que devemos saber sobre medicina”. Todos os dias eu lia. [...] Não me achava totalmente leigo em medicina. Quando cheguei à Santa Casa de Misericórdia comecei a falar sobre o meu pé, querendo entender de medicina. O médico disse que eu nunca havia estudado medicina e disse: “Deixa de ser petulante, quem vai resolver o problema do seu pé são os médicos que estudaram, vou cortar a sua perna toda, para você não ser tão petulante”. Eu estava com uma tensão nervosa, por ter saído da cadeia. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Mas o problema original foi ocasionado pela erisipela.

O SR. ARISTIDES SILVA DE SOUZA:

Sim.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

A erisipela o Sr. teve na cadeia. No 3º BC?

O SR. JOSÉ ROCHA:

O Sr. pode falar o nome do médico ou prefere não dizer?

O SR. ARISTIDES SILVA DE SOUZA:

Recebo uma pensão vitalícia do INSS, no laudo tem o nome do médico.

[...]

Sessão de 03/06/98

O SR. IRAN CAETANO:

Meu nome é Iran Caetano, atualmente sou médico. Basicamente minha militância contra a ditadura militar se deu no período de 1967 a até o seu fim, em 1985. [...]

Em 1968, ingressei no PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e iniciei uma militância mais ativa e consciente. O início de 1968 foi marcado pelas lutas por melhores condições de ensino, por um preço razoável para o Restaurante Universitário; em seguida, as lutas nacionais de protesto contra o assassinato do estudante Edson Luiz, que se deu no Rio de Janeiro. Nessa época começamos a tomar contato exatamente do [*restaurante*] Calabouço, com espancamentos, com terrorismo, com torturas que provinham tanto dos órgãos federais de repressão, Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, quanto das polícias Militar e Civil do Estado do Espírito Santo e de diversos organismos como o DOI-Codi, da área federal, da Polícia Secreta e do Dops, no âmbito estadual. [...]

O ano de 1968, no meu caso, em particular, foi marcado por centenas de atos por parte do regime desde simples intimidação até prisões, humilhações e principalmente por fugas da minha parte. A minha habilidade em fugir se tornou tão especializada que muitas vezes eu fugia sem fugir, ou seja, me escondia dentro da própria faculdade, vivia lá, almoçava, dormia e conseguia espalhar o boato que tinha fugido para outro estado, para que eles me deixassem em paz. Cheguei a viver na Escola de Medicina por quarenta e cinco dias, sem sair de lá. Parece que eles aprenderam e passaram a me buscar na sala de aula. Aí a coisa foi ficando mais difícil.

No ano de 1969 a coisa foi ficando mais difícil, no auge do AI-5, e aí o terrorismo do regime militar é explícito, sem nenhum subterfúgio. Os espancamentos, as torturas e assassinatos eram constantes; pessoas com quem convivíamos numa semana, na outra recebíamos a notícia de que tinha sido assassinado ou teria sido atropelado (o nome que o regime dava às pessoas que morriam na tortura). Mesmo assim continuávamos num processo de resistência usando de todos os instrumentos que fosse possível usar, desde uma greve, uma

passseata, invasão da reitoria, denúncia de diversas formas, até mesmo usando subterfúgios como campeonato de pingue-pongue, tertúlias literárias, festivais de canção. Eram instrumentos que usávamos para protestar e resistir à ditadura.

Continuando o processo de luta, de resistência e, conseqüentemente, repressão, violência, em 1971, já havia um clima de extremo perigo para a militância. Era muito comum bons companheiros naquele período se retirarem da luta; alguns continuaram e coube-me assumir a direção, no Estado, do PC do B, Partido Comunista do Brasil, partido ao qual me filiei em 1971. As dificuldades de luta eram muito grandes mas tínhamos a compreensão do dever e continuamos no processo de luta.

Em 1972, havia me colocado à disposição do Partido para me colocar na luta de guerrilhas e fui orientado pelos meus companheiros a que organizasse minha documentação porque me formava no final do ano como médico, e um médico tem uma utilidade muito grande numa luta armada de resistência contra a ditadura. Dirigi-me então à Universidade, para acertar meus documentos, quando, não sem surpresa, descobri que tinha dezenas de processos em aberto [...] . Dirigi-me ao Rio de Janeiro e a São Paulo, tentando ver como estava meu processo para que eu conseguisse alcançar meu diploma de médico. Mas os processos eram tantos, Aeronáutica, Marinha etc. [...]

Quando retomo, já no final do ano de 1972, para o Estado do Espírito Santo, para ver como ficaria minha formatura... [...]. No dia 3 de dezembro, desci em São Torquato, telefonei para a casa de minha sogra para saber se estava tudo tranqüilo, se eles não estavam me procurando e ela rapidamente me deu a notícia de que minha mulher, na época, Ângela Milanese, estava presa e que haviam sido presas mais de cinquenta pessoas: além de Ângela Milanese, o Vitor Buaiz, Marcelo Neto, Tião e tantos outros companheiros, que militavam na resistência democrática. Então ela me disse: “Eles estão aqui na porta, te esperando. Você vai ser preso também.” [...] Despedi-me dos parentes e iniciei um processo de fuga, que durou de 1972 a 1977. Inicialmente fui para o Rio, de lá para Belo Horizonte, de lá para o Pará.

[...]

Fui instruído pelo Partido a participar da resistência à ditadura. Em 1977, já havia sido condenado, à revelia, a dez meses de prisão. Em reunião com dirigente do Partido fui aconselhado a me apresentar para cumprir esses dez meses, porque o regime já estava na sua fase de decadência e a minha presença livre desses problemas era mais necessária. Eu me entreguei em março de 1977, protegido

pela Igreja Católica, pela Maçonaria e pela Adei. Apresentaram-me e exigiram garantia de minha segurança.

[...] Numa dessas prisões, no meu tempo de estudante, um certo capitão Danilo pôs um recruta manobrando um fuzil carregado com a ponta do cano encostado em minha nuca, dizendo que tinha que dar nome e endereço dos outros comunistas. É evidente que não dei. Um pavor muito grande. Mas fiz tudo que podia para não transparecer medo. No entanto, fisicamente não fui torturado e nem espancado em nenhum momento. Mas entre os diversos prejuízos que tive foi a minha instabilidade emocional, durante um tempo largo. Porque nunca sabia ao certo onde dormia e onde acordava; onde estaria amanhã e como seria o meu dia seguinte. A minha esposa presa, sendo humilhada, submetida a situações de extrema humilhação. [...] O próprio fato de você ser um clandestino dentro do seu país, não podendo estabelecer laços de amizade, não podendo nem usar o seu próprio nome. De fato, foram situações que pesam até hoje.

O SR. PERLY CIPRIANO (REVISADO PELO DEPOENTE EM 11.12.2004):

Quando veio o golpe militar estávamos na praça [*Costa Pereira*] lutando para estatizar uma empresa estrangeira canadense, que servia muito mal à população em termos de energia [*Hanna*]. Era cara, não atendia aos bairros pobres e não permitia o desenvolvimento industrial no Espírito Santo. [...]

O Espírito Santo soma uma certa influência das ligas camponesas, onde os trabalhadores rurais apareciam no cenário da política de maneira articulada nacionalmente. Fiquei muito contente porque encontrei a filha de Enéas Pinheiro, que foi o primeiro, o pai do que seria a Fetaes [*Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Espírito Santo*], que hoje está completando 30 anos de existência. Era a federação dos lavradores. Enéas era do PCB, juntamente com outros dirigentes desse partido, como o Sr. Flores, que ainda está vivo, o Clementino Dalmácio, Hermógenes Fonseca. Começou-se a criação dos sindicatos com uma dificuldade muito grande. [...]

O sindicato, que é uma organização elementar dos trabalhadores, era visto como algo extremamente perigoso, que poderia ser uma extensão não só da antiga União Soviética, mas também da China amarela. [...]

Esses sindicatos tiveram papel importante no despertar dos trabalhadores. Uma das coisas que me impressionou foi que o Enéas fazia uma pregação para os trabalhadores utilizando a Bíblia. Ele encontrava uma explicação para os sindicatos nos fundamentos da Bíblia. Não consegui entender até hoje o raciocínio dele, mas ele conseguia convencer os trabalhadores [...].

As forças nacionalistas éramos nós, sem nenhuma condição de resistência, do ponto de vista que era chamado. Essa movimentação, lembro-me que saímos da UEE, esse grupo ficou a noite toda lá, e saímos da UEE em caminhada, descemos cantando o hino nacional, com as Bandeiras do Brasil e do Espírito Santo e um quadro negro que nunca soube de onde apareceu e nem como apareceu. Carregávamos o quadro com as escritas em giz “Em defesa do Jango, contra o golpe”.

Quando chegamos em frente ao Palácio fizemos inúmeras pregações para os soldados [...]: “Soldado é filho do povo, soldado ganha pouco. Soldado é filho do povo e nem ele e nem o seu filho podem entrar na universidade”, fazíamos discursos exortativos. Lembro-me até hoje de que um soldado com uma calça no joelho um pouco puída, disse que tínhamos razão, mas, se o mandassem atirar ele o faria. Sentimos um frio e tivemos até vontade de sair.

[...] Já se constatava naquela época, como hoje ainda ocorre, a entrada de armas para os fazendeiros. Um grupo de fazendeiros e militares preparavam o golpe, o tal chamado esquema militar do Jango na realidade era o esquema que não tinha muita sustentação [...]

[A *Universidade*] criou um sistema de alcagüetagem dos mais graves. Essa pessoa está viva, Alberto Monteiro. Era inicialmente funcionário da universidade; montou um sistema de alcagüetagem com o Exército, com policiais e com o chamado Dops e vivia vasculhando a vida do estudante. Havia medo. As pessoas até para namorar tinha um pouco de medo, porque não sabiam se a namorada podia estar ou não envolvida com essa situação. Esse sistema de alcaguetagem até recentemente ainda existia. Já fiz muitas denúncias sobre isso e sempre cito. Não quero que persigam as pessoas, mas cada um tem que assumir o que fez. Mesmo quem mudou de posição. Uma pessoa pode ser de esquerda e passar para a direita. Pode ser de direita e passar para a esquerda. A vida é assim. Ela não tem essa rigidez. Já vi muitas pessoas altamente conservadoras que foram para a luta. Já vi alguns que eram de esquerda, virarem para a direita [...].

Montou-se esse vasto sistema de alcagüetagem e queimaram documentos depois do movimento de anistia, depois disso tudo, já em 80, eles tinham esses documentos. [...]

Na área cultural, nos serviços públicos se tem uma capacidade fantástica a delação e o sistema de alcaguetagem no serviço público tem uma força extremamente grande, porque o pessoal para subir acaba pisando em muita gente [...].

64 foi um período muito rico e contraditório. O primeiro momento causou uma dúvida, um susto em todo mundo e começou o movimento de resistência. A UNE realizou seu segundo congresso clandestino em São Paulo [Valinhos]. Participei desse congresso e quando retomei fui preso. Fiquei preso no 3º BI, três dias junto com José Henrique Merçon e o Jaime Lana Marinho. Não fui torturado, mas fizeram inúmeras ameaças. Ouvimos durante a noite algumas pessoas gritando e [...] alguns militares nos disseram que algumas pessoas foram levadas num barco atrás do 3º BC e teriam amarrado essas pessoas e jogado na água. É possível que isso tenha acontecido. Afunda e tira, afunda e tira. Ficamos três dias lá e não fomos torturados. [...] chegaram a afirmar que não sabiam se chegaríamos em casa. Eram ameaças ainda, mas não tinham concretizado a tortura do ponto de vista institucional [...].

[...] E, numa reação não muito tradicional, fui bastante rápido, abaixei, peguei a perna da calça de um policial, puxei rápido, ele caiu em cima da mesa, deu uma confusão tremenda eu consegui escapular do bar, corri uma longa distância, mas eles me pegaram e eu fui espancado no meio da praça. Seguraram as minhas mãos, de um lado e do outro, as pernas do ar, me espancavam na cabeça, no estômago, e levei um chute na costela, que eu acredito fraturou a minha costela. Eu passei uns seis ou sete meses com dores na costela. Eu me lembro até hoje, fundamentalmente, o policial que tinha caído, era uma pessoa alta, bem moreno e estava sangrando na boca. Naturalmente, quando ele caiu, ele deve ter machucado. Naturalmente, o ódio dele estava mais carregado do que o resto. Eu gritei, os chamei de criminosos, etc., mas, também., ainda não tinha me identificado como preso político. Fui levado para uma delegacia, em Olinda, novamente, eles me ameaçaram espancar, apontaram armas, engatilhando-as, para sustentar uma história praticamente insustentável, que morávamos na rua, enfim, foi arranjando uma história cumprida.

[...] Nesse momentos eles nos deram umas pancadas e nos levaram para o quartel da polícia militar. Ficamos lá uma noite, quando fizeram inúmeras ameaças, foram lá capitães e coronéis. Um deles depois me torturou. Essa pessoa [*Armando Samico*] acabou sendo reitor da Universidade de Pernambuco. [...] Basicamente, a tortura que sofremos foi no DPPS. Era pau-de-arara, choque, ciranda, como

chamavam: amarravam as mãos das pessoas para trás, colocavam dez, doze homens em volta e começava a ciranda. Eram chutes, porrada, cacetadas nas pessoas. E aí as pessoas iam caindo, rolando de um lado para o outro. Como ciranda, eles dançam em volta, então eles chamavam aquilo de ciranda. Eles também têm essa ironia, como eles tiveram em outras, coroa de Cristo, que era um aparelho que eles utilizavam muito, eu não o sofri, era com arame farpado, que iam apertando até matar as pessoas, dentre algumas, Ana Nacionavic e outros [...]

Então, eles também tinham as suas ironias. Choque, tortura, afogamento, combinar o pau-de-arara, porque dizem que o pau-de-arara era a arma mais utilizadas por eles, no Brasil inteiro. E eu quero dizer que, com a experiência de vida que eu tive, a maioria das delegacias do Brasil utilizou o pau-de-arara. É um método de tortura mais simples mas extremamente violento. Botam uma cadeira de lá e outra de cá, um pau atravessado no meio, amarra o braço, a mão e a perna, bota a pessoa no meio e ela fica ali curvada, dependurada no ar, sentindo uma dor extremamente violenta. No meu caso eles combinavam com uma palmatória grande de madeira, batendo no calcanhar, e tínhamos a impressão de que o cérebro ia sair. A dor já era terrível, e eles ainda batiam no calcanhar. Eles utilizavam uma toalha molhada e a enfiavam ela na cara da pessoa. Então, a pessoa levava o choque, a porrada, estava no pau-de-arara e com a água escorrendo no rosto sem ter como respirar. Eles tinham muitos métodos e formas de tortura [...].

Quando tinha sido torturado, estava com as mãos e os pés inchados. O corpo todo um pouco sangrando, tinha dificuldade em respirar e tinha uma pessoa, um jovem estudante de direito. Era um cara magro e vinha sempre sem a presença dos torturadores tradicionais e várias vezes conversou comigo. Dizia: “Fico indignado com o que está acontecendo aqui. Sou de uma família pobre e para estudar tive que entrar para a polícia, mas quando terminar meu curso de Direito quero sair daqui e não viver mais neste ambiente. Eu sei o que vocês estão passando”. Ele ajudou vários dos nossos. Levava bilhetes, trazia e levava alguma coisa, trazia até alguns remédios escondidos. Podia se arreborder por causa da gente.

Durante esse período passei dez anos preso. Fiquei quatro anos e pouco em Recife. Tentei minha transferência para o Rio de Janeiro e não consegui. [...]

Eles tinham informações, puniram-me e mandaram-me para o Rio. Digo sempre: a única punição na minha vida que me agradou foi essa, de ter ido para o Rio de Janeiro. Eu queria de fato ter ido para o Rio de Janeiro.

[...] Em Pernambuco, ainda sobre tortura vou relatar um fato: [...] a Aeronáutica, o quartel da Aeronáutica, levou um grupo de cadetes jovens, oficiais, inteligentes, [...] para uma aula especial, uma aula de tortura. Eles foram em Itamaracá e buscaram Edmilson e Claudio Ribeiro e os levaram para o quartel da Aeronáutica, em Recife. Com aqueles cadetes, como se estivessem assistindo a uma aula de anatomia, biologia ou qualquer outra matéria, falavam: “Olha como eles reagem quando dá choque”. Os cadetes em volta. Davam o choque. Diziam: “Olha como eles reagem quando afogam”. “Olha como eles reagem quando se apertam os testículos deles”. “Olha como reagem quando dá uma porrada no estômago”. Essas pessoas estão todas aí, devem ser oficiais. Essas pessoas viram, era aula normal e nenhuma delas, pelo que se saiba, saiu de lá horrorizada [...].

O meu depoimento é este. Tive de abandonar a Universidade, depois retomei, para retomar foi um movimento imenso porque tinha gente que achava que não dava para eu voltar à Universidade. Carlito Osório, se não me engano, passou longo período aqui para tentar reingressar. E, mesmo que as pessoas não digam, tem conseqüências graves. Claro que nós, que combatemos o regime militar, temos orgulho do que fizemos. Mesmo os nossos filhos quando os educamos bem, o meu filho chegou um dia em casa meio preocupado, não sei se brigou ou discutiu com um menino na rua, ele ouviu: “É, seu pai ficou preso um montão de tempo”. É claro que já expliquei a ele as razões, mas, no imaginário da sociedade dos pais desses meninos, éramos criminosos. Ficou preso, não pode ser gente boa. As pessoas pensam que não. Do ponto de vista histórico é correto mas as conseqüências, a mulher paga, o filho paga... A minha mulher perdeu o emprego em Barra de São Francisco porque ela vivia com um terrorista. [...] Naturalmente, naquela Prefeitura, deve ter passado muita gente por coisas erradas, mas ela não podia continuar no trabalho. O filho preocupado porque o pai esteve preso, a mulher pode perder o emprego e o pai não podia continuar na Universidade porque esteve preso e foi à União Soviética.

Muitas pessoas já passaram por isto. Se estes fatos não forem esclarecidos, se a gente deixa como se nada tivesse ocorrido não é feita justiça. [...] Temos que fazer o registro dos fatos. Cada um arca com o que fez. Isso é bom e a história precisa ser conhecida. Parabéns pela iniciativa de V. Exa., Sr. deputado Claudio Vereza e acho que devemos trabalhar isso de maneira mais conseqüente e mais permanente. [...]

O SR. IRAN CAETANO:

[...] O regime militar se implantou à custa de subversão contra uma constituição legal estabelecida, contra um governo eleito legitimamente. Um governo com respaldo popular e esse regime subversivo, que era o regime militar, nos tachou ao longo da história, nos vinte e um anos que o malfadado regime durou, de subversivos. Subversivos foram eles, que tiraram do poder o cidadão legitimamente eleito e rasgaram a constituição legitimamente outorgada. E continuaram invertendo títulos e rótulos, chamando-nos de terroristas, quando lutávamos pelo restabelecimento da verdade, da liberdade democrática, dos direitos do cidadão em sua amplitude. Terroristas eram eles que explodiam bombas, que tentaram explodir o gasoduto em São Cristóvão, com o projeto de matar mais de cem mil pessoas. Não fosse a denúncia do capitão Sérgio Macaco, o Brasil teria sido vítima de uma catástrofe sem paralelo na nossa história, promovida por eles.

Eles sempre fizeram questão de nos chamar de terroristas e alguns dos nossos companheiros menos avisados até adotaram esse epíteto. Nunca fomos terroristas, sempre fomos democratas. Todos nós que enfrentamos o regime militar fomos democratas. Tenho orgulho de estar entre esses democratas. Muitos estão aqui, muitos não viveram para ver essa época, mas sem dúvida estão presentes na nossa memória. [...]

O SR. JOSÉ CESAR LEITE:

Em 1969 éramos bancários e universitários. [...] E foi nessa condição que fomos presos. Eu entrava no serviço, às 12 h, e quando já estava sentado na minha mesa de trabalho, a Polícia Federal entrou no banco, passou pelo balcão e disse que o delegado queria conversar comigo.

Levaram-me para as dependências da Polícia Federal e lá fiquei duas noites, sentado, esperando o delegado que não aparecia, e eu perguntava: “Estou detido? Preso? Há alguma coisa?” Diziam que tinha de aguardar. Na noite do terceiro dia, de madrugada, fui retirado e levado à Polícia Civil, onde passei algumas horas. Ainda pela madrugada fomos levados para a penitenciária de Pedra D’Água.

Lá fiquei em regime especial, junto com outros companheiros presentes aqui, na mesma cela, o Aristides e o Netinho. Trinta dias depois, sem culpa formada, os processos foram formados posteriormente, fui libertado. Nessa oportunidade soube que a Polícia Federal tinha entrado no Diretório Central dos Estudantes, com a conivência da Reitoria, do assessor do reitor, trocaram chaves e fizeram uma devassa.

Posteriormente, o 3º Batalhão de Caçadores, na seqüência, formou um processo espúrio, sem nenhuma base legal, o que era característica da época, e nos obrigava a visitar regularmente, inicialmente de dois em dois dias, depois semanalmente, o Batalhão.

A Polícia Federal fez outro processo totalmente arbitrário, sem nenhuma fundamentação, prova definitiva, factual, apenas com coisas subjetivas e tivemos que responder a esses processos na Primeira e Segunda Auditoria da Aeronáutica do Rio de Janeiro, o que nos causava constrangimento e também dificuldades, porque o governo processava mas não pagava locomoção e tínhamos que ir ao Rio de Janeiro arranjar advogado. Um bancário, com situação financeira delicada. Por muita sorte, indicaram-me um advogado, Dr. Antônio Evaristo Moraes Filho, que abraçou a minha causa depois que relatei a minha situação, não me cobrando nenhum ônus. Foi, de certa forma a minha sorte, porque as armadilhas dentro do processo eram muitas.

Mas, assim que saímos, retornando da penitenciária ao banco, totalmente intimidado... Um fato interessante: os policiais federais foram nos buscar, voltando à Polícia Federal. No caminho, os agentes de um lado e de outro, no camburão, disseram que íamos para o aeroporto, alegando que eu não queria falar... Estava em evidência a informação de que colocavam os companheiros nos aviões e os jogavam no mar.

Foi mais uma forma intimidatória para tentar fazer com que passássemos informações para eles. Mas, quando retornamos ao banco, quando voltamos para assumir porque ainda não havia formado culpa, a administração da agência em que eu trabalhava – eu tinha férias vencidas – obrigou-me a assinar um recibo. Obrigou não, disseram-me para assinar ou eu poderia ir para casa porque seria demitido. Naquela circunstância de constrangimento fui obrigado a assinar um recibo de férias. Passei essas férias em Pedra D'Água, na penitenciária. Era essa a situação.

Fui absolvido nos dois processos e, posteriormente, continuei, porque tentaram me demitir do banco, mas como não fui condenado não conseguiram

me demitir. Seguimos a carreira, voltamos ao Sindicato dos Bancários onde tivemos uma militância não muito acentuada porque já estávamos envolvidos em outros processos. Hoje estamos aí.

O SR. ARLINDO SPERANDIO:

[...] Depois que terminei o curso ginasial, comecei a me interessar por economia política e a ler. À medida do possível, lia todos os jornais principais editados pela imprensa legal do país e os jornais de esquerda, os quais eram editados semanalmente. Através dessas leituras e estudos descobri a minha identidade com a filosofia marxista. Daí para o ingresso em um partido político de esquerda foi uma questão de amadurecimento.

[...] uma banca de jornais que ajudei a construir, instalada na praça da prefeitura, tendo como objetivo principal vender livros e jornais de esquerda, como a *Folha Capixaba*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*, este último endereçado aos agricultores. Essa banca foi colocada na praça quando transcorria o mandato do Prefeito Moacyr Brotas, que era um dos nossos simpatizantes. Esse fato criou grande polêmica na cidade, com a reação de um grupo fascista querendo destruí-la a todo custo, só não sendo consumado devido à intervenção do prefeito, que designou uma vigilância dia e noite, apoiada por nossa estrutura de defesa partidária, durante longo período. Nessa ocasião eu já integrava o Comitê de Agitação e Propaganda do Partido. Por esse motivo passei a ser odiado e muito marcado pela reação fascistóide da cidade, inclusive por alguns parentes.

Após o golpe militar de 64, fui apontado como um subversivo perigoso para a sociedade local, resultando na minha prisão e de vários companheiros por uma escolta da capital com um forte esquema, armado até de metralhadora. Viemos presos para a Capital, permanecendo no quartel do Corpo de Bombeiros, localizado na Praça Misael Pena, onde se encontravam os presos políticos dos municípios da Grande Vitória. Depois de vários dias nessa prisão, fomos soltos, retornando ao município de Colatina, onde respondemos a Inquérito Policial Militar, instaurado para nos incriminar na Lei de Segurança Nacional, tendo como presidente desse Inquérito um oficial do Exército, sabidamente integralista. Esse Inquérito foi enviado à Primeira Auditoria da Marinha para ser julgado. Não compareci ao julgamento, porque um dos nossos advogados de defesa havia

comentado que eu seria um dos condenados. Depois do julgamento, fui comunicado, através dos companheiros absolvidos, que a minha pena foi de três anos e quatro meses de reclusão, conforme certidão expedida pelo Poder Judiciário da Justiça Militar, em minhas mãos.

Ciente de que seria denunciado e preso se permanecesse aqui no Estado, tomei a decisão de ir para São Paulo, onde recebi ajuda de uma organização de esquerda, a fim de tirar nova documentação com outro nome e poder trabalhar para me manter. Depois de três anos, resolvi voltar para visitar os meus pais, que estavam doentes. Quando retornava de Vitória a São Paulo, fui preso no ônibus da Itapemirim, por militares do 3º BC naquela época. No quartel do Exército, fiquei numa cela solitária, incomunicável, durante alguns dias, até ser levado para outro quartel militar da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Lá permaneci vários dias numa cela localizada em cima de um compartimento de torturas. Foram dias terríveis... permanecendo sem poder me alimentar e dormir. Devido ao precário estado de saúde em que me encontrava, passei alguns dias no Hospital Central do Exército antes do embarque para o presídio da Ilha Grande, onde cumpri a pena imposta pelo julgamento na Primeira Auditoria da Marinha. No presídio, fiquei alojado na galeria separada e destinada só para presos políticos. Havia presos de vários estados do Brasil, com líderes de várias facções políticas de esquerda. Na minha convivência no presídio, fiquei conhecendo todos os presos da galeria, já que as celas permaneciam abertas durante todo o dia. Tínhamos a nossa sala de estudos e trabalhos manuais e uma cozinha onde preparávamos nossos alimentos. Isso foi conseguido através de muita luta e argumentação junto ao diretor do presídio. [...]

Não me arrependo de ter doado os melhores anos da minha vida na luta por justiça social e um futuro melhor para as novas gerações. Não pude constituir uma família porque segui o conselho mais decisivo da filosofia revolucionária: o casamento é o túmulo do revolucionário, frase do grande Lênin, um dos maiores líderes revolucionários de todos os tempos.[...]

Sessão de 08/06/98

O SR. ATÍLIO JUFFO:

Eu prefiro começar esse depoimento propriamente dito agora do dia 1º de abril de 1964. Em 1º de abril de 1964, eu, Carlito e outros companheiros lideramos uma passeata que percorreu parte das avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel. [...]

Naquele momento a polícia me cercou e fui preso. Por isso até reivindico o fato de ter sido o primeiro preso do golpe da ditadura no Estado do Espírito Santo, no dia 1º de abril de 1964. Fui levado bem próximo à rua Sete de Setembro, onde era a Chefatura de Polícia, e ali permaneci sentado numa sala sem que ninguém falasse nada e alguém me arranhou um sanduíche e fiquei esperando, esperando, ninguém aparecia. Aquilo parecia mais uma vingança política de alguém que me vira participando de outras campanhas políticas no Estado. Fiquei naquela sala o dia todo, a noite, e no outro dia apareceu uma pessoa que me reconheceu. Não estava em cela, mas também estava sem poder sair e até com medo de me mover dali de dentro.

Eu havia sido oficial de gabinete do governador Asdrúbal Soares e o chefe de Polícia, salvo engano, Sr. Arruda, um amigo de Asdrúbal Soares, e a pessoa chegou e chamou o Sr. Arruda e disse: “O rapaz foi oficial de gabinete do Asdrúbal; ele não tem nada a ver com isso”. Através daquela conversa me soltaram, mas fui o primeiro preso e os companheiros todos preocupados.

Ao sairmos de lá, começamos um trabalho e na Assembléia Legislativa nos reunimos algumas vezes logo em seguida, para fundar partidos de resistência, pois o PTB, que era o meu partido, acabou-se. Fizemos, depois, vários movimentos para formar um partido. [...] A minha missão foi ajudar a fundar o partido que foi o MDB, em Vila Velha, entre o ano 64 e o ano 66, ao lado de outros companheiros.

No Município de Vila Velha, em 1966, organizamos esse partido e me lancei candidato a vereador. [...]

Assumindo o mandato de vereador comecei a fundar os movimentos comunitários de Vila Velha, os primeiros do Espírito Santo, Associação Pró-Moradores. [...]

A fundação desses movimentos comunitários e o meu trabalho na Câmara, os pronunciamentos que comecei a fazer contra a ditadura, começaram a me levar para as prisões. Foram seis prisões em Vila Velha. Cada vez que saía, voltava para a tribuna falando a mesma coisa ou mais forte, até que culminou na minha grande prisão em 23 de abril de 1969. Essa foi a prisão forte, noticiada em todos os jornais. [...]

Tinha produzido uns discursos contra a revolução e fui levado inicialmente para a Polícia Federal. [...] Dali, fui transferido para o 3º BC, voltei para a Polícia Federal, fui para a Chefatura de Polícia, em Bento Ferreira. Depois de três dias e três noites sem ter onde ficar, fui ouvido pelo senhor José Dias Lopes, que era chefe de polícia ou secretário de segurança, alguma coisa assim, irmão do ex-governador, senhor Christiano Dias Lopes. [...]

Voltei para um outro interrogatório no Dops, onde fui fichado, qualificado. Fui responder a uma auditoria militar na Marinha. Mas ainda fiquei na Polícia do Estado. Lembro-me bem que no dia 4 de maio, dia do meu aniversário, estava ainda lá dentro. [...]

As pressões foram muito grandes, não preciso contar aqui porque meus companheiros já o fizeram. O método era muito parecido, quase todo mundo tem narrado o que acontecia. Os métodos de pressão eram muito parecidos, como aquele de retirar de repente uma pessoa da Polícia Federal e levá-lo para a polícia do Estado ou para o 3º BC. Não se sabia para onde ia. Isso já é uma tortura tremenda. [...]

Voltamos para a Polícia Federal. [...] vieram oficiais do Exército de Brasília para pegar o meu depoimento. De repente o depoimento já não era mais sobre a questão de subversão. Queriam saber, como eu era vereador em Vila Velha, sobre a questão da corrupção que se havia implantado naquele município. Tínhamos um prefeito que havia sido eleito pelo MDB, pela esquerda ajudando, e que logo que assumiu pulou para a Arena, virou as costas para os companheiros e passou por um processo de corrupção muito grande. Como tinha sido líder do mesmo e havia recebido várias propostas quando estávamos no mesmo partido e não havia aceito, quando ele mudou de partido, eu tinha um arsenal. Eles queriam saber de tudo e mostrei o que estava acontecendo realmente em Vila Velha, na área da corrupção.

Quando faltava completar a quinta sessão da Câmara com a minha ausência e eu seria cassado por não comparecimento às sessões, acho que não quiseram arcar com essa responsabilidade, porque eu ainda não tinha sido cassado e nem

tinha o direito político suspenso, e me soltaram uma hora antes da sessão. Chamaram meu pai para que me levasse um terno e eu saísse para comparecer à sessão. Isso na Polícia Federal. Então eu disse: se eu sair, não volto. Se for para eu ir à sessão e voltar novamente para esse lugar não saio. Só me recomendaram que naquela noite não fizesse nenhum pronunciamento. Saí.

É uma situação que me emociona, porque quando cheguei em Vila Velha, o lado da Arena, o prefeito, o lado da ditadura, já estava soltando foguete e comemorando a minha cassação por cinco ausências consecutivas à sessão. E o nosso lado, que era o nacionalista, quando cheguei à Câmara, de pé, os companheiros cantaram o hino nacional.

Mantive-me em silêncio naquela noite, que foi para mim emocionante, como consta nos anais da Câmara de Vila Velha. Terminado tudo isso, realmente não voltei à prisão e uma semana depois era cassado por corrupção o prefeito de Vila Velha, tendo também os direitos políticos suspensos.

Mas continuamos a nossa luta, formando os movimentos comunitários e as prisões se sucederam. Não voltei para a prisão, mas a cada movimento mais simples que eu fazia, da tribuna ou de qualquer lugar, era levado para a polícia. Vereadores da época como Marcelo Mendes, José Anchieta Setúbal e outros que ainda estão vivos se lembram disso e não faziam outra coisa a não ser, terminada a sessão, ir todo mundo para a cadeia me tirar de lá. [...]

Então, as pressões foram muitas. Não fui agredido fisicamente, embora tenha sido ameaçado. Sofri muita tortura moral e pressão muito grande. [...]

O SR. JOÃO AMORIM COUTINHO:

Participamos durante alguns anos nas diversas frentes de resistência da ditadura militar, inicialmente no movimento estudantil, em Vitória e no Rio de Janeiro, mais tarde, em 1971, exatamente no período mais rigoroso, após a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, quando se passou a viver o pior período do regime, que foi golpe dentro de golpe.

Em 1971, militávamos na organização chamada “Ala Vermelha”, do Partido Comunista do Brasil. Esse era um período em que vinham acontecendo uma série de quebras e prisões de diversas organizações brasileiras, a partir do início dos seqüestros da chamada “esquerda armada”, que começou a utilizá-lo como

recurso para tentar a libertação de outros companheiros, para chamar a atenção da opinião pública nacional, inclusive da internacional, sobre o que estava acontecendo no Brasil. Combatendo com as mesmas armas que a ditadura dispunha, que era a força. [...]

No dia 22 de março de 1971, [...] minha casa foi cercada por homens do DOI-Codi de São Paulo, da Operação Bandeirantes, que haviam chegado a Vitória para efetuar as prisões dos componentes, membros da Ala Vermelha de Vitória, já que a direção nacional dessa Ala Vermelha de São Paulo e de outros estados estava quase toda presa e sofrendo torturas, não só no DOI-Codi como em outros organismos de segurança de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados.

Eu e minha esposa, Laura Coutinho, fomos levados para o 38º BI e, assim que chegamos, fomos imediatamente levados à presença de um cidadão que era dirigente nacional da Ala Vermelha que tinha sido preso e que acompanhou esses repressores de São Paulo até Vitória e cumprindo a tarefa depois de ter sofrido tortura durante algum tempo juntamente com sua família acabou entregando diversos companheiros, inclusive nós, de Vitória, pois ele era dirigente nacional e fazia contato com a Ala daqui de Vitória.

Após várias tentativas de convencimento tanto pelos militares como pelos próprios companheiros que diziam que o melhor seria dizer tudo, pois não suportaria as torturas, me mantive dizendo que não tinha o que contar, que não sabia de nada que interessasse a eles, imediatamente foi iniciado um processo de tortura com choques elétricos nos ouvidos, língua, testículos; processo que durou cerca de quatro dias, aqui no Quartel do 38º BI, e, numa quinta-feira, eu e os demais companheiros que estavam presos fomos levados para São Paulo, lá fomos diretamente para o DOI-Codi, para a Oban e para o Dops, onde ficamos por cerca de dois meses. [...] Ali continuaram as torturas, violência e coações durante todo período que estivemos, especialmente no DOI-Codi. No Dops, foi a fase de inquérito, de tortura psicológica, pois o que eles queriam saber já sabiam. Então a partir daí houve a privação da liberdade, mas a tortura mais pesada já havia sido encerrada.

Concluída a fase de inquérito dos companheiros do Estado do Espírito Santo apenas dois tiveram prisão preventiva decretada, que foram os companheiros Aristides e Jair Storck, e nós fomos liberados para responder em liberdade a processo que iria transitar em uma das Auditorias Militares da época. Durante dois anos continuamos tendo que ir frequentemente a São Paulo para provar que estávamos no Brasil e que não estávamos participando de nenhum

movimento. Às vezes éramos chamados aos órgãos de segurança locais. Isso era feito para que eles pudessem mostrar que éramos mantidos sob permanente vigilância.

Dois anos depois houve o julgamento de todos os membros da organização e nós do Estado do Espírito Santo fomos todos absolvidos porque não havia consistência nas acusações, até porque o principal acusador era o cidadão Edgar que de ex-dirigente da organização se transformou em colaborador da repressão [...].

É claro que tudo isso deixa seqüelas, dificuldade profissional. Era professor na época e dava aulas em algumas escolas. Tive que me afastar das escolas. Também havia trabalhado em jornal e tive dificuldade para conseguir voltar para os jornais. Enfim, durante algum tempo tive dificuldades para conseguir, do ponto de vista profissional, me realocar. E até mesmo, quando fiz concurso público, alguns anos depois, para ingresso no Bandes, tive que providenciar uma série de certidões nas auditorias militares para conseguir ter acesso a uma coisa que tinha conquistado por direito, que era o concurso público.

[...] Hoje, os que eram perseguidos e até evitados pela sociedade de um modo geral, passaram a ser elogiados e em alguns casos tidos até como heróis. [...]

A SRA. DORCAS DE SOUZA COUTINHO [FILHA DE ENÉAS PINHEIRO]:

Não tenho muitas histórias para contar. Quando eu tinha dezessete anos, meu pai me trouxe para a casa do Sr. Vespasiano Meireles. Fiquei por aqui mesmo, mas não tive nenhum problema com a polícia. Casei-me no dia 4 de abril, o mesmo dia em que o ex-presidente da República renunciou, Sr. João Goulart, e com isso muitos policiais foram na minha casa, pois achavam que o meu pai estava dando dinheiro para o rapaz casar comigo. A polícia – parece que era a do Sr. João Goulart – permaneceu na minha casa a noite toda. Prenderam o meu irmão, mas não fizeram nada comigo; só não nos deixaram festejar. Havia um moço chamado Paulo, que parecia ser o “bate pau” da polícia.

Depois vim para Vitória e fiquei conhecida como filha de comunista. E dessa época para cá nunca falei o meu nome certo, nunca tive a carteira de trabalho assinada. Quando descobriram que eu era filha de comunista, fugi da

casa do Sr. Vespasiano Meireles e fui trabalhar em outro lugar. Depois disso, toda vez que eu passava, eles logo diziam: “Olha, a filha do comunista Enéas!” [...] O nome do meu pai era Enéas Pinheiro de Souza. Ele fazia reuniões escondido, e, nos momentos em que estive com ele, era tudo muito escondido. Sempre fui analfabeta, sempre tive dificuldades para entender as coisas, e o meu pai dizia para eu andar sempre longe dele, pois estava esperando uma revolução de arrebentar. Nunca ficava perto do meu pai, pois ele sempre esperava uma revolução. Ele não era muito bem visto pelas autoridades. O meu pai era muito sabido. [...]

Acho que o meu pai não era uma pessoa ruim. Ele defendia a reforma agrária, os direitos dos pobres e por isso era uma pessoa indesejável.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Que notícia a senhora tem a respeito do falecimento do seu pai?

A SRA. DORCAS DE SOUZA COUTINHO:

O meu tio [*pai*] foi na minha casa umas três vezes, escondido, com o nome de Manoel. Chegava de madrugada e ia embora na madrugada mesmo; não ficava. Polícia nunca foi na minha casa atrás dele. E, quando me avisaram ele já tinha morrido, estava enterrado. Trouxeram um “santinho” dele. Não sei informar se ele foi preso.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele tinha morrido em Minas Gerais?

A SRA. DORCAS DE SOUZA COUTINHO:

Sim, em Uberlândia.

A SRA. ANDRESSA PINHEIRO DE SOUZA [Lê o depoimento em nome do pai, SR. ISAÍAS PINHEIRO SOUZA, filho de ENÉAS PINHEIRO]:

No dia 4 de abril de 1964, no casamento de minha irmã Dorcas, eu estava chegando na mercearia do Itamar Reis, e encontrei a captura, perguntando ao Itamar onde morava Enéas Pinheiro.

Eu, que havia deixado ele em casa, entrei na conversa e me prontifiquei a levá-los no encalço de Enéas. Chegando lá pedi a eles que deixassem o jipe na encruzilhada, pois lá não havia ruas de acesso para carros. Fomos a pé. Enéas estava sentado na varanda, de costas. Eu vi que ele não estava vendo a chegada da polícia. Até nesse momento os policiais não sabiam que eu era filho dele. Cerca de trinta metros, eu querendo avisar meu pai da chegada deles, então gritei bem alto com o animal que se encontrava no local. Ele, assustado, olhou para trás e viu cinco soldados. Abaixou-se na varanda e saiu rastejando para dentro da casa, de onde saiu pelos fundos, subiu o morro e desapareceu.

Quando os policiais chegaram, descobriram que eu era filho do Enéas Pinheiro e ficaram furiosos. Um deles me pegou pelo colarinho da camisa e pelo cós da calça e me jogou dentro do jipe, ficando com uma arma apontada na direção da minha cabeça, enquanto outros reviraram a casa. Dois policiais ficaram amoitados perto da minha casa, durante a noite, a mando de fazendeiros. No caminho, eles queriam que eu desse conta do meu pai, e me esbofetaram, querendo a lista do Grupo dos Onze. Eu falava que não sabia.

Chegando à delegacia, onde hoje é o Corpo de Bombeiros, prenderam-me junto com um homem do mesmo partido, Sr. José Lopes. Fiquei três dias sem comida. Soltaram-me no terceiro dia, à tarde, para que eu pedisse a ele que se entregasse. Fui a alguns lugares em que eu desconfiava que ele estivesse, mas havia policiais me seguindo. Segui para minha casa. Quando deu mais ou menos meia-noite, chegou o Sr. Silas de Almeida Reis, crente da Igreja Presbiteriana, com uma pessoa que se dizia sargento do Exército, do Rio de Janeiro. Eles me colocaram em um carro e me levaram para um chapadão onde hoje é o aeroporto de Colatina. Eles estavam à procura do Grupo dos Onze, porque se houvesse algum membro da Igreja no grupo, ele seria excluído da Igreja para limpar o nome da Religião.

Durante uns dez anos eu tive que dar satisfação na delegacia de polícia se eu saísse da Cidade de Colatina, e, dentro da cidade, eu só podia ficar até às 9 h da noite.

O SR. PAULO PINHEIRO DE SOUZA [FILHO DE ENÉAS PINHEIRO]:

[...] A minha versão se resume em poucas palavras, até porque na década de 1964 eu era bastante criança e tenho pouca lembrança.

Lembro-me nessa época de 1964 algumas diferenças de comportamento daquela sociedade que me trouxe muitos malefícios físicos e psicológicos. Estudei no Grupo Escolar Raul Gilberto, em Colatina, e constantemente ficava sem a merenda escolar. Naquela época tinha duas feridas na perna, foi constatada crônica e incurável pelo Dr. Raimon de Oliveira Neto. Mais tarde as feridas foram curadas pelo poder divino, porque na medicina não havia recurso. Às vezes quando ficava de castigo na sala da diretora, ela, de propósito, batia com a régua em cima daquele horrível e doloroso machucado e a casca da pereba colava na mesma e o sangue escorria.

Outra coisa que doía muito, era a solidão em que vivia no meio das crianças, pois das mesmas recebiam ordens dos seus pais e professores para não brincarem conosco, pelo fato de sermos filhos de comunistas.

A nossa infância foi massacrada pelos maus-tratos, desprezo, ódio, humilhação e coisa semelhante. Precisei sair da escola no quinto ano do Primeiro Grau, para trabalhar numa construção civil com o meu irmão, este que acabou de falar. Isto é, quando ele estava em liberdade, porque ele ficava mais preso do que solto. [...]

O SR. LUIZ CARLOS FERNANDES RANGEL:

[...] Vou voltar um pouco para dizer da história do meu pai, Sr. Aristóteles Rodrigues Rangel, que viveu algum tempo no contestado do Espírito Santo, conhecido como Sargento Abelardo Rodrigues Rangel, clandestino. Meu pai ingressou nas fileiras do Exército em 1932, no Rio de Janeiro, no Terceiro RI, considerado hoje como Regimento Vermelho, que era Regimento de Infantaria. Meu pai era militante junto aos Srs. Agildo Barata, Luiz Carlos Prestes e outros companheiros da história que já passaram por este período no Brasil. Participou da Intentona Comunista, pela tomada do Palácio do Catete, do Rio de Janeiro e o regimento foi bombardeado pela Marinha naquele levante armado. [...]

Nos anos 60, 61 e 62 ingressou na baixada de Ipatinga, em Usiminas, e naquela época fez-se a manifestação, o chamado golpe, a revolução de 64, [...] que foi um golpe militar, não foi uma revolução. [...]

Meu pai teve que sair foragido porque fez uma coisa histórica na nossa família; além de ser comunista colocou o nome do filho mais velho de Lênin; o segundo,

Karl Marx; e eu, em homenagem ao Luiz Carlos Prestes. Ele era um camarada inteligente, porque queria preservar a história. [...]

E para que vejam como a história é tão científica, filosófica, em 1969, ingressei no Exército, numa época de repressão muito grande. Todos que tomavam “porrada” da ditadura, onde a pessoa entrava sã e saía toda quebrada... Morei no quartel um ano para dar cobertura a todos aqueles militantes que estavam presos em 1969, sob o comando de Gentil Marcondes Filho. O homem que colocou a bomba no Rio Centro, e um tal de major Paquete, que era o que batia no pessoal na sala de tortura. E eu era o soldado, dava guarda e levava informação para o Partido sobre o estado de saúde de todo o pessoal. E tínhamos preso um companheiro que era taquígrafo, levávamos o texto em taquigrafia, o mesmo lia e passava para os companheiros, depois comia o papel e engolia. [...]

Vim trazer esse depoimento porque acho o seguinte: não estou aqui para lutar para que a minha família receba algum direito, alguma coisa que venha a ter benefício para minha mãe ou para meus irmãos. Vim aqui para dizer o seguinte: essa história de meu pai não é diferente da história de todos aqueles que lutaram pela construção deste país. Não existe nada mais gratificante do que participar hoje como um membro ou como um representante ou trazer minha mãe para dar mais depoimentos, pois a mesma tem medo até hoje. Hoje tem setenta e cinco anos, mas tem medo, mas acho que temos muita história para contar, temos muitos momentos para refletir nesta Comissão, o quanto Lênin, meu irmão, sofreu, como também Marx e eu sofremos nesta história toda, principalmente quando o Marighella morreu. [...]

Não vou temer em dar continuidade a história de meu pai. O Lênin, meu irmão, tem medo de falar. O Marx também tem. As meninas também têm medo de falar. Mas eu e minha mãe temos que continuar dando esse depoimento, falar a verdade e levantar a história que está no livro *A revolta vermelha*, onde aparece o nome do meu pai como um dos articuladores do movimento. [...]

Sessão de 15/06/98

O SR. ANTÔNIO FLORES RODRIGUES [depoimento lido pela secretária da Assembléia Legislativa]:

No dia 9 de setembro de 1970, às 17h, estava doente, com pneumonia, acamado, quando, de repente, chegou uma kombi do Exército com seus elementos, comandado pelo sargento do Exército, armado com fuzil. O sargento perguntou o meu nome e me deu ordem de prisão. Ele disse que eu estava preso na Lei de Segurança Nacional. Chegaram revistando tudo dentro de casa, à procura de documentos do partido PCB.

Fiquei sob a mira dos policiais do Exército. Protestei, mas o sargento disse que eu não podia falar nada. Eles encontraram apenas livros comuns.

Depois me levaram para o 3º BC. Quando cheguei no quartel, me mandaram tirar a roupa. Fiquei pelado. Depois mandaram vestir a calça e não me deram o cinto, nem os documentos que me pertenciam. Levaram-me para uma sala onde havia muitas pessoas presas. Dei o primeiro depoimento junto com outros presos políticos.

Às 11h da noite, fui levado com os outros presos para a Marinha. Lá, todos os presos foram encostados no muro, de frente para os policiais da Marinha. Ficamos cerca de duas horas em pé, encostados no muro. Então eu protestei. Queria que a minha família soubesse onde eu estava preso. Falaram-me que a minha família não ia saber de nada.

Depois separaram os presos para cada cela e me levaram para uma sala. Fiquei sozinho, sem contato com os outros presos.

No período que fiquei preso na Marinha, os policiais disseram que eu tinha que comer, porque não iria agüentar o interrogatório, pois não tinha hora de terminar. Um sargento mal-encarado dizia: “Se você não comer, não vai agüentar o interrogatório. Você tem que comer, senão vou fazê-lo comer à força. Vou botar comida na sua boca. Você está muito magro”. Quase me deixaram louco na Marinha. Eles só abriam as duas portas quando traziam a comida, pela manhã, à tarde e à noite.

Passados seis dias, mandaram-me de volta para o 3º BC. Lá fiquei preso com os outros presos políticos. Naquele dia, às 18h, dei o primeiro depoimento

no 3º BC. Após o depoimento, me liberaram para que eu voltasse para casa, mas tendo que ir toda semana ao 3º BC dar depoimento com a ordem do sargento, que vinha na minha casa me intimar à terminação do inquérito. Fui liberado, aguardando o julgamento com outros presos. Estava com prisão preventiva, mas em liberdade.

Após passado esse período de tortura e humilhação, voltei a minha vida normal e comecei a minha atividade como músico profissional. Naquela época, estava exercendo a minha função de músico e tocava numa boate em São Sebastião. Certa noite, estava exercendo o meu trabalho de músico, quando chegaram dois policiais federais e me intimaram, dizendo que tinha de tirar uma carteira de músico (sendo que eu já tinha a minha), carteira da Ordem de Músico do Brasil.

Passadas três semanas, chegou um policial federal em minha casa para me intimar, falando que tinha de ir à Polícia Federal buscar minha carteira de músico. Chegando lá a situação era totalmente diferente. Mandaram-me para uma sala onde tinha um delegado e um escrivão. Queriam fazer um inquérito policial e saber se eu conhecia alguns companheiros. Mas disse que não sabia de nada e que só queria a minha carteira de músico para poder trabalhar. Depois de oito dias, um policial me disse: “Você tem um dom de músico que Deus te deu, mas [...] poderia ser um terrorista”. Protestei.

Sou um cidadão, músico brasileiro e só queria minha carteira de músico que estava presa.

Após dez dias de muita luta ainda fizeram várias sindicâncias para saber se eu tinha alguma atividade política. Depois de muito tempo liberaram minha carteira de músico e continuei a minha vida normal.

Espero que a Comissão de Direitos Políticos examine a humilhação que nós cidadãos brasileiros passamos sem merecer. [...]

O SR. ANTÔNIO BALLIANA:

[...] Os meus problemas ocorreram em Linhares, pois aos vinte e dois anos fiz um concurso para trabalhar no IBGE de lá. No município de Linhares passei dez anos. [...] Fiz amizades com muitas pessoas tais como José Augusto Azeredo, Arlindo Lemos, Humberto Calmon, Arildo Dórea, Guilherme Breder e Francisco Amorim. Nós nos reuníamos com um grupo de pessoas que tinham idéias avançadas. Eu era

o mais jovem, mas me passavam o livro e trocávamos idéia. Era aquela forma natural de introdução. Concordávamos plenamente com eles, pois eram pessoas em quem confiávamos e tinha facilidade de passar essas idéias novas aos jovens que eram meus amigos e me acompanhavam. Isso foi o que mais me complicou lá. [...]

Quando estava em Afonso Cláudio, recebi um telegrama chamando-me para depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela se reunia ao lado do túmulo de Anchieta, no palácio do governo do nosso Estado. Havia muitos militares, mas também havia civis que pertenciam à Comissão. Uma das pessoas que ouviu meu depoimento foi o Dr. Frizzera, um advogado do Estado.

Ao depor falei o que sabia, pois não havia nada de ilegal nas minhas atividades. Alguns meses depois, voltei a ser chamado pela chefia para vir a Vitória. Aí a situação mudou, pois me mandaram para a 3ª CR, ali no Parque Moscoso onde havia uma denúncia e um processo instaurado. O oficial encarregado de me ouvir foi o tenente Rui Almeida. Fiquei três dias aqui em Vitória depondo e depois voltei para Afonso Cláudio. Em seguida me chamaram para depor novamente e, de lá para cá, não fui mais convocado para depor, parece que tudo morreu ali. Só ficou a marcação como funcionário: passei por sérias dificuldades dentro do serviço. Os chefes às vezes não concordavam com isso, mas tinham medo de mim, tinham medo até de me dar oportunidade. Fui o que se pode chamar de perseguido dentro da repartição. Suportei o mais que pude, porque sabia que a situação era difícil, mas tinha minha família, cinco filhas, por isso fui segurando a situação.

Em 1977, o IBGE se transformou em Fundação e oferecia oportunidade a todos os funcionários de deixarem de ser estatutários e passarem a ser celetistas. Mas eu não consegui passar. Me mandaram para os Correios, mas lá também não precisavam de funcionário, até que o chefe me imprensou e então tive que aceitar uma aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, porque eu tinha estabilidade. Entrei para o serviço público através de concurso e meu grande prejuízo foi essa aposentadoria forçada. [...]

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA:

A minha vida sempre foi marcada por perseguição política. A primeira foi em 1930, quando ainda menor de idade. Alistei-me eleitor para votar no candidato de oposição que se chamava Getúlio Vargas. [...]

A segunda repressão que sofri foi em 1948, em Vitória, quando fui eleito vereador por Cariacica. Era funcionário da Vale do Rio Doce e aquela empresa não queria que, como mestre de oficina, como encarregado de oficina e técnico em função de vagões eu tivesse nenhuma participação nem no movimento sindical, nem no movimento político. Achava, como tenho sido um bom funcionário, que não tinha nada a ver a minha prestação de serviço, da melhor forma possível à empresa. Mas isso não me tirava o direito de seguir o caminho que quisesse politicamente. Era dirigente sindical, eleito vereador, a Vale do Rio Doce me dispensou, expulsou-me da empresa junto com quatrocentos e cinqüenta operários, no mesmo dia, sem ter o direito de sequer voltar ao pátio das oficinas de Itacibá. Foi a segunda repressão [...].

No Estado, por onde passava como vereador, voltava preso. Vou destacar três prisões: a primeira, em 1949, no Rio de Janeiro, fui para o Congresso da UNE, onde se discutia o problema da paz, a assinatura do apelo de Estocolmo, a fim de que não jogassem mais no planeta uma bomba de hidrogênio, como foi jogada em Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

[...] todos fomos presos. Passei a Semana Santa preso na rua da Relação, onde sofri o primeiro espancamento. A outra prisão foi em Cachoeiro de Itapemirim [...]. Participei de uma greve na fábrica de cimento de Barbará e voltei preso, escoltado, incomunicável juntamente com outros presos. Fui recolhido num sábado à noite no zepelim, na chefatura de Polícia de Vitória, na Rua Graciano Neves, ficando no sábado e no domingo sem comida, porque só na segunda-feira teria expediente.

[...] Fiquei vinte e sete anos clandestino e como clandestino é que recebemos o período militar. Nos primeiros dias o meu nome fazia parte de seis IPMs, o meu nome constava em todos os processos de IPMs no Brasil. [...] Nos dois processos que foram julgados, recebi cinqüenta e seis anos de reclusão e quatro outros para serem decididos.

Estava condenado em dois processos e sendo procurado, só que não me encontravam, mas, quando chegou o dia 4 de julho de 1975, invadiram a minha casa às 4 h da manhã. [...] eu saí correndo e por isso eles não me pegaram, mas pegaram todos os outros que eram da direção do Partido no estado do Rio de Janeiro. Desses, uns morreram cegos, outros, defeituosos, devido à tortura. Segundo a lista deles, tinham que pegar o Granja para inteirar os doze. [...]

Todo aquele que se colocou, como eu, desde 1939, contra esse descalabro, é lógico, não pode deixar de ter outro caminho senão esse que eu tenho aí. Todos

vocês, os meus companheiros, de qualquer forma estão aposentados. Eu até hoje não tenho aposentadoria, não tenho nada na vida. Também, não estou dizendo isso para choramingar, arrependido. Não! Eu estou cumprindo o meu dever. Faço isso porque a minha concepção é esta. [...]

Para terminar o depoimento, eu queria acrescentar que, depois da anistia, em 1979, procurei me aposentar. Depois de anistiado, eu só tinha trinta anos de pagamento de INSS, sou fundador do Iapi. Dos trinta anos, eu só pude legalizar vinte e quatro anos, seis anos eu trabalhava no Frigorífico Anglo. Tenho a carteira, descontava, mas, quando invadiram a minha casa no dia 4 de julho levaram todos os documentos, inclusive a carteira profissional da Vale do Rio Doce. Isso tem dificultado a minha aposentadoria. Muito bem. Depois da anistia, requeri a minha aposentadoria, em 1979. Faz dezoito anos. Já concederam, já cancelaram. [...]

Não tenho aposentadoria. De todos os líderes sindicais anistiados deste país, o único que ainda não está aposentado é o Granja. Os companheiros da Petrobrás, da Estrada de Ferro Central do Brasil, foram todos aposentados e eu ainda estou roendo trilho. [...]

Sessão de 23/06/98

O SR. JÚLIO MOREIRA:

[...] Eu morava em Santa Cruz, nem sabia o que era comunismo, mas já tinha a “cabeça feita” por Antônio Ribeiro Venâncio, que era um comunista, um anarquista que existia em Itaguaçu, deixando lá plantada uma semente. [...]

Em 64 tínhamos uma célula do Partido em São Torquato. Éramos eu e os Srs. Mozart Matos, que já morreu; Avis de Oliveira Santos e Emílio Agostine, esse companheiro que morreu em Vila Velha. Aquela nossa célula funcionou naquele tempo que permitiram.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

No dia do golpe, de 31 para 1º de abril, como foi a reação dos senhores?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

Ficamos quase doidos por causa da onda, pois inventaram muitas mentiras e perseguições. Sofremos muitas provocações por parte do povo. Quando o Dops foi fazer a prisão dos comunistas, teve um fato interessante: tinha um senhor, dono de um bar, chamado Julião Valadares, que era da UDN, partido contrário ao nosso. Mas, quando a polícia chegou naquela localidade, procurando por um tal de Júlio, um agitador comunista, então, o Sr. Julião quebrou o meu galho dizendo: “O Júlio que eu conheci está preso, porque um sujeito deu um tapa na cara dele – era um senhor que tinha um restaurante em São Torquato – e matou o sujeito. O Júlio que eu sei está preso”. Então o pessoal disse: “Mataram, aquele desgraçado, estamos livre dele”. Com iss,o não sofri nada, tive uma sorte medonha.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O senhor chegou a participar daquela passeata que houve no Centro da Cidade, no dia do golpe?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

Particpei de tudo, de muitas coisas já esqueci, mas participei de tudo, nunca fiquei atrás do toco, sempre botei a cara na reta. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O Sr. foi preso alguma vez?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

Não. Sofri provocações, ameaças, mas não fui preso. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O senhor se lembra de mais algum fato para nos contar?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

No momento não. Eu tenho muita coisa na cabeça, mas falha. O meu “computador” já está muito velho.

O SR. CLEMENTINO DALMÁCIO:

O primeiro número da *Folha Capixaba* foi no dia 1º maio de 1945. Foi fechada pela revolução de 1º de abril. Eles me convocaram ao 3º BC para dizer: “A *Folha Capixaba* pára aqui, porque íamos numa direção, agora vamos para outra”. Funcionou dezenove anos. Foi fundada pelo jornalista João Calazans, Dr. Érico Neves e Dr. Aldemar Neves. Tinha tudo em contrato. Compraram uma tipografia do Coelho e começaram a fazer o jornalzinho no dedo, mas dizendo que o jornal era do Partido Comunista. Eles queriam apoiar o brigadeiro Eduardo Gomes e o partido da classe operária, o velho PCB, o partidão, estava apoiando o candidato Iedo Fiúsa. Num comício que fizemos - um comício do jornal para dar o nome do nosso candidato - eles deram o nome do candidato deles e isso deu uma confusão. Eles caíram fora e deixaram o jornal na nossa mão. Então o jornal passou a ser uma espécie de advogado da classe operária, do povo.

Então, foi criado um problema. Como não tinha dinheiro para pagar aos jornalistas, colocaram os dirigentes do partido para serem tesoureiro, diretor. O Merelim era como eu, operário, bombeiro hidráulico e eu, motorista, estivador. Então nos colocaram como diretores e não ganhávamos nada. E, ainda, qualquer coisa que precisávamos, tínhamos de pagar. Trabalhávamos e não tínhamos condição de fechar o jornal, porque os camponeses vinham da roça e diziam

que a *Folha Capixaba* era o único advogado dos pobres. Então, criou um problema para o Partido, porque ele teve de continuar com o jornal, até que foi fechado por eles. Por nós, ainda estaria funcionando.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Mais tarde surgiu um outro jornal que também era a voz das lutas, no final do período da ditadura, que foi o jornal Posição. Era um jornal alternativo e já nessa época eu estava militando no movimento popular.

O SR. CLEMENTINO DALMÁCIO:

O Partido não tinha nada com esse jornal. O pessoal comprava, lia, mas nós não podíamos escrever. Só podíamos comprar e ler.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Exatamente. Mas o jornal Posição marcou época aqui, no Estado, no período da luta pela democratização do país, isso em 76 a 79, por aí. [...]

O SR. JORGE WILSON PEREIRA:

[...] De reflexo, minha vida política começou precocemente. Primeiramente vendo as diferenças existentes entre a minha família e o meio em que vivíamos, em Barra de São Francisco, nos idos de 1956 a 1957. Fera-me muito verificar que a grande gama dos meus companheiros de pé no chão, de banho de rio etc. não tinha como me acompanhar no raciocínio da própria escolaridade, nos bancos do Grupo Escolar Governador Lindemberg, e, principalmente, no conhecimento de fatos. [...]

Eu e uma meia dúzia de garotos quebrávamos janelas da escola, xingávamos e não sofriamos por parte da diretora e dos professores nenhuma consequência. Mas aos colegas que não possuíam condição econômica eram aplicados castigados horrorosos, como ficar ajoelhado no milho e levar palmatória – e eu não aceitava essa situação. Por isso meu pai e minha mãe me mandaram para o Seminário Seráfico São Francisco de Assis, em Santa Teresa, do qual, depois de seis meses de penúria, fugi, em uma madrugada, e fui parar em Colatina, à pé. Foi o primeiro protesto maior que me lembro, com quatorze anos. [...]

[...] resolveram me mandar para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, para fazer admissão ao ginásio. [...] E foi no Colégio Pedro II, ao lado, praticamente, de duas grandes forças antagônicas, o Itamaraty, Ministério do Exército e a Central do Brasil, foi onde comecei exatamente a minha vida política no Rio de Janeiro.

Já não queria mais estudar no Colégio Pedro II porque a repressão era muito forte. Fui então para uma escola em Botafogo, que me facilitava muito porque o grêmio era organizado e dessa organização de grêmio passei para a UBES - União Brasileira de Estudantes, na Praia do Flamengo, 153, e comecei a ir no movimento estudantil no Rio de Janeiro, diferenciado de tudo no Espírito Santo. Eu era uma incógnita aqui.

Começamos a desenvolver lutas de rua, de pichações, de produtos vendidos na rua para fazer emulação partidária. E, por intermédio de Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro, fui apresentado, um belo dia, a Luis Carlos Prestes, na rua Alcino Guanabara. E pela primeira vez um acéfalo de rua teve o privilégio de ir ao comitê central do Partido Comunista. Diante dos figurões nacionais, parecia mais um garoto assustado de ouvir o que se falava e o que se deixava de falar.

Mas aquilo me encantou a alma. Dali partimos para uma série de lutas, a questão da marmita que estava sendo cobrada muito cara no Calabouço... Aos quinze anos e meio tive a minha primeira prisão [...]. Nisso a minha família descobre esse tipo de coisa, de envolvimento político, e me traz de volta ao Espírito Santo, quase a toque de caixa.

Chegando em Barra de São Francisco, passei a estudar, fazendo novamente um curso no Ginásio de 1º e 2º Graus Independência, do ex-deputado Luiz Batista, onde a palavra de ordem grêmio era proibida até na sala de reuniões dos professores. [...] convenci o Sr. Luiz Batista a nos deixar criar o Grêmio Litero-Esportivo Ginásio Independência, tendo como coordenador o Professor Elias Bello e Gessuí Alves da Silva Bittencourt .

[...] Quando viemos presos – nós porque vieram mais pessoas no mesmo carro – para o 38º BI, um policial federal chamado Antônio Gordo resolveu fazer tiro ao alvo na minha cabeça. Ali na ponte, antes de chegar em Cavalinhos, há um barranco grande à esquerda, em cima da minha cabeça e de Armando Aguiar davam tiros de metralhadora. E num comentário dele com outro policial federal que chamou sua atenção violentamente pelo que ele estava fazendo conosco, ele respondeu: “Estou a serviço do Joaquim Alves de Souza, que era o

prefeito de Barra de São Francisco. Ele está me pagando por fora porque esses caras são um calo no sapato dele. É uma outra história isso aí”. O outro respondeu: “Já basta aquilo que fizeram com o Enéas lá em Aimorés, você estava próximo”. Ele respondeu: “Ele morreu foi afogado, jogamo-lo dentro do rio Doce. Se ele escapou, ele tem fôlego de dez gatos, porque durante vinte minutos vimos ele no fundo do rio”.

Estou aqui passando uma notícia que ouvi, não posso afirmar nada, isso pode ter sido uma pressão para que nos desesperássemos e falássemos alguma coisa. Mas sei dar nomes aos bois. Além do João, sei o nome de todos os policiais federais que nos trouxeram em todas as instâncias para Vitória, o nome dos policiais estaduais do Dops a mando do Sr. José Dias Lopes, a mando de Cristiano Dias Lopes, principalmente no meu caso, que é muito séria a situação, que é uma outra parte do depoimento.

Mas quero registrar a participação do companheiro Enéas na formação de bases do Partido, na orientação ao Comitê Municipal. Foi de primeira ordem, de primeira linha e foi substancial. Chegamos a ter dezesseis núcleos do Partido Comunista em Barra de São Francisco. Era, talvez, o maior número de membros do Partido Comunista no Estado, organizadamente, em Barra de São Francisco. [...]

Fui o primeiro brasileiro, de um grupo de todo o comitê central, nacional, estadual do Espírito Santo, a receber a anistia jurídica pela 2ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro, tendo como advogado Antônio Modesto da Silveira, pago pela minha família. Meu amigo, mas pago pela minha família. E o escrivão era o José Fogaça. Tem aqui o documento, se o companheiro quisesse fazer uso do mesmo para a juntada... Tenho aqui vários documentos de alta valia. Este documento foi que anistiou juridicamente todos os envolvidos do Partido Comunista do Espírito Santo nesse inquérito último, violento, que nos levou todos à prisão, etc. [...]

Sessão de 30/06/98

O SR. CLEMENTINO SANTIAGO:

[...] Foram quatro vezes à minha casa procurar arma, munição e material subversivo e não encontraram nada. Mas encontraram revistas, livros, inclusive pegaram muitos livros meus e até uma coleção da revista *Veja* que tinha o retrato de Marighella numa capa duma reportagem, e carregaram as revistas todas. Carregaram também um livro que tinha a biografia de Leonardo da Vinci, que morreu há trezentos anos. Então, se eles estavam procurando material subversivo, acho que roubaram aquela biografia, porque era um livro de muito valor; não tinha nada de subversivo num livro de Leonardo da Vinci.

No 3º BC, na última vez que estive preso lá, num sábado, um sargento queria trabalhar comigo o dia todo; pegaram-me, porque eu estava preso na Marinha, levaram-me para o 3º BC e, quando ele começou a me fazer perguntas, eu disse a ele que tomasse cuidado com as perguntas que ele estava me fazendo, porque eu não tinha nem o curso primário – eu perdi meu pai com quatro anos e não pude nem terminar o curso primário, não tenho estudo nenhum, eu sei é trabalhar, sou motorista, estivador, eletrotécnico, mas não sabia responder àqueles perguntas difíceis que ele estava me fazendo. Ele disse para o sargento apanhar dois sacos que estavam lá (um vermelho, com cadeado, continha meus livros) e me perguntou: “Como uma pessoa que não tem nem o curso primário tem tantos livros?” Eu disse a ele que o Brasil teve um período de ditadura, mas teve um outro de democracia. Então, esses livros eram traduzidos, imprimidos e vendidos na minha oficina de eletricidade. Chegavam pessoas desempregadas vendendo livros. Há livros que estão fechados. Não li nem dez por cento daqueles livros. Eu trabalhava muito e não tinha tempo de ler. Infelizmente não li todos. Até deixaram alguns, mas carregaram muita coisa boa.

O que eu queira falar é que esse oficial do 3º BC foi à minha oficina para me intimar para eu comparecer lá. Compareci na hora marcada e ele me fez várias perguntas, inclusive por que eu havia mandado uma filha estudar na URSS. Eu contei a ele a história da Universidade Patrício Lumumba, principalmente os países da África e da Ásia e até os da América reclamaram na ONU que, quando eles conseguiram a independência do imperialismo, depois da Grande Guerra,

carregaram os médicos, os engenheiros e os contabilistas e deixaram aquele povo atrasado, que não sabia nada, para governar o país. Então, eles pediram que a ONU arranjasse uma escola para ensinar às pessoas dos países do Terceiro Mundo. Como ninguém se mexeu, a URSS fundou a Escola Patrício Lubumba, em homenagem ao líder que eles mataram, colocaram dentro de um bloco de cimento, jogaram em um canto, que depois foi achado. Eu perguntei: “E se você tivesse uma filha que ganhasse uma bolsa de estudo com passagem de avião de ida e volta para estudar cinco anos, recebendo um ordenado, com apartamento mobiliado, com médico, remédio tudo?...” Isso vale milhões, conversei com algumas pessoas ricas, que me disseram que um prêmio desses vale milhões. [...] A Universidade da Amizade com os Povos dizia que se poderia estudar lá, conservando o amor pelo seu país, as suas crenças e ideologias, e quando saísse de lá, levaria um título de curso superior para ajudar o seu povo subdesenvolvido, com a certeza de que eles eram um povo que lutava pela paz e pelo desenvolvimento da ciência e da cultura em todo o mundo. Foi esse o discurso do reitor na abertura da Universidade... [...] eu disse tanto ao Oficial do 3º BC, quanto nas outras vezes em que fui preso. [...]

O SR. JORGE WILSON PEREIRA:

Mais uma vez é um prazer estar aqui colaborando com essa Comissão e colaborando para que a história de tantas lutas não fique perdida depois da passagem de tantos companheiros. É um prazer o reencontro de velhos companheiros do meu partido. Estou tendo o prazer de revê-los nesta Comissão depois de muitos e muitos anos. Nosso decano Clementino, queria não te presentear mas ao nosso partido. Tenho cópia comigo do documento pelo qual fomos isentos judicialmente na 3ª Auditoria Militar no Rio de Janeiro e vou passar a esta Comissão. Aquele velho inquérito. Consegui com o nosso advogado, Sr. Antônio Modesto da Silveira, no Rio de Janeiro, a certidão da nossa sentença negativa, que depois juntarei aos documentos da Comissão, para que tudo fique patenteadado. No meu primeiro depoimento :fiz uma pequena demonstração da atuação do Partido Comunista Brasileiro [...] em Barra de São Francisco, principalmente, sou fruto da terra, em Ecoporanga, em Cotaxé, as lutas de Colatina com o companheiro Enéas, que nos apoiava. [...] No meu depoimento,

disse que quando José Cipriano fora algemado um dia inteiro num poste em Barra de São Francisco, primo de Perly Cipriano, disse que o Perly como político na nossa época não teve as atuações políticas no nosso município, teve extra-município [...] Como esse Antônio Gordo, que demos o nome de Pedro Gordo, que estava acompanhado do Frigério e do Sr. Domingos, se não estamos enganado, da Polícia Federal. Esses dois cidadãos não prestaremos as homenagens do que eles faziam, mas foram altamente coerentes como policiais e não aceitaram fazer o que o Antônio Gordo queria fazer conosco e outros companheiros, que era encostar-nos no paredão naquela ponte de quem vai de Colatina para Cavalinhos. Colocou-nos ali e cobriu-nos de tiros de metralhadora. Ele disse que fomos uma das poucas pessoas do Partido que tivemos com o Enéas antes do seu desaparecimento.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA: Perguntamos ao filho de Enéas. No seu depoimento, disse que encontrou com o seu pai em Belo Horizonte. Você se lembra em que época? Para ver se era o mesmo.

O SR. JORGE WILSON PEREIRA: Mais ou menos em 1966. [...] sobre o Enéas, lembramo-nos de que éramos encarregado de arrumar local quando o Enéas vinha para cá, ou quando ia para Belo Horizonte. Quando ele vinha para cá, arrumávamos para ele uma pensão, às vezes, ele ficava na casa do Carlito, na rua Graciano Neves. Foi mais ou menos nessa data que ele andava por aqui. Em Belo Horizonte, ele fazia contato, comprava material. Foi nessa época, de 1965 a 1966. [...]

Quanto à questão pessoal, todos aqui sabem que os companheiros da “velha guarda” e outros que não são do Partido, sabem que fomos vítima de uma das maiores perseguições, não só pela figura da instituição do Dops e o SCGI, das Forças Armadas, mas principalmente na cassação drástica dos nossos direitos como Tabelião de 1º Ofício, Oficial de Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos e Protestos de Títulos da Comarca de Barra de São Francisco. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA: [...] Realmente não tivemos essa experiência que vocês tiveram: essa militância e esse compromisso, naquele período. Eu, por exemplo, fiquei na cadeira de rodas no ano de 1965. Passei um ano fazendo tratamento no Rio de Janeiro, antes de uma cirurgia na coluna, o ano de 1965 todo. Tive que me retirar de Vitória naquele período e voltei de lá para morar aqui. Passei longos anos me recuperando dessa fase, portanto, perdi o momento mais rico da militância dos meus companheiros, de colegas de escola. Não tive militância estudantil e só comecei algum tipo de militância no

Movimento Comunitário do Bairro Aribiri, muito simples, sem envolvimento partidário ideológico. Só comecei a adquirir uma consciência política depois, no âmbito da Igreja e no âmbito da militância de movimento popular. Agora, não sou tão garoto. Na verdade, esse período que fiquei em casa, me recuperando da cirurgia, foi um período de anistia, de idade que eu tive. Tenho 48, quase 49 anos, sou da época de vocês mesmo. Só que esse lapso na minha vida pessoal me fez afastar da militância estudantil que redundava depois em militância partidária ideológica. [...]

Sessão de 05/08/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

[...] Iniciamos estes trabalhos no primeiro semestre e tivemos uma interrupção no período do recesso parlamentar da Assembléia Legislativa. Antes desse período tivemos a satisfação de ver aprovado nesta Casa o projeto de lei que visa à reparação de pessoas que sofreram danos físicos, psicológicos e profissionais causados por motivos políticos, reconhecendo a responsabilidade do Estado do Espírito Santo sobre esses atos. Lamentavelmente, exatamente no dia de hoje, em que reabrimos os trabalhos desta Comissão, tivemos em mãos a mensagem de nº 219/98, do Sr. governador do Estado, datado de 31/07/98, comunicando que vetou o projeto de lei. Antes de conceder a palavra aos convidados, pediria licença para ler o seu texto.

[O orador lê a mensagem governamental]

Lamentavelmente, temos que ler uma mensagem como esta, nesta tarde, e vamos desde já convocar todos para um trabalho de convencimento dos senhores deputados, no sentido de derrubar esse veto e então a Assembléia promulgaria a lei, já que é assim o processo.

Esperamos que os senhores deputados se sensibilizem por essa causa e possam derrubar esse veto, que consideramos absurdo, porque se o governo federal teve uma participação decisiva e fundamental no golpe, no processo de repressão, os estados foram coniventes, participaram ativamente do processo, colocando o seu aparato policial estadual à disposição do governo federal para todos os atos repressivos que aconteceram.

Então, não achamos que esse argumento do Sr. governador tem cabimento, como também não achamos que a crise financeira seja argumento para não reparar um dano causado pelo próprio Estado. Se há uma crise financeira, o Estado há de buscar recurso para cumprir com suas responsabilidades, como está buscando agora para colocar em dia o salário dos funcionários.

Então, informo a vocês que recebemos esse veto, que passará a tramitar nesta Casa, receberá um parecer da Comissão de Justiça e, em seguida, virá para

a cabeça da pauta das sessões ordinárias, que não poderá votar nenhum outro projeto antes de votar o veto. Os vetos sobrestam todo o resto de matéria que vierem a ser colocadas na ordem do dia das sessões.

A SRA. LAURA MARIA CAMPOS DA SILVA:

[...] Em outubro do ano de 1969, conheci João Amorim Coutinho, com quem fui morar, e, em março do ano de 1970, nos casamos. No mês de março de 1971, embora não fosse militante e soubesse da participação do meu companheiro como militante da “Ala Vermelha” do PC do B, as reuniões do Partido aconteciam na minha casa. [...]

Em março de 1971 fomos presos em Vila Batista, pelo 3º BC. Permanecemos naquele presídio por uma semana. Era estudante de odontologia e na minha classe havia três colegas que eram do Exército. Se não me engano, chamavam de CPO. Aqueles estudantes de odontologia participavam daquele órgão do Exército e acredito que pela influência e pela colocação deles em relação à minha gravidez de dois meses e meio, não recebi nenhuma tortura, a não ser psicológica e alimentar. Durante as três semanas que ficamos no 3º BC, recebíamos só uma alimentação diária e a comida era insuportável. Nos mandavam banana nanica verde, faziam isso para nos aviltar.

Sentíamos a tortura de ver um companheiro ser retirado da cela a qualquer hora do dia e chegar todo machucado de tortura. O companheiro João Amorim foi torturado durante quatro dias no 3º BC. Como as pessoas que “entregaram” a regional do Estado do Espírito Santo estavam em São Paulo, fomos presos e levados para aquele Estado. Quando chegamos ao 3º BC já encontramos o então economista Antônio de Caldas Brito, Jair Storch, Aristides, Netinho, Paulo (que já prestou depoimento nesta Comissão). Ao todos éramos em nove pessoas. [...]

A Operação Bandeirantes ([Oban) era uma organização paramilitar, uma casa que foi transformada em um órgão de tortura. Lá fui levada para um quarto, que não era uma cela, onde encontrei alguns companheiros presos, alguns conhecidos. [...] À meia-noite do dia que cheguei lá, fui chamada na cela. Lá fui para a sala de tortura, onde encontrei o companheiro Amorim sem roupa, já numa cadeira galvanizada que era chamada “cadeira do dragão”, sendo torturado.

Naquela noite, eles não me torturaram. Ameaçaram torturar-me para que o Amorim delatasse os companheiros. Por diversas vezes, ameaçaram que iriam me torturar para que ele entregasse os companheiros. Ele não aceitou essa negociação, como não aceitou a barganha aqui no 3º BC, onde lhe foi prometido, caso entregasse o Netinho, que nos liberariam no referido local.

No segundo dia da Operação Bandeirantes, pegaram-me à noite, colocaram-me jornal na boca para inibir o grito. Comecei a receber palmatória, colocaram-me em um pau de arara, onde só agüentei cinco minutos. Maior que a tortura física, foi a tortura interior, a tortura moral, porque o que mais incomodava aos torturadores era a moral dos presos políticos. Eu era magra, era pequena e faziam a seguinte chacota: “Qual de vocês vai ‘comer’ a magrela hoje? Quem vai ficar com a magrela hoje?” Isso tudo na presença do meu companheiro. Colocaram como se fosse um clip no bico do peito. Davam-me uma manivela, para eu poder dar o choque elétrico no Amorim, querendo que eu mesma fizesse a tortura.

Aproximadamente às duas horas da madrugada (a cela onde eu ficava era no andar de baixo), desci engatinhando, porque não conseguia andar. Os torturadores iam atrás de mim [...] perguntando se eu queria um revólver para me suicidar e acrescentando: “Vocês não vão sair vivos daqui, mesmo.” Era uma tortura moral e psicológica.

Chegamos ajudada pelas companheiras. É importante registrar o grau de solidariedade que encontrávamos dentro das celas dos companheiros. Sentia muitas dores no abdômen e na vagina porque tomamos choque na vagina também. Na cela não tinha banheiro, era um quarto improvisado. Os policiais abriam um quarto para que fôssemos ao banheiro. Ao urinar, senti uma dor muito grande e senti que estava descendo alguma coisa. Ao colocar a mão, vi que era o meu neném, era o feto que tinha se desprendido. Estava comigo na cela a Sra. Guiomar (nome de guerra da Joana Sagrillo), professora universitária de Belo Horizonte, da Ala Vermelha do PC do B. Ela me sugeriu pegar o feto e jogar na cara dos torturadores. Eu falei: “Não, Joana; nem depois de morto eu não quero que meu filho caia nas mãos desses torturadores”. Coloquei o feto no vaso e tentei dar descarga, mas, como o volume era grande, ficou preso no vaso. Até hoje isso cria em mim inibições: não fico no banheiro com as portas fechadas e sempre chamo uma filha para ficar comigo porque tenho bloqueios. Durante muito tempo, falar sobre esse assunto foi um tabu para mim.

Em seguida fui chamada novamente para depor, depois da perda do neném. Não tinha absorvente higiênico na cela. As companheiras solicitaram. Usávamos

jornal dobrado para proteger o sangramento. Pedi que fosse ouvida. Ao ser ouvida, entrei numa série de contradições intencionais com o depoimento que havia prestado na noite anterior. Contradições intencionais para que mandassem chamar meu companheiro para acareação.

Quando chamaram o Amorim para que fosse feita a acareação, falei com ele que eu tinha perdido o neném. Ele ficou ensandecido, bateu com a cabeça nas paredes da sala de tortura e gritava: “O herdeiro já era, o herdeiro já era.” Os companheiros que estavam na cela, ao ouvirem aquilo, começaram a bater nas grades, estalaram os dedos para poder chamar a atenção e todos ficaram sabendo do meu aborto.

Voltei para a cela e não tive qualquer assistência. Depois de quinze dias na Operação Bandeirantes, comecei a sentir calafrios e febre alta, sintomas claros de uma infecção generalizada. De lá, fui levada para o Hospital Militar, onde fiquei três dias tomando antibiótico. Fui submetida a uma curetagem, uma vez que ficaram restos de placenta do aborto e, talvez pelo uso do jornal, tive uma infecção. Na Operação Bandeirantes, vimos pessoas morrerem. Éramos chamadas para limpar a sala de tortura porque as pessoas, ao serem torturadas, evacuavam e urinavam e éramos obrigadas a limpar. Eles diziam: “Isso foi de fulano, de beltrano e de sicrano” .

Tivemos a oportunidade de ver a Cleusa, companheira do Paulo de Passos Venceslau, militante da ala que depois foi para o PT [...]. Ela foi torturada durante oito horas, inclusive com aplicação de injeção de éter no pé, que acabou apodrecendo e teve que fazer um enxerto, para que ela desse o endereço da sua casa, pois eles queriam o Paulinho. E sempre que ela era torturada, ela dizia que ouvia uma voz que parecia com a do Paulinho.

Havia um acordo de segurança entre nós, de que, se morássemos com algum companheiro, teríamos um horário para chegar à casa; se o horário fosse às vinte horas e se fôssemos presos antes disso, não falaríamos o endereço até as vinte e duas horas, pois se o meu horário de chegar era as vinte horas e até as vinte e duas horas eu não houvesse chegado, o companheiro teria que sair de casa, porque algo teria acontecido comigo. [...]

A Sra. Cleusa, às 22 h, entregou o endereço da casa dela e, nesse momento, o torturador disse que já possuía o seu endereço, desde a hora em que ela havia sido presa, pois dentro da sua bolsa havia uma conta de luz com o endereço da casa dela e disse que o marido dela também estava preso. Levaram-na à sala de tortura e ela percebeu que os barulhos que ouvia, a voz que supunha

ser a do Sr. Paulo, era mesmo a dele; e ele estava em condições horríveis de tão torturado.

Depois da Oban fomos para a fase jurídica do processo. A Operação Bandeirantes é uma organização paramilitar e não nos foi dado nem o atestado de carceragem, pois essa organização não existia legalmente. [...]

Toda a nossa vida profissional foi prejudicada. Fiz um concurso no Sesc, passei, mas não consegui assumir, porque o diretor da casa, Carlos Alberto Conde Santos, meu colega de profissão, filho do então presidente desta Casa de Leis, o ex-deputado Alcino Santos, disse que, enquanto ele fosse chefe daquela divisão de odontologia, comunista não entraria.

Minha filha Iluska Coutinho [...] era cobrada constantemente: “É doida igual à mãe”. O carma de ser filho de um ex-presos político é muito pesado, assim como ser marido. Até hoje vemos constantemente os filhos e o meu companheiro, o Trevisan, ser vitimado pelos simples fato de estar partilhando dessa ideologia, em defesa da dignidade, da decência e da democracia.

Embora não concordemos com o ressarcimento dessa nossa atividade, porque sabíamos das penas que nos impunham, não podemos deixar de registrar a brilhante oportunidade de fazermos esse desabafo. Mesmo que com esse veto do governador Vitor Buainain, empanando o brilho do projeto de sua autoria, deputado Claudio Vereza, temos que levar em consideração esse importante momento de estarmos podendo lavar a alma e dizer aquilo por que passamos naquele período. [...]

O SR. GILDO RODRIGUES LOYOLA [depoimento lido por LUIZ TREVISAN]:

Começamos a participar da vida política estudantil nos grêmios das escolas secundaristas, onde pudemos observar as deficiências do sistema educacional. Começamos a lutar para tentar chamar atenção dos nossos dirigentes, quando de repente fomos surpreendidos pela tomada do poder pelos militares. Vimos logo no amanhecer do dia 31 de março de 1964, bem próximo ao Cine Glória, indo em direção à Praça Oito, o companheiro Rubens Gomes dirigindo uma kombi com alto-falantes conclamando o povo a lutar pelos seus direitos, não permitindo a instalação do governo militar. Andou pouco com seu veículo. Foi logo preso. Começava o tormento. As sedes dos grêmios estudantis eram vigiadas

por integrantes da polícia reservada da Polícia Militar, pelos chamados polícia secreta, que se infiltravam, passando as informações e cadastrando os estudantes que direta ou indiretamente não eram simpáticos ao regime militar. [...]

Na ocasião foi necessário que a Umes (União Municipal de Estudantes Secundaristas), do qual era vice-presidente, se unisse ao DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Ufes [...] para colaborar e denunciar o regime autoritário regido pelos militares. Nessa seqüência, optei e aceitei o convite de entrar no Partido Comunista [...].

Como o movimento em Vitória estava ficando bem forte, fomos surpreendidos por agentes secretos da Polícia Militar, que passaram informações à Polícia Federal sobre a nossa atividade, pois em nosso meio, depois de algum tempo, conseguimos identificar o policial secreto de nome Eustáquio Salatiel, que se infiltrou em nosso meio, dando todos os nossos movimentos, inclusive sendo preso juntamente com os companheiros na residência de Aristides [...], começava ali o nosso tormento. Durante o interrogatório na Polícia Federal, eles queriam saber de tudo, guerrilhas, coquetel molotov, armas, nomes de companheiros, etc., através de métodos bárbaros, como agulhadas na unha, choque elétrico, batidas com coronhas nas pontas dos dedos. Era difícil identificar os policiais, estavam sempre de óculos escuros e bem disfarçados para não serem reconhecidos. [...] fomos levados para o 38º BI, para interrogatórios, humilhações, porrada de todos os tipos, para informar coisas que não sabíamos. Na Penitenciária da Glória, ficamos sem tomar banho por alguns dias, na cela 66 do 2º pavimento [...].

Passado alguns tempo, fomos retirados da penitenciária e encaminhados à Polícia Federal, para assinar os interrogatórios e nota de culpa. E sem poder caminhar fiquei algum tempo. [...] fui internado na Clínica de Repouso Santa Angélica, em Santo Antônio, onde passei por um bom tempo recuperando o meu estado psicológico, ficando até 19 de janeiro de 1970.

O julgamento aconteceu em 19 de outubro de 1970, na 1ª Auditoria de Aeronáutica, no Rio de Janeiro, mas antes tínhamos que assinar um livro de presença no 38º BI, de três em três dias, depois passou para uma semana, quinze em quinze dias e, depois, fomos desobrigados de tal missão. [...].

No desenrolar desses episódios vimos e presenciemos a tristeza do companheiro Paulo Bigode, em passar na prova de acesso à CVRD e, por questão de segurança da empresa, não assumir a função. Vimos o companheiro Aristides sofrer humilhações dos órgãos policiais, Laurinha Coutinho abortar na cadeia,

a Jussara Martins ficar com o ouvido danificado, o companheiro Netinho Feitosa não conseguir colocação nas empresas e ser ajudado pelos amigos a sustentar sua família, o José Carlos Rizk ser ameaçado na Polícia Federal pelo procurador da República, um tal de Geraldinho, que iria prejudicar o companheiro, fato que aconteceu na Ufes, quando o companheiro Rizk não conseguiu a colocação desejada.

Sr. presidente, por estes assuntos aqui revelados é que agradecemos a oportunidade em narrar as nossas histórias para nossa História. As feridas deixadas em nossos irmãos, companheiros, ainda estão abertas à espera de justiça.

Sessão de 19/08/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

[...] Informamos aos presentes que o projeto de lei foi vetado solenemente pelo governador do Estado [...].

Só podemos interpretar a atitude do Sr. governador como uma atitude de retaliação e de completo desserviço à história política da esquerda no Estado do Espírito Santo. Sua Excelência, que foi um dos militantes de esquerda naquele período, inclusive preso pela ditadura militar e por órgãos do Estado, renega o seu passado ao adotar essa postura completamente contrária ao que vinha traçando e que tinha anunciado através da imprensa. O Sr. governador Vítor Buaiz anunciou através do jornal *A Gazeta* que iria sancionar o projeto de lei. Tempos depois, volta atrás, não honrando sua palavra e veta o projeto de lei aprovado por esta Casa. [...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

[...] Em primeiro lugar, quero me congratular com o Sr. deputado Claudio Vereza, porque Vossa Excelência assumiu de pronto uma iniciativa minha, do Aristides, do Dines Broseghini Braga e do José Rocha, pois fomos os que trouxemos, em primeira mão, essa iniciativa, que já estava pronta no estado do Paraná, [...] de reparar moral, financeira e politicamente os perseguidos do golpe de 1964, que resultou numa ditadura militar de longa duração.

O Sr. deputado Claudio Vereza merece de nossa parte a melhor consideração e nosso apreço porque abraçou junto com sua assessoria essa causa justa e nobre, que resgata a memória das lutas populares no Estado do Espírito Santo e tenta fazer justiça a esses perseguidos políticos.

De nossa parte o Sr. deputado Claudio Vereza já é um vitorioso pela sua iniciativa, pela sua tenacidade, pela sua experiência, pelo seu interesse e pela sua luta em favor da aprovação desse projeto de lei, que agora foi vetado pelo governador do Estado. Sua Excelência também foi um perseguido político, mas renegou a sua história.

Também nos congratulamos com esta Casa de Leis, através de todos os partidos aqui representados, porque, por unanimidade, [...] acolheu esta iniciativa sem olhar as siglas partidárias, ideológicas ou não. [...]

O SR. FRANCISCO FEITOSA NORBERTO:

Quero retificar parte do meu depoimento prestado a esta Comissão no dia 20 de maio de 1998, esclarecendo o seguinte:

- a) Nunca estive preso com qualquer pessoa da família Rizk;
- b) nunca conheci, na época, pessoa dessa família e nunca tive conhecimento de que alguma pessoa pertencente a ela tivesse sido presa por contrabando;
- c) que a referência feita em meu depoimento anterior se deve unicamente a um equívoco de minha parte, devido ao longo tempo que se passou desde a minha prisão.

Requeiro, portanto, a esta Comissão que esta retificação seja inserida em meu depoimento e qualquer cópia ou certidão do mesmo somente seja fornecida com o adendo que ora faço, ou com a supressão da referência feita à família em questão.

Sessão de 28/08/98

SRA. ZÉLIA STEIN [depoimento lido por CLAUDIO VEREZA]:

Zélia M. Stein, [...] sublinha que os fatos que deram origem às perseguições que sofreu se resumem à participação que teve nas reivindicações estudantis coletivas em prol da melhoria da qualidade do ensino no Brasil [...], manifestações estudantis que, durante 1968, ganharam as ruas de Vitória, como aliás e de forma coincidente estava ocorrendo em todo o mundo, e não apenas nas principais cidades brasileiras. [...]

[...] noiva do líder estudantil da Faculdade de Medicina, César Ronald Pereira Gomes, eleito presidente do Diretório Central de Estudantes, que [...] representou o Espírito Santo no XX Congresso da União Nacional de Estudantes, realizado em setembro de 1968 na localidade de Ibiúna (SP), onde foi preso junto com outros mil estudantes e permaneceu detido, com outros 22 líderes, entre eles Luis Travassos, Wladimir Palmeira, José Dirceu, até o dia 12 de dezembro de 1968.

As perseguições das quais foi vítima, no Brasil e no Uruguai, ocasionaram sérias e graves distorções e prejuízos em sua vida particular e profissional que, embora não possam ser expressos em toda sua magnitude e profundidade em uma instância como esta, sinteticamente se enunciam no seguinte relato, o qual – para maior clareza – passa a ser assumido e relatado na primeira pessoa do singular. [...]

Passei a ser buscada sistematicamente pela polícia que, não contente com o alarde de batidas e *blitzen* à minha procura (à minha.”caça”, pode-se dizer), colocava avisos em rádio e televisão do tipo “a população pode ficar tranqüila... a polícia tem pistas certas sobre o paradeiro da perigosa delinquente Zélia Stein, que, a qualquer momento, será presa ...” [...]

Preparava-me para sair do país e escapar, assim, de um verdadeiro cerco policial que, dia a dia, nos encurralava, mas me dilacerava no dilema prático e moral de levar ou não comigo a minha filha recém-nascida (e pôr em risco, além da minha, a sua vida) ou deixá-la, provisoriamente, no Brasil a cargo dos seus avós paternos. [...]

Em julho de 1969 [...] já me sabia sem alternativa. Se quisesse continuar com vida, tinha que sair do país, custasse o que custasse. [...]

Eu ainda não tinha 23 anos e, de repente, mais que de repente, me achava em situação de foragida, com uma filha de meses, da qual tinha que me separar... Me sentia sozinha, triste e injustiçada. [...]

No dia 3 de agosto de 1969, numa noite de chuva fina e neblina tão típica do inverno do Rio de Janeiro, entreguei minha filha à minha sogra. Em 13 de agosto, chegamos a Montevidéu.

No Uruguai [...] moravam centenas de brasileiros refugiados do golpe de 1964, entre os quais o próprio (ex) presidente João Goulart, o (ex) governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, além de outros (ex) deputados, juizes, intelectuais, militares, operários, médicos, marinheiros, sargentos, estudantes, com ou sem suas famílias. Gente de todos os cantos do Brasil. [...]

Nessa época conheci, por um lado, a solidariedade dos estudantes uruguaios e latino-americanos, através dos quais pudemos aceder ao programa de bolsas de ajuda econômica para universitários perseguidos, que incluía – além de 90 a 100 dólares mensais – “bônus de alimentação” no restaurante estudantil, e o direito – para muitos de nós, fundamental – de continuar nossos estudos interrompidos.

Por outro lado, conheci a dureza do “exílio pobre”, num país em franca decadência econômica e retrocesso político.

No dia 31 de julho de 1970, nasceria, em Montevidéu, meu segundo filho com César Ronald. Quando me transportavam para o hospital para dar à luz Carlos Frederico, às cinco e pouco de uma geladíssima tarde, uma operação policial militar sem precedentes na história do Uruguai estava “fechando” todas as ruas de todos os bairros de Montevidéu, numa espécie de batida monstro, para encontrar o paradeiro de Dias Gomide, cônsul brasileiro no Uruguai, e do agente especial da CIA para operações secretas dos Estados Unidos na América Latina, Dan Mitrione, ambos seqüestrados horas antes pelos tupamaros.

Mitrione era uma espécie de “treinador de torturadores” e “ideólogo de táticas antiguerrilha urbana”. Respirava-se histeria naquela gelada tarde montevideana. Pressentíamos tempos piores. Por então, a grande maioria da nova leva de brasileiros refugiados aqui já se deslocara para o Chile ou Europa. De centenas, passamos a ser escassas duas ou três dúzias entre “velhos” e “novos” asilados. Éramos então apenas um punhado de brasileiros, muito mais facilmente observáveis que aquele montão de fins de 69. O que eu, porém, jamais poderia pressentir ou imaginar é que o meu “drama particular dentro da verdadeira tragédia histórica que viviam os nossos povos” ia-se acentuar de modo inelutável e cruel.

Carlos Frederico viveria apenas seis meses. Um “vírus desconhecido” [...] destruiu-lhe o sistema renal e a integridade das funções cerebrais. [...]

Eu me sentia, mais que nunca, sozinha, desesperada e desamparada. A relação com o César se deteriorava dia a dia. Não conseguia restabelecer nenhum contato com Vitória. Não tinha trabalho fixo e já tampouco teria possibilidades de continuar estudando. [...]

Eu já havia perdido, como disse antes, “pátria, família e propriedade” (simbólica esta última a não ser no que se refere à materialidade da minha biblioteca e à tangibilidade de uma carreira de profissional universitária e/ou escritora). Meu “prestígio social” em Vitória extinguiu-se entre murmúrios e boatos dando conta de que “foi assassinada ao tentar cruzar a fronteira”, “vista disfarçada, com a filha nos braços, cruzando em barca a baía da Guanabara”, “havia-se juntado aos guerrilheiros colombianos”, e outros maliciosos, porém eficazes, delírios saídos da imaginação quem sabe de quem ou onde, que minaram a saúde da minha envelhecida mãe. Perdera também minha identidade primária. Já não era Zélia Stein. Era como um fantasma de mim mesma. Nesse período terrível, idéias suicidas pareciam-me cada vez mais viáveis e desejáveis. [...]

Em janeiro de 1976, por um triz não me levaram de volta clandestinamente para o Brasil. Fui salva pela eficiente intervenção de familiares e amigos do meu novo marido, uruguaio, com quem iniciara uma relação em princípios de 1974. Em fevereiro de 1975, porém, fomos presos, os dois – o meu marido uruguaio, Daniel da Silveira Sánchez, e eu – e vivemos uma experiência de horror e tortura, não apenas pelo que nos fizeram pessoalmente, senão também pelo que assistimos de barbaridades e atrocidades naqueles escuros e clandestinos (porém nem tão clandestinos assim) porões da polícia política uruguaia.

[...] fomos liberados após uma eterna semana de torturas físicas e psicológicas inenarráveis, sob a orientação e direção de um tal “doutor Ribeiro”, que, em suas próprias palavras, representava o Dops (de tão trágica memória). Libertos, sim, e por fim. Porém essa “liberdade” nos possibilitava apenas uma escolha: sair do Uruguai. Teríamos que buscar outro país onde viver, que nos desse proteção legal e outros direitos mínimos e, preferentemente, o mais longe possível daqueles famigerados acordos (nem tão) secretos das forças repressivas do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru, e que hoje – apesar de serem publicamente conhecidos – ainda constituem o escuro pano de fundo que ensombrece o esclarecimento de muitos crimes ainda impunes. [...]

O México, para fortuna nossa e de outras centenas de perseguidos, foi esse país que, coerentemente com a sua longa e destacada história de “nação aberta aos perseguidos políticos do mundo inteiro”, [...] não só nos oferecia proteção legal como possibilidades concretas de trabalho, de continuar estudando, e outras tantas facilidades para que nos pudéssemos instalar e viver com dignidade]. [...]

Terminei exilada no México, depois de conhecer o horror de duas passagens pelos cárceres uruguaios. E – observem que detalhe – fui a única exilada brasileira que, no México, foi advertida por um agente policial (*ex-ranger* no Vietnã), que, como medida de prevenção e segurança face à visita do presidente Geisel ao país asteca, “solicitou-me” não “sair de casa” enquanto durasse a estadia do mesmo no país. [...] Francamente, senhores, eu não saía do meu assombro. Por que tanta sanha comigo? Que fizera de tão terrível que não me deixavam em paz? Como e o que teria que fazer para desfazer tão grande nó de infâmias e desrespeito? [...]

O SR. HÉLIO GONÇALVES:

[...] Voltando ao assunto em pauta que é a anistia, sou velho conhecido como peregrino da anistia. Nos idos de 1992, para sair do anonimato, para deixar de ser esquecido, recorri a fórmulas “pixotescas” para chamar a atenção da opinião pública para o problema da anistia dos marinheiros. Marinheiros que deram início a todo esse movimento, não em 1964, mas em 1910, com a rebelião da Revolta da Chibata. [...]

Finalmente, queria dizer aos senhores também que os marinheiros de 1964 continuam de pires nas mãos, pedindo anistia. Tive que recorrer à caminhada, à manifestação de bicicleta, saindo daqui para o Rio de Janeiro, para ganhar espaço na imprensa e chamar a atenção da opinião pública sobre essa grande injustiça de que os marinheiros são vítimas. Lamentavelmente, deveria ter sido outro o caminho. Hoje era para estarmos realmente num clima de conagração, de festa, comemorando aquele dia 28 de agosto de 1979. Mas, infelizmente, nós, os marinheiros, ainda quatrocentos brasileiros espalhados por este Brasil afora, não estamos anistiados. [...]

O SR JORGE LUIZ:

[...] Aproveitando-me do “Dia da Anistia”, neste ato muito bonito que estamos vendo para relembrar o nome, com muito pesar, de companheiros, principalmente de Barra de São Francisco e Ecoporanga, que não tiveram os seus nomes inscritos na história contemporânea. Mas que foram membros do Partido Comunista Brasileiro, como nós, e lutaram dentro das suas possibilidades, alguns sucumbindo por morte natural, de velhice, e que após o golpe militar foram jogados, a grande maioria, no ostracismo. [...]

Termino, parabenizando esta Comissão. A anistia geral ainda passa por muitas lutas que teremos de enfrentar dentro das possibilidades de cada um, mas sempre organizados e voltados para o interesse de todos: a liberdade. [...]

O SR. DINES BROZEGHINI BRAGA:

Sr. presidente Deputado Claudio Vereza e demais companheiros, estamos todos nós parabenizando e somos parabenizados também com a manifestação de regozijo por essa anistia. Gostaríamos de estar vendo este plenário cheio porque a anistia não beneficiou apenas aos que foram presos, vez que anistiou todo o povo brasileiro, que estava preso em seu próprio país. Para a nossa tristeza, os nossos algozes também foram anistiados. De modo que é um erro. [...]

Vamos levar esta comemoração feita hoje para as ruas, para as nossas casas, para que seja um movimento amplo, porque aquela turma que apoiou a ditadura militar está toda no governo, inclusive com a traição desse bandido que atende pelo nome de Fernando Henrique Cardoso. Temos que, bravamente, com esse pequeno número de pessoas presentes nesta Casa, levar essa vontade de vencer, esse terror democrático, porque hoje a ditadura é democrática; leva-se para o Parlamento e é aprovada. Felizmente, não são todos; temos nós, da esquerda, que contrariamos e colocamos “areia no calo” daquela gente. Todos estamos de parabéns. [...]

O SR. PERLY CIPRIANO:

[...] Essa lei [*Anistia*] foi votada no dia 23 de agosto e sancionada no dia 28 de agosto. É uma lei [...] complicada, pois ela efetivamente anistia os que estavam

banidos ou que estavam condenados e não estavam presos. E aos presos não anistiou, só os processos não julgados; praticamente todos aqueles que estavam como presos políticos continuaram presos, saíram com liberdade condicional. Eu, por exemplo, saí com liberdade condicional e não fui anistiado. É uma lei esdrúxula, pois quem estava preso não foi anistiado. [...]

O Sr. Enéas, grande batalhador da causa dos trabalhadores e fundador de sindicatos, foi perseguido e, no dia do casamento de sua filha, teve de sair correndo, fugido, foi parar no Paraná. Mesmo que a anistia tenha vindo, não houve resgate. Por isso a nossa história precisa fazer esse resgate. [...]

Hoje temos uma batalha nacional, muitos pais, filhos, irmãos, parentes, estão tentando lutar para conquistar o direito de encontrar os ossos dos seus entes queridos e amigos para sepultá-los. Que país, o nosso! Uma grande batalha que ainda não foi vencida. Essa questão precisa avançar. Mesmo que a lei tenha sido vetada, ela tem que ser reapresentada e terá que ser feito um debate nacional. [...]

Às vezes, falamos que poucas pessoas comparecem a essas reuniões, mas não, vêm muitas. Temos que multiplicar aos poucos, porque esse movimento é demorado.

Fariamos o registro de que as primeiras pessoas que falaram nessa questão de criar uma lei como essa foram os Srs. Aristides e Carlito, uma espécie de Cosme e Damião, os dois batalhando pela necessidade de um reparo. E cada um poderá ajudar, dentro dos seus limites, das suas possibilidades, mas todos podem fazer um pouco, não só no sentido da democracia, da liberdade de resgatar isso, mas também em nome das gerações futuras. [...]

Sessão de 19/10/98

O SR. JOSÉ CARLOS RIZK:

[...] Meu nome é José Carlos Rizk. Antes de mais nada, gostaria de parabenizar os membros dessa Comissão por essa atitude histórica, de preservar a memória do Espírito Santo. Atitude esta que faz com que ocorram, nesta sala desta Assembléia Legislativa, pronunciamentos profundamente importantes, registrando um pedaço da nossa história.

[...] ingressei no curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, e ali participei, como membro, representando o corpo discente da Universidade, junto ao Conselho Deliberativo do Restaurante Universitário, que então acabava de ser inaugurado na Esplanada Capixaba. E, exatamente motivado pela discussão do preço do bandeirão, cresceu o até então incipiente movimento estudantil do Espírito Santo.

Devo ressaltar que apesar de ter lutado ativamente pela redemocratização do nosso país, não tive participação em qualquer organização política naquela época. Em consequência da minha participação no colegiado do Restaurante Universitário e nas manifestações contra o preço do bandeirão, começaram as minhas primeiras detenções, sempre por apenas algumas horas. Aos poucos, ante o endurecimento do regime, o movimento estudantil brasileiro, em particular do Espírito Santo, do qual fazia parte, começou a substituir a liderança partidária em toda a manifestação política do país. E, obviamente, esse fortalecimento do movimento estudantil não interessava às autoridades que, àquela época, estavam à frente do poder.

Veio o Congresso de Ibiúna e eu, assustado por mais uma detenção de algumas horas na véspera de sua realização, optei por não comparecer. E tão logo o AI 5 foi editado, a Polícia Federal proibiu que eu deixasse a cidade de Vitória.

[...] Proibido de sair de Vitória, alguns dias após tomei conhecimento que a sede do DCE tinha sido invadida, e preso, seu presidente em exercício.

Numa reunião do Conselho Universitário, fiz um pronunciamento, em que manifestava ao Magnífico Reitor à época, a necessidade de sua intervenção para a liberação do presidente em exercício do DCE, que se encontrava preso, e a devolução dos materiais que pertenciam, na realidade, à própria Ufes,

retirados, à nossa revelia, pelos policiais federais, bem como sobre a situação que se abatia sobre a nação brasileira com a edição do AI 5.

Entretanto, para minha surpresa e perplexidade e, em função desse meu pronunciamento, no outro dia de manhã a minha casa foi invadida e fui preso pelos policiais federais.

Tão logo cheguei à Polícia Federal, lá se encontrava não só a fita, como também o próprio gravador utilizado pela reitoria para gravar todas as sessões do Conselho Universitário.

Naquela oportunidade, conforme parece que já foi relatado em depoimentos anteriores, o procurador da República assumia um papel de representante do governo militar e procurava de todas as formas nos ameaçar, inclusive na tentativa de nos levar presos do Estado do Espírito Santo para a Ilha Grande, o que só não ocorreu graças à interferência de parentes meus junto ao Gabinete Militar da Presidência da República, à época.

Dali fui solto alguns dias depois. Por interferência do mesmo procurador, voltei a ser preso na cidade de Guarapari, e jogado, desta vez, numa cela comum da então Superintendência de Polícia Civil, durante alguns dias, até ser removido posteriormente para a penitenciária do Estado, numa cela onde se encontravam apenas outros presos políticos. Ali ficamos durante vários e vários dias, completamente isolados de tudo e de todos, presos nessa penitenciária. Algum tempo depois fui solto. [...]

Logo após ter-me formado em Direito, ministrei durante anos, informalmente, aulas no curso de Direito, em substituição a um determinado professor. Ante a possibilidade de ser contratado, o então chefe do Serviço de Informação ou Segurança da Ufes, não só proibiu como também não deixou que eu continuasse a ministrar aulas oficiosamente no referido curso.

Profissionalmente, algumas oportunidades também perdi. Deixei de ser nomeado para alguns cargos exatamente pela atividade política que tinha desenvolvido.

Em várias oportunidades também fui convocado a comparecer à 2ª Seção do Exército, em Vila Velha, para dizer qual era a atividade profissional e funcional que estava desenvolvendo à época.

Apesar de tudo, registro o meu maior orgulho de ter participado da luta pela redemocratização do Brasil. [...]

Sessão de 26/10/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Então, viemos aqui [*em Cavalieri, Vila Velha*], na casa do Sr. Nilson e Dona Dina, junto com Carlito, José Rocha e Aristides, em nome da Comissão Especial que foi criada na Assembléia Legislativa, para ouvir um pouco a história de participação no serviço, na vida política do Estado, [...] do Sr. Nilson Lino Rodrigues, mais conhecido por “Nilson Bigode”. Sr. Nilson, como começou a sua participação política aqui no Estado? [...]

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

Será um pouco difícil de me explicar, porque eu não estou bem de saúde. Houve um problema agora, ultimamente de saúde, e, devido a esses problemas políticos, hoje sinto problemas sérios de saúde, inclusive, sou considerado um cara louco da cabeça. Tudo isso graças as lutas que, tanto eu, individualmente, como quando participava das lutas do Estado, junto com o Partido... [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Inicialmente o senhor participava do Partido Comunista Brasileiro, depois, na dissidência, o senhor ficou no PC do B e depois no PT, quando veio a fundação do PT, em 1980. Um dos fundadores do PT, de Vila Velha.

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

Realmente foi uma luta profunda. Participei profundamente do PT. Todas as tarefas de reivindicações do bairro eu estava dentro dirigindo, ajudando a dirigir as lutas dos bairros, como PT. Eu iniciava outra luta, pertencendo a outro partido, que era o PT.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Principalmente aquelas lutas pelo transporte coletivo, que foi mais ou menos em 1977, 1978 ou 1979, a luta pela queda do monopólio da Viação Alvorada. [...] Mas, então, voltando lá no início. Vamos ver se a memória do senhor consegue pegar. Quando o senhor entrou no PC do B, como foi se formando?

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

[...] Eu participava das lutas, tanto do bairro, quanto do sindicato. Sempre estava presente. Não quero dizer que eu estava liderando, mas estava sempre presente nas reivindicações, nas construções de ruas, nas construções de estradas, e estamos em cima de uma delas aqui, que, graças a presença do Bigode, temos isso aí, graças à ajuda do Bigode, temos o asfalto. Primeiro o calçamento, depois o asfalto, que é o que temos aí hoje, graças às lutas reivindicadas pelo Bigode. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele entrou no Partido em 1951?

A SRA. DINA NASCIMENTO RODRIGUES [esposa de NILSON LINO RODRIGUES]:

Foi. E eu um pouquinho depois, por aí. Em 1952, a gente já participava ativamente. Ele sempre mais do que eu. Mas ele tomou conhecimento através da *Folha Capixaba*, do Partido, tomou intimidade, se interessou e aí não parou mais. Tudo o ele passou de ruim, eu posso dizer que eu passei junto. Você veja bem, ele é um homem acostumado a vir sempre para casa, mesmo que demorasse um pouco na rua, mas vinha para casa todo dia. De repente, passa uma noite fora? Ninguém ficava satisfeito, sabendo que ele estava desempregado, e não tinha condições nenhuma de ficar na rua. Então, a gente fica preocupada. E depois alguém veio me avisar que ele tinha sido preso. Quer dizer, três dias na rua. Eu fiquei procurando, fui no Exército, eu fui no antigo Dops, fui na Chefatura de Polícia, em tudo quanto era lugar, e sozinha. Eu nunca coloquei ninguém no fogo. Ainda tinha irmãos, mas não apelei para ninguém, nem para os meus parentes, nem para os parentes dele. Sozinha. E depois de três dias eu descobri onde ele estava. Quer dizer, uma pessoa que passa por isso não sofreu só da prisão. Inclusive, eu posso até dizer que sofri um pouquinho, porque foi quando eu descobri. Veja bem, quando eu consegui descobrir que ele estava preso...

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele estava preso onde?

A SRA. DINA NASCIMENTO RODRIGUES:

No Dops. Ali eu fui com certeza, eu fui informada. Quando cheguei na portaria, veio alguém me atender. Aí eu falei: “Tem três dias que eu estou

procurando o meu marido”. Aí me falaram o seguinte: “Mas ele não está aqui”. Eu disse: “Mas eu tenho certeza de que ele está”. Eu não sei de onde, deputado Claudio Vereza, eu tirei tanta coragem. Aí eu falei assim: “E se eu lhe disser que eu já sei onde ele está?” Aí me perguntaram: “E onde ele está?” Eu disse: “Ele está aqui. Eu fui informada de que ele está aqui”. Aí não tiveram mais saída. Eu guardei na cabeça o nome do[*homem*], era um tal de Dr. Orlando. Me levaram para falar com ele. Aí, isso era umas sete e meia, para nove horas. Me colocaram numa sala para conversar com o Sr. Orlando, e ele me fez aquele interrogatório. [...]

Esses três dias, ele [*Nilson Lino*] rodou, ele esteve na Chefatura de Polícia, esteve no Dops, só não esteve no Exército, esteve no Cais do Porto, não sei o que tem a ver, mas é do governo. No Cais do Porto, não tinha cama, nada, era aquele lugar molhado, com jornal no chão, e ele ficou por ali, feito um cachorrinho. Foi na última noite que eu o encontrei, depois teve outra. Não foi no Cais do Porto, foi em outro local, não sei se foi no Dops, mas não me lembro quando nem onde, só sei que ele rodou bastante nessas três noites. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

[...] Além de Vitória e Colatina, você militou em algum outro município?

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

Não. Só no município aqui, na Grande Vitória e, depois, em Colatina. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Mudou-se a configuração do sistema, a situação hoje é diferente. Hoje não existe a democracia social, mas democracia política, em que a gente pode falar o que a gente pensa. [...] Hoje não há problema. Sei que isso é segurança. Mas não tem problema, seu Nilson, porque somos nós mesmos que vamos tocar essa história. Nós vamos contar essa história no livro. [...] É preciso que a gente conte o depoimento tão importante, mas você fala o que acha que pode falar.

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

ó estou falando o que posso.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O senhor tinha uma banca de jornais na Praça Oito. [...] A repressão queimou essa banca?

O SR. NILSON LINO RODRIGUES: Queimou. [...]

A SRA. DINA NASCIMENTO RODRIGUES:

Deixem-me concluir. Enquanto prendiam ou não prendiam, enquanto estavam nessa fuga, era tortura psicológica, tanto da parte dele quanto da minha parte. [...] É normal, porque o estado de penúria dele gera uma paranóia. Isso é normal. Isso não é de hoje. Inclusive a última crise... há doze anos, Nilson melhora e piora, adocece, melhora um pouquinho. A primeira, havia muita frequência de motos e ele foi ficando apavorado. Agora ele vai para a cama às sete, sete e meia e não me deixa ver novela porque, se passa, um carro ele se apavora, e também porque estou de luz acesa, com receio de a polícia bater... Ele ainda está com isso na cabeça, com trauma. Vocês têm ilusão de que não existe trauma nas pessoas que passaram por isso? Há os que dizem que não voltaram da guerra... não conseguem voltar da guerra!... Chega um tempo, Nilson, que a pessoa não pode mais guardar segredo. A gente tem que gritar, para os quatro cantos do mundo, as coisas erradas que acontecem. Não se pode omitir simplesmente com medo da reação das pessoas. Não botar para fora o que passou... eu boto. [...]

Mas, se ele pensa diferente, temos de respeitar o ponto de vista dele. [...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

[...] Sobre o episódio da banca tenho conhecimento pleno do que aconteceu com a banca. O Nilson Bigode [...] era pau para toda a obra. Trabalhava na *Folha Capixaba*, distribuindo jornal... o trabalho mais pesado quem fazia era ele. Ele tinha a banca (não sei quem arranjou para ele) na Praça Oito, banca de jornal, e essa banca era uma referência para o pessoal comunista da Grande Vitória e do interior. Ali se encontravam todas as publicações periódicas, tinha o *Semanário*... No Brasil anterior a 1964, o Partido Comunista tinha mais de vinte publicações. Há algumas que conheço, lembro-me ainda, *Semanário*, *Novos Rumos*, uma revista histórica, teórica e algumas edições marxistas-leninistas e da China. Todas convergiam para a banca de Nilson, porque as livrarias eram poucas, naquela época, e as mais tradicionais não tinham esse tipo de literatura. O ponto de referência para quem queria adquirir obras marxista-leninista era a banca do Nilson. Era uma referência do Estado. Nilson vendia jornais e a *Folha Capixaba* ali. Trabalhava e recebia – não sei quanto – pequena ajuda de custo. Além disso, ele tinha outra missão, que era sindical - o Sindicato dos Bancários. Naquela época, no Espírito Santo, havia apenas uma delegacia sindical, cuja base era no Rio. Quando havia uma greve nacional, por exemplo, dos bancários,

mandavam o material todo de panfletagem do Rio para o Bigode. Fazíamos mutirões, à noite, para distribuir em toda a cidade as convocações. E também fazíamos essa distribuição do material das federações e confederações dos trabalhadores do Rio e São Paulo. O Bigode, portanto, era um dos comunistas mais visados de Vitória, porque tinha essa atividade intensa. Quando eclodiu o movimento de 64, foi a primeira banca a ser queimada, mas outras bancas também foram destruídas. Consta – não tenho certeza – que foi o Castelo Mendonça que teria mandado ou ele mesmo teria...

Sessão de 26/10/98

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE [ESPOSA DE JOÃO CALATRONE]:

Estou aqui para relatar aquilo que o meu esposo não tem condições de falar. Desde que aconteceu tudo aquilo com ele, quando foi preso, ele teve um trauma muito grande e se encontra sempre em depressão. Não consegue falar tudo aquilo que deveria.

No dia 6 de setembro de 1974, morando em Nova Venécia, estávamos com um comércio em Conceição da Barra. Tínhamos oito filhos. Apareceram por lá, prenderam o meu esposo e o enquadraram no art. 14, ou seja, foi considerado subversivo – uma pessoa que não lia, não ouvia rádio, não sabia nada dessa vida, foi preso e levado para Nova Venécia. De lá avisaram que ele não estava detido, mas preso.

[...]

Foi preso em Braço do Rio e foi para o batalhão de Nova Venécia. De Nova Venécia foi trazido para o 38º BI, antigo 3º BC. [...] Era dia do aniversário do meu primeiro neto. Ele chegou muito vermelho em casa e notei que tinha alguma coisa de errado. Antes chegaram os detetives, perguntando o que éramos, como éramos. Eu conversei muito e fui falando, falando tudo com eles. Depois um amigo nosso, Sr. Pedro, da Casa Bom Jesus, mandou um bilhete dizendo que ele saísse, porque estava com a prisão decretada. Ele disse que não correria, porque não devia nada. Então, levaram-no para Nova Venécia. Ele me apresentou, dizendo: “Esses daqui são meus amigos de caçada”, para a gente não ficar assustada. Lá fora, ele falou: “Eles estão me levando preso para Nova Venécia”.

[...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele ficou perturbado com aquela prisão totalmente ilegal e indevida, porque não tinha nada a ver. Então, os militares o liberaram e ele voltou para casa?

A SRA. DÁRIA BOBIO DE LIMA [amiga da esposa de JOÃO CALATRONE]:

Ele voltou para a casa e depois se embrenhou pela mata muitas vezes. Os familiares tinham que procurá-lo. Ele se embrenhava no meio da mata, porque tinha medo de ficar em casa, com medo de nova prisão.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele foi ao Rio de Janeiro para poder receber a declaração de inocência dele?

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

Sim. Para poder reclamar o erro cometido contra sua pessoa, João Calatrone precisou se apresentar às autoridades da Aeronáutica, sendo, em seguida, preso, para ter condição de dirigir uma apelação contra a decisão da 1ª Auditoria. Julgando o caso, que teve como relator o Ministro Waldemar Torres da Costa, o Superior Tribunal Militar reconheceu o erro da decisão da primeira instância, reformando a sentença que condenou o tio no lugar do sobrinho.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Então, a Aeronáutica reconheceu o grande erro que tinha cometido, prendendo a pessoa errada. Na verdade o procurado era o sobrinho, João Gualberto Calatrone, que depois foi morto na guerrilha do Araguaia.

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

Eles estavam procurando um rapaz, estudante, de 21 anos, e prenderam um velho de 52 anos. Mas só de conversar com o meu esposo dá para saber que ele não entende nada desses negócios. Só que ele sofreu... [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele continua psicologicamente perturbado.

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

Quando ele soube que era para vir aqui, não quis vir de jeito algum. [...] Todos sabem o que meu esposo passou. [...] ele ficou meio esquisito. Hoje mesmo não quis vir para esta reunião. [...]

O SR. JOSÉ ROCHA:

Dias atrás foi tomado o depoimento de uma vítima da ditadura que não tinha condições de vir aqui tal o estado de degradação que a ditadura causa no ser humano. Todos nós, chamados filhos da ditadura, corremos esse risco. Esse companheiro está tomado por esse processo, que é o medo exagerado de uma situação que já não existe porque mudou a configuração do sistema, mas esse companheiro não voltou da guerra, ele continua nessa batalha chamada

paranóia. Pelo que a senhora está falando é o que também ocorre com seu marido...

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

É exatamente isso. O medo existe, é um sentimento natural; o ruim é o pânico, o medo de um fato que não existe. Às vezes ele conversa normal e às vezes não fala coisa com coisa. Minha filha também passa pelo mesmo processo, porque era uma pessoa muito dinâmica, muito extrovertida, conversava com todo mundo e gosta muito do pai. Aonde o pai ia, ela também ia. Ela chegou a dormir no Batalhão, em companhia do pai, acompanhou-o ao Rio de Janeiro. Chegando lá eles pediram que ela se retirasse, mas ela recusou-se, dizendo que o pai não tinha condições de se explicar. Meu marido às vezes fala tudo normal e às vezes troca as coisas, não sabe o que diz.

Sessão de 29/10/98

O SR. HÉLIO RAMIRES GARCIA:

[...] Entrei para o Partido Comunista no ano de 1960 e em 1963, na reorganização do PC do B. A minha atividade central era no Sindicato dos Comerciantes, também com os estudantes e, após, no Sindicato dos Bancários, isso até o ano de 1965, quando fui deslocado para uma tarefa no Exterior. Estive na China, no período de junho de 1965 – naquela época fazia o curso de Ciências Econômicas.

Voltei ao Espírito Santo no ano de 1966, desenvolvi atividade político-partidária até setembro, porque no mês de agosto fui indiciado no IPM na Segunda Região, em São Paulo. Não admiti, nem aceitei a hipótese de comparecer à audiência. Foi um passo para a clandestinidade.

Dessa época em diante a nossa atividade no PC do B se desenvolveu por diversos Estados do país. Pessoalmente, quero deixar claro que os órgãos de repressão no Estado do Espírito Santo nos reprimiram muito. É uma inverdade se afirmarem que a polícia política do Estado do Espírito Santo não teve atividade naquela época.

[...] Mas é preciso reafirmar que os órgãos de repressão reprimiram no Espírito Santo e colaboraram com as forças federais. Em setembro de 1976, o serviço secreto do Exército, a polícia política local, o Dops, estiveram em minha casa, procurando-me. Meu pai relatou-nos isso muitos anos depois, fiquei até sem ver a família. Queria deixar esse testemunho, para que não parem dúvidas sobre os fatos. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VÉREZA:

O senhor não quer aproveitar a oportunidade e falar um pouco sobre a história da participação política do seu pai, Diomar Ramires Ortega?

O SR. HÉLIO RAMIRES GARCIA:

Um operário consciente, socialista, formado na dura escola da vida, analfabeto, pai de nove filhos, pedreiro e militante do Partido Comunista. Naquela época tínhamos dez anos e o meu pai parava para ouvir a rádio de

Moscou e as mensagens do Partido Comunista. Queria saber como andava o socialismo no mundo. Isso lhe interessava, eu ouvia a rádio com ele. Ele era um cidadão formidável, com espírito de justiça e liberdade, meu espelho.

[...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

Queria fazer um adendo ao depoimento do Sr. Hélio Garcia. Quando vim de Colatina em 1960, assumi um cargo no antigo IAPC, já pertencia ao Partido Comunista em Colatina. Quando chegamos em Vitória havia um movimento dentro do Partido Comunista de modificação programática, ideológica e até estrutural e com isso muitos dos antigos companheiros do Partido Comunista optaram pela linha que chamavam de revisionista. O revisionismo nada mais era do que uma adaptação a uma conquista pacífica do poder.

A outra ala constituída no Espírito Santo era de jovens estudantes, da qual fazia parte o Sr. Hélio Garcia, estudante de economia, e foi aí que o conheci. Fui designado para chefiar essa ala do Partido Comunista do Brasil, que eram os chamados comunistas ortodoxos, da linha stalinista e, depois, marxista. A maioria quase absoluta dessa ala era constituída de estudantes oriundos do velho “partidão”, que se rebelaram contra a nova orientação das cúpulas sediadas no Rio de Janeiro e São Paulo. Foi nesse época que conhecemos vários companheiros estudantes, um dos quais o Sr. Hélio Garcia, que era um dos mais ativos nessa interpretação que era a continuação do antigo Partido Comunista, que pregava a luta armada para a conquista do poder.

Quando cheguei eles já estavam com várias atividades e uma delas era dar continuidade a luta dos lavradores do Cotaxé. Eles se reuniam, levavam armamentos, remédios e várias outras provisões para os remanescentes da luta do Cotaxé que ainda estavam entrincheirados contra os proprietários de terra. Muitos já haviam ido para o Mato Grosso, mas um grande contingente ainda permanecia no Córrego do Limão.

Estive nessa localidade, pois fui designado para levar uma quantidade de armamentos, munições, remédios e roupas. Esse material era recolhido por essa ala estudantil. Então, o Hélio Ramires fazia parte desse grupo, bastante atuante, bastante aguerrido, bastante consciente. E quando se ausentou do Estado para exercer outras atividades em outros Estados, até no exterior, na China especificamente, a única pessoa que tinha contato com a Direção Nacional era eu, por ser o Secretário Geral do Partido.

O pai dele, como ele descreveu, um homem sensível, trabalhador e consciente recorria a mim para saber notícias do Hélio. Lembro-me quando morava no final da Rua Sete, no Morro da Fonte Grande. E toda vez que havia prisões, seqüestros e até mortes de companheiros de outras alas revolucionárias, que já tinham se multiplicado depois do golpe de 64, ele vinha à minha casa para saber notícias do Helinho. Não tinha muita certeza de onde ele estava, mas tinha certeza de que não tinha sido preso nem morto. Falava com o pai dele, dava-lhe notícias de que ele estava bem. Ou seja, de que não tinha sido preso, nem morto e que estava vivo. Isso dava um alívio muito grande ao pai do Helinho, durante esse tempo que ele ficou fora do Estado do Espírito Santo. [...]

Sessão de 03/11/98

O SR. RUBENS GOMES:

[...] Tive uma perseguição muito estranha, da polícia política do governo do Estado. Não tinha Secretaria de Segurança Pública, era Polícia Civil, cujo delegado era o Sr. José Dias Lopes.

[...] O que aconteceu comigo, fisicamente? Não houve tortura, mas me senti profundamente prejudicado na minha subsistência, porque eu era dirigente de um colégio de 2º Grau, era o primeiro colégio do Brasil que trouxe o curso de Administração de 2º Grau para o Espírito Santo, que era o Colégio Comercial Aliança de São Paulo. [...] Era um ensino pioneiro.

[...] durante mais de quatro meses tive que ficar afastado da direção do colégio que ficou sendo dirigido pela professora mais antiga que tinha credenciais de cursos especiais, a professora Maria Helena Lopes Abreu. [...]

A primeira vez que fomos presos, fui tirado de minha casa e levado ao Quartel do então 3º BC, que hoje é 38º BI. Mas lá eu fui o último a ser interrogado, [...] e a única coisa que o Comandante [...] me chamou para dizer *[foi]* o seguinte: “Qualquer coisa que você fizer, qualquer movimento seu, se você não fizer um pronunciamento a favor do Movimento Militar, porque não estamos fazendo ditadura, estamos consertando o país, o senhor será punido severamente”.

Obviamente que não fiz nenhum pronunciamento, porque na minha vida jamais compactuei com regimes que não respeitam lei. [...] De modo que não fiz nenhum pronunciamento a favor da Revolução. Chamaram-me para a Polícia Federal [...] na avenida Vitória, e lá não havia acomodação para ninguém dormir, tinha uma sala separada em que durante o dia me escondiam dentro, e não podia receber ninguém nem mesmo minha família. Talvez o maior sofrimento que eu tenha passado tenha sido esse.

[...] fomos removidos para a prisão no Quartel do Exército. [...] eu e o Aldemar [de Oliveira Neves] devido ao fato de termos curso superior nos colocaram na prisão dos oficiais, que era um quarto onde tinha três camas e tinha a vantagem de ter banheiro privativo, enquanto os outros ficavam na cela comum. [...]

Esse período todo durou até que o meu julgamento na Aeronáutica terminou. Eu trouxe a certidão passada pela Segunda Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição de Justiça Militar, onde fui julgado e absolvido. [...]

Também não tinha preconceito contra militares, meu preconceito é contra aqueles [...] que aceitam as imposições externas [...].

A coisa se agravou para o meu lado e daquela primeira advertência passei a ser indiciado. Teve outro processo no exército, e por isso digo que não faço acusações aos militares, mas faço àqueles que usaram a farda para se beneficiarem, para perseguirem, para torturarem pessoas que lutavam por uma idéia que se liga a todos os homens.

O capitão Gomes curiosamente tinha o meu nome, era do Pará e veio parar em nosso Estado não sabemos a razão. Ele dirigiu o processo contra mim. O processo foi arquivado, a pedido dele, e terminou com estas palavras: “Se o professor é comunista, também sou. Tenho as mesmas idéias que ele”. [...]

O movimento estudantil [...] teve papel histórico na vida deste país. Mas as coisas mudaram, talvez pela mídia ou pela repressão militar violenta em que muitos morreram, principalmente em São Paulo [...].

No Espírito Santo não tivemos nenhum caso que eu conheça. Alguns elementos foram levados a São Paulo, entre eles o Sr. Antônio Carlos Brito. [...] Foram oito. Depois eles voltaram. Não chegou a haver tortura. Mandaram de volta. Acho que não tinham mais lugar para botar tanta gente e tantas invenções, porque tudo era invenção. [...]

Agora, prejuízos materiais eu tive. Depois que saí do Exército, me liberaram para casa, mas eu não podia sair de casa, e a minha família não podia ficar lá. Fiquei um mês afastado dos meus filhos, o que eu mais amei e amo na minha vida, até hoje. E, graças a Deus, estou chegando ao fim dela, com setenta e sete anos, e recebo deles, inclusive da minha filha do segundo matrimônio, são sete, o carinho que me conforta, que me faz viver. Apesar de tudo que passei eu vivi. Lutei pelo Brasil, lutei pelo Espírito Santo, defendi todos os movimentos pela democracia, pela liberdade. De modo que, tortura física eu não sofri, mas vocês podem imaginar o que é um pai que viveu para os seus filhos, que dedicou a sua vida a eles, ficar quinze dias sem poder vê-los, dentro de casa, preso? [...] A primeira vez que o delegado da Polícia Federal levou-me para o 3º BC, às onze horas da noite, eu já estava dormindo e eles foram me tirar naquela hora para ninguém ver. Imaginem as aflições em que ficaram os meus, sem saber para onde eu tinha ido, e não tiveram notícia enquanto eu não falei, por telefone, com eles.

Foi um período realmente lamentável da história do Brasil. E confirmaria hoje a minha posição houvesse o que houvesse, porque acho que a liberdade do regime é por demais importante. [...]

O SR. RUBENS MANOEL CÂMARA GOMES [FILHO DE RUBENS GOMES]:

Em primeiro lugar, complementar alguma coisa que o meu pai disse, complementar de forma histórica. Tinha treze anos quando houve a revolução, a quartelada. Recordo-me de que passei o dia 10 de abril de 1964 com o ouvido colocado no rádio, na Praia da Costa, onde morávamos, porque o meu pai havia saído de kombi para o Sindicato dos Arrumadores. Na kombi havia um sistema de alto-falante. Meu pai havia saído com um revólver e, posteriormente, fiquei sabendo que a kombi havia sido utilizada para irradiar a resistência que se formou em frente à escadaria do Palácio para exigir que o então governador Francisco Lacerda de Aguiar definisse de que lado estava, se do lado da revolução ou da legalidade. [...]

[...] No dia da edição do AI-5, não estava em Vitória. Era presidente da Uese Livre – União Espírito-Santense dos Estudantes Secundários – e, contrariando a vontade do meu pai, dois dias antes havia viajado para a cidade de Salvador, como delegado do congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundários, instalado em Salvador exatamente naquele dia da edição do AI-5. [...] Ao retomar a Vitória ficamos sabendo que um dos delegados que tinham ido a Salvador era infiltrado. Eram dois dedos-duros infiltrados no movimento secundarista. Era o Ilton Miranda Rocha e o outro tinha o codinome “Pastor”. Esse “Pastor” fez o serviço completo para os militares. Logo no começo do AI-5 fui intimado a comparecer ao Exército: Abriram uma investigação para verificar a participação capixaba no congresso da Ubes de Salvador. Foi um dos movimentos de perseguição que enfrentamos.

Uma outra perseguição foi uma prisão numa passeata de protesto contra a prisão de companheiros de Ibiúna. Fui preso por José Dias Lopes e, como era menor, fiquei preso apenas setenta e duas horas. O juiz Romário Rangel intimou o meu pai na Justiça Federal, que era situada no edifício da Caixa Econômica, onde, durante algumas horas, [...] passou uma série de admoestações ao meu pai pelo fato de eu ser subversivo, de estar participando de passeatas. O meu pai não poderia permitir que isso acontecesse.

Houve um outro episódio no ano de 1970, na véspera da eleição. Quinze dias antes da eleição do ano de 1970, em que havia disputa para o Senado, para facilitar a vitória dos candidatos da Arena, que acabou ocorrendo, foram recolhidas em todo o país mais ou menos duas mil e tantas pessoas. Em Vitória foram recolhidas cento e vinte pessoas, primeiro ao Exército, depois à

Penitenciária Pedra D'Água, que teve uma ala totalmente esvaziada para abrigar esses cento e vinte presos.

Ficamos quinze dias presos sem culpa formada, sem nada, presos na penitenciária juntamente com os presos comuns. Recordo-me, estava na cela com o Ewerton Montenegro Guimarães. Estavam presos Hermógenes Fonseca, Roberto Valadão, Aldemar Neves, Benjamim Campos. Pessoas que não tinham vinculação política, de militância, mas que também estavam presas por serem adversários do regime. Como Cantídio Sampaio, que acabou prefeito de Iúna; o Benedito Elias, um senhor já de idade avançada de Linhares; um pastor de Vila Velha de que não me recordo o nome. Enfim, havia cento e vinte pessoas do Estado, que ficaram presas entre 30 de outubro e 14 de novembro. Na véspera das eleições soltaram todos.

Hoje, esta Comissão é fundamental, porque é um fato que as pessoas querem esconder. Ou seja, fazer de conta que não houve, quando ficamos lá quinze dias presos. Sem contar uma coisa que acho muito importante esta Comissão levantar: as perseguições indiretas, as perseguições que a sociedade impõe de uma forma silenciosa. Éramos os subversivos, os comunistas, os leprosos. Era uma chaga que nos acompanhava. Éramos apontados na escola como comunistas. Os adversários do regime eram pessoas que eram diferenciadas das demais. Foi uma tortura psicológica que nos acompanhou durante mais de vinte anos.

Politicamente, cremos que a última vez em que fomos molestados diretamente foi quando fomos chamados como testemunhas naquele episódio de 73, que apurou as atividades do PC do B. Dois grandes amigos meus, Marcelo Amorim Neto e a Miriam Leitão foram indiciados e fomos chamados como testemunha nesse episódio.

Creio que situando historicamente as perseguições que ocorreram, sobretudo nesses dez anos iniciais da ditadura, de 64 a 74, foram realmente as mais marcantes. A partir da Anistia, que ocorreu em 79, o meu pai retomou à sua atividade política, quando se filiou ao PDT do ex-governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola. Foi, inclusive, candidato a governador pelo PDT, em 1986.

Mas nos primeiros dez anos da ditadura militar, realmente, situamo-nos como os maiores alvos, as maiores vítimas, os maiores perseguidos pelos vencedores de então, pelos adversários da liberdade de uma forma compulsória. [...]

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON:

[...] Comecei o meu envolvimento político no início da década de 1960, participando de greves de bondes, passeatas e participando, inclusive, da campanha “Dê Ouro para o Brasil” e cheguei a dar um anel.

Fizemos parte do movimento estudantil em toda a sua escala, participando do Grêmio do Colégio Estadual de Vitória, depois participando da Uese (União dos Estudantes Secundários). Criamos um jornal que hoje faz parte da história do movimento estudantil, que foi “O Independente”, que possibilitou aos companheiros se tornarem profissionais. [...]

[...] A nossa atuação política era organizar os estudantes e, através dos meios de comunicação, conversar e passar as idéias que nos moviam na época. [...]

[...] Também fomos pioneiros no que mais tarde veio a se constituir na Teologia da Libertação, naquela época chamada Engajamento Realismo ou Realismo Histórico, que nada mais era do que a opção preferencial pelos pobres, contra a exploração, a opressão. E revolucionamos também a liturgia da Igreja. Nessa época inauguramos a Missa Jovem, às 18 horas, na Catedral. [...]

Em 1964, o meu primeiro choque foi ver a destruição que os vândalos da Ditadura fizeram com uma feira de livros que estava havendo na Praça 8. No dia do golpe não só os fardados como os civis que apoiaram destruíram essa feira de livros. E aí entram as ameaças que Dom João começou a viver, e o Padre Valdir. E, a partir dessa época, começaram a proibi-lo e a coibi-lo em relação aos seus sermões. O que era a palavra de Cristo se transformou num instrumento de subversão ao modo de ver da Ditadura. [...]

[...] Dom João e a Ação Católica [...] resolveram que eu deveria ir para o Rio de Janeiro, porque lá era mais fácil continuar a minha militância sem ser preso prematuramente em Vitória. Em função disso fui para o Rio de Janeiro, assumi a direção regional da Agec, que abrangia os Estados do Espírito Santo, Guanabara e Rio de Janeiro. [...] Não era a minha intenção sair do Espírito Santo, abandonar família e amigos com apenas dezesseis para dezessete anos de idade. [...]

Alguns meses mais tarde foi novamente preso o presidente da Ames. Eu assumi a presidência da Ames, que já era ilegal do ponto de vista da ditadura, e passamos a funcionar clandestinamente. Realizamos dois congressos da Ames. O primeiro clandestino, num sítio em Teresópolis ou Petrópolis, onde além do seminário de estudo elegemos uma nova diretoria. Resolvemos fazer um

congresso público, um desafio mesmo à ditadura, para publicamente passar a presidência da Ames. [...] Trepei ao muro, tive menos de um minuto para falar “está aberto o Congresso da Ames, que tem por finalidade o ensino gratuito, a luta contra a democracia e abaixo o imperialismo”. Logo um agente puxou o revólver e eu tive a sorte de pular por cima dele. [...] Em poucos minutos, ou segundos, pulei o muro e fui parar no Flamengo, onde morava, na época. [...]

[...] o cerco aumentava gradativamente. Até as correspondências se tomavam difíceis junto a minha família e a minha vida passou então a ser completamente clandestina, tanto no Espírito Santo como no Rio de Janeiro. Eu estava cada vez mais envolvido com a ditadura e resistência armada. [...]

Nessas alturas a minha militância estava cada vez mais radicalizada. A constituição desse núcleo marxista, nós nos fundimos com o Comando de Libertação Apolina e com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), formamos a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária) na qual assumi a responsabilidade da Direção Regional, responsável pela área operária e camponesa. Isto significava tentar organizar os operários, ir para as portas das fábricas, às 4 ou 5 horas da manhã, para fazer comício relâmpago. E eram relâmpagos mesmo. Cinco minutos depois já batiam os agentes lá. E por conta disso, já estávamos no item Resistência Armada. [...]

Apesar das proteções que fui tendo ao longo da perseguição [...], em 69 [...] acabaram por me pegar. [...]

[...] Era finados. E os torturadores piores estavam de recesso quando fomos para o DOI-Codi da Barão de Mesquita.

Esta parte das torturas divido em quatro níveis: física, psicológica, moral e emocional. A tortura física constituiu-se de choques elétricos, coronhadas, cacetadas, isolamento, solitária, e fome. A tortura psicológica foi fuzilamento simulado, ameaça de estupro a minha mulher e ameaça de colocar a minha mãe nua na minha frente. Enfim, para que falasse o que eles gostariam. A tortura emocional e moral que chamo é você ter que ver constantemente torturas. Como ver minha mãe ser revistada. [...]

[...] Fiquei na ala dos que morreriam. De fato, o companheiro que estava ao lado morreu naquela mesma noite.

Como a imprensa e a Igreja se movimentavam muito, o DOI-Codi da Barão de Mesquita estava muito visado, depois de três ou quatro dias fui levado para a PE da Vila Militar. Lá fiquei numa solitária de um metro por um metro e cinquenta. Tinha que dormir na diagonal, assim mesmo porque sou baixo, pois

o companheiro que ficou numa outra solitária tinha um metro e noventa e quatro centímetros de altura e ficava maluco porque não conseguia dormir. Batia com a cabeça nas grades.

A tortura varia muito de pessoa para pessoa. O ex-companheiro Jaime Cardoso, Secretário do PSB no Rio de Janeiro sentiu horror ao ficar numa solitária, mais do que tomar choques. Tinha uma solitária ao meu lado que tinha um pano preto. Em uma oportunidade perguntei ao sentinela o porquê daquele pano preto e ele falou que seria para pessoas importantes que podiam ser desaparecidas. No outro dia, de manhã, faziam o reconhecimento para saber quem estava vivo ou não; liam os nomes. Eles eram tão “inteligentes” que, ao mesmo tempo que ninguém podia saber quem estava ao lado, eles, de manhã, perguntavam o nome. Eis que, de manhã, antes de perguntarem o meu falaram: Augusto Carlos Calmon Nogueira da Gama. Era um primo de primeiro grau da minha mãe, que tinha ligação com Brizola, com a Frente de Mobilização Popular e estava ali, preso, com esse pano preto nas grades. [...]

Em uma ocasião eu estava desesperado, com muita dor de dente, e pedi que me fosse dado um remédio. Até isso eles usavam como tortura, e nessa ocasião agredi moralmente aqueles facínoras e fui novamente para outra solitária e o ciclo recomeçou. Quando dormíamos eles batiam em instrumentos, apagavam e acendiam a luz... A comida era outra maneira de eles nos torturarem. Não passava de trinta gramas de carne envolta na gordura, que vinha dura, quase congelada, com um pouco de arroz. [...]

Tortura é uma degradação de quem faz e de quem sofre. A pessoa vê de tudo: pessoas para evitarem a tortura se degradam. Existia um torturador que dizia para todo mundo que quando ele torturava ficava sexualmente excitado. Era o “masculino”. Esse era o nível dos torturadores.

Como fui preso ao sair da casa para tentar evadir, eles ficaram com todos os meus bens, móveis, mais de trezentos livros, roupas, relógios e duzentos e setenta e cinco dólares. Na prisão eles usavam as minhas roupas, os meus relógios e faziam questão de mostrar [...]. Inclusive, eles se apropriaram de uma arma minha, ou seja, uma arma que o meu avô deixou-me como herança ficou com eles. Embora eu não estivesse curado fui para outra prisão; e na outra prisão tentamos uma fuga que acabou abortada porque um soldado que tomou drogas a mais a delatou. Por conta disso a minha companheira, que já estava solta, mas com dezessete anos, foi novamente presa e barbaramente torturada. Por força dessas pressões familiares e por força da tuberculose e da hepatite eles me soltaram

em setembro. Onze meses de prisão. Eu voltei para a casa da minha mãe e fiquei em prisão domiciliar. [...] Porém, ainda não tinha terminado a perseguição da ditadura. [...]

No Rio de Janeiro o problema foi trabalhar. A exigência da época era o atestado ideológico, em qualquer lugar que se empregasse tinha que apresentar esse atestado. Numa das tentativas de emprego constatei que todo esse sofrimento, essa tortura tinha me deixado uma seqüela. Em um dos testes feitos numa clínica psicológica, altamente renomada, deu que tinha psicose de perseguição. Isso durou uns dez anos. O que fazia? Tinha que driblar o atestado ideológico e a psicose que tinha se manifestado. [...]

Perdi quatro anos de estudo. Em 1968 não pude concluir devido ao que já falei. Em 1969, fui preso; em 1970, doente com prisão domiciliar em Vitória; em 1971 é quando me recupero e volto ao Rio de Janeiro e só então, em 1972, pude voltar aos estudos e recuperar o que havia perdido. Acabei fazendo três cursos. Concluí o de Direito, Administração e Análise de Sistemas. [...]

Tanto no Rio como no Espírito Santo, etc, continuei a luta contra a ditadura e eles me perseguiram até 1987, segundo dados do próprio Gabinete Militar da Presidência da República, que foi quem deu meu *habeas data*, porque o Exército até agora, após dois anos que eu pedi, não me deu. A Marinha e a Polícia Federal não me deram. Só consegui do Gabinete Militar e do Arquivo Público do Dops. [...]

A tortura é perene. As seqüelas ficam, as físicas vão embora e as psicológicas permanecem até hoje. Os sonhos, por não termos controle, se transformam em pesadelos. Na semana passada, quando comecei a fazer as anotações para esta reunião, fiquei dois dias sem conseguir dormir, lembrando de tudo. O mecanismo de sobrevivência chega a tal ponto que até se consegue sentir o “cheiro” de militar e ter um certo preconceito, o que não é ideal, mas são conseqüências. Por ter abraçado a palavra de Cristo e depois o marxismo e a luta pela democracia, pela liberdade, por um País fundado no trabalho, na solidariedade, e não um país fundado nesse capital desvairado, tive que sair da minha terra com dezesseis, quase dezessete anos de idade. Aos vinte e dois anos retomei e tive de sair de novo. Era o que eu tinha a dizer. [...]

PADRE WALDYR FERREIRA DE ALMEIDA [depoimento lido pelo deputado CLAUDIO VEREZA]:

[...] Cheguei a Vitória no dia 30 de novembro de 1967, por insistente solicitação do bispo Dom João Baptista da Motta e Albuquerque feita a mim, por escrito e pessoalmente, no Mosteiro de São Bento (RJ). [...]

Como havia várias frentes abertas no campo social, sempre com a anuência de Dom João, assumi posições que nos pareceram válidas, uma vez que a religiosidade de um povo deveria ser marcada por uma espiritualidade de luta numa opção preferencial pelos pobres. Claro que estes, na maioria eram operários.

A Ilha do Príncipe era a medula de nossas preocupações. As reuniões da Juventude Operária Católica se realizavam ali. Nelas se faziam levantamentos sérios sobre a vida dos trabalhadores, os mais injustiçados da história. A eles nos dirigíamos em horizontes de solidariedade. Sonhávamos com as comunidades de base dos primeiros cristãos.

A primeira reunião de líderes rurais, que objetivava a sindicalização dos trabalhadores rurais, realizou-se, com plena liberdade, em Rive, município de Alegre. Julguei, na minha inocente ingenuidade, que ganhávamos o homem do campo. [...]

Uma convicção me fazia crer que não podia haver evangelização se déssemos as costas às reivindicações trabalhistas. [...] Julgou Dom João Baptista que necessitávamos de uma emissora de rádio, que entrasse em cadeia com muitas outras católicas que compunham a Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec). Empenhei-me com ele na aquisição da Rádio Capixaba, que pertencia a Alceu Nunes Fonseca, residente no Rio de Janeiro. Dom João passou a ser o proprietário da mesma, que ficava a serviço pleno da Diocese do Espírito Santo. [...]

Abracei com valentia e humildade os meios de comunicação. Seriam eles os novos mensageiros da Justiça. Por isso, escrevia, já como jornalista credenciado, nos jornais da Capital: *O Diário*, *A Tribuna*, *A Gazeta*, e ainda era o redator-chefe do jornal da Diocese, *Mensageiro do Espírito Santo*. Alimentos de fé e oração vividos no amor aos irmãos! [...]

Obviamente, nem é preciso confirmar, todo esse trabalho era mão na ferida das classes ricas do Estado do Espírito Santo, que se opunham, às ocultas, a qualquer pronunciamento meu ou mesmo do Bispo Diocesano. De modo particular, inserido numa linha de desinteresse pela nossa liderança, o clero [padres] colocava

também em silêncio de contestação tudo o que eu e o Bispo Diocesano propúnhamos ou realizávamos em favor dos que não tinham vez e não teriam futuro, como podemos, hoje, observar que, na verdade, não o tiveram. [...]

No dia 30 de abril de 1964, às 23h45min., quando entrevistava um dos líderes da Santa Casa de Vitória no programa “Frente Capixaba de Reportagens”, um bando de militares invadiu o prédio onde estavam instalados os estúdios da Rádio Capixaba, à minha procura. Desejavam estes que a nossa emissora católica entrasse em cadeia com a Rádio Guarani de Belo Horizonte que se tomava, a partir daquele momento, a Rede da Legalidade em favor da Democracia (sic). Recusei-me a fazer-lhes qualquer concessão, mesmo sem consultar Dom João. [...] Deram-me ordem de prisão, sem justiça, em nome da defesa nacional dos que ambicionavam o poder, os militares. Levaram-me de mãos algemadas para dentro de uma viatura e me entregaram ao Ten. Cel. Newton, Comandante do 3º BC, em Vila Velha, onde passei uma semana. [...]

Tudo fizeram para que eu não permanecesse em Vitória. Uma das cartas de Dom João, quando estava hospedado na Casa Paroquial da Lagoa, no Rio, foi exatamente o resultado de uma pressão dos militares para que eu não mais permanecesse no Brasil. Sem qualquer documento, permitiram minha saída. Houve pouca colaboração, em Santiago do Chile. Desconfiavam de minha idoneidade. Tive que voltar ao Brasil, para nunca mais poder assumir qualquer liderança na atual Arquidiocese de Vitória, neste campo tão propício à evangelização. [...]

Estas e outras observações as faço, não em proveito próprio. Confesso: estou, hoje, mais preocupado com a angústia e os sofrimentos de nosso povo pobre, marginalizado, excluído e enganado, mesmo com os recursos humanos que a tecnologia nos oferece para o desempenho de algumas tarefas. Estou preocupado, sim, com o anúncio da Verdade, da Liberdade, da Justiça e do Amor, paradigmas que sempre defendi, com o magistério da Igreja, colhidos pela gratuidade do Espírito, no Evangelho de Jesus, cuja mensagem continua sendo mutilada pelos defensores da indefinida pós-modernidade. [...]

O SR. LELO COIMBRA [relator da Comissão]:

[...] Faço uma homenagem particular ao Deputado Claudio Vereza. Esta Comissão formou-se, constituiu-se, processou-se por um mérito exclusivo de Sua Excelência, que, simultaneamente, fez tramitar na Casa, aí com o apoio de todos nós, o texto de lei que buscava garantia da indenização pecuniária para aqueles que tiveram sofrimentos durante o período ditatorial.

[...]

Fico até triste pelo fato de que o nosso governador que fez parte dessa história, fez o veto a essa legislação. [...]

Mas, para nossa alegria, houve a sensibilidade da Casa em separar a emoção do debate no segundo tema e foi motivo de alegria, ver que apenas três votaram contra, não por serem a favor do veto, votaram acho que por compromisso. É aquela coisa, o Governo tem quem os represente nesta Casa, se não vai nenhum voto fica em constrangimento com a liderança de Governo e com aqueles que aqui estão. Deve ter sido voto condicionado a essa relação com o Governo e não pela concepção de que essa indenização devesse ser colocada. [...]

Estamos convivendo com o cruzamento, [...] Antes, ter um inimigo único era mais fácil, embora violento. Mais fácil... estamos fazendo essa afirmação sem minimizar a luta e recuperação dessa memória da luta contra a ditadura. Mas neste momento [...] os inimigos estão em todos os lugares, os inimigos da idéia, os inimigos da liberdade, os inimigos da qualidade de vida, os inimigos da idéia de liberdade estão muito próximos da gente e às vezes não os vemos, pois estão travestidos das mais diversas roupas.

Às vezes costumamos dizer que as pessoas precisam do parâmetro bandido e mocinho e já não os encontramos mais, porque o bandido da manhã é o mocinho da tarde; o mocinho da noite é o bandido do café da manhã do seguinte. [...]

[...] Essa é apenas uma conclusão simbólica e mais a minha manifestação pessoal de que, como dizia um movimento estudantil, “Sempre vale a pena, quando a alma não é pequena”.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, de Fernando Pessoa...

Formalmente, quero votar favorável à conclusão apresentada pelo Sr. deputado Lelo Coimbra. [...] Antes de encerrar, queremos agradecer aos técnicos, assessores da Comissão de Direitos Humanos, que nos acompanharam durante os trabalhos. Agradecemos também a todos os técnicos da taquigrafia, que se dispuseram a registrar toda essa história; aos meus colegas de gabinete, agradeço à Lourência, ao Carminati e à Dilcéa. Agradeço, especialmente àqueles que são autores deste trabalho: é o que denominamos *Comissão de Ex-Presos Políticos*, Srs. Aristides Rocha, Carlito Osório, Dines, Clementino Barcelos [...], Lúcio e Netinho.

De nossa parte foi um grande aprendizado. Como já havia dito, não participamos de movimentos, de organizações. Nem antes e nem durante a Ditadura Militar. Começamos a nossa militância comunitária no ano de 1970, com um grupo de jovens em Aribiri, Vila Velha, na Associação de Moradores e Igreja Católica. Após isso, começamos ter uma militância partidária no MDB e depois no PT.

Sem nos filiar ao MDB, tivemos uma pequena participação, nos anos de 1978 e 1979, juntamente com o então deputado federal Max de Freitas Mauro e a equipe do jornal *Posição*, do jornalista Jô Amado. Nesse período de militância comunitária e depois político-partidária, aprendemos a respeitar aqueles que lutaram no período que antecedeu a nossa atuação. Aprendi a respeitá-los, admirá-los e, em algum grau, segui-los, no momento em que ingressei na luta político-partidária. Aprendemos por meio de leituras e pelo convívio com esses companheiros. [...]

Neste encerramento quero homenagear o companheiro Nilson Lino Rodrigues, que deu toda a sua vida pela luta do povo brasileiro. Nos depoimentos dados, ficou evidenciado que ele era uma figura importante para as lutas democráticas e de esquerda no nosso Estado. Ele era a pessoa que cuidava da “banca” do Partido, na Praça Oito. Era quem disseminava documentos, livros, jornais, revistas de luta entre os diversos grupos de militantes no Estado. [...]

Vamos tentar, com o presidente da Assembléia Legislativa, a assinatura da promulgação, ainda hoje, às 17 horas, na medida em que, por problemas técnicos, não foi possível, agora, pela manhã. E torcer para que ou o atual ou o novo governador façam cumprir a lei que visa, em última instância, a reparar política e financeiramente companheiros que lutaram pela democracia em nosso País.

Dou por encerrados os trabalhos desta Comissão Especial, agradecendo a presença de todos.

Referências

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANISTIA, 2 volumes - Centro Gráfico do Senado, Brasília: 1982.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARBOSA, Rui. Anistia inversa - Caso de teratologia Jurídica. *Obras completas*. Rio de Janeiro: 1955, Ministério de Educação e Cultura, Volume XXVI, tomo III.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crises de Poder e Reformas de Base (1930–1964). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil. 2004. Pág. 121 a 224.
- CHIAVENATO, José Julio. *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. Editora Moderna. São Paulo. 1998 (Coleção Polêmica).
- COMBLIN, Pe. Joseph *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder Relações de Classes. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Período Republicano: Sociedade e Política (1930–1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil, 2004, pág. 77 a 120.
- Dossiê dos Mortos e Desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/ Governo do Estado de Pernambuco e Governo do Estado de São Paulo, 1996.
- ELOYSA, Branca - (org) *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris . *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1994.
- FERREIRA, José Ignácio *Anistia: caminho e solução*- Vitória (ES): Janc Editora Ltda., 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002a.
- . *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002b.
- GEISEL - Depoimentos a Celso de Castro e Celina D'araújo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo. Ed. Ática. 1987.

HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil – 1500– 964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pág. 193–297.

Igreja, Anistia e Direitos Humanos. *Revista de Cultura Vozes*. Rio de Janeiro: número 73, volume LXXIII.

JOSÉ, Emiliano. Carlos Marighela: o inimigo número 1 da ditadura. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

JÚNIOR, Antonio Mendes de Almeida. Do declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Período Republicano. Sociedade e Política (1930–1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil, 2004, pág. 225 a 255.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. 7^o ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. (Serie Revisão 3)

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados* (5 mil brasileiros a espera da anistia). São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MAGALHÃES, M. D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol.17, no.34, 1997, p.203-20.

MAIOCCHI, R. *A Era Atômica*. São Paulo: Ática, 1996.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil (1954 – 1964). In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Período Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil, 2004, pág. 257 a 294.

MARCONI, Paolo. *A Censura política na imprensa brasileira – 1968-1978*. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros, anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MIRANDA, Nilmário e Carlos Tibúrcio. *Os filhos deste solo: mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar; a responsabilidade do estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Bontempo editorial, 1999.

- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade*. Um meio para muitos fins. Vitória. Edufes, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.
- MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PETERS, Edward. *Tortura*. São Paulo: Ática, 1989.
- RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44, 2002, pág. 463-88.
- ROSSI, C. *A Contra-revolução na América*. São Paulo: Atual, 1987.
- SADER, E. Cuba – Socialismo numa ilha só? *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985, pp. 5-33.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.
- SKIDMORE, T. E. & SMITH, P. H. *Modern Latin America*. New York: Oxford University Press, 1997.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Ed Saga, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte na Ditadura*. São Paulo, 1985.
- WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.

